

Pedro Gustavo Fernandes Fassoni Arruda

O “FAZER-SE” DA BURGUESIA INDUSTRIAL NO BRASIL

Possibilidades históricas e obstáculos para o exercício da hegemonia burguesa (1930-1954)

Faculdade de Filosofia e Ciências

UNESP - Marília

Dezembro de 2003

Pedro Gustavo Fernandes Fassoni Arruda

O “FAZER-SE” DA BURGUESIA INDUSTRIAL NO BRASIL:
Possibilidades históricas e obstáculos para o exercício da
hegemonia burguesa (1930-54)

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências
da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,
Câmpus de Marília, para a obtenção do título de Mestre em
Ciências Sociais (área de concentração: ciências sociais).

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Mazzeo.

Marília
Dezembro de 2003

Dedico este trabalho aos meus pais, Laurita e Lécio

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por tudo. É mais fácil *sentir* a força que eles depositaram em mim e *contemplar* estas grandes personalidades do que tentar inutilmente escrever sobre a importância que possuem na minha vida.

À minha mulher, Alecia, companheira incansável em todos os momentos. A dose de emoção contida neste trabalho deve-se a este espírito livre, apaixonado e criativo. Encontramos nossas raízes na natureza, inclusive a humana. Uma mulher encantadora, sempre.

Aos camaradas do curso de pós-graduação em ciências sociais da Unesp- Marília: Antonio “Che” Guedes, Aparecido Bertochi, Cláudio Reis, Edilene Cruz, Geraldo Neres, Regiani Zornetta e Ricardo Lima. Uma geração de marxistas responsável por manter acesa a chama da emancipação do gênero humano.

Aos professores da Unesp de Marília que me acompanharam ao longo do curso: Francisco Luiz Corsi, Giovanni Alves, Marcos Del Roio e Tullo Vigevani, interlocutores importantes para minha formação política e sociológica.

Ao meu orientador, Antonio Carlos Mazzeo, pela confiança depositada (de maneira bastante exagerada...) e também pela contribuição intelectual. No seu curso sobre “Estado e determinação social em Marx”, iniciei meus estudos sistemáticos sobre o materialismo histórico, instrumento analítico sem o qual não conseguiria compreender as contradições das formações sociais capitalistas e a particularidade do processo de entificação do modo burguês de produção no Brasil.

A todos os que, desde Marx e Engels, buscaram incansavelmente estudar as contradições da sociedade burguesa, com o propósito de superá-la. Aos que souberam, na medida de suas possibilidades, utilizar a arma da crítica e a crítica das armas. Seus espíritos oprimem como um pesadelo o pensamento dos conservadores e reacionários contemporâneos, mostrando que a verdadeira liberdade pode e deve ser realizada, quando *realizarmos a filosofia*.

A todos eles, meus sinceros agradecimentos.

“Yo pertenezco a la fecundidad
y creceré mientras crecen las vidas:
soy joven con la juventud del agua,
soy lento con la lentitud del tiempo,
soy puro con la pureza del aire,
oscuro con el vino de la noche
y sólo estaré inmóvil cuando sea
tan mineral que no vea ni escuche,
ni participe en lo que nace y crece

Cuando escogí la selva
para aprender a ser,
hoja por hoja,
extendí mis lecciones
y aprendí a ser raíz, barro profundo,
tierra callada, noche cristalina,
y poco a poco más, toda la selva
(Pablo Neruda, “El cazador de raíces”)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1. A questão da transição de hegemonia política.....	08
2. O contexto histórico das mudanças: crise econômica e transformação política.....	13
3. Particularidades do processo de desenvolvimento brasileiro: complementaridade entre latifúndio exportador e indústrias para o consumo interno.....	16
CAPÍTULO 01. MUDANÇAS NA ESTRUTURA ECONÔMICA: DECLÍNIO E CRISE DO MODELO AGRO- EXPORTADOR.....	22
1. <i>Perspectivas</i> de desenvolvimento industrial no início da Segunda República.....	22
2. Superação e conservação: a transição <i>possível</i> de hegemonia.....	34
3. A crise da economia internacional atinge seus agentes internos.....	36
4. Relações da economia brasileira com o mercado internacional, na República Velha: especialização agrícola, crises de superprodução e <i>desvantagens</i> comparativas.....	39
CAPÍTULO 02. CONDIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR INDUSTRIAL.....	53
1. Contornando os obstáculos ao desenvolvimento industrial: nova correlação de forças.....	53
2. Problemas decorrentes da estrutura de classes.....	58
3. Aspectos econômicos da transição.....	63
a) foram os industriais protagonistas na transição para o modelo de desenvolvimento voltado “para dentro”? (acerca do predomínio dos fatores econômicos sobre a política de classe).....	63
b) potência e ato da transformação.....	66
c) os industriais, a economia e a política.....	71
d) utilização da capacidade produtiva instalada por ocasião dos “surto” anteriores.....	80
CAPÍTULO 03. PERÍODO VARGAS E O SIGNIFICADO <i>POLÍTICO</i> DA CRISE ECONÔMICA.....	86
1. O golpe de 1930 como expressão das necessidades das novas classes médias e burguesas urbanas.....	86
2. O processo de centralização política: esforço concentrado (e autoritário) de modernização.....	90
3. O poder dos proprietários rurais como limite à ascensão da burguesia industrial.....	95
4. Descompasso entre poder político e econômico.....	102
5. O Estado Novo: reacionarismo político.....	108
6. A questão do proletariado sob a perspectiva da hegemonia burguesa.....	113
7. Modernização conservadora: conciliação com o atraso.....	117
8. Atritos de Vargas com o imperialismo.....	123
9. O período 1930-45 visto de uma <i>perspectiva histórica</i>	128
CAPÍTULO 04. O SETOR INDUSTRIAL SOB CONTROLE NACIONAL, APÓS A 2ª GUERRA: REAÇÃO CONSERVADORA E RETOMADA DA OFENSIVA IMPERIALISTA.....	134
1. Situação econômica: novas possibilidades e obstáculos ao desenvolvimento.....	134
2. A política conservadora de Eurico Gaspar Dutra.....	155
a) o desenvolvimento industrial e a questão nacional.....	155
b) as classes subalternas e a questão democrática.....	162

CAPÍTULO 05. A OPÇÃO PELO COMPROMISSO COM O CAPITAL ESTRANGEIRO: DO NACIONAL- DESENVOLVIMENTISMO AO DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE E ASSOCIADO.....	165
1. Acerca da possibilidade de um desenvolvimento capitalista em bases autônomas: o predomínio dos estímulos endógenos no início da industrialização substitutiva.....	165
2. A capitulação da burguesia brasileira em relação ao imperialismo: o “desfazer-se” da burguesia <i>nacional</i>	169
CONCLUSÃO.....	183
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	201

INTRODUÇÃO

“A burguesia vive num estado de guerra perpétua: primeiro, contra a aristocracia; depois, contra as camadas da própria burguesia cujos interesses se encontram em conflito com os progressos da indústria; e, sempre, finalmente, contra a burguesia dos países estrangeiros. Em todas essas lutas, vê-se forçada a apelar para o proletariado, usar seu concurso e arrastá-lo no movimento político, de modo que a burguesia fornece aos proletários os elementos de sua própria educação política, isto é, armas contra ela própria” (Marx e Engels, *Manifesto do partido comunista*).

1. A questão da transição de hegemonia política.

A revolução de 1930, ocorrida no Brasil, costuma ser considerada o acontecimento que teria assinalado, definitiva e irreversivelmente, a *transição de hegemonia política* no país. Esquemáticamente, tornou-se hábito, entre historiadores e cientistas sociais, apontar que aquele foi o momento em que operou-se o deslocamento dos setores oligárquicos tradicionais do poder político, tendo como contrapartida o rápido desenvolvimento político da burguesia *industrial*. Esta, que teria sido a maior beneficiária das políticas adotadas pelo novo bloco de poder, assegurou, de acordo com algumas análises históricas, a hegemonia política sobre as demais classes ou frações de classes sociais.

A vitória das facções burguesas que compunham o novo esquema de sustentação política foi encarada como um fato que permitiu à “nação” brasileira adotar uma política nacional- desenvolvimentista, que teria o condão de conduzi-la a uma situação de autonomia quanto aos centros de decisão econômica. A expectativa quanto à crescente autonomização da economia derivava da idéia de que a burguesia industrial brasileira, ao eliminar o predomínio *exclusivo* das velhas oligarquias rurais, teria como “missão”, ou “tarefa histórica”, destruir as

estruturas obsoletas herdadas do período colonial e superar as limitações estruturais impostas pela dependência em relação ao exterior.

Pensava-se, tendo em vista a formação e consolidação das associações industriais em nível nacional e sua articulação com a estrutura corporativa do Estado, que o encaminhamento deste projeto pela burguesia industrial não apenas havia se tornado possível, como efetivamente seria levado a cabo. Entre os intérpretes da “Revolução de 30 como expressando a ascensão da burguesia industrial à dominação política”, tende-se a confundir o colapso da antiga coalizão de poder com a primazia política da facção industrial sobre o aparato estatal. (Cf. VIANNA, 1978, p. 112).

Em certos estudos, pode-se perceber que a questão da transição de hegemonia foi analisada à luz do aparato conceitual gramsciano, enquanto instrumental analítico- teórico capaz de iluminar o estudo sobre as especificidades da formação social brasileira. Quando não transplantado de maneira rígida e esquemática para o caso brasileiro (enquanto via não-clássica para o desenvolvimento do capitalismo industrial), sua articulação com a análise da correlação de forças na sociedade brasileira pode contribuir para uma correta interpretação da questão sobre a revolução burguesa no Brasil.

Neste caso, o que fica mais ou menos implícita é a suposição de que o poder da burguesia industrial sobre o conjunto da sociedade, a partir do governo provisório de Vargas, assentava numa combinação do uso da força – através do controle do aparelho repressivo do Estado, apropriado como instrumento de modernização da economia e da sociedade – com a busca de novas formas de consentimento (pois o domínio sobre o processo burocrático e institucional permitiria a difusão de sua ideologia e valores de classe, criando um espírito mais adequado à constituição do *homo oeconomicus* da sociedade industrial).

O propósito deste trabalho é o de estabelecer *algumas* determinações estruturais (ou seja, históricas e econômicas) que contribuam para o debate sobre o sentido da revolução

burguesa no período assinalado. Não se trata de negar inteiramente a validade do esquema acima esboçado, mas propor uma tentativa de interpretação que evite a simplificação contida em algumas das proposições que foram formuladas. A partir de uma análise da *situação* das classes sociais – sobretudo da fração industrial da burguesia brasileira – em face do processo de desenvolvimento, trata-se de *ênfatar, neste estudo, as determinações históricas e estruturais*¹ que necessariamente forçaram as classes sociais em questão a *optarem* por soluções (por vezes aparentemente contraditórias, envolvendo compromissos políticos e outras tantas rupturas, temporárias ou definitivas) que em alguns momentos importantes do período assinalado não corresponderam às formulações *a priori* dos pesquisadores.

O estudo das condições de luta do setor industrial deve enfatizar sua posição no jogo de poder, em face dos demais setores da burguesia (agrária, comercial e financeira). Este procedimento decorre de uma preocupação em proceder a uma análise *sistemática* (sem a pretensão de esgotar o assunto, evidentemente) em torno da *complexidade e grande heterogeneidade da correlação de forças sociais resultante* do golpe de 1930. A composição das forças sociais no Estado brasileiro, durante o período em que se buscou um desenvolvimento industrial auto-sustentado, de fato, não permitiu à burguesia industrial brasileira o controle sobre o processo de acumulação, fenômeno que resultaria, mais tarde, no fracasso da tentativa de estabelecer um modelo de desenvolvimento nacional em bases autônomas.

A razão deste fracasso, portanto, não pode ser atribuída ao “grau” ou “nível” de desenvolvimento da consciência da classe empresária industrial, mas à suas características genéticas. Trata-se de uma questão que remonta à gênese do Estado brasileiro, isto é, ao período colonial, e que atravessa os grandes ciclos da economia brasileira e ainda condiciona

¹ A delimitação de nosso objeto de estudo não permite uma análise empírica sistemática sobre o comportamento dos empresários industriais no Brasil. Trata-se de privilegiar um *aspecto* de uma totalidade, que não exclui a necessidade de integrá-lo a uma perspectiva propriamente política. Deve-se reconhecer esta limitação no

seu padrão de desenvolvimento. Este condicionamento da política pela “anatomia da sociedade burguesa” impôs-se de maneira irresistível, pois tanto a dependência econômica quanto a posição estratégica do setor agro- exportador permaneceram questões cruciais para as virtualidades da expansão capitalista, numa articulação de interesses sociais contraditórios que apareciam, ao mesmo tempo, como *condições e obstáculos* ao desenvolvimento industrial.

Buscaremos demonstrar que no período 1930-54 a herança do modelo cujo centro dinâmico era o setor exportador *continuou* sendo vital para as possibilidades de avanço do processo de industrialização. Isto está presente principalmente no fato de que o setor industrial, não tendo condições de financiar sua própria expansão, tampouco possuir recursos tecnológicos que lhe permitiriam operar ulteriores avanços no processo de substituição de importações, não pôde dispensar o concurso do setor dito “tradicional” da economia, cuja participação relativa sobre o conjunto da renda nacional ainda era bastante considerável. Resulta disto que o quinhão de poder *mantido* pelos setores tradicionais enfraquecidos ainda prevalecia sobre as (inegáveis) conquistas dos setores ditos progressistas, em todos os sentidos: economia, política e sociedade.

Quando se leva em consideração que, pelo fato de o Estado deter o monopólio do uso da força (supondo-se que o empresariado industrial tivesse efetivo controle sobre a política de Estado), e que a retórica do novo bloco de poder favorecia o processo de modernização da estrutura produtiva, torna-se necessário submeter e confrontar as formulações apriorísticas ao movimento concreto das classes sociais no Brasil. Desconsiderar este aspecto, tomando-se o abstrato como ponto de partida e chegada (afirmando-se o advento de uma nova ordem social, inteiramente ou em grande parte diversa da anterior), implicaria em retirar todo o sentido e força explicativa sobre o sentido da revolução burguesa no Brasil.

presente trabalho. A *situação* de classe, porém, deve ser entendida como chave para a explicação da *consciência* de classe, motivo pelo qual privilegiamos um aspecto em detrimento do outro.

Afinal, não é possível desconsiderar a dialética interna das relações entre as classes ou frações de classes sociais, especialmente numa sociedade de extração colonial que mantém fortes laços de dependência com o exterior. Numa sociedade com estas características, os interesses e a prática política da burguesia industrial redefinem-se todas as vezes em que se alteram as possibilidades concretas de avançar o processo de industrialização: seu comportamento oscila desde a mais profunda complementaridade com relação ao latifúndio e ao imperialismo, conduzindo-a à associação política e econômica, até o antagonismo que torna, *por vezes*, seus projetos políticos irreconciliáveis.

Desconsiderar esta *dialética da dependência*, como sugere Ruy Mauro Marini (1971 e 2000), é ocultar o próprio significado e as repercussões da revolução burguesa no Brasil. É evidente que não se pode ignorar o fato de ter sido o golpe de 1930 o *momento* mais significativo da revolução burguesa no país. Mas o que é preciso assinalar, por outro lado, é que ela – a revolução burguesa brasileira – não se limita àquele episódio, nem tampouco implica que a partir de então a ascensão do empresariado industrial brasileiro ocorresse de forma linear e irreversível. A política hesitante do empresariado industrial brasileiro, entre avançar e retroceder, impor-se ou transigir frente ao latifúndio e ao imperialismo, somente pode ser compreendida no contexto da correlação interna de forças, assim como em face da articulação destas com o mercado capitalista internacional e seus agentes.

Pensar num “caráter” *a priori* da burguesia industrial no Brasil, tentando estabelecer uma espécie de metafísica que contenha uma teleologia – ou seja, uma *consciência de fim* válida em si mesma, atemporal e supra-histórica – é simplesmente ignorar que a história, como já dizia Marx (1997, p. 21), é feita pelos homens não da maneira como querem, mas sob condições históricas que não foram por eles escolhidas. Na medida em que tais condições históricas são instáveis e transitórias, especialmente numa sociedade que se desenvolve por “surtos” descontínuos, como veremos ao analisar os momentos de crise internacional que

facilitaram o processo de consolidação da indústria brasileira, é natural que a burguesia tenda a oferecer respostas puramente adaptativas às questões da hegemonia e do desenvolvimento, em detrimento de possíveis soluções de mais longo prazo.

Importante também é destacar que nossa análise do período 1930-54 opõe-se às teses segundo as quais a transição da economia agro- exportadora (de caráter “semi- feudal” ou “pré- capitalista”, como apontam alguns) para uma economia industrial altamente diversificada, se processaria inexoravelmente, com o declínio irremediável e definitivo dos representantes do “setor atrasado” da economia e sociedade brasileira. Nestes termos, o desenvolvimento das forças produtivas na sociedade brasileira exigiria a liquidação da estrutura produtiva no campo (latifúndio exportador), *como se* a acumulação de capitais no setor primário- exportador não tivesse a função de prover os recursos necessários à diversificação da economia nos núcleos urbanos. Isto, na verdade, pressupõe uma *dualidade* na estrutura produtiva brasileira que tende a opor a agricultura às atividades industriais, onde a primeira seria um “obstáculo” ao desenvolvimento das relações propriamente capitalistas.

Como veremos no decorrer deste estudo, as tensões envolvendo os frações industriais e latifundiárias da *burguesia* brasileira se redefinem – em certos momentos as divergências políticas se acentuam, outras vezes se atenuam – à medida em que avançam tanto o processo de industrialização quanto a divisão internacional do trabalho, sendo precipitado falar, neste caso também, de uma relação antagonística rígida, eterna e imutável entre empresários industriais e produtores rurais.

2. O contexto histórico das mudanças: crise econômica e transformação política

A revolução de 1930 ocorreu no bojo de algumas transformações econômicas, internas e externas, que abalaram profundamente os alicerces da estrutura produtiva brasileira. O centro dinâmico desta economia, durante todo o período da República Velha (1889-1930), era

o complexo cafeeiro, em torno do qual gravitavam praticamente todas as demais atividades econômicas relevantes, sejam elas diretamente produtivas, comerciais ou financeiras. Os cafeicultores controlavam, de maneira praticamente incontestável, o aparelho estatal e subordinavam, de fato e de direito, o conjunto da sociedade brasileira às necessidades de acumulação no setor agro- exportador. Na condição de integrantes de uma classe social de um país *dependente*, no entanto, suas possibilidades chocavam-se com os limites impostos pelos setores hegemônicos dos países capitalistas centrais.

Os cafeicultores brasileiros dependiam, para realizar seus lucros, de agentes econômicos alheios aos interesses da sociedade brasileira. Seus sócios maiores na atividade *econômica*, aqueles que se apropriavam da maior parte dos ganhos no negócio (considerado desde a etapa da inversão na lavoura até a colocação do produto final nos mercados consumidores das economias centrais), eram alguns grupos financeiros estrangeiros que conseguiam impor, em função de seu poderio econômico e da posição estratégica que mantinham quanto à realização do valor, a repartição dos lucros em seu benefício. Os produtores agrícolas brasileiros, que tinham interesse no tipo de associação estabelecida com os capitais estrangeiros, ainda que na condição de sócios *menores*, beneficiavam-se, além da mais- valia apropriada por intermédio da superexploração dos trabalhadores do campo, também das vantagens em termos políticos que lhes era proporcionada pela subordinação *deliberada* aos interesses imperialistas e pela divisão internacional do trabalho (operada através da extremada especialização econômica, que lhes garantia, em contrapartida, uma rentabilidade bastante elevada).

Aquele esquema de sustentação do poder político ficou seriamente comprometido após a crise de 1929, desencadeada a partir da quebra da bolsa de valores de Nova Iorque. Esta, por sua vez, arrastou praticamente toda a economia capitalista mundial para uma violenta depressão, que somente acabaria na segunda metade da década de 1930. No Brasil, esta crise

repercutiu imediatamente sobre os interesses econômicos (mas também políticos e sociais) das oligarquias dominantes, ameaçando o controle que estas detinham sobre a sociedade como um todo. A intensidade da crise tornava bastante razoável *supor* que, em razão da ruptura violenta em relação à “normalidade” das regras estabelecidas durante a República Velha, aquele seria o golpe de misericórdia sobre o setor agrário- exportador.

O latifúndio agro- exportador, de fato, já apresentava sinais inequívocos de que padecia de uma doença crônica e irremediável: a estagnação e as crises de superprodução periódicas que, para serem contrarrestadas – e isso seria perfeitamente exequível, considerando-se quem eram os personagens que controlavam a política econômica –, exigiam enormes sacrifícios às demais classes sociais. Entre estas, estavam algumas com certa influência nos estratos médios da política como, por exemplo, os industriais e as assim chamadas classes médias, além de outras sem qualquer possibilidade de intervir na vida social e política, como os trabalhadores urbanos e sobretudo rurais. O descontentamento crescente destes setores mais ou menos marginalizados, que manifestou-se de forma bastante violenta ao longo da década de 1920, passou a ameaçar – culminando no golpe de 1930 – a própria sobrevivência, senão ao menos a predominância, do setor exportador na sua condição de núcleo das atividades sociais e políticas.

Apesar dos temores iniciais das oligarquias tradicionais, e do período inicial caracterizado por algumas incertezas – decorrentes das lutas envolvendo a questão da hegemonia dentro do próprio grupo no poder –, o poder das classes proprietárias rurais, no entanto, *não* ficou seriamente comprometido após a Revolução de 30, como buscaremos demonstrar.

3. Particularidades do processo de desenvolvimento econômico brasileiro: complementaridade entre latifúndio exportador e indústrias para o consumo interno.

A análise sócio- histórica, presente neste trabalho, é uma tentativa de delimitar as possibilidades de intervenção da burguesia industrial no processo de desenvolvimento brasileiro. Buscaremos indicar *algumas* circunstâncias, presentes na estrutura sócio-econômica do país, que atuaram decisivamente (e de forma negativa) sobre o ritmo de desenvolvimento econômico e as possibilidades de conclusão do projeto hegemônico dos industriais. Nota-se, neste trabalho, um privilegiamento da questão envolvendo a correlação de forças sociais, em decorrência da qual o processo de modernização operava-se segundo um ritmo que vinha sendo determinado pelos setores tradicionais e seus aliados no exterior. Isto significa que a estrutura produtiva determina, em última instância, a capacidade da classe empresária industrial em impor uma política governamental que se traduza num predomínio frente ao latifúndio e ao imperialismo.

Entendemos que a análise de tais circunstâncias – que antecedem a ação política das classes em questão e, por isso, escapam à escolha ou vontade das mesmas – é de fundamental importância, por remontar à própria gênese dos problemas que afetam os representantes do setor industrial. Estas circunstâncias apresentam-se como a chave para a explicação da questão da hegemonia *dentro do bloco de poder* nos momentos subsequentes. Mas não se trata de economicismo ou tentativa de excluir outras determinações (políticas, culturais etc.), e sim de um tipo de recorte, para fins de exposição, que privilegia um determinado aspecto que deve ser complementado por outros estudos: trata-se de um *aspecto* componente de uma totalidade.

Este estudo compreende o período do assim chamado populismo brasileiro. Buscaremos no entanto evitar a utilização deste conceito, por entender que ele costuma ser empregado de forma indiscriminada, sempre que refere-se (indistintamente) a governos que

trazem a marca de diferentes orientações de classe. Desta maneira, buscamos evitar algo que consideramos um equívoco, presente em algumas análises: uma tendência ao reducionismo que invariavelmente prejudica uma análise mais objetiva da realidade histórica, por intermédio da utilização de um conceito que, como o propósito de explicar a tudo, não esclarece nada.

Outra preocupação surge com relação às interpretações que assinalam, de uma maneira bastante esquemática, a passagem de um modo de produção a outro; ou que tendem a apontar o golpe de 1930 como a “grande noite” em que a burguesia tomou de assalto o céu da política; e também aquelas que assinalam a introdução do fordismo no Brasil, ou formas mais consensuais de hegemonia burguesa (a exemplo de Oliveira Vianna e dos intelectuais orgânicos da tradição autoritária); ou ainda aquelas que resultam numa análise histórica linear (obscurecendo os momentos de recuos, hesitações e impasses dos sujeitos históricos) do processo político. São procedimentos incapazes de mostrar as motivações e o sentido do processo de desenvolvimento da sociedade brasileira.

Propomos uma interpretação que privilegie não a oposição – que certamente não pode ser desconsiderada –, mas a *identidade de interesses* entre os setores dominantes da política brasileira, visando fornecer elementos que contribuam para o debate sobre a trajetória política da burguesia brasileira, bem como o sentido e o conteúdo de suas reivindicações. O objetivo deste esforço de interpretação é claro: demonstrar que *a política muitas vezes contraditória do empresariado industrial brasileiro não pode ser atribuída a uma suposta “falsa consciência de classe”, mas que ela tem raízes na estrutura material* (ou seja, na economia e na sociedade) *brasileira, que confina as possibilidades de atuação política desta classe social a limites bastante precisos*². Entre os aspectos principais desta tentativa de (re)interpretação, destacaremos:

² Como afirmou Luiz Werneck Vianna: “Resulta despropositado e abstrato reclamar da burguesia um projeto revolucionário anti- agrário, negando-lhe, por essa inexistência, consciência de classe, quando a ordem agrária a

- 1) O fortalecimento político e econômico da burguesia industrial, durante e após a crise da economia de exportação (que contribuiu para *reduzir* o poder dos latifundiários), *não* autoriza conclusões que apontem a existência – naquele momento – de uma oposição que tornasse irreconciliáveis os interesses entre os dois setores. Ao contrário: o setor industrial vinha conquistando terreno dentro do novo bloco de poder, mas sem jamais excluir a participação da burguesia cafeeira (exceto num primeiro e breve momento), que continuava exercendo forte influência sobre o jogo político – como demonstra a continuidade da política de valorização do café – e, conseqüentemente, econômico. O equilíbrio de forças estabelecido em virtude dos acontecimentos da década de 30 resultou numa aliança de poder bastante heterogênea, na qual ainda predominavam – embora já não de maneira absoluta – os setores tradicionais, com os quais a burguesia industrial teria de se haver, redefinindo os termos da aliança política. Esta era uma condição necessária para a preservação dos interesses tanto da agricultura quanto da indústria; o que se buscava era o estabelecimento de concessões recíprocas, dentro de uma estratégia de afirmação de um equilíbrio de poder *possível*, naquelas circunstâncias.
- 2) Os setores tradicionais ainda mantinham uma forte influência sobre as classes subalternas inseridas no meio rural, onde se encontrava a maioria da população brasileira. Esta influência tinha relação direta com algumas questões que não foram resolvidas: a) a representação política desproporcional, em favor dos Estados onde se manteve o controle das oligarquias; b) a influência que estas mantiveram sobre o processo eleitoral e o aparelho repressivo de Estado; c) a persistência do coronelismo, prática política que assegurava o controle de regiões no interior do Brasil por famílias tradicionais; d) a força

recebia calidamente e sem constrangimentos. Não se trata de negar a contradição entre a indústria e os agrários, mas de demonstrar que, em termos de concepção da ordem do Estado, tal contradição não se realizava antagonisticamente. O problema estará no controle do Estado e na orientação de sua política econômica. A esse respeito não parecia faltar conhecimento, ou pelo menos intuição aos empresários. Por maior que seja a incredulidade, é forçoso admitir que a facção industrial se aproveitava da ordem estável mantida pelos agrários, que detinham à época o monopólio do saber fazer política no Brasil. O rompimento com uma classe tão

dos costumes e tradições patriarcais; e) as dificuldades encontradas para levar a cabo o processo de modernização do aparato burocrático do Estado. Estas características da sociedade brasileira, profundamente enraizadas na sua estrutura de classes desde o período colonial, não tinham qualquer possibilidade de serem eliminadas mediante uma solução de compromisso “pelo alto”, ou seja, entre as próprias classes proprietárias. Como estas decidiram fazer a revolução *antes que o povo a fizesse*, não pode causar estranheza o fato de ocorrer a manutenção de uma enorme influência das oligarquias em relação à sociedade brasileira. No meio social onde predominava a herança cultural e o velho patrimonialismo, a penetração de uma visão de mundo adequada aos interesses da burguesia industrial vinha sendo dificultada por um obstáculo sem dúvida poderoso.

- 3) *Economicamente*, o setor agrário- exportador, apesar da crise que o abalou, não deixou de continuar sendo *vital* para as possibilidades de expansão da indústria. A manutenção do processo de acumulação de capitais em grande escala, na agricultura de exportação, foi a condição *necessária* para a dinamização do processo de industrialização via substituição de importações. As divisas geradas no setor exportador – indispensáveis para viabilizar a importação de bens de capital e intermediários –, eram canalizadas, em grande parte, para a indústria (por intermédio do mecanismo de “confisco cambial”). Face à incipiente acumulação de capitais no setor manufatureiro nacional – em relação à escala exigida para acompanhar o estágio de progresso técnico até então alcançado nas economias dominantes – verificou-se que a manutenção da rentabilidade da agricultura era condição *sine qua non* para a continuidade do processo de modernização e diferenciação da estrutura produtiva industrial. Daí, a solidariedade objetiva que atava os interesses da indústria aos da agricultura de exportação (“complementaridade objetiva”, segundo Ruy Mauro Marini, ou “integração dialética”, de acordo com Francisco de Oliveira).

poderosa, que não poderia ocorrer sem riscos, reclamava razões imperativas que ainda não haviam amadurecido, se é que algum dia amadureceram” (VIANNA, 1978, p. 73).

- 4) Combinando as mencionadas interdependência política e econômica, a relação entre agricultura e indústria resultou numa postura política e ideológica, no seio do empresariado industrial brasileiro, onde *não lhe interessava* – como apontou Theotonio dos Santos – *levar até o fim a luta contra as oligarquias rurais*. O fato de um dos requisitos estruturais do novo estágio acumulativo ser a manutenção das condições de reprodução das atividades agrícolas, implicou – e aqui recorreremos novamente à análise de Francisco de Oliveira – na não- exclusão das classes proprietárias *nem da estrutura do poder nem dos ganhos da expansão do sistema* (disto derivando uma *primeira “especificidade particular” do modelo brasileiro, pois, ao contrário do “clássico”, sua progressão não requer a destruição completa do antigo modo de acumulação*).
- 5) A redefinição da hegemonia política em torno dos grupos *proprietários* não resultou numa mudança significativa no que se refere às relações entre estes e as classes subalternas. A revolução ocorreu *antes que o povo a fizesse*. As classes subalternas continuavam completamente alijadas do jogo político, e assim se manteriam por muito tempo (em alguns momentos, como a partir de 1937 e até 1945, a opção por um modelo político autoritário para o processo de desenvolvimento ocorreu de maneira ainda mais pronunciada). Assim, a perspectiva de uma revolução “democrático- burguesa” foi logo substituída por uma *autocracia burguesa* – aproximando-se do paradigma bonapartista no qual o Estado, em função da debilidade que a classe em ascensão apresenta em conduzir o aparato burocrático por meio de seus próprios representantes, assume a tarefa de dinamizar o processo de acumulação – que apoiou-se no autoritarismo (como desde a gênese do Estado brasileiro) como forma de imposição do processo de modernização econômica. Ao abrir mão do controle político direto, como o fez algumas vezes para assegurar a dominação econômica, a burguesia industrial não apenas reconhecia implicitamente sua debilidade para dirigir os aparelhos de Estado – especialmente quanto

à questão do controle sobre o proletariado –, como também deixava inconclusa a questão de sua hegemonia sobre o conjunto da sociedade.

CAPÍTULO 1

MUDANÇAS NA ESTRUTURA ECONÔMICA: DECLÍNIO E CRISE DO MODELO AGRÁRIO-EXPORTADOR

1. *Perspectivas de desenvolvimento industrial no início da Segunda República.*

O desenvolvimento econômico, diferentemente da perspectiva positivista e sua crença no progresso como algo inexorável, apenas pode ser entendido como um *processo* que requer, preliminarmente, o concurso de alguns fatores capazes de o estimular. Sem o amadurecimento de determinadas condições objetivas e subjetivas, que sejam suficientemente capazes de superar uma *ordem* que busca legitimar um estado de coisas que tende à perpetuação, não há como os homens colocarem respostas para problemas que não podem enfrentar.

No caso da objetivação das forças especificamente capitalistas, as lutas de classes desempenham um papel dinamizador sobre as forças produtivas. No que se refere à subordinação do conjunto das forças produtivas à lógica da reprodução ampliada do capital, a violência empregada pela classe em ascensão contra os elementos da velha sociedade surge como uma questão de importância crucial, como comprovam os exemplos clássicos da Inglaterra e França. Por outro lado, a busca pela renovação das forças produtivas e relações de produção, quando realizada sem alterações fundamentais sobre a velha ordem social e econômica, não pode ser realizada plenamente³. Este raciocínio, como buscaremos justificar, pode ser estendido à questão dos obstáculos ao desenvolvimento que existiam no período da República Velha no Brasil, que somente começaram a ser superados no momento em que as contradições do modelo agrário- exportador se desenvolveram ao extremo.

O otimismo em relação ao desenvolvimento industrial brasileiro, quando ocorreram as primeiras tentativas de substituir importações nos momentos de crise do sistema capitalista

internacional, estava patente no discurso político do período populista. E, naturalmente, nos *think-tanks* que buscavam justificar, no terreno ideológico, as políticas governamentais do período: setores do empresariado industrial⁴, economistas e técnicos vinculados ao sistema corporativo (BNDE, Sumoc, Cexim e assessores governamentais), os trabalhos publicados pela Cepal (alguns encomendados pelo próprio governo brasileiro)⁵, jornalistas etc.

Mas aquele otimismo somente pode ser explicado, de uma perspectiva histórica, se a análise estiver associada ao estudo concreto das possibilidades e da existência de condições e pré-requisitos que vinham permitindo o rompimento com uma determinada situação condicionante. A força da *ideologia* desenvolvimentista deveu-se, em grande parte, à existência concreta de condições mais ou menos favoráveis ao desenvolvimento industrial. Tais condições são possíveis de serem estudadas cientificamente, em que pese o caráter ideológico das conclusões que delas derivaram.

Neste estudo, levaremos em consideração a amplitude das mudanças imediatas que a Revolução de 1930 (ao possibilitar o aproveitamento de condições que até então permaneciam em estado latente), promoveu sobre o conjunto da sociedade brasileira. E, além destas, apontaremos as transformações *em potência* (ou seja, virtuais) que permitiram atualizar as

³ Trata-se de uma crítica aos argumentos utilizados por Oliveira Vianna (1988, p. 23-7).

⁴ A transformação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) na atual FIESP era uma maneira de os empresários se acomodarem no sistema de sindicalização patronal, exigido pelo recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. “O CIESP foi a primeira associação industrial a se sindicalizar. Sua liderança vislumbrou no sistema sindical a oportunidade de ganhar acesso ao Estado numa conjuntura de grave crise econômica e urgência de protecionismo governamental. Três meses após o decreto 19.770, era formada a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que substituiu a entidade criada em 1928, o CIESP. A nova Federação das indústrias assim justificava a mudança: ‘os que não estiverem reunidos (em sindicatos oficiais) não poderão apresentar as suas reivindicações perante os poderes públicos (...). O governo vai tratar de assuntos importantíssimos para as indústrias (tarifa aduaneira, regulamento do imposto de consumo, elaboração de leis sociais avançadas) e serão chamadas a tomar parte nestes trabalhos as indústrias sindicalizadas ou reunidas em comitês (sindicatos provisórios). Foi por esse motivo que se formou a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo’ (...) Tornando-se oficiais, os sindicatos ganhariam o *status* de órgão consultivo do governo”. Apesar de criarem órgãos que se enquadravam no corporativismo varguista, os industriais buscaram manter uma certa autonomia, criando ao mesmo tempo associações independentes, mantendo uma dualidade que persiste até os dias de hoje (LEOPOLDI, 2000, p. 76 e segs. e 296-7). Entre 1943 e 1945, houve uma intensa colaboração entre Vargas e as lideranças industriais, naquele momento *profundamente identificadas com o getulismo*: “Figuras como Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi agregam e dão valor a *todo* o setor industrial, e seu discurso é protecionista, apóia o papel do Estado como propulsor do desenvolvimento industrial e apresenta uma visão próxima à que começou a ser desenvolvida pela Cepal nos anos 50”, aprofundando desta maneira a aliança com o regime de Vargas, inclusive depois que este retornou ao poder, em 1951 (idem, p. 86 e segs. e 296-8).

forças produtivas com mais intensidade. Isto nos conduzirá à compreensão da Revolução de 30 como a *etapa* da revolução burguesa no Brasil que mais contribuiu para o desenvolvimento da indústria nacional (ou seja, para o desenvolvimento capitalista em bases autônomas, mediante a internalização dos centros de decisão econômica). Este, de fato, foi um momento decisivo para o processo de entificação do capitalismo industrial no país, pois facilitou a liquidação de poderosos *obstáculos contidos na estrutura anterior, que já não podia mais renovar-se, e propiciou a criação de condições sociais novas, essenciais à ordem industrial em emergência* (IANNI, 1963, p. 19).

Esta possibilidade de acelerar o ritmo das transformações econômicas e sociais, por sua vez, seria tanto a causa quanto efeito da maior subordinação das políticas governamentais aos interesses industriais. Não foi por mero acaso ou coincidência que os órgãos representativos do setor empresarial, em nível nacional, não tardaram a aparecer, buscando conquistar espaço na estrutura sindical criada por Getúlio Vargas. Nesta estrutura, apesar de ser construída sobre um *modelo corporativo de representação dos industriais* (LEOPOLDI, 2000, pp. 76 e segs.) e da classe trabalhadora, é possível notar que o controle do governo era mais rigoroso com relação aos sindicatos *de trabalhadores*, estes sim completamente excluídos enquanto *classe* e manipulados como *massas*.

Se durante a República Velha os industriais tinham possibilidades praticamente inexistentes de forjar um projeto político com foros de hegemonia, sua crise precipitou a formação de associações com *reais possibilidades* de atuar como interlocutores do governo federal. Isto se verifica na criação de federações e confederações industriais, visando adequar-se à legislação criada pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A CNI, a FIESP e a FIRJ, que substituíram as antigas denominações, tinham uma certa influência sobre as instituições políticas – tais como Congresso, Assembléias, governos estaduais etc. – embora a

⁵ Cf. Leopoldi, 2000, p. 136-7

decisão final coubesse ao Estado, que permanecia com grande grau de autonomia⁶ em relação às classes sociais.

Contando com grupos de pressão mais e mais poderosos, a burguesia industrial buscava melhorar sua posição no jogo de poder, em face dos tradicionais setores produtivos e financeiros que achavam-se momentaneamente derrotados. Os aspectos mais relevantes da política econômica – poupança interna, investimentos, taxa de câmbio, tarifas alfandegárias, proteção de setores econômicos etc. – eram agora encarados do ponto de vista de um setor cuja participação na renda nacional crescia expressivamente, embora somente muito tempo depois (no ano de 1956) superasse o nível verificado na agricultura. De qualquer forma, a derrota político- militar dos representantes da República Velha (após sua vitória *eleitoral*, no início de 1930), vista de uma perspectiva histórica, representa o episódio onde o rompimento com a antiga estrutura de poder ocorreu de maneira mais pronunciada, dado o apoio que o latifúndio e o imperialismo vinham dando aos políticos agora destituídos de suas posições.

Em linhas gerais, o poder político, antes de 1930, tinha como pressuposto o domínio absoluto da burguesia agro- exportadora. Esta aparecia como a personificação de uma fração do capital (o capital acumulado na agricultura) que era absolutamente necessária para a penetração e afirmação dos interesses do capital financeiro monopolista. A atividade de exportação de produtos primários, plenamente integrada ao sistema de comércio internacional, era portanto um elo da cadeia imperialista: participando dela (gozando inclusive o privilégio de participar enquanto “sócio maior”), o capital financeiro internacional buscava associar-se às oligarquias dos países dependentes – no caso brasileiro, os cafeicultores principalmente – para facilitar a penetração de seus negócios e assegurar a apropriação daquilo que Mandel (1982) denominou *superlucros de monopólio*.

⁶ “Firmando seu prestígio nas massas urbanas, Getúlio estabelece *o poder do Estado como instituição, e esse começa a ser uma categoria decisiva na sociedade brasileira*. Relativamente independente desta, com mecanismos de manipulação passa a impor-se como instituição, inclusive aos grupos economicamente dominantes” (WEFFORT, 2003, p. 55; grifos do autor).

A burguesia agro- exportadora brasileira, que tinha participação praticamente insignificante no comércio internacional (e cujas possibilidades de controle sobre o mesmo eram nulas), era de fato a *expressão interna* da política imperialista. Esta, que tendia a ser “resolvida na ponta da baioneta”, como afirmou Rosa Luxemburgo, também buscava estabelecer aliados nas nações dependentes que pudessem lhes facilitar a tarefa de abrir novos espaços para a reprodução do capital. Nestes termos, o imperialismo pressupunha a existência de grupos econômicos estabelecidos fora das fronteiras dos países hegemônicos, servindo-lhes como ponta- de- lança para a penetração de seus negócios.

Neste complexo de relações envolvendo a articulação de estruturas internas e externas, havia uma grande solidariedade entre as classes dominantes dos países envolvidos (neste caso, entre o grande capital financeiro, resultado da fusão entre o capital bancário e o industrial, e os produtores agrícolas brasileiros). No caso brasileiro, a solidariedade da *classe* burguesa – dotada de um caráter *cada vez mais cosmopolita*, como afirmaram os fundadores do materialismo histórico – colocava-se acima dos interesses da *nação*. Esta sujeição deliberada dos cafeicultores brasileiros ao capital financeiro vinha sendo justificada como a sua própria razão de ser enquanto classe social.

As possibilidades de desenvolvimento da economia brasileira, neste contexto, ligavam-se diretamente à questão da vinculação das oligarquias exportadoras às atividades dos trustes e cartéis estrangeiros. Na prática, isto implica em afirmar que havia uma complementaridade entre determinadas estruturas internas e externas, onde as primeiras não devem ser encaradas como puro reflexo ou resultado das segundas, já que ambas são partes integrantes e determinantes de *um mesmo processo* (DOS SANTOS, 1970, p. 41).

Portanto, pensar o desenvolvimento de uma sociedade capitalista plenamente integrada ao mercado internacional sem considerar suas condições de intercâmbio com as outras nações é um despropósito, sobretudo quando se tem em vista que uma tal sociedade participa da

divisão internacional do trabalho na condição de fornecedora de matérias-primas e seu desenvolvimento, em virtude de sua posição de subalternidade, sofre a influência de toda uma sorte de fatores que lhe escapam inteiramente ao controle.

Se o desenvolvimento é um fenômeno histórico mundial – resultado da formação, expansão e consolidação do sistema capitalista – torna-se necessário integrar a perspectiva de acumulação do capital nos países desenvolvidos e seus resultados nos países que são por eles afetados, buscando compreender como se processa a contradição *dialética do interno e do externo* (DOS SANTOS, 1970, p. 40 e 1991, p. 27 e segs.). Afinal, as estruturas internas de dominação formaram-se e desenvolveram-se precisamente em função da necessidade de acumulação capitalista em escala mundial.

No caso brasileiro, a particularidade de seu processo de desenvolvimento estava relacionada à estreita vinculação das atividades da burguesia agrária e exportadora ao processo de acumulação mundial, que era controlado pelas formações sociais mais desenvolvidas. Tratava-se de um esquema de subordinação *deliberada*⁷ das classes dominantes locais ao sistema imperialista mundial. Esta forma de integração da economia brasileira ao mercado mundial gerava uma situação de dependência na qual o desenvolvimento e a expansão do sistema eram *condicionados* pelo processo de acumulação em outras regiões (DOS SANTOS, 1970, p. 43 e 1991, p. 28).

A dependência, portanto, se impõe como uma *situação condicionante* do processo de desenvolvimento, pois interfere diretamente sobre o comportamento político dos agentes responsáveis por levar a cabo o processo de transformação econômica. As possibilidades de ação para os setores da burguesia que pretendem eliminar as estruturas responsáveis pela manutenção da dependência estrutural são reduzidas: a prática quotidiana dos homens não

⁷ “[Hay una] articulación necesaria entre los intereses dominantes en los centros hegemónicos y los intereses dominantes en las sociedades dependientes. La dominación ‘externa’ es impracticable por principio. Sólo es posible la dominación cuando encuentra respaldo en los sectores nacionales que se benefician de ella” (DOS SANTOS, 1970, p. 50; ver também MAZZEO, 1988, p. 30).

pode escapar aos limites histórico- genéticos deste tipo de formação social, o que vale dizer que a *escolha não pode ser completamente livre, pois a situação concreta restringe as alternativas de transformação econômica* (DOS SANTOS, 1970, p. 47).

A escolha dos grupos dominantes seguia a linha de menor resistência, buscando a solução que oferecesse menores riscos à sua posição na sociedade. Apesar de grande parte do excedente produzido internamente ser canalizado para fora, gerando dificuldades inclusive de satisfazer os compromissos financeiros externos, as oligarquias reiteravam o apoio à política de Estado que sustentava a dependência estrutural. Na verdade, era em nome destas mesmas oligarquias que se elaboravam as políticas governamentais, que contribuíam para concentrar a renda interna no setor exportador. Apesar de resultar em um modelo político e econômico que não satisfazia as necessidades da maioria da população brasileira, suas características concentradoras compensavam, *para os setores vinculados à atividade de exportação*, as possibilidades não aproveitadas de modernização e diferenciação do sistema produtivo.

Operava-se assim um corte entre os interesses de classe e os interesses da nação. Afinal, não é possível ignorar que os setores politicamente hegemônicos tinham como razão de ser justamente o fornecimento de produtos primários para os países capitalistas centrais, que vinham canalizando a maior parte de seu esforço acumulativo na produção de artigos manufaturados. Estas mercadorias eram precisamente aquelas que necessitavam ser importadas (para consumo exclusivo das elites dominantes), visando compensar a impossibilidade de satisfazer as necessidades de consumo das classes proprietárias locais com a produção interna.

O mecanismo de funcionamento da economia da República Velha ocorria, portanto, no contexto mais amplo de uma *divisão internacional do trabalho*, que atuava no sentido de obstar o pleno desenvolvimento da produção manufatureira interna.

La dependencia está, pues, fundada en una división internacional del trabajo que permite el desarrollo industrial de algunos países y

limita este mesmo desarrollo en otros, sometiendo-los a las condiciones de crecimiento inducido por los centros de dominación mundial. La división internacional del trabajo entre los productores de materias primas y productos agrícolas y los productores de manufacturas es un resultado típico del desarrollo capitalista que asume la forma necesaria de la desigualdad combinada entre los varios países (DOS SANTOS, 1970, p. 45-6).

A economia agro- exportadora brasileira, no início do século XX, ainda mantinha aspectos fundamentais do período colonial. A redefinição da dependência econômica, possibilitada pela independência política, trouxe algo paradoxal, quando se considera que, mesmo na órbita política, o centro de gravitação continuava sendo os grupos que expressavam justamente os interesses externos. Ainda tinha-se como fundamento o controle do aparelho repressivo do Estado nas mãos dos latifundiários e setores comerciais e financeiros estreitamente relacionados às suas atividades econômicas.

Isto traz outra dimensão do problema, que é a questão da ideologia e do comportamento político dos grupos hegemônicos. Pois a capacidade das oligarquias sustentarem-se politicamente implicava também uma forte *resistência ideológica* ao desenvolvimento do espírito empreendedor⁸. O pensamento conservador, fundado na

⁸ O processo de transformação da mentalidade das classes dominantes foi lento e gradual. Após a revolução de 30, é inegável que operou-se um *salto qualitativo* nesta direção, embora seja forçoso reconhecer que houveram outros momentos da história brasileira, anteriores a este, onde também houve uma mudança bastante pronunciada em relação às motivações subjetivas daqueles grupos que controlam o jogo político. Assim, já o processo de organização do Estado nacional (1822) contribuiu para tirar um grande número de “senhores rurais” do isolamento do engenho ou da fazenda, projetando-os para o cenário econômico das cidades e dos governos locais. “Por aí se deu o solapamento progressivo do tradicionalismo vinculado à dominação patrimonialista e começou a verdadeira desagregação econômica, social e política do sistema colonial. Essa porção de senhores rurais tendeu a secularizar suas idéias, suas concepções políticas e suas aspirações sociais; e, ao mesmo tempo, tendeu a urbanizar, em termos ou segundo padrões cosmopolitas, seu estilo de vida, revelando-se propensa a aceitar formas de organização da personalidade, das ações ou das relações sociais e das instituições econômicas, jurídicas e políticas que eram mal vistas e proscritas no passado. Em uma palavra, ela ‘aburguesou-se’, desempenhando uma função análoga à de certos segmentos da nobreza européia na expansão do capitalismo” (FERNANDES, 1975, p. 28). O rompimento dos quadros conservadores, de acordo com Caio Prado Jr. (1974, p. 209), também recebeu outro forte impulso com a proclamação da República, que desencadeou um “novo espírito e tom social bem mais de acordo com a fase de prosperidade material em que o país se engajara”. O novo espírito quebraria “resistências e escrúpulos poderosos até havia pouco, estimulará ativamente a vida econômica do país, despertando-a para iniciativas arrojadas e amplas perspectivas”. Celso Furtado afirma também que o crescimento da influência dos grupos liberais, ainda durante o período de crescimento *hacia afuera*, implicou a formação de um núcleo da classe dirigente com *motivação schumpeteriana*, interessada no processo de integração econômica e na superação dos obstáculos antepostos pela estrutura social – caracterizada pelo autor como “semi-feudal” (FURTADO, 1968, p. 55).

dominação patrimonialista que implicava a sujeição pessoal dos trabalhadores, chocava-se com o comportamento do empresário inovador de caráter shumpeteriano. Este *tipo ideal* do empresário era característico das economias industriais que, por intermédio da política imperialista, controlavam a economia capitalista internacional e já haviam logrado atingir um notável avanço na produção industrial.

Nos países imperialistas, em que o capitalismo havia atingido o seu mais alto grau de desenvolvimento, a hegemonia da *oligarquia financeira* – que emerge da fusão entre o capital industrial e o capital bancário – resultará na política agressiva de controle das sociedades dependentes ou coloniais (LÊNIN, s/d), e o Brasil não permanecerá alheio a esta *fase superior do capitalismo*. Entretanto, a transplantação de técnicas, meios de produção e ideologias das economias plenamente desenvolvidas para o Brasil terá um caráter muito singular, pois sua estrutura de classes determinará um modo de absorção daquelas que resultará na sua combinação com o historicamente velho, como observou Florestan Fernandes (1972, pp. 94-101).

Como a subordinação dos trabalhadores brasileiros às formas de controle especificamente capitalistas (subsunção real do trabalho ao capital, momento em que o primeiro torna-se mero apêndice da máquina) *começa* apenas no momento em que os países avançados já haviam *concluído* esta fase, é possível notar o atraso com que os empresários locais absorveram as técnicas de controle da subjetividade da classe operária. Outro aspecto a ser considerado é a sua inexperiência política, intimamente relacionada à maneira peculiar pela qual foram transplantadas as técnicas e a visão de mundo das classes hegemônicas da Europa e, sobretudo, da América do Norte.

Portanto, o processo de estruturação do capitalismo no Brasil é resultante de um tipo de industrialização *retardatária*, já que o desenvolvimento da moderna empresa capitalista do país iniciou-se apenas quando o sistema imperialista havia entrado no período de sua crise

generalizada⁹. Realizando o desenvolvimento capitalista subordinadamente, por intermédio de um processo industrializador hipertardio (CHASIN, 2000, p. 45; MAZZEO, 1999, p. 114; ZORNETTA, 2003, p. 145), a burguesia brasileira encontraria, ao longo de sua trajetória, obstáculos de difícil superação para a efetiva concretização de sua revolução, em virtude da herança colonial¹⁰ cujas raízes ainda persistiam na estrutura social do país.

Neste sentido, a “via prussiana” de entificação do capitalismo – entendida como um *universal das formas não clássicas* de revolução burguesa –, da qual o modelo brasileiro constitui uma particularidade, caracteriza-se por um caminho lento e irregular de progresso econômico e social, no contexto do qual paga-se um elevado tributo ao atraso em virtude da conciliação das modernas formas produtivas com o historicamente velho (CHASIN, 2000, p. 45).

Apesar do atraso e das dificuldades históricas, é forçoso reconhecer que cada “salto” realizado sobre a decadente estrutura produtiva (assim como a crítica a seus subprodutos ideológicos, que se tornavam cada vez mais estéreis no sentido de justificar ou legitimar a dominação patrimonialística-oligárquica) trazia também as condições suficientes para realizar ulteriores avanços. O rompimento, no Brasil, com a estrutura de poder da República Velha, teve um sentido inegavelmente progressista: permitiu que a ascendente burguesia vinculada ao complexo urbano e industrial conquistasse uma participação – cada vez mais relevante – não apenas sobre o aparelho do Estado (importante assinalar que um controle bastante precário, já que o Estado aparecia como legítimo representante de seus interesses, agindo em

⁹ Ou seja, no período que se inicia com a primeira guerra mundial (1914-18), exatamente quando houve o primeiro surto de desenvolvimento industrial no Brasil.

¹⁰ Conforme assinalou Antonio Carlos Mazzeo, a formação social brasileira pode ser entendida como um capitalismo que se articula enquanto elo débil da cadeia imperialista (assim como sua burguesia), que é conformato ontologicamente a partir da *insuperabilidade histórica de sua condição (genético-estrutural) de colônia* (MAZZEO, 1997, p. 21-2).

seu nome, mas não *através de* suas próprias lideranças)¹¹, mas também em relação aos canais de difusão e expressão de seus valores de classe.

O fim do predomínio exclusivo das oligarquias rurais permitiu o *desenvolvimento de uma subjetividade* que tendia a romper com o conservadorismo e a apologia da vida rural, apontando um cenário favorável ao desenvolvimento – embora não à consolidação definitiva – também da *ideologia* burguesa. Conseqüentemente, a representação ideológica proposta pelos senhores rurais, que afirmavam ser o Brasil uma “nação essencialmente agrícola”, passou a ser um obstáculo social que tendia a ser suplantado por um comportamento inovador que ia se generalizando nos grupos proprietários dos meios de produção (ver IANNI, 1963, p. 21).

No contexto destas transformações, que iam se configurando lenta e gradativamente (como é característico das formações sociais que seguem a *via colonial* de transição para o capitalismo), emergem, concreta ou *potencialmente*, os pressupostos para o exercício de um novo tipo de dominação de classe: a coerção e o consentimento. Estes termos são interdependentes e se complementam. De fato, possibilitam que uma classe social ou aliança de classes se torne capaz de subordinar os interesses da sociedade como um todo aos seus particulares.

Ocorre que, na sociedade brasileira, os industriais – assim como nenhuma outra classe ou facção social – possuía condições de estabelecer uma base consensual para o exercício do poder. O corte que foi estabelecido não foi entre as facções burguesas urbanas emergentes e proprietários agrícolas em declínio; estas, em virtude da complementaridade objetiva que solidarizava seus interesses, uniram-se para deslocar as classes subalternas urbanas e rurais, caracterizando uma forma particular de “revolução pelo alto”. Como já havia sido indicado

¹¹ “O Estado que emergirá após 1930, mais intervencionista e centralizador, representará, objetivamente, as necessidades do reordenamento geral do capitalismo. O Estado, desse modo, *chama para si as tarefas que uma frágil burguesia não pode realizar por suas próprias pernas*, isto é, edificar as bases para uma industrialização

por Gramsci, este tipo de revolução, diferentemente do *americanismo*, não se fundava numa “composição demográfica racional” que tornasse possível um tipo de hegemonia que viesse surgir do interior das fábricas. Foi preciso não apenas recompor o bloco de poder, buscando apoio nos setores tradicionais derrotados, mas também assegurar um domínio que excluísse a participação das camadas populares, tidas como desestabilizadoras da legalidade burguesa.

Percebidos desta forma os problemas a serem enfrentados, os empresários, conscientemente ou não, visavam a hegemonia *possível* dentro de circunstâncias concretas, adotando um comportamento tido como o mais favorável ao desenvolvimento industrial. Este diagnóstico implicava a adoção de um projeto e de uma política de classe que teriam o condão de colocar efetivamente a *possibilidade* de superação (admitindo-se eventualmente conciliações e recuos estratégicos) do atraso econômico, inclusive nas relações predominantes no campo¹².

As estruturas internas obsoletas (órgãos governamentais de apoio à monocultura, latifúndio exportador, relações de trabalho não assalariado etc.), tidas como obstáculo ao desenvolvimento industrial, começavam a ser substituídas ou perdiam importância em relação a outras mais dinâmicas e modernas (legislação social e trabalhista, ministérios ligados à atividade urbana e industrial, indústrias de bens intermediários e de capital etc.). Significativo neste sentido foi o notável desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção após 1930 (mais precisamente, a aplicação de novos padrões técnicos e administrativos nas empresas, além das normas de proteção aos trabalhadores que fortaleceram o mercado interno).

A possibilidade de crescimento *para dentro* era tanto maior quanto mais tempo durasse a “pausa” na plenitude das atividades exportadoras. Isto porque a nova coalizão de

massiva que pudesse gerar também um proletariado moderno” (MAZZEO, 1988, p. 33-4; os grifos são nossos. No mesmo sentido, consultar Luiz W. VIANNA, 1978, p. 211, e Raul R. BOSCHI, 1979, p. 96).

poder representava não apenas uma nova visão de mundo, mais permeável aos padrões técnicos e produtivos da indústria moderna, como também era o sintoma de um afrouxamento com os vínculos de dependência neocolonial com o exterior (o que, em tese, habilitaria a economia nacional superar o antigo sistema de exportações- importações, produzindo internamente o que antes era importado mediante as divisas proporcionadas pelo setor exportador).

2. Superação e conservação: a transição *possível* de hegemonia

O colapso da República Velha desencadeou um processo que podemos qualificar de *transição de hegemonia* entre classes sociais, uma vez que a correlação de forças internas – considerada sob a ótica das frações burguesas, excluindo-se o proletariado urbano e rural – invertia-se. Embora a ascensão dos setores progressistas (por representarem as forças produtivas mais dinâmicas) tenha ocorrido sem a liquidação definitiva dos velhos senhores rurais da estrutura de poder e da apropriação do excedente econômico, é inegável que, do ponto de vista das relações de classe, os latifundiários em conjunto foram os grandes derrotados. Tratava-se entretanto de uma *tendência* histórica, cujo termo final passaria a depender da maneira pela qual as contradições do processo fossem sendo encaminhadas.

Do ponto de vista da articulação interna das forças sociais interessadas na reprodução de capital, há somente uma questão *a ser resolvida*: a da substituição das classes proprietárias rurais na cúpula da pirâmide do poder pelas novas classes burguesas empresárias industriais (...)

Ao contrário da revolução burguesa “clássica”, a mudança das classes proprietárias rurais pelas novas classes burguesas empresárias industriais não exigirá, no Brasil, uma ruptura total do sistema, não apenas por razões genéticas, mas por razões estruturais (OLIVEIRA, 1975, pp. 29-30, com grifos nossos; ver também p. 71).

¹² “Nesta forma particular de desenvolvimento do capitalismo, a fazenda colonial e agro- exportadora transforma-se lentamente numa fazenda moderna, com técnicas de produção mais avançadas” (ZORNETTA, 2003, p. 143-4).

Quais as razões principais desta peculiar forma de articulação entre os setores da economia voltados *para fora e para dentro*, no caso brasileiro? Esta questão constitui o ponto central de nossa análise sobre as possibilidades de posteriores progressos do empresariado industrial brasileiro na sua *luta* pela hegemonia política.

Esta luta, que não excluía compromissos, atitudes conciliatórias e uma grande dose de pragmatismo, travava-se no contexto de circunstâncias que traziam a marca de uma instabilidade flagrante. As condições que possibilitaram a ascensão do empresariado industrial (situação econômica internacional, rentabilidade das indústrias substitutivas, crescente grau de autonomização do Estado em relação aos cafeicultores e correlação de forças internas) sofreram alterações significativas nos anos subsequentes, em alguns casos revertendo as expectativas assinaladas.

Esta instabilidade repercutirá sobre as possibilidades de aceleração do processo revolucionário. Se comparado com a situação de países que experimentaram uma ruptura mais radical entre o moderno e o atrasado, o desenvolvimento do setor industrial no Brasil será difundido de uma forma extremamente lenta e complexa; *só paulatinamente é que serão extraídas, do seio da conciliação, as condições limitadas da existência e progressão da indústria no Brasil* (ZORNETTA, 2003, p. 145). Na forma particular de entificação do capitalismo no Brasil, o que se verifica é a *ausência de processos revolucionários radicais*, dada a natureza conciliatória que predominou entre o conjunto das classes proprietárias.

Esta dialética das forças sociais – o *motor da história*, que na sociedade brasileira apresenta particularidades com relação às demais formas de revolução burguesa – exige, tendo em vista o objetivo do presente trabalho, que se determine com maior grau de concreção as perspectivas do setor industrial em face do latifúndio e do imperialismo. Limitando-se a modelos esquemáticos, que privilegiam um maior nível de abstração, não é possível compreender o caráter – supondo que realmente exista algo neste sentido – das lutas

e compromissos políticos resultantes. Pois não apenas as oligarquias tradicionais *não* foram excluídas do jogo político, como tampouco a burguesia industrial conquistou a supremacia sobre as antigas classes rurais.

3. A crise da economia internacional atinge seus agentes internos

A conjugação de uma série de circunstâncias, internas e externas, preparou o caminho para aquela *redefinição* da hegemonia política no país. No que diz respeito aos agentes da produção material, foi a combinação da crise generalizada da fase superior do capitalismo, o imperialismo, com o declínio e finalmente crise terminal da economia agro exportadora brasileira, que contribuiu para precipitar o colapso tanto do modelo econômico quanto da superestrutura política que lhe dera sustentação. A Revolução de 30 foi, portanto, um “fenômeno produzido pelas contradições insuperáveis da estrutura agrário- comercial em sua última crise, em conexão com os pré- requisitos do sistema capitalista em constituição. Essas duas ordens de fatores e condições geraram a revolução, que marca o início efetivo da civilização urbano- industrial no Brasil” (IANNI, 1963, p. 19).

O centro das atividades produtivas – a agricultura de exportação, que vinha cumprindo um papel de acumulação originária, com relação à indústria – e a superestrutura política, jurídica e ideológica da República Velha, já haviam mergulhado numa crise nos decênios anteriores ao golpe de 1930. O movimento revolucionário representa, neste sentido, o momento em que as contradições do processo já não permitiam soluções temporárias dentro da ordem (oligárquica e liberal), pois exigiam transformações radicais na estrutura social, sob pena de gerar uma crise revolucionária permanente: “as modificações que se verificam no período são o resultado de um processo cumulativo que se configura ao longo de trinta anos e desemboca em condições peculiares – nacionais e internacionais – no movimento revolucionário” (FAUSTO, 1982, p. 227).

Esta crise revolucionária era ao mesmo tempo política e econômica.

O modelo econômico tendia à estagnação, em virtude sobretudo das crises de superprodução periódicas que atingiam o setor agrícola, associadas ao desaparecimento do monopólio do café no mercado internacional¹³ (processo iniciado já nos últimos anos do séc. XIX e agravado nos decênios seguintes). Como a economia era extremamente dependente da importação de produtos industrializados nos centros hegemônicos do capitalismo, os excedentes agrícolas já não eram suficientes para satisfazer uma demanda por bens de consumo duráveis cada vez maior (ainda que esta fosse um privilégio dos indivíduos ligados àquela mesma atividade de exportação, mas que paulatinamente ia incorporando as classes médias e empresárias urbanas).

Quanto ao regime político, sua instabilidade era decorrência imediata do crescimento da insatisfação de alguns grupos e classes sociais influentes que se voltaram contra os setores dominantes da República Velha. O exemplo mais dramático desta divisão política e ideológica foi o movimento tenentista, composto por jovens oficiais que promoveram uma série de levantes nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, na década de 1920.

Estagnação econômica e crise de dominação política estavam intimamente relacionadas. A industrialização verificada nas três primeiras décadas do séc. XX, apesar de restrita e excludente, trouxe no seu bojo a expansão dos setores sociais médios, da burguesia e do proletariado. A transformação da estrutura social do país resultou no aumento da pressão das novas classes sociais em ascensão sobre os setores dominantes, *visando obter um lugar próprio na sociedade política* (MARINI, 2000, p. 13). As rebeliões da juventude militar, na década de 1920, apontam uma ruptura radical, proposta por setores influentes da sociedade, com relação ao sistema oligárquico. Embora ambos se colocassem sob uma perspectiva

¹³ A política de sustentação dos preços do produto estimulou, indiretamente, a produção em outros países competidores (SOLA, 1982, p. 262), sobretudo a Colômbia.

liberal, os tenentes representavam uma versão *democratizante* do liberalismo (no sentido de lutar pela abertura do pacto político), enquanto os proprietários rurais representavam uma versão *excludente* do mesmo (VIANNA, 1978, p. 106).

Mas foi apenas no final deste período, com a Grande Depressão da economia capitalista mundial – enquanto desdobramento da quebra da Bolsa de Valores novaiorquina em 1929 – que ocorreu a mudança mais profunda e definitiva sobre a economia brasileira. A conjugação da crise da economia mundial com o iminente colapso da economia exportadora brasileira, efetivamente, assinalou o *fim de um ciclo histórico*. Isto porque, embora a Depressão tenha atingido o Brasil com menor severidade, se comparada com os efeitos provocados nos demais países capitalistas (FURTADO, 2000, capítulos XXXI e XXXII), ela não obstante, dada a especificidade da forma com que os interesses sociais se articularam na sociedade brasileira, desestruturou completa e irreversivelmente o setor agrícola voltado para o mercado externo (e, conseqüentemente, todo o modelo econômico que gravitava em torno daquele eixo dinâmico)¹⁴.

A ruptura operada nas esferas política e econômica tornou, *a posteriori*, mais evidente o fato de que o colapso do complexo agro- exportador brasileiro, em 1930, representou o ponto culminante de uma crise revolucionária que *já estava latente* durante toda a década de 1920. Se nesta, entretanto, a correlação de forças e a situação econômica *ainda* favoreciam os cafeicultores, apesar dos conflitos com outras frações de classe, a instabilidade resultante da nova conjuntura (interna e externa) abriu o caminho para que determinados grupos – entre eles, a burguesia industrial, até então marginalizada – lutassem com reais possibilidades para impor seus interesses frente aos (mais precisamente: *junto dos*) setores tradicionais.

¹⁴ Nos termos colocados por Florestan Fernandes (1975b, p. 73): “Com a eclosão e a consolidação de um mercado capitalista moderno, a gradual expansão de um sistema de produção capitalista e a formação de uma nova ordem econômica, social e política fundada na existência e no predomínio das relações de classe, acentuou-se a perda de importância relativa dos componentes dinâmicos tradicionais”, ou seja, baseados na dominação patrimonialista das oligarquias tradicionais.

Depois de quatro décadas de história republicana nas quais o predomínio político esteve nas mãos das oligarquias latifundiárias, houve um momento de indefinição caracterizado por um vazio de poder, que motivou a mobilização conjunta das oligarquias dissidentes e dos setores emergentes urbanos. Estes sentiam que podiam canalizar os efeitos da crise em seu próprio benefício, pois os cafeicultores tinham reduzidas possibilidades de intervenção. Como notou, a propósito, Thomas Skidmore (1976, p. 26): “Os revolucionários arrombaram uma porta aberta”. De fato, a crise de hegemonia e a lacuna deixada pela economia agro- exportadora – cujas atividades reduziram-se drasticamente, sobretudo na órbita da realização – foram as condições políticas e econômicas, respectivamente, que desencadearam o ciclo da revolução burguesa que ora analisamos.

4. Relações da economia brasileira com o mercado internacional: especialização agrícola, crises de superprodução e *desvantagens comparativas*.

As crises periódicas de superprodução do principal produto exportável brasileiro, o café, tornavam a economia brasileira bastante vulnerável. Para agravar o problema, esta questão esteve sempre associada ao mecanismo de intercâmbio desigual que reforçava o desenvolvimento desigual e combinado (à medida em que o imperialismo expandia suas esferas de atuação territorial, acentuava-se nos países atrasados o processo de deterioração dos termos de troca¹⁵, entendido como uma forte baixa no poder aquisitivo da moeda que acarretava a elevação dos preços relativos dos artigos manufaturados importados). Estes

¹⁵ Não apenas o Brasil, mas os países latinoamericanos de uma forma geral, já se encontravam, nos anos vinte, frente a uma contração da capacidade para importar. Nestas condições, segundo Ruy Mauro Marini (1972, p. 18), não restou à burguesia industrial, naquele período, outra possibilidade senão transigir com o setor agrário-exportador, pois tornava-se necessária a elevação das divisas disponíveis para a importação de equipamentos e bens intermediários, levando-a inclusive a facilitar e incentivar o setor agro- exportador para expandir suas atividades. Esta contração da capacidade de importar era decorrência da política de sustentação da renda do setor cafeeiro, que impunha um desequilíbrio externo que se aprofundava cada vez mais (FURTADO, 2000, p. 208); a reiteração da política de estímulo à agro exportação, portanto, acelerou as contradições do processo, que somente puderam ser superadas (em parte) com a adoção de novas diretrizes no campo da política econômica.

foram, nos primeiros decênios do século XX, os problemas cuja solução tornava-se cada vez mais urgente, tornando-se questão central nos debates sobre política governamental.

Mas as soluções propostas para o problema não ultrapassaram os estreitos horizontes da economia exportadora agrícola. Debatia-se os efeitos da crise, porém não se colocava em questão os fundamentos mesmos do modelo econômico. Isto porque o problema da acumulação de estoques invendáveis de café no mercado internacional, agravado pela dificuldade crescente de gerar as divisas necessárias para importar mercadorias que não eram produzidas internamente, não era mais do que um epifenômeno (ou seja, manifestação superficial de uma estrutura econômica dependente e excessivamente vulnerável) da dependência, resultado de forças produtivas e relações de produção atrasadas que não encontravam estímulos endógenos para sua superação. De qualquer maneira, tais efeitos tornavam mais evidente a perda de dinâmica do referido modelo, problema que foi agravado, com a chegada da grande crise de 29, pela ruptura quase completa das transações internacionais e o refluxo dos capitais estrangeiros invertidos no país.

A superprodução agrícola, é importante salientar, apenas em parte pode ser atribuída aos movimentos cíclicos nas economias dos países importadores. Isto porque os fatores atuantes do lado da oferta eram decorrentes das ordens de investimentos visando a acumulação de capitais *no interior da economia brasileira* (MELLO, 1987, pp. 66-7), embora a participação de grupos estrangeiros na comercialização e financiamento não possa ser desprezada. E os investimentos que se dirigiam para a produção do café, que eram mantidos ainda quando a economia internacional entrava em períodos de crise, gerando a grande desproporção entre a produção e demanda do principal produto de exportação brasileiro (que eram aparentemente irracionais do ponto de vista do comportamento empresarial), se justificam quando se tem em vista que eram exatamente os interessados naquele negócio que controlavam o aparelho governamental.

É devido a este comportamento político que afirmamos serem os cafeicultores a *expressão interna* da dependência durante a primeira República. Esta afirmava o subdesenvolvimento na medida em que retirava eventuais estímulos à expansão da indústria. Apesar do excedente da produção crescer quase ininterruptamente ao longo das três primeiras décadas do século XX, os cafeicultores contavam com generosos estímulos do Estado (mais precisamente, *dos Estados* da Federação, que antes de 1930 gozavam de ampla autonomia econômica e política)¹⁶ para o financiamento dos estoques acumulados¹⁷ e a realização de seus lucros. A burguesia cafeeira, portanto, optava pela inversão de capitais em lavouras supérfluas, do ponto de vista das necessidades humanas, em detrimento da possível utilização dos capitais acumulados na diferenciação da estrutura produtiva voltada para o mercado interno.

Assim, a política de defesa dos preços do café (que se tornou permanente devido ao sucesso das várias operações realizadas)¹⁸ se constituía como o mais importante aspecto isolado de favorecimento dos grupos economicamente hegemônicos, criando um mecanismo que *sustentava* a renda¹⁹ interna quando a demanda externa se contraía. Mas, se de um lado ela permitia a manutenção do dinamismo do modelo econômico “voltado para fora” (assegurando a continuidade das importações dos bens de consumo exigidos pelo restrito mercado interno que se havia formado), por outro tornava-se bastante onerosa para todos os demais grupos e classes sociais. Isto porque:

¹⁶ Sobre as competências e atribuições dos Estados da Federação, antes de 1930, ver Thomas Skidmore, 1976, p. 55

¹⁷ Foi precisamente a recusa do governo Washington Luís em aumentar os créditos para os cafeicultores, ao mesmo tempo em que suspendia a compra dos excedentes de produção, o motivo do descontentamento e da transformação deste em firme oposição política. Os cafeicultores “ficaram furiosos”, devido ao fracasso da política de Washington Luís (ver Thomas SKIDMORE, 1976, p. 30-1)

¹⁸ Ver João Manuel Cardoso de Mello (1987, p. 160).

1.

Como o país se especializou na exploração de matérias-primas e gêneros tropicais exportáveis, o que o tornou um dos grandes fornecedores de algumas destas mercadorias (caso do café, da borracha, do cacau e do algodão) no mercado internacional, não houve um estímulo suficiente para o avanço da economia em direção a outras atividades, sobretudo industriais. O processo de acumulação de capitais concentrava-se na produção agrícola, que era pouco diversificada, utilizava técnicas obsoletas e aproveitava-se da existência de um exército de reserva numeroso e superexplorado. Estas condições da produção permitiam a apropriação de superlucros imediatos – uma vez que não requeriam investimentos numa escala equivalente, por exemplo, à das indústrias avançadas instaladas nos países capitalistas centrais –, o que possibilitou um notável incremento do comércio externo e um surto econômico sem precedentes (especialmente no período imediatamente posterior à proclamação da República).

Entretanto, a contrapartida deste fenômeno pôde ser verificada na insignificante alocação de recursos nos setores produtivos que potencialmente serviriam ao consumo interno. O investimento na produção de artigos manufaturados não oferecia perspectivas atraentes, pois a possibilidade de realização dos lucros no mercado interno era pequena, se comparada com a remuneração do capital invertido no setor exportador-mercantil (CARDOSO, 1960, p. 37). O empresariado – inclusive estrangeiro, naquele momento²⁰. – ainda nutria reservas quanto à viabilidade da expansão do mercado consumidor interno, restrito às classes proprietárias. Dois fatores reforçavam aquela desconfiança. Em primeiro lugar, as dificuldades encontradas pelos empresários brasileiros em competir com a produção

¹⁹ De acordo com o paradigma cepalino, “as exportações representam o único componente autônomo de crescimento da renda, e, ipso facto, o setor externo surge como centro dinâmico da economia” (Cf. MELLO, 1987, p. 29). A política de defesa dos preços do café apenas assegurava a *continuidade* deste processo.

²⁰ Naquele momento, os investimentos externos concentravam-se nos setores de comercialização, serviços, transportes e infra-estrutura, além do setor financeiro especulativo. Os investimentos no setor industrial cresceram significativamente no período posterior à Segunda Guerra Mundial, e serão analisados em capítulo posterior.

manufatureira estrangeira, que contava com vantagens tecnológicas e financeiras muito superiores. E estreitamente ligado a esta dificuldade, estava o fato de o mercado consumidor externo de produtos primários, já formado e consolidado, ser mais seguro e rentável (portanto, mais atraente aos investidores) do que o incipiente mercado interno, cujos limites são por demais conhecidos (ver SODRÉ, 1964, p. 362-4 e PRADO JR., 1972, p. 65).

Apesar de politicamente independente, o Brasil, assim como outros países latino americanos, mantinha uma estrutura econômica que pouco diferia daquela existente no período colonial. A produção subordinou-se ao controle dos grupos agro- exportadores que buscaram, após a emancipação política – conduzida por estas mesmas elites – reorganizar seus vínculos econômicos externos com a nação capitalista então hegemônica, ou seja, a Inglaterra (CARDOSO, 1971, p. 60). Portanto, o que se verifica, desde a primeira metade do século XIX até início do século XX, no Brasil, é uma redefinição dos laços de dependência que, longe de imprimir um estilo de desenvolvimento segundo os padrões tecnológicos dos países avançados, reiterava o tipo de inserção subordinada do país na divisão internacional do trabalho. Como corolário, verifica-se a obstrução da produção de gêneros de consumo interno, o que forçava o país a importar os bens de consumo exigidos pelos seus consumidores, inclusive alguns artigos de alimentação básicos (PRADO JR., 1974, p. 210 e 254).

Esta especialização decorreu, especialmente, da criação de setores dotados de vantagens comparativas²¹, onde os custos de produção eram relativamente menores do que aqueles verificados no setor industrial. Isto quer dizer que, tal como nos demais países latinoamericanos, as importações pagas com as divisas geradas naqueles setores se tornaram, em princípio, mais baratas do que a produção nacional alternativa²² (SUNKEL, 1975, p. 62).

²¹ Aqueles que se pronunciavam contra a industrialização na periferia *buscavam dar credibilidade aos seus argumentos*, recorrendo à teoria clássica do comércio internacional (CARDOSO & SERRA, s/d, p. 44). Esta buscava justificar a especialização da pauta de exportações por meio do postulado segundo o qual todos os parceiros do comércio tendiam a maximizar seus benefícios econômicos, independentemente da mercadoria que produziam e comercializavam.

²² Trata-se, efetivamente, de um *favorecimento da atividade primário- exportadora* (SUNKEL, 1975, p. 118). Sobre este aspecto, cabe assinalar que os trabalhos da CEPAL já indicavam que o aumento da produção primária

Este mecanismo decorria da divisão internacional do trabalho, na qual a exportação de alimentos, como assinalou Ruy Mauro Marini, tinha um *papel coadjuvante na revolução industrial européia*: permitia-se, desta maneira, que os países avançados se concentrassem na produção manufatureira, enquanto a periferia se especializava na produção de matérias-primas industriais (MARINI, 2000, p. 175-6; ver também DOS SANTOS, 1970, p. 43).

Portanto, apesar da relativa diversificação que o setor exportador promovia sobre o resto do sistema (caso da infra-estrutura de transportes²³, energia, comunicações, comércio etc.), este processo ficava limitado pelas próprias características concentradoras – em termos políticos, econômicos e sociais – inerentes ao estilo de *desarrollo hacia afuera*²⁴.

2.

A questão da superprodução e a política governamental de sustentação dos preços do café trouxeram o problema de se determinar *quem suportaria as perdas* causadas pela criação de uma demanda artificial. Os cafeicultores, que constituíam a classe dirigente até 1930, seguiram a linha de menor resistência, transferindo para o conjunto da coletividade o peso da carga das crises cíclicas (FURTADO, 2000; PRADO JR., 1974). Ao longo das três primeiras décadas do século XX, os empréstimos públicos obtidos para financiar os estoques causaram

não trazia consigo um aumento da demanda industrial, já que a regra estabelece justamente o contrário. A deterioração dos termos de troca, segundo a CEPAL, decorria justamente da lentidão com que o desenvolvimento industrial absorvia o excesso de população dedicada às atividades primárias (Cf. Cardoso de MELLO, 1987, p. 14-5). O desequilíbrio entre exportação agrícola e importação de manufaturas mostrava assim as duas faces de uma única moeda: enquanto as crises da economia de exportação eram de superprodução, as da economia de mercado interno eram de subprodução (SODRÉ, 1964, p. 362).

²³ Na verdade, a própria construção da infra-estrutura de ferrovias e portos *reiterava* a “vocalização agrícola” do país, pois serviam exclusivamente para transportar as riquezas naturais brasileiras aos países consumidores (ver OLIVEIRA, 1977, p. 20; PRADO JR., 1974, p. 334; DOS SANTOS, 1970, p. 42; MELLO, 1987, p. 80-2; GASPARIAN, 1973, p. 79).

²⁴ Reproduzia-se, na verdade, *algumas* das características do período colonial, embora a internalização crescente das atividades econômicas, ocorrida especialmente após a Independência, o fizesse em condições mais vantajosas. Pode-se comparar os limites da economia agro-exportadora brasileira do início do século XX, acima descritos, com as características do período colonial, traçadas por Florestan Fernandes: Naquele período, como *todas* as fases importantes da atividade econômica “se desenrolavam fora da colônia (...) operava-se uma espécie de despojamento econômico residual que ocasionava, por si mesmo, estímulo ao crescimento econômico horizontal, estancamento da diferenciação econômica e eternização do estado de heteronomia econômica”; a unidade produtiva do período colonial “possuía escassa capacidade para originar um circuito de reinversão com tendências autonômicas e de bases capitalistas mais ou menos consistentes. Isso contribuiu para a economia colonial fechar-se sobre si mesma, apesar de organizar-se para a exportação: seu único pólo dinâmico era

desequilíbrios externos crônicos, que exigiram *enormes sacrifícios* às classes e grupos não vinculados à agricultura de exportação. A dívida era contraída para aliviar as dificuldades *permanentes* dos cafeicultores, cujas reivindicações jogavam a economia brasileira no círculo vicioso da renovação de empréstimos para solver os anteriores. Além disso, a

concentração cada vez maior das atividades na produção de uns poucos gêneros exportáveis, e a estruturação de toda a vida do país sobre base tão precária e dependente das reações longínquas de mercados internacionais fora de seu alcance, tornavam aquele sistema essencialmente frágil e vulnerável (PRADO JR., 1974, p. 211; sobre a vulnerabilidade, consultar também MARTINS, 1965, p. 20).

A realização da mais-valia dependia do consumo das mercadorias exportáveis nas economias centrais, mas era impossível jogar sobre os investidores e consumidores daqueles países o ônus da crise. O capital cafeeiro era o sócio menor das finanças internacionais, que monopolizavam o comércio mundial de mercadorias e impunham as condições contratuais que lhe eram mais favoráveis. Além disso, a demanda daqueles produtos era inelástica, pois os mercados consumidores²⁵ já estavam saturados; daí, a impossibilidade de sustentar os preços até um certo limite e ausência de controle sobre a comercialização.

Restava o recurso ao endividamento externo, contraído pelo Estado e não pelos produtores diretos (mas por exigência destes). Os empréstimos externos contribuíam para a expansão dos meios de pagamento destinados à compra do café, cujos excedentes eram retirados do mercado. Enquanto os produtores e comerciantes recebiam o valor integral do produto, o restante da população era obrigado a suportar os custos do negócio, em razão da transferência da renda para os latifundiários, fato que restringia a capitalização na economia de mercado interno (SODRÉ, 1964, p. 289 e 363).

neutralizado nos limites que transcendessem (ou pudessem romper) o controle econômico vindo de fora” (FERNANDES, 1975, p. 24-5). Veja-se também Prado Jr. (1974, p. 223-4).

Os interesses envolvidos no esquema de valorização exerciam um poder considerável sobre a economia e a sociedade brasileira. Mesmo com o advento da revolução de 30, que transformou aspectos fundamentais da política econômica, restou inconclusa (na medida da correlação de forças resultante) a resolução da irracionalidade macroeconômica. Este fenômeno (decorrência da separação entre os domínios da produção e realização da mais-valia) – tinha uma certa racionalidade, do ponto de vista do empresário- cafeicultor considerado isoladamente.

Mas a contradição entre irracionalidade total e racionalidade parcial (Marx, Mandel) condicionava de maneira tão decisiva o processo de acumulação, que a transição de hegemonia não significou uma mudança tão drástica quanto aos interesses aos quais a política governamental se subordinava. Afinal, não é desnecessário ressaltar que, mesmo após a crise – e isto é de suma importância no sentido de apontar o poder que as oligarquias mantiveram após a revolução de 30 –, houve a manutenção da política de sustentação dos preços agrícolas (que passariam a jogar um papel fundamental mesmo sobre o processo de substituição de importações).

As medidas de proteção ao setor cafeeiro na década de 30, segundo Renato Raul Boschi, assinalam a forte presença de aspectos conservadores durante a emergência das forças sociais urbanas. A política de defesa do café representou, naquele período, uma *tentativa de garantir um sistema econômico ainda em grande parte baseado no mercado exportador* (BOSCHI, 1979, p. 60). Além desta semelhança com relação à política de valorização do primeiro período republicano, podemos acrescentar uma diferença: a partir de 1930 – em que as possibilidades de empréstimos externos eram praticamente nulas – a retenção dos estoques foi levada a cabo com recursos obtidos dentro do próprio país. Mas os resultados se

²⁵ Entre 1901 e 1960, a exportação média (anual) de café nos seis decênios do período cresceu apenas de 7,8 milhões de toneladas para 9 milhões (PRADO JR., 1974, p. 293-4). O crescimento dos níveis de produção, no entanto, foi muito mais intenso.

equiparavam: depois de 1930, recorreu-se à expansão do crédito, sendo que os prejuízos foram novamente socializados (FURTADO, 2000, p. 199-201).

3.

O fato de o setor mais dinâmico da economia ser dependente da exportação de alguns poucos produtos primários representou também um *limite ao aprofundamento da divisão social do trabalho*, como demonstrou Francisco de Oliveira no seu trabalho de interpretação teórica da economia da República Velha (1977). Nesta, a reiteração da chamada “vocalização agrícola” do país resultou na manutenção do atraso das forças produtivas, uma vez que: a) manteve-se estanca a divisão social do trabalho entre campo e cidade; b) apoiava-se num mecanismo extremamente concentrador da renda (situação historicamente determinada pelo complexo agro-exportador, baseado no monopólio da propriedade da terra); e c) não permitia a superação do estado de ausência de “virtualidade técnica” da força de trabalho.

O modelo econômico, ao *aprofundar* a especialização na produção de algumas poucas mercadorias exportáveis, formou assim uma espécie de círculo vicioso onde a realização do valor dependia do financiamento externo: “enquanto se inviabilizava em si mesma, a economia agroexportadora bloqueava o avanço da divisão social do trabalho no rumo do capitalismo industrial²⁶, na medida em que reiterava os mecanismos da intermediação comercial e financeira externa, que nada tinham a ver com a realização interna do valor da produção de mercadorias dos setores não exportadores”.

²⁶ Não concordamos, portanto, com Fernando Henrique Cardoso (1971, p. 78), quando o autor afirma que a capitalização crescente da economia exportadora expressava a intensificação da divisão social do trabalho. Ora, é certo que, em algum grau, surgem núcleos dispersos – concentrações industriais urbanas – no seio da própria economia exportadora, como buscaremos demonstrar mais adiante. Mas, por ser o setor subordinante da economia, o complexo exportador colocava, ao mesmo tempo, os próprios limites a esta expansão que, apesar de atenuados com os acontecimentos posteriores a 1930, nem por isso deixaram de atuar decisivamente sobre o processo de divisão (inclusive internacional) do trabalho. A propósito, devemos levar em consideração que outra consequência do mecanismo de funcionamento da economia da República Velha estava no fato de que ela representava um *obstáculo à integração do mercado nacional*, em virtude da dispersão das atividades econômicas (ver FAUSTO, 1982, p. 232). Neste sentido, a abolição – em 1937, já sob o Estado Novo – das taxas interestaduais de exportação permitiu uma maior integração entre os setores rural e urbano, contribuindo decisivamente para o *desenvolvimento de um mercado realmente nacional* (SOLA, 1982, p. 270).

Oliveira acrescenta que o avanço da divisão social do trabalho estava sendo bloqueado inclusive nas atividades agrícolas: “a classe dominante rural bloqueará o avanço da divisão social do trabalho no campo – em suma, a penetração do capitalismo no campo, de uma forma quase total, exatamente porque perpetuou o mecanismo que inicialmente cumpria o papel da acumulação primitiva” (OLIVEIRA, 1977, p. 28-36).

Mantendo-se no estágio de acumulação originária, a introdução de forças produtivas especificamente capitalistas operava-se com enormes dificuldades. Sendo pequena a divisão social do trabalho, *também a divisão manufatureira do trabalho, base para o desenvolvimento industrial, não se aprofundava*. Em termos teóricos, Marx expôs com clareza esta relação necessária entre aprofundamento da divisão do trabalho na manufatura e desenvolvimento das forças produtivas:

Sendo a produção e circulação de mercadorias o pressuposto geral do modo de produção capitalista, a divisão manufatureira do trabalho *exige que a divisão do trabalho tenha amadurecido até certo grau de desenvolvimento no interior da sociedade*. Inversamente, a divisão manufatureira do trabalho desenvolve e multiplica por efeito recíproco aquela divisão social do trabalho (MARX, 1983, p. 278; grifos nossos)

Enquanto a divisão do trabalho no todo de uma sociedade, seja ou não mediada pelo intercâmbio de mercadorias, existe nas mais diferentes formações sócio-econômicas, a divisão manufatureira do trabalho é uma criação totalmente específica do modo de produção capitalista (idem, p. 282).

Se houvesse um aprofundamento da divisão social do trabalho, na sociedade brasileira do início do século XX, a conversão dos fatores da produção em mercadorias – inclusive a força de trabalho – ampliar-se-ia. Trata-se da questão da *alienação como vendabilidade universal*, nos termos colocados por Mézaros. Tornando os trabalhos de cada um interdependentes dos demais, estimularia o parcelamento das tarefas, permitindo a mutilação do trabalhador que se converteria em *trabalhador parcial* [Marx]. A ausência de condições favoráveis para avançar nesta direção, na sociedade brasileira do início do século XX, indica

o quão atrasado estava o estágio da revolução burguesa no país. Afinal, sequer as classes fundamentais da sociedade burguesa – burguesia e proletariado – haviam se constituído como classes numericamente (em conseqüência, *qualitativamente*) capazes de reivindicar uma participação mais efetiva no jogo de poder.

4.

À medida em que o acirramento dos conflitos interimperialistas acentuava as contradições do processo de acumulação em escala internacional, o padrão de dependência externa da economia brasileira redefinia-se, em função de novas correlações de forças entre as potências hegemônicas, e entre estas e as nações dependentes. A forma de inserção da economia brasileira na divisão internacional do trabalho dependia de como suas classes econômica e politicamente dominantes passariam a se articular aos capitais financeiro, industrial e comercial das nações dominantes. As perspectivas de desenvolvimento industrial poderiam ser maiores ou menores, de acordo com a função assumida pelos agentes da transformação social: caberia a estes aproveitar as oportunidades abertas pelos desequilíbrios do capitalismo internacional de acordo com a alternativa que consideravam a mais conveniente.

Confrontando as duas alternativas que representariam os limites *lógicos* para a ação das forças sociais internas – de um lado, a ruptura radical em relação à dependência econômica, através da afirmação de um desenvolvimento capitalista em bases autônomas; de outro, a eternização do modelo de desenvolvimento *havia afuera*, que reafirmaria a dependência – com os limites *empíricos* impostos pela situação concreta, não é difícil perceber que a opção por uma conciliação com o setor externo tendia a prevalecer sobre as demais. Assim, a cada crise econômica mundial, não restava ao Brasil – ou seja, às suas classes dominantes – outra opção senão mergulhar junto delas, ficando à mercê de situações que lhe escapavam totalmente ao controle.

Neste sentido, a crise do liberalismo, iniciada com o primeiro conflito mundial, em 1914, trouxe no seu bojo uma série de desajustamentos, que se tornaram mais graves na década dos vinte. Os anos entre 1925 e 1929, período de crescimento acelerado da economia estadunidense, foram para o Brasil – como, de resto, para a América Latina – *um período de gestação de sérios desequilíbrios, em virtude de uma tendência à superprodução e à acumulação de estoques* (SUNKEL, 1975, p. 104; ver também BAER, 1977, p. 14). Ou seja, a alta rentabilidade do setor cafeeiro, decorrente das políticas de valorização, foi *acumulando problemas para o futuro* (FAUSTO, 1982, p. 229), cuja solução, com a chegada da crise, não poderia mais depender de paliativos.

No final do século XIX e início do século XX, os *industrialistas* (grupo formado por empresários, intelectuais, técnicos, engenheiros, juristas e políticos) alegavam que o crescimento industrial seria uma alternativa eficaz para a vulnerabilidade de economia agroexportadora; e que a substituição de importações seria uma medida necessária para promover o equilíbrio da balança comercial (LEOPOLDI, 2000, p. 103). Durante todo o período da República Velha, o predomínio quase absoluto do capital agrícola excluiu a possibilidade de se tomar aquele caminho, deliberadamente deixado de lado pelas facções políticas hegemônicas.

Entretanto, quando sobreveio a grande depressão, apesar de os industriais não terem participado decisivamente dos acontecimentos que culminaram com o golpe de 1930, o que até então era uma mera possibilidade, tornou-se fato consumado. Os desequilíbrios gestados não poderiam ser corrigidos a não ser que se colocasse em xeque o próprio modelo agro-exportador. Embora tenha sido preservada uma grande parte do prestígio político dos representantes do latifúndio, a preocupação dos novos donos do poder em apoiar o setor industrial impunha-se em caráter irreversível, com a progressiva mudança (embora lenta e

gradual) da importância relativa que agricultura e indústria ocupavam no conjunto da economia.

A impossibilidade quase absoluta de realização da mais-valia no setor agrícola forçou a canalização dos investimentos produtivos para setores até então pouco favorecidos, tendo em vista a lógica da acumulação (abstráida inclusive dos valores de uso das mercadorias que passaram a ser produzidas internamente). Mas tratava-se de uma tendência cujo termo final ainda não estava nos horizontes dos indivíduos, naquele momento: a dependência do setor agro-exportador, mesmo após a grande depressão e a segunda guerra interimperialista, demonstra a fragilidade do setor industrial, incapaz de gerar os recursos necessários à sua própria expansão.

5.

Com todo um imenso aparato governamental voltado para a promoção e proteção dos interesses dos grupos até então hegemônicos – latifundiários, importadores e grupos financeiros que constituíam o centro do modelo econômico “voltado para fora” – ficava claro que os interesses das classes médias urbanas e da burguesia industrial brasileira (que tinham claras pretensões de levarem a cabo o avanço do processo de industrialização e diferenciação do sistema produtivo) estavam sendo obstados pelas políticas que vinham sendo adotadas²⁷. O caráter “essencialmente agrícola” do Estado brasileiro, e tudo o que ele representava em termos sociais, políticos e econômicos, de fato, continha as possibilidades de uma revolução burguesa no Brasil:

²⁷ “Na área da industrialização (...), os apologistas do puro liberalismo econômico haviam ganho a parada, *antes* de 1930. Verificavam-se, por parte dos defensores da industrialização, tentativas periódicas de alcançar tarifas de proteção mais altas e crédito mais liberal para a indústria nascente. *Mas eram bastante mal sucedidos*. Com exceção de uns poucos itens, como os tecidos, praticamente todos os produtos manufaturados eram importados. A intervenção estatal em benefício da indústria, em contraste com o setor de exportação, entrava em choque com a visão predominante do “papel natural” do Brasil como economia dependente, trocando produtos primários por bens acabados” (SKIDMORE, 1976, p. 65; *itálicos nossos*). Era portanto uma apologia do puro liberalismo econômico, um reconhecimento implícito de que seus mecanismos de funcionamento, por si sós, eram insuficientes para operar a modernização econômica.

Enquanto o Estado se mantém apropriado pela facção burguesa agrário-exportadora, situa-se por fora de uma orientação modernizante. A otimização dos interesses desse setor de classe, dependendo do mundo exterior, implicava numa política exclusivista que ignorava as reivindicações de outras facções burguesas e das camadas e extratos intermediários, no sentido de “orientar para dentro” a política econômica do Estado (VIANNA, 1978, p. 133)

O tipo de articulação do sistema agro- exportador com o capital financeiro externo correspondia a uma dominação capitalista que abafava o desenvolvimento das demais frações burguesas, e isso, como é claro, independente da consciência que tivessem desse processo (idem, p. 135).

Um dos exemplos mais evidentes desta visão de mundo residia na posição do governo de Campos Salles (1898-1902), que afirmou: “É tempo de tomar o caminho certo e o que devemos fazer com esse fim é esforçar-nos por exportar tudo que possamos produzir em melhores condições que outros países e em importar o que eles possam produzir em melhores condições que nós”. Seu Ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, implantou medidas recessivas e deflacionárias que acabaram desestimulando o investimento na indústria. Mesmo sua política tarifária não tinha qualquer intenção protecionista, uma vez que as indústrias “artificiais” eram por ele categoricamente criticadas, razão das divergências entre governo e industrialistas; contra a existência de produtores supostamente ineficientes, que só sobreviveriam graças ao auxílio do governo, Murinho apelava para os argumentos liberais mais ortodoxos, combinados com a *crença spenceriana na seleção natural dos produtores pelas forças do mercado* (LEOPOLDI, 2000, pp. 46-7, 104-5 e 168-173). A política econômica deste período, como afirmou um historiador, *consistia em deter o desenvolvimento industrial e submeter o país ao sistema colonial, colocando-o sob as ordens do imperialismo; era uma apologia da estagnação* (SODRÉ, 1996, p. 82-3), que podia ser encontrada também nos demais Presidentes que ocuparam o cargo antes de 1930.

Portanto, somente uma transformação radical na estrutura de poder teria o condão de fazer prevalecer os interesses das classes e grupos vinculados ao complexo urbano e industrial. As condições para essa transformação serão analisadas no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

CONDIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR INDUSTRIAL

1. Contornando os obstáculos ao desenvolvimento industrial: nova correlação de forças

Nos anos trinta, a sociedade brasileira, tendo recebido como herança os problemas econômicos gerados pelo setor agro- exportador nos decênios anteriores, aproveitou-se justamente do fato de tais contradições terem-se desenvolvido ao extremo para que fossem modificadas as relações sócio- políticas e econômicas que perpetuavam o anacronismo do sistema. De forma semelhante ao modelo sugerido por Marx, a transição do modelo primário-exportador para a industrialização fundada no consumo interno ocorreu quando as relações de produção predominantes no velho sistema entravavam um possível desenvolvimento de novas forças produtivas²⁸, fato que somente seria possível em bases totalmente diferentes.

Embora a crise revolucionária não tenha sido resolvida de forma radical, tal como nas revoluções burguesas ao estilo “clássico”, é inegável que a crise da economia agro-exportadora representou um duro golpe sobre a estrutura de classes do país, promovendo uma reconfiguração do equilíbrio de forças *entre os grupos proprietários*, além de reforçar a presença das classes intermediárias (burocracia civil e militar, profissionais liberais, pequena burguesia etc.), que apareciam no cenário da sociedade numa posição mais confortável²⁹.

²⁸ “Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade” (MARX, 1999, p. 52).

²⁹ Os limites do movimento tenentista, expressão mais organizada das assim chamadas classes médias, ficam bem delimitados na precisa análise de Francisco de Oliveira: “As reações surgidas de dentro do próprio Estado, de que o tenentismo é a expressão mais presente e persistente ao longo da história da República Velha, podem receber hoje o crédito histórico de elemento dissolvente da República oligárquica e até os louros de futuras transformações. Mas elas são impotentes para transformar a sociedade a partir do seio do próprio Estado; apenas quando a própria unidade oligárquica se fratura é que surge a possibilidade da transformação” (OLIVEIRA, 1977, p. 35-6)

Cabe, desde logo, precisar o sentido da modernização que tendia a dissolver o sistema de dominação oligárquica. Tratava-se de um processo modernizador, sem dúvida, porém excludente e restrito, já que concentrava os benefícios do progresso nas mãos das classes proprietárias, urbanas e rurais. Isto ocorria necessariamente porque, se por um lado impunha-se uma transformação radical quanto à posição destes grupos proprietários, por outro, *não* houve uma mudança no que se refere às *relações básicas do sistema do ponto de vista de proprietários e não-proprietários dos meios de produção*, pois as classes trabalhadoras em geral continuavam, na encruzilhada daqueles interesses, sem qualquer possibilidade de participação no esquema de poder (OLIVEIRA, 1975, p. 29-30). Na sua revolução, a burguesia brasileira não poderia contar com o proletariado (tampouco era de seu interesse), ainda débil em termos de poder organizado³⁰, tendo de lutar, pactuar e transigir justamente com os setores representantes das relações de produção atrasadas.

Como as elites anteciparam-se às massas populares, *fazendo a revolução antes que o povo a fizesse*, este permaneceu na condição de “parceiro-fantasma” do jogo político, segundo a expressão utilizada por Weffort (2003, p. 13). Entretanto, apesar de não contar com o proletariado, o esquema de sustentação política (que reduziu as possibilidades de extensão das franquias democráticas no Estado brasileiro) permitiu, através de um processo modernizador operado “pelo alto”, um rápido (porém descontínuo) desenvolvimento das forças produtivas. Se até 1930 os cafeicultores lograram submeter o governo central aos objetivos de sua política econômica³¹, nota-se que, a partir da derrubada da República Velha,

³⁰ Na verdade, a reaproximação entre as frações burguesas agrárias e industriais, no período pós-revolucionário, seria praticamente impossível sem a liquidação dos setores mais radicais da pequena burguesia e do proletariado. A exclusão do movimento tenentista e da Aliança Nacional Libertadora indicam claramente um momento de recuo quanto às perspectivas de democratização da sociedade brasileira, e – conseqüentemente –, a política vacilante da burguesia, que teve que levar em consideração os interesses da classe contra a qual teve de lutar poucos anos antes.

³¹ Veja-se FURTADO, 2000, p. 194; SODRÉ, 1996, p. 75; OLIVEIRA, 1977, p. 117. O acordo de Taubaté (1906), que instituiu o programa de valorização do café, é sintomático do poder político da burguesia cafeeira e da sua capacidade de imprimir à política econômica uma feição adequada a seus interesses particulares; as próprias lideranças industriais participaram dos debates e apoiaram a política de defesa do café com o apoio do Estado (LEOPOLDI, 2000, p. 173). Por outro lado, a dominação política das oligarquias, durante a República

a visão de mundo dos novos grupos dirigentes³² privilegiou as atividades da ascendente burguesia urbana e industrial. É inegável que isto, em alguma medida, favoreceu e criou as condições objetivas para o avanço das relações capitalistas de produção e trabalho. “Nesse processo, o Estado vai jogar um papel fundamental no financiamento da acumulação de capital e na regulação das relações entre *o novo capital* e *o novo trabalho*. E, agora, na subordinação dos interesses da oligarquia aos interesses da acumulação industrial” (OLIVEIRA, 1977, p. 34).

A nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm o significado, de um lado, de destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno. Trata-se, em suma, de

Velha, não deve ser entendida no sentido de exclusão dos interesses econômicos da facção industrial, pois esta, em vários sentidos, beneficiava-se – ainda que indiretamente – do liberalismo econômico imposto pelos agricultores. Nos termos colocados por Luiz Werneck Vianna: “O importante está em observar se a facção industrial possuiu ou não a força e a vocação para organizar a produção e os fatores nela envolvidos. Inegavelmente, nesses termos, o perfil da burguesia industrial brasileira se identifica com o clássico. Sua singularidade residirá na sua estruturação com o Estado oligárquico. Mas o segredo da compatibilidade dos industriais com os agrários, no que concerne à configuração da ordem, consiste exatamente no liberalismo ortodoxo que a oligarquia foi compelida a criar para legitimar a idéia da federação. Afinal, o Estado dos interesses agrário-exportadores se apresentava como um exemplo de livro clássico do Estado correspondente à ordem da burguesia industrial. (...) Sendo assim, a questão do controle imediato do aparato estatal, afóra a pendência do protecionismo, não se coloca como um desafio, sobre cuja resolução dependesse a expansão da facção burguesa industrial. Nessa medida, o empresário pode se manter no continente da fábrica, desobrigado da árdua descoberta do que é fazer política. É certo que essa peculiaridade, quando chegar o momento de emergir da fábrica para o mundo das vontades organizadas na arena política, será responsável por sua imaturidade e falta de tirocínio no manejo do jogo do poder. (...) Mas, concretamente, nada a impelia a um confronto radical com o Estado oligárquico. E, além disso, essa especificidade não vedava o caminho de sua ambição de classe. Tudo permanecendo constante, isto é, liberal o Estado e livre o mercado, a incessante potencialização da atividade fabril e a disseminação da concepção do mundo nela inscrita, constituíam-se em condições suficientes para o trânsito político à dominação da burguesia industrial” (VIANNA, 1978, p. 65).

³² Apesar de haver uma distância não desprezível entre a retórica e a prática política de Getúlio Vargas, a análise do discurso revela um espírito que favorece a progressão da classe burguesa empresarial. Pronunciamento de Vargas à Nação, no início de seu primeiro governo: “Impõe-se-nos, como medida natural de defesa econômica, única ao nosso alcance, a redução da importação. Nesse terreno, providências múltiplas são aconselháveis, e o Governo não se tem descurado de promover a sua aplicação: procura intensificar o uso do álcool como combustível; conseguir o aumento da produção de trigo, preconizando, mesmo, o fabrico do pão misto, e empenha-se por obter melhor aproveitamento do carvão e do algodão nacionais. A par disso, devemos aceitar, como postulado cívico, o compromisso de ampliar as nossas lavouras e aperfeiçoar as nossas indústrias, de forma tal que passe a ser considerado deslize de patriotismo alimentarmos-nos ou vestirmos-nos com tecidos ou gêneros importados. Mas o problema máximo, pode-se dizer, básico da nossa economia, é o siderúrgico. Para o Brasil, a idade do ferro marcará o período da sua opulência econômica. No amplo emprego desse metal, sobre todos precioso, se expressa a equação do nosso progresso. Entrava-o a nossa múnua de transportes e a falta de aparelhamento indispensável à exploração da riqueza material que possuímos imobilizada” (citado por Argemiro BRUN, 2000, p. 209).

introduzir um novo modo de acumulação, qualitativa e quantitativamente distinto, que dependerá substantivamente de uma realização parcial interna crescente (OLIVEIRA, 1975, p. 10-11)

O Estado, a partir de então, passou a jogar um papel decisivo no sentido de privilegiar os setores burgueses urbanos, não apenas porque ficou seriamente comprometida a estabilidade – e até mesmo a continuidade – da política de alianças de classes que havia possibilitado a articulação dos interesses das frações do capital que integravam o complexo cafeeiro³³ durante a República Velha, como também porque tornou-se inevitável a perda de participação econômica destes que, antes da revolução, controlavam ou subordinavam o aparelho de Estado aos seus interesses particulares. A República continuaria burguesa e liberal, mas as facções da burguesia hegemônica e o *modus operandi* do liberalismo se redefiniam em função das necessidades da acumulação (e das oportunidades mais favoráveis que esta encontrava na produção para o mercado interno, em virtude da crise mundial).

A impossibilidade dessa [da atividade agro- exportadora] persistir como fundamento da ordem não negava sua natureza burguesa. Burguesia industrial, tenentes e camadas médias, ao dissentirem em maior ou menor grau do sistema agrário- exportador, não investem contra uma classe antitética ao trânsito para o primado burguês. Procuram apenas criar um sistema político e uma economia abertos e diversificados, que sejam capazes de atender à complexidade da nova situação. Nesse preciso sentido, embora os industriais não tenham participado da conspiração político- militar de 1930, o rearranjo institucional e econômico que seu triunfo irá produzir não poderá desconsiderar seus interesses. Tudo conspirava para o balanceamento em seu benefício das forças em presença, desde às pressões tipicamente urbanas dos setores emergentes às vicissitudes do negócio agro- exportador (VIANNA, 1978, p. 114)

Ao mesmo tempo em que o empresariado industrial – muitos dos quais de origem agrária – vinha cumprindo a tarefa de ocupar o espaço tornado vazio pela redução da atividade exportadora, o capital formado na agricultura seria utilizado pelo Estado para

³³ “O capital cafeeiro é, ao mesmo tempo, agrário, industrial e mercantil, e convém pensar num complexo exportador cafeeiro, integrado por um núcleo produtivo, que inclui as atividades de beneficiamento, e por um

facilitar a ação dos novos personagens que entravam em cena. Ocorre que isto só seria possível, nas condições da economia brasileira, se o debilitamento do latifúndio *não* atingisse sua rentabilidade para além de certos limites. Uma condição essencial para o desenvolvimento de uma economia capitalista é a *existência de um forte excedente, exprimível em termos monetários*, e esta acumulação pressupõe a existência de uma economia mercantil relativamente desenvolvida (COHN, 1982, p. 285; CARDOSO, 1960, p. 33-4). O capital acumulado, para continuar circulando, não poderia ficar retido nas contas dos empresários rurais.

Surge então um problema bastante complexo, pois, para compreender a importância que os setores hegemônicos até 1930 mantiveram após a insurreição daquele ano, é preciso destacar sua função de agentes do processo de acumulação, primeiramente no próprio setor exportador e logo depois como pressuposto da produção de bens de consumo duráveis visando satisfazer o consumo interno. A *necessária* metamorfose do capital cafeeiro em capital industrial – já que o desenvolvimento da indústria foi financiado pela concentração de capitais no setor agrícola (MAZZEO, 1988, p. 27) – é a chave para explicação do surto industrial ocorrido no país, cujas possibilidades ligavam-se estreitamente aos laços existentes entre os representantes destes setores.

Sendo o capital acumulado na produção e comercialização de produtos agropecuários exportáveis a fonte originária de grande parte do capital industrial (idem, p. 27), deve-se identificar as classes envolvidas naquelas atividades, diferenciando-as. Este procedimento permite uma melhor compreensão das mudanças ocorridas, sobretudo no que se refere às motivações dos agentes econômicos que permitiram a expansão da acumulação na manufatura quando seus negócios declinaram.

segmento urbano, que acolhe os serviços de transportes (estradas de ferro, transportes etc.), as atividades comerciais (casas importadoras e exportadoras) e financeiras (bancos)” etc. (MELLO, 1987, p. 128-9).

2. Problemas decorrentes da estrutura de classes

Antes de 1930, a coalizão de poder fora construída para articular os interesses dos grandes proprietários ligados ao setor da economia “voltado para fora”. Primeiramente, como facção hegemônica, inseria-se a burguesia cafeeira (que era, ao mesmo tempo, dominante nesta coalizão e dependente externamente)³⁴. Seus principais aliados eram os produtores de algumas outras mercadorias exportáveis (algodão, cacau, borracha etc.) e as frações da burguesia mercantil, importadoras e exportadoras. Todas estas categorias de empresários estavam associadas ou intimamente vinculadas aos interesses imperialistas: a própria política de valorização já evidenciava as estreitas ligações entre a burguesia cafeeira (em especial a paulista), os banqueiros e os meios financeiros de Londres (ver FAUSTO, 1982, p. 244; FURTADO, 2000, p. 197).

Tendo em vista que a solidariedade entre estas facções tinha como razão de ser as vantagens proporcionadas pelo modelo econômico “voltado para fora” (que era a base sobre a qual se levantara a superestrutura jurídico- política de dominação), foram seus integrantes os que mais diretamente sofreram o impacto da grande crise. E também os agentes externos sofreram graves prejuízos, uma vez que era da exportação de produtos primários de onde se obtinha os *recursos com que o imperialismo contava para realizar os lucros, que eram a razão de ser de sua existência* (PRADO JR., 1987, p. 89; 1972, p. 15 e 83; 1974, p. 328).

Os produtores de artigos exportáveis e os agentes intermediários eram os maiores beneficiários da estrutura político- econômica até então vigente e dos laços de dependência externa correspondentes: o modelo agro- exportador exigia um forte incremento (e concentração) da renda precisamente nos grupos que derivavam suas rendas do comércio exterior. Sendo assim, as maiores perdas provocadas pela interrupção das transações internacionais recaíram precisamente sobre tais setores, que pouco se articularam ao mercado interno brasileiro (que lhes oferecia poucos atrativos).

A situação tinha se invertido com a grande crise, pois a partir deste momento quem oferecia reduzidas oportunidades de retorno aos investimentos de capital eram as atividades ligadas ao comércio internacional. Os grandes privilegiados até então perderam seus benefícios: os investidores estrangeiros foram prejudicados na medida em que a crise reduziu o fluxo normal de recursos para o exterior, como remessas de lucros, dividendos e royalties. Visando compensar as perdas, esgotaram as reservas em moeda estrangeira do país, que foram repatriadas para cobrir as dificuldades lá encontradas. E as facções burguesas internas, agora sem possibilidades de controlar a situação devido ao grau de dependência em relação ao mercado externo, sentiam que seu poder sobre o conjunto da sociedade estava irremediavelmente abalado.

Entretanto, tais setores não foram atingidos com a mesma intensidade, uma vez que a participação de cada uma destas frações burguesas na repartição dos ganhos do sistema era diferente, assim como também eram diferentes suas possibilidades de reagirem frente à crise que eclodiu. Algumas diferenças importantes entre aqueles grupos devem ser assinaladas.

a) os cafeicultores e o problema da superprodução:

Como o café respondia por mais da metade da produção agrícola brasileira, os empresários do setor formavam o grupo mais poderoso do país. Com a chegada da crise, seu poder político e econômico naturalmente ficou enfraquecido. Suas probabilidades de manter algum tipo de controle sobre a política governamental, tendo em vista a influência residual que conseguiram preservar após a crise, seriam tanto maiores quanto maior a possibilidade de apoiar os setores da economia que não dependiam da procura internacional. Sabe-se que, entre estes, a indústria de bens de consumo ocupava um lugar de destaque e poderia aproveitar os recursos imobilizados na agricultura. Isto dependeria de algumas condições, dentre as quais:

- 1) a possibilidade de aproveitar os recursos disponibilizados pela agricultura para manter o

³⁴ Consultar Boris Fausto (1982, p. 230) e Theotonio dos Santos (1970, p. 51).

processo de acumulação na indústria, ou em setores agrícolas que lhes forneciam as matérias-primas indispensáveis – como por exemplo o algodão; 2) a continuidade do apoio oficial aos empresários do setor, visando sustentar a renda dos mesmos e incrementar a poupança nacional; 3) não excluir a possibilidade de reconciliação com a facção mais importante do grupo cafeeiro, localizada no Estado de São Paulo (admitindo-se sua influência sobre as instituições políticas, jurídicas e culturais, nas esferas estadual e nacional); 4) a saída da economia brasileira da crise internacional num espaço de tempo relativamente curto, minimizando seus impactos. Todos estes pré-requisitos, em maior ou menor grau, puderam ser observados, atenuando os efeitos da crise sobre os cafeicultores (voltaremos a cada um dos itens anteriores no decorrer deste trabalho).

b) *a burguesia mercantil agro-exportadora: dependência do comércio mundial.*

Trata-se dos agentes intermediários dos negócios envolvendo a monocultura. Eram as empresas capitalistas (via de regra, grandes estabelecimentos comerciais que se associavam ao capital bancário dos países estrangeiros, formando o *capital financeiro* e a *oligarquia financeira*)³⁵ que compravam as mercadorias dos produtores agrícolas para revendê-las³⁶ nos mercados consumidores dos países capitalistas avançados. Controlavam o capital circulante, cuja concentração era superior à verificada na esfera da produção, e detinham uma posição de menor vulnerabilidade frente às crises periódicas (sua mobilidade conferia maior flexibilidade para se ajustar às condições adversas). A subordinação *econômica* dos cafeicultores e demais latifundiários aos interesses do capital estrangeiro tinha como contrapartida a aceitação, entre

³⁵ Para uma explicação do fenômeno da formação do capital financeiro e constituição da oligarquia parasitária que o personifica, consultar Lênin (s/d, p. 88).

³⁶ “As grandes colheitas serão aproveitadas para a formação de reservas que pesarão sobre os preços, e que se escoarão mais tarde, nos anos de produção menor, em condições vantajosas. Os fazendeiros, obrigados a ceder desde logo seu produto para atenderem aos encargos da produção, perdiam a diferença para os intermediários que em última instância não eram senão grandes casas financeiras e bancos internacionais que operavam na sombra (...) Os intermediários do comércio serão compradores na primeira fase, vendedores na segunda. Acaparam assim, em detrimento dos produtores, a maior parte dos lucros do negócio” (PRADO JR., 1974, p.

estes, da dominação *política* daqueles. Mas, considerada de uma perspectiva puramente econômica, eram os comerciantes estrangeiros que conseguiam se apropriar da *maior parte dos lucros do negócio* (ver PRADO JR., 1974, p. 230 e 272; FAUSTO, 1982, p. 230; COHN, 1982, p. 291, nota; SODRÉ, 1964, p. 364-5 e 385-6).

c) *a burguesia importadora: interesses prejudicados com as substituições de importações.*

Os interesses desta facção não eram necessariamente idênticos aos da burguesia exportadora, apesar de ambas cumprirem funções complementares (elas compensavam a falta de interesse dos produtores locais com o consumo interno). Mas eram os importadores, conforme observou Gabriel Cohn, que surgiam como o *obstáculo mais poderoso ao desenvolvimento da indústria*, devido ao seu domínio sobre o fornecimento interno de bens de consumo (que lhe garantia um monopólio de fato sobre o consumo no país). Os importadores eram, portanto, radicalmente contrários aos esforços internos de industrialização, e chegaram mesmo a reforçar a função que cabia ao Brasil na divisão internacional do trabalho, exercendo influência sobre a política governamental. “Esse domínio [dos importadores, sobre o consumo interno], que contrapunha diretamente os interessados na produção de bens manufaturados no país e os grandes importadores, persistiu (...) até a grande crise econômica internacional de 1929-30”.

Existiam também sérias divergências entre os representantes do setor importador e os do setor exportador. Seu maior exemplo foi a questão cambial, cuja política de desvalorização beneficiava os segundos – assim como os empresários industriais, indiretamente – e impunha prejuízos aos primeiros (Ver G. COHN, 1982, p. 290-94). Contudo, apesar das divergências entre as facções da burguesia comercial, tanto os grupos importadores quanto os exportadores exerciam de fato uma poderosa influência sobre a política governamental (especialmente

230). Para uma descrição mais detalhada sobre as diversas etapas dos negócios da cafeicultura, veja-se idem, pag. 272.

sobre a *política econômica*). Conseqüentemente, o equilíbrio de poder não poderia deixar de trazer a marca da instabilidade: algumas tarifas que vinham beneficiando a indústria brasileira, desde a segunda metade do século XIX, foram objeto de revisões tarifárias (por força das pressões dos grupos importadores, que exigiam redução das taxas de importação) que vinham cumprindo funções protecionistas, denunciando *a força do comércio importador e de seus aliados* (LEOPOLDI, 2000, p. 104). “As pressões dos industriais e as contrapressões dos importadores geraram um ressurgimento do debate entre protecionistas e livre-cambistas”, com tendência de fortalecimento para o primeiro grupo (exceto durante a década de vinte), que pouco a pouco vinha conseguindo obstar novas revisões tarifárias por meio de seus representantes no Congresso (idem, pp. 104 e segs.).

Em suma, o “vaivém do jogo tarifário”, em fins do século XIX e início do seguinte, indica que os *setores industrializantes não dispunham de força e organização política suficiente para fazerem prevalecer de modo incisivo e prolongado seus interesses* (MARTINS, 1965, p. 19).

d) *investidores estrangeiros e países imperialistas:*

Os efeitos disruptivos da crise, sentidos por estes setores, facilitaram o processo de nacionalização dos setores dinâmicos da economia brasileira. Isto ocorreu em virtude das dificuldades econômicas existentes nos seus próprios países de origem, fato que os obrigou a refluírem. Este refluxo ocorreu porque a Depressão os tornou *menos capazes para intervir* na economia brasileira (FRANK, 1970, p. 178), ainda que temporariamente. De qualquer forma, as dificuldades de manter uma política imperialista agressiva possibilitaram que, no Brasil, a burguesia industrial local *expandisse* sua esfera de influência.

3. Aspectos econômicos da transição

a) *foram os industriais protagonistas na transição para o modelo de desenvolvimento voltado “para dentro”?* (acerca do predomínio dos fatores econômicos sobre a política de classe).

A burguesia industrial brasileira foi beneficiada *indiretamente* pelos efeitos da grande depressão justamente porque, ao contrário do que havia acontecido na quase totalidade dos países capitalistas, o refluxo do comércio de mercadorias e das transações financeiras internacionais teve o condão de *dinamizar* o processo de modernização econômica. Mas como se explica o fato de uma economia tão vulnerável e dependente do comércio mundial, como a brasileira do entre- guerras, obter vantagens de uma tal situação? Pode-se atribuir às associações industriais o papel de agentes formuladores de políticas que contribuíram para o país superar as dificuldades no contexto da crise? Buscaremos oferecer elementos que contribuam para o debate sobre estas questões.

As dimensões catastróficas que a depressão apresentou na maioria dos países capitalistas não se verificaram no Brasil: seu produto interno *bruto* caiu apenas 4% entre 1928 e 1931, o nível mais baixo verificado no país durante a crise; e a recuperação foi bastante rápida, pois em 1932 o PIB já encontrava-se acima do nível de 1928 (MELLO, 1987, p. 171). Quanto à produção *industrial*, esta reduziu-se cerca de 10% logo após a crise, para retomar, em 1933, o nível de 1929 (BAER, 1977, p. 17). A explicação para esta recuperação relativamente rápida deve ser buscada na maneira pela qual a economia brasileira – mais precisamente: os agentes econômicos que representavam os setores mais expressivos da produção e circulação – encaminhou a solução para as dificuldades enfrentadas.

Como fator desencadeante do novo surto de industrialização, estava o rompimento das relações historicamente estabelecidas entre a economia brasileira e a internacional³⁷ (que, como assinalamos no primeiro capítulo, reiterava a dedicação quase exclusiva da produção no

³⁷ Sobre a teoria dos choques adversos (“papel estimulante das crises do setor exportador”), ver Mello, 1987, p. 90

setor agropecuário). Esta ruptura foi um desdobramento necessário da crise de 1929, na medida em que esta *abriu o espaço econômico por onde se afirmou a expansão industrial*, que vinha sendo obstada pela hegemonia dos grupos cafeicultores durante a República Velha (OLIVEIRA & MAZZUCHELLI, 1977, p. 78).

Esta, sem dúvida, foi a *condição econômica* que mais diretamente contribuiu para a ascensão do empresariado industrial brasileiro. Combinada com as modificações políticas e jurídicas que ocorriam simultaneamente, dotaram a classe burguesa industrial de meios hábeis para reivindicar uma posição mais favorável no jogo de poder, cuja balança vinha jogando a seu favor. Esta constatação, é necessário dizer, não implica uma visão que torne o empresário industrial mero espectador de eventos que lhe fugiriam totalmente ao controle³⁸: trata-se simplesmente de apontar as condições sob as quais se travou a *luta* deste segmento da sociedade para a afirmação de seus interesses de classe.

Por isso, apesar dos *limites* propostos neste trabalho, apontaremos um aspecto que não pode ser desconsiderado, embora não nos seja possível aprofundar a discussão para além do que foi sugerido. São os homens que fazem a história: a mudança *qualitativa* do processo de acumulação não pode ser dissociada da atuação concreta dos *agentes* que representam interesses específicos das classes sociais a que pertencem. No caso que ora analisamos, trata-se dos sujeitos históricos – o Estado, os empresários industriais, o imperialismo – responsáveis por levarem a cabo o projeto de modernização e diferenciação da estrutura produtiva.

É evidente que não pode haver uma finalidade na história sem o *pôr teleológico*, isto é, uma vontade humana consciente que deliberadamente busca atingir determinado fim. “A teleologia, por sua própria natureza, é uma categoria posta: todo processo teleológico implica uma finalidade e, portanto, numa consciência que estabelece um fim” (LUKÁCS, s/d, p. 07).

Fora do trabalho – ou seja, da *praxis* humana em sentido amplo – não pode haver qualquer teleologia (idem, p. 10). Assim, há um *autor consciente* cujo objetivo é o de transformar a história segundo as possibilidades e os interesses particulares que lhe são correspondentes.

O processo de entificação do capitalismo no Brasil não permaneceu alheio a esta realidade. Quando consideramos o processo de industrialização ocorrido na sociedade brasileira, verificamos que ele somente foi possível por meio da atividade – econômica, política e social – de certos grupos de homens. Ou seja, houve uma intervenção que impôs-se como necessidade histórica.

As condições analisadas neste trabalho, portanto, devem ser entendidas como condições prévias de um processo que, para atingir o termo final, dependem da ação das classes e grupos sociais interessados na orientação do processo de desenvolvimento. Não há nenhuma teleologia que possa ser deduzida daqueles fatores (ver OLIVEIRA, 1975, p. 38; OLIVEIRA, 1977, p. 11-12). Neste sentido, a industrialização verificada nos anos trinta, no Brasil, deve ser compreendida como sendo apenas *uma das possibilidades, na diferenciação de atividades buscada como alternativa em face da crise do café* (CHASIN, 2000, p. 56). Basta considerar que, em outros países da América Latina, a resposta à crise foi exatamente no sentido de aprofundar a especialização na exportação de produtos primários.

O fato de isto não ter ocorrido no Brasil, que seguiu uma direção diferente no que diz respeito às expectativas de sua própria evolução econômica, pode ser atribuído, em grande parte, ao processo de acomodação das forças políticas e sociais envolvidas na grande crise econômica: pois esta provocou tanto a ascensão de forças progressistas ao aparelho burocrático do Estado, quanto o alijamento (corolário necessário da primeira premissa), embora de forma alguma definitivo, dos grupos e classes sociais que expressavam as

³⁸ Neste ponto, concordamos com Leopoldi, quando afirma que “os ganhos progressivos obtidos pela indústria a partir dos anos 30 não foram um mero efeito do ‘fator externo’, nem representaram uma dádiva de um Estado-acima-das-classes” (LEOPOLDI, 2000, p. 121).

instituições tradicionais, já então bastante obsoletas e arcaicas em face da indústria capitalista em rápida progressão.

Isto, no entanto, não significa que a facção industrial tenha atuado de maneira preponderante neste processo. As propostas formuladas pelas associações industriais, dentro da estrutura corporativa criada por Getúlio Vargas, apenas em parte podem ser atribuídas como causa do processo de diferenciação da estrutura produtiva. Isto porque: a) elas foram tanto a causa quanto *efeito* do processo de desenvolvimento no período; b) muitas das propostas encaminhadas pelos industriais ou foram obstadas por interesses poderosos em contrário, ou dependiam, em última instância, da decisão final do Estado, que colocava-se como “árbitro imparcial”, quanto aos interesses de classes; c) a heterogeneidade da aliança de poder desautoriza qualquer conclusão que afirme ser o projeto dos industriais a condição *sine qua non* do crescimento relativo da produção manufatureira.

b) potência e ato da transformação: as condições econômico- sociais que potencializam a industrialização

Neste ponto, a determinação de fatores econômicos sobre o processo político e o equilíbrio de poder foi inequívoca, embora não exclusiva. A contração da capacidade de importação exerceu um papel decisivo, na medida em que atingia os setores burgueses de maneira diversa: enquanto os empresários industriais brasileiros recebiam um forte estímulo (uma vez que, indiretamente, criava-se um cenário de proteção à produção interna em relação às manufaturas produzidas externamente), os grupos importadores sentiam o impacto negativo da nova conjuntura macroeconômica, ao mesmo tempo em que, devido à interrupção das transações econômicas internacionais, os cafeicultores lutavam com os meios de que dispunham para evitar a ruína de seus negócios – e os investidores estrangeiros simplesmente fugiam do país.

A restrição às importações (que pode ser atribuída, em grande parte, à queda do volume das exportações)³⁹ deve ser destacada como um dos principais elementos isolados que estimularam a expansão das atividades industriais e a modernização econômica que a acompanhou⁴⁰. Esta limitação da capacidade de comprar manufaturas no exterior foi decorrência imediata do golpe que abalou a economia agro- exportadora: as divisas geradas neste setor eram o que determinava, em última instância, a capacidade do país em pagar suas importações. Isto ocorreu exatamente no momento em que, para desenvolver a produção interna, e particularmente a industrial, eram necessários equipamentos (SODRÉ, 1964, p. 301).

Havia, portanto, uma demanda interna que já não poderia mais ser satisfeita com importações (MARINI, 1972, p. 92). Isto gerou uma enorme necessidade de aquisição de equipamentos, visando substituir importações de bens de consumo; em alguns casos, foi preciso produzir internamente os próprios bens de capital (OLIVEIRA & MAZZUCHELLI, 1977, p. 78-9). Neste contexto, novas empresas foram criadas, e as empresas já existentes foram melhor aproveitadas (IANNI, 1978, p. 24).

Isto, obviamente, não ocorreu de maneira automática, pois a situação acima descrita não seria capaz de, por si mesma, assegurar a diferenciação do sistema produtivo. A simples impossibilidade de atendimento da demanda interna por bens manufaturados mediante importações (situação que, além do Brasil, verificou-se na generalidade dos países latinoamericanos)⁴¹, dependia da conjugação de alguns fatores para que se desencadeasse um

³⁹ Entre 1929 e 1932, o valor das exportações brasileiras caiu de US\$ 445,9 milhões para US\$ 180,6 milhões. No mesmo período, as importações declinaram de US\$ 416 milhões para 108,1 milhões (BAER, 1977, p. 16).

⁴⁰ É interessante notar que a contração da capacidade de importação, que jogou um papel significativo no estímulo às atividades industriais, representou, ao mesmo tempo, um *limite em última instância* para essa mesma acumulação industrial (ver MELLO, 1987, p. 116 e 146-7). Como a produção industrial interna exige, no seu estágio inicial, a importação de bens intermediários e bens de capital, surge um novo problema para o processo substitutivo, o qual abordaremos em capítulos seguintes.

⁴¹ No Brasil, tomando-se como base o índice 100 em 1937, a contração do poder de compra das exportações reduziu-se de 130,1 em 1929 para 46,6 em 1932. Nos demais países da região, também houve uma forte contração (SUNKEL, 1975, p. 107)

vigoroso processo de expansão das atividades industriais. Outras condições atuaram no sentido de dotar a economia de maiores possibilidades de diferenciação.

Entre estes pré- requisitos da acumulação industrial, ocupam lugar de destaque o *estágio de desenvolvimento das forças produtivas até então alcançado* e o grau de desenvolvimento do mercado interno (tamanho de um mercado consumidor suficientemente capaz de absorver a escala de produção exigida). Eram estes pré- requisitos, entre outros⁴², que possibilitariam a produção e realização de uma massa de mais- valia que, concentrando-se cada vez mais no setor industrial, permitiria a criação, a partir de um determinado momento, de um mecanismo de auto- sustentação do desenvolvimento do setor industrial (ou seja, cada vez mais autonomizado do latifúndio e do imperialismo). O processo de acumulação na indústria poderia contar cada vez mais com o reinvestimento dos lucros obtidos no próprio setor.

É por esse motivo que, para além das interpretações que se apoiam na questão da simples necessidade de suprimento da demanda interna, entendemos que as etapas iniciais do processo de industrialização, no Brasil, foram uma resposta sobretudo às necessidades impessoais *da acumulação capitalista*.⁴³ Essa foi a razão do processo de desenvolvimento industrial subsequente, que, *partindo da necessidade de acumulação*, num momento em que encerravam-se as possibilidades de mantê-la no complexo agrário- exportador, aproveitou-se de condições favoráveis criadas justamente neste setor para deslocá-lo enquanto principal

⁴² Ver Gabriel Cohn (1982, p. 285-6); Florestan Fernandes (1972, p. 21-2); F. H. Cardoso (1960).

⁴³ Por isso, concordamos com Francisco de Oliveira que, na sua *crítica à razão dualista*, contesta o modelo cepalino segundo o qual a industrialização dita “substitutiva” funda-se na necessidade do consumo. O autor demonstra que o modelo baseado em substituição de importações se funda numa *necessidade da produção, isto é, da acumulação*, como tem sido em todas as economias capitalistas (OLIVEIRA, 1975, p. 21-2). A análise de Ruy Mauro Marini também é importante, no mesmo sentido: “Nos começos da industrialização, a participação dos trabalhadores na criação de demanda *não* desempenha um papel significativo na América Latina. Operando no âmbito de uma estrutura de mercado previamente dada, cujo nível de preços atuava no sentido de impedir o acesso do consumo popular, a indústria não tinha razões para aspirar a uma situação distinta. A capacidade de demanda era, naquele momento, superior à oferta, pelo que *não se apresentava ao capitalista o problema de criar mercado para suas mercadorias, mas uma situação inversa* (MARINI, 2000, p. 140-1. Itálicos nossos). O modelo baseado em substituição de importações partiu, portanto, de necessidade de investir o capital acumulado em setores que, em determinado momento, apresentavam maiores possibilidades de realização, se comparadas

núcleo de atividades produtivas, substituindo-o. Os agentes desta transformação não podem ser ignorados: os empresários não- industriais (comerciantes, produtores agrícolas, banqueiros, investidores) que optaram por redirecionar suas inversões para o setor industrial, além dos próprios empresários que já atuavam no setor, e que aproveitaram-se das novas condições macroeconômicas para expandir seus negócios.

La crisis del sector externo, representada por las restricciones a la exportación y las dificultades resultantes para satisfacer el consumo interno mediante importaciones, exigía un cambio de la actividad económica en la región [América Latina]. La industrialización sustitutiva de importaciones se impuso, pues, en líneas generales, en todos los países latinoamericanos, según las posibilidades reales de su mercado interno y, en consecuencia, del grado de desarrollo logrado en la etapa anterior. Desde 1920 hasta principios de los años 50, muchos países se lanzan por este camino y algunos, como Argentina, Brasil y México, llegan a crear una industria liviana capaz de satisfacer en lo esencial la demanda interna de bienes de consumo no durable (MARINI, 1972, p. 11)

O Brasil, nos termos acima descritos, já havia atingido, quando sobreveio a crise, um *razoável* grau de integração da economia nacional (apesar da grande autonomia que os Estados da Federação, durante o período da República Velha, possuíam para legislarem e implementarem políticas na área econômica). Sua economia também dispunha de um setor de produção de bens de consumo, voltado para o atendimento das necessidades da população do próprio país (não obstante a estrutura herdada do período colonial, cujas raízes não haviam desaparecido completamente).

A infra- estrutura básica e os meios de transporte – tais como setor de energia elétrica, o setor bancário, a rede ferroviária, o aparelhamento dos portos, a navegação de cabotagem, as vias terrestres etc. – ajudam a explicar a *rápida* mudança na estrutura produtiva, pois forneceram à indústria alguns dos mais importantes pré- requisitos para o barateamento dos custos de produção interna. Apesar de relativamente pequena, se comparada com a dos países

com a economia agrícola de exportação em crise. É evidente a importância da demanda na realização dos lucros, mas é a produção que cria sua própria demanda (MARX).

capitalistas mais avançados, a infra-estrutura preexistente reduziu a necessidade dos investimentos maciços visando criar as economias externas exigidas pela manufatura⁴⁴.

Aquele núcleo de atividades urbanas, nascido no seio de um modelo econômico baseado na exportação de produtos primários⁴⁵ (fato que, sem dúvida, não pôde deixar de expressar, no período de crescimento *hacia afuera*, o apoio dos empresários urbanos aos grupos que compunham o complexo exportador), teve também o condão de fornecer às atividades produtivas industriais aqueles grupos profissionais que, pouco a pouco, iriam se afastar dos interesses dos setores dominantes tradicionais. O crescimento da atividade industrial requeria a presença de empresários e mão-de-obra qualificada (técnicos, especialistas, administradores, operários instruídos etc.), ou seja, grupos de indivíduos que traziam a marca de uma visão de mundo que contrastava com a apologia do atraso que estava presente nas relações patriarcais.

Sem estes, a virtualidade de desenvolvimento jamais se converteria em ato. Como observou Florestan Fernandes (1975, p. 21): “é preciso que existam certas categorias de homens, capazes de atuar socialmente na mesma direção, com dada intensidade e com relativa persistência”. Foi o restrito núcleo de profissionais especializados, exercendo atividades econômicas específicas (produtivas⁴⁶, comerciais e financeiras) que constituiu o verdadeiro embrião da indústria nacional substitutiva de importações⁴⁷. Assim como também a própria mão-de-obra excedente e pouco qualificada, liberada pela crise da economia agro exportadora, que seria utilizada pelo capitalista industrial – valendo-se da superexploração

⁴⁴ Cf. Sunkel (1975, p. 112). O autor, referindo-se às principais economias latino-americanas, acrescenta que, além do *tamanho* da infra-estrutura, tornava-se necessária a adoção de uma política estatal para *ampliá-la e reorientá-la* às necessidades da produção industrial, que eram diversas da produção agrícola ou da mineração.

⁴⁵ “A economia do café será responsável pela modernização do país. Estradas de ferro serão implantadas e o beneficiamento do café será, progressivamente, mecanizado” (MAZZEO, 1988, p. 24).

⁴⁶ Sobre indústria siderúrgica e de cimento, ver Mello, 1987, pp. 164-6.

⁴⁷ Como a procura interna manteve-se em nível mais elevado que a externa (a própria renda nacional declinou em proporção bastante menor que a renda dos países importadores), “o setor que produzia para o mercado interno passa a oferecer melhores oportunidades de inversão que o setor exportador” (FURTADO, 2000, p. 209).

(baixos salários e intensificação/prolongamento da jornada de trabalho) – para acelerar a concentração de capital na indústria (MARINI, 2000, p. 141).

A partir do momento em que a manufatura *começou* a deslocar a atividade agrícola da função de centro dinâmico da economia, *tendiam* a se integraram, num conjunto orgânico, a produção e o consumo internos, elementos que até então estavam desarticulados (PRADO JR., 1987, p. 154-5). Esta tendência de se complementarem a produção e o consumo internos levou à redução da importância do mercado externo enquanto esfera da realização do valor e, conseqüentemente, de sua função de principal fonte de formação da renda⁴⁸. A desarticulação dos antigos vínculos econômicos externos – conseqüentemente, das relações de classe que expressavam a complementaridade entre setores da sociedade dependente e das nações hegemônicas – passou a conformar, *gradativamente*, a infra- estrutura econômica sobre a qual se afirmou a política governamental de apoio, direto ou indireto, à industrialização.

c) os industriais, a economia e a política

No primeiro decênio após o golpe de 1930, verifica-se que os industriais ainda não tinham assegurado uma participação decisiva sobre a orientação das políticas governamentais, onde a interferência das oligarquias ainda predominava. É certo que o novo bloco de poder contribuiu para desentravar o avanço das forças produtivas, embora a progressão econômica da burguesia contrastasse com as dificuldades que encontrava para sensibilizar os agentes públicos: o impacto *inicial* da crise, sofrido pelos setores vinculados ao complexo cafeeiro, foi

⁴⁸ De acordo com Ruy Mauro Marini, a separação entre produção e consumo resultava, no período assinalado, na superexploração dos trabalhadores (urbanos e rurais), uma vez que a acumulação não dependia da capacidade interna de consumo (portanto, não induzia à melhor remuneração dos trabalhadores, levados à pauperização). O autor adverte, contudo, que o fato de produção e consumo internos tenderem à integração *não* teve o mesmo sentido que o verificado nas economias “clássicas”; isto porque, ao contrário do que se supunha ou imaginava-se que poderia ocorrer (tal como nas teorias desenvolvimentistas), o mecanismo de criação do mercado interno era radicalmente distinto, uma vez que a integração das classes subalternas restou muito mais limitada que nas economias centrais: a partir de um determinado estágio de desenvolvimento industrial – quando verifica-se que não opera mais aquela dissociação entre a produção e o consumo – ocorre então uma outra dissociação, entre a “esfera alta” e a “esfera baixa” [ou seja, do consumo] no interior mesmo dessa economia (MARINI, 2000, p. 132, 134, 136-7, 140-1, 154-5).

decorrência menos de uma luta de classes entre os setores ditos progressistas e tradicionais da sociedade brasileira⁴⁹, *do que das condições objetivas decorrentes dos acontecimentos econômicos*⁵⁰, circunstâncias que não foram escolhidas pelos protagonistas sociais.

(...) si los intereses agrarios, mercantiles y metropolitanos no fueron favorecidos por los acontecimientos de los años 30, si era menos posible vender café a la metrópoli e [sic] importar manufacturas de ella, esto no se debió tanto a la política de gobierno adoptada en concierto con los intereses industriales como a la inevitable depresión por la que pasaba la metrópoli capitalista mundial. Además, los intereses cafetaleros internos no fueron seriamente perjudicados por la intervención de los industriales en la política de gobierno, ya que, gracias al mantenimiento de la línea de sostén del precio del café, estos intereses podían continuar vendiendo su grano en el mercado nacional artificialmente creado, no ya en el deprimido mercado mundial. La unión de intereses potencialmente conflictivos no fue, por el momento, demasiado desafortunada (FRANK, 1970, pp. 178-9)

Portanto, uma série de acontecimentos que se combinaram, envolvendo a conjuntura interna e externa, criou um cenário bastante favorável à burguesia industrial brasileira. No plano interno, estas circunstâncias – devido à própria especificidade com que os interesses dos grupos proprietários se articularam como resultado da nova correlação de forças – não foram perseguidas por políticas governamentais que se identificassem claramente com os interesses do empresariado industrial, como tampouco representavam um projeto de classe visando preparar o terreno para sua conquista do poder. Como afirmou Hélio Jaguaribe, foi a iniciativa privada brasileira que, lutando contra a inércia governamental no período que se estende de 1930 a 1945, “empiricamente, sem plano nem deliberada assistência do Estado, enfrentou a crise econômica do país, desenvolvendo uma indústria substitutiva das importações” (JAGUARIBE, 1969, p. 175-6).

⁴⁹ “A revolução de 1930 não é expressão de uma luta de classes e nem mesmo de uma ‘divisão pura’ de facções burguesas, entre um setor agrário e um setor industrial” (FAUSTO, 1982, p. 254; consultar também o prefácio de Fausto ao trabalho de LEOPOLDI, 2000, p. 16 e segs.). Luiz W. Vianna elabora uma crítica à análise de Fausto, pois este partiria de um empirismo equivocado que julga o caráter do Estado unicamente pela constatação das forças que compõem o poder, sem atentar para as mudanças efetivamente ocorridas (ver VIANNA, 1978, p. 121, 135-6, 138, 173).

⁵⁰ Cf. Luciano Martins (1965, p. 17).

Foram sobretudo as circunstâncias econômicas verificadas no período que potencializaram a virtualidade das transformações que vinham sendo contidas. Isto não significa ausência de conflitos entre as classes proprietárias na sociedade brasileira da época, e sim que as lutas de classes entre estas facções burguesas, longe de potencializarem o desenvolvimento *nos marcos da dependência estrutural*, poderiam ter o condão de obstá-lo, na hipótese de os pontos de divergência prevalecerem sobre os de convergência de interesses. Para a burguesia industrial, que preferia seguir a linha de menor resistência, não seria conveniente romper irremediavelmente com o latifúndio, na medida da correlação de forças existente no período. Esta questão, por não ter sido resolvida no momento de transição de hegemonia, deveria ser recolocada somente a longo prazo, quando os termos do compromisso seriam repensados em virtude da crise da aliança populista que sustentou o desenvolvimento no período ora analisado. Seria somente a partir da configuração de uma tal situação, que as lutas de classes assumiram um caráter mais aberto, com a burguesia industrial buscando maior autonomia política.

As possibilidades da burguesia industrial estabelecer uma política de classe independente dos setores tradicionais, até 1945, eram muito remotas. O novo equilíbrio de poder foi estabelecido, ao menos num primeiro momento, sem um projeto coletivo que traduzisse uma situação de desenvolvimento do setor manufatureiro nacional, que não obstante vinha conquistando uma participação cada vez maior, em termos absolutos e relativos, sobre a riqueza nacional.

A progressão da burguesia urbana foi uma decorrência indireta da grande crise da economia mundial, e somente uma análise *a posteriori* poderia identificá-la como motivadora da expansão industrial. Conforme assinalou Celso Furtado, “a industrialização latino-americana *não* é o resultado da interação consciente de romper com os esquemas tradicionais de divisão internacional de trabalho” (FURTADO, 1968, p. 07). Trata-se, segundo o

economista, de um caso típico de desenvolvimento por *indução indireta de fatores externos*, mesmo porque tal caminho foi aberto *não obstante a falta de uma atitude subjetiva favorável da parte dos grupos mais influentes na formulação da política econômica do país* (idem, p. 93-6)⁵¹.

Não houve, portanto, um esforço *governamental* sistemático, ou mesmo deliberado, no sentido de levar adiante uma política concreta de apoio à industrialização, pelo menos até o término da segunda guerra mundial (ver também PRADO JR., 1972, e SIMONSEN, 1969, p. 58). A ausência de políticas diretoras do processo de industrialização tornar-se-ia, de fato, a causa dos profundos desequilíbrios do processo de desenvolvimento brasileiro (PRADO JR, 1972, p. 97-98; SIMONSEN, 1969, p. 96), que se verificaram já antes do esgotamento do processo de industrialização via substituição de importações.

A lacuna deixada pela crise na economia agropecuária de exportação só não arruinou o conjunto da economia brasileira porque esta já não dependia exclusivamente dos fatores exógenos: é possível verificar a *preexistência* de um pequeno núcleo de estabelecimentos industriais e de uma classe empresária urbana que, desde a primeira guerra mundial, vinha forçando a passagem para um novo estágio das forças produtivas. A primeira guerra contribuiu para um pequeno surto de crescimento industrial; a crise dos trinta estimulou os empresários industriais expandirem seus negócios segundo suas próprias possibilidades, mais ou menos favoráveis de acordo com as chances abertas pelo refluxo da pressão exercida através do complexo cafeeiro. Sua trajetória caracterizou-se mais pelo esforço visando a

⁵¹ O enfoque privilegiado por Francisco de Oliveira é exatamente o oposto: “nas transformações que ocorrem desde os anos trinta, a expansão capitalista no Brasil foi muito mais o resultado concreto do tipo e do estilo da luta de classes interna que um mero reflexo das condições imperantes no capitalismo mundial” (OLIVEIRA, 1975, p. 37-8). O autor tende a ignorar o fato de que as lutas de classes internas – que não pretendemos negar – não resultaram numa superioridade incontestável da burguesia em relação aos latifundiários. Sua hegemonia *política*, bastante precária em virtude da conciliação com os interesses das oligarquias tradicionais, não resultou em políticas *sistemáticas* de apoio à iniciativa privada do setor industrial. Também não se trata de “mero reflexo” das condições imperantes no capitalismo mundial: pelo contrário, como procuramos demonstrar, isso ocorreu precisamente no período pré-1930; após a revolução, o estímulo ao crescimento foi predominantemente endógeno (ver cap. 04), o que não significa necessariamente que tenha sido resultado imediato de uma luta de classes com uma consciência de fim assim tão evidente – já que as lutas de classes de que fala o autor, após um

superação de seus próprios limites de classe do que em razão de um suposto privilegiamento dos interesses da atividade manufatureira por intermédio do Estado, em detrimento dos latifundiários.

Já assinalamos que a burguesia industrial serviu-se, nos seus estágios iniciais, não apenas da conjuntura internacional, mas também do fato de que, no seio da própria economia exportadora, já se havia constituído no país um mercado interno relativamente autônomo, com capacidade de impulsionar e até mesmo sustentar o processo de industrialização. O período entre a guerra de 1914-18 e a primeira metade dos anos vinte foi bastante positivo, neste sentido. Foi quando instalou-se, de fato, um pequeno número de indústrias – inclusive de *bens de capital* – no país, o que contribuiu para explicar a rápida ascensão da produção industrial e o fato dela passar a ser o fator dinâmico principal no processo de formação de renda (FURTADO, 2000, p. 213).

Celso Furtado identifica este período, que se estende até 1929, como a *etapa intermediária* na transição para o sistema econômico voltado para dentro, quando as inversões ligadas ao mercado interno aparecem como principal fator determinante do nível da procura (idem, p. 246). Trata-se do “embrião do mercado interno”, composto pela massa de salários e outras remunerações criadas no setor de exportação, que permitiu àquela incipiente indústria nacional adquirir o estímulo necessário para operar um salto qualitativo e quantitativo (MARINI, 1972, p. 12-3; FURTADO, 2000, p. 212-3). Isto vinha ocorrendo não apenas no Brasil, mas também nas principais economias latinoamericanas – especialmente México e Argentina –, embora com gradações e compromissos de classe diferentes.

Foram as formas de articulação destes *compromissos* – mais do que confrontação direta – que passaram a jogar um papel decisivo quanto às possibilidades de maior ou menor deslocamento das atividades primárias e sua substituição pela indústria, enquanto atividade

período de hesitações e acomodações dos grupos proprietários, resultaram numa convergência, e até mesmo identidade de interesses, entre as classes em questão.

produtiva dominante. A relação que se estabeleceu entre o capital cafeeiro e o capital industrial, quando seus representantes estavam igualmente interessados em manter a taxa de acumulação no período difícil da crise, contribuiu para forjar o crescimento industrial.

Isto ocorreu na medida em que o capital cafeeiro – na sua condição de capital *em geral*, dada a indiferenciação quanto ao setor em que é acumulado – transformou-se em capital industrial *exatamente porque não havia oposição recíproca de interesses*, como se supõe muitas vezes. Os proprietários dos meios de produção do setor vinculado ao mercado externo – tido como o mais atrasado – eram empresários que acumulavam capitais através da apropriação de uma massa de mais-valia produzida por um proletariado rural super-explorado, mas cuja remuneração era feita na base do assalariamento: “os grandes proprietários e fazendeiros, lavradores embora, são antes de tudo homens de negócio para quem a utilização da terra constitui um negócio como outro qualquer” (PRADO JR., 1960, p. 171-2; consultar também CARDOSO, 1960, pp 36-7).

Assim, a oposição entre os setores urbanos e rurais pôde ser facilmente contornada, pois eles se articulavam numa economia liberal de mercado, fundada no cálculo racional do lucro. Sendo este o objetivo de qualquer empreendimento de uma economia capitalista, a alocação de recursos já não dependia tanto das raízes culturais dos proprietários dos meios de produção, mas dos setores do mercado que ofereciam as melhores expectativas de realização dos lucros. Tendo em vista a força de atração das leis econômicas, não pode causar estranheza o fato de o capital acumulado na agricultura ser canalizado para as atividades manufatureiras, onde as possibilidades de reproduzi-lo em escala ampliada tinham se tornado, sem lugar a dúvidas, muito maiores.

(...) la economía del sector exportador fue la base del desarrollo industrial. La sustitución de importaciones supone justamente un compromiso entre la estructura agrario exportadora y la estructura industrial. Primero, porque la demanda fundamental atendida por el sector industrial se originaba

en el conjunto de la oligarquía y de los trabajadores de sus empresas y, muy secundariamente, del sector medio urbano o rural. Segundo, porque las maquinas y materias primas que permitieron crear las industrias eran adquiridas en el exterior con las divisas obtenidas por el sector exportador⁵². A esto llamamos una acumulación extensiva de capitales. Tercero, porque gran parte del capital invertido en la industria se originaba directa o indirectamente (a través del sistema bancario, sobre todo) en las elevadísimas rentas generadas en el sector agrario y que no se reinvertían ahí (DOS SANTOS, 1970, p. 32-3).

É por isso que, apesar de ter se beneficiado com a crise da economia de exportação, a burguesia industrial mantinha a clara consciência da importância estratégica que aquele setor ainda representava para o conjunto da economia brasileira, mesmo durante os anos mais críticos da Depressão. O fato que mais evidencia esta importância, sem dúvida, relaciona-se à *renda*⁵³ gerada e apropriada por aqueles grupos, bem como as divisas em moeda estrangeira que ajudavam a canalizar para o país. Apesar do declínio dos preços do café no mercado externo, durante a depressão – quando, no seu ponto mais baixo, o preço pago ao produtor reduziu-se à metade –, a política governamental de sustentação artificial da demanda contrarrestou, com enorme sucesso, a tendência (que seria natural) de redução da renda dos produtores naquela mesma proporção.

O Estado apoiou e financiou o setor cafeeiro em crise, mesmo após a derrota da mais poderosa facção latifundiária, a dos cafeicultores paulistas, na luta armada de 1932. Os excedentes da produção eram acumulados ou destruídos: no primeiro caso, as despesas com armazenagem ficavam a cargo do Estado; no segundo realizava-se a queimada ou lançamento das sacas ao mar, visando reduzir os custos com armazenagem, mas restituindo-se o valor integral da mercadoria aos produtores. A política econômica adotada pelo governo federal

⁵² “El desarrollo industrial depende de la existencia de un sector exportador que produce las divisas que permiten comprar los insumos utilizados por el sector industrial” (DOS SANTOS, 1970, p. 58). Distó resulta “la necesidad de conservar la estructura agraria o minera exportadora” (idem, p. 64).

⁵³ A hegemonia da burguesia brasileira não se concretizou, durante muito tempo, em termos de participação da indústria na renda interna: Apenas em 1956 a renda do setor industrial superou a da agricultura (OLIVEIRA, 1975, p. 10; BRUN, 2000, p. 214). Florestan Fernandes (1972, p. 128) cita dados relativos aos nove Estados de maior renda interna, em 1959, que apontam participação da renda agrícola de 55,4% e da renda industrial de 44,6% em relação ao total.

evitou uma drástica redução da renda nacional (segundo Furtado⁵⁴, em torno de 25% a 30%, índice muito abaixo, por exemplo, dos EUA, onde a redução da renda chegou à metade).

Esta política surgiu das pressões *da burguesia cafeeira*, mas teve repercussão positiva sobre os empresários industriais. Como a demanda (especialmente, num primeiro momento, por bens de *consumo* industrializados - duráveis ou não) precisava ser prontamente atendida, visando as *necessidades da acumulação*, a saída encontrada baseou-se na mobilização daqueles recursos obtidos pelo setor exportador, canalizando-os para as atividades industriais internas onde as possibilidades de investimento mostravam-se mais atraentes e seguras, visando a reprodução em escala ampliada.

Como os lucros no setor cafeeiro e exportador em geral estavam declinando – os favores oficiais compensavam apenas parcialmente a baixa no valor real das exportações – a atividade manufatureira orientada para o mercado interno transformou-se no negócio mais atrativo da economia brasileira. Assim, recursos financeiros e capacidade empresarial foram transferidos do setor exportador tradicional, principalmente da produção e do comércio do café, para indústrias manufatureiras incipientes. Com efeito: entre 1929 e 1937, ao passo que o *quantum* das importações declinava em vinte e três por cento, a produção industrial crescia em cinquenta por cento (FURTADO, 1968, p. 94-5).

Nas condições adversas do mercado mundial, tornou-se necessária uma enorme transferência de recursos internos, da agricultura para o setor industrial. Não seria possível financiar o desenvolvimento industrial em bases capitalistas de outra maneira (num prazo de tempo relativamente curto), pois a conjugação dos eventos externos e internos inviabilizou todas as demais alternativas. A possibilidade de se recorrer ao financiamento externo, como investimentos produtivos diretos das grandes corporações ou empréstimos bancários, estava excluída de antemão por causa da crise mundial. É por isso que, sem aquela acumulação

⁵⁴ A explicação do complexo mecanismo de manutenção da renda, contrariando as expectativas de que esta sofresse uma redução na mesma medida que aquela verificada nos níveis de preços, encontra-se em Furtado, 2000: capítulo XXXI. A solução encontrada pelo governo, apesar da aparente irracionalidade demonstrada com a compra do café – que sabia-se de antemão que não poderia ser revendido, mas que estava sendo produzido devido à *inflexibilidade da oferta agrícola à baixa dos preços* (ver SUNKEL, 1975, p. 106) – foi, do ponto de vista da lógica da acumulação capitalista, uma solução eficiente, tendo em vista seus propósitos de classe. Celso

prévia na agricultura, dificilmente seria possível dotar os estabelecimentos industriais dos equipamentos e insumos, além do pessoal técnico e administrativo, que tornaram possível a substituição de importações de produtos manufaturados.

A canalização daqueles recursos foi intermediada pelo Estado (através da política do *confisco cambial*)⁵⁵ e também pelo setor bancário⁵⁶. A diminuição das oportunidades de investimento⁵⁷ na produção de mercadorias exportáveis abriu o caminho para o aproveitamento dos excedentes gerados neste setor em outros ramos de atividades – sobretudo industriais –, já que os ativos acumulados não teriam possibilidade de retornarem para a agricultura. Em síntese, pode-se afirmar que havia uma base concreta – ou seja, a existência de um setor industrial voltado para o mercado interno – que, quando sobreveio a crise mundial, aproveitou-se do enorme excedente econômico produzido na atividade exportadora para crescer, dispondo então de novas possibilidades (MARINI, 1972, p. 12).

Tratava-se de um processo no qual “as atividades ligadas ao mercado interno não somente cresciam impulsionadas por seus maiores lucros, mas ainda recebiam novo impulso ao atrair capitais que se formavam ou desinvertiam no setor de exportação”; Assim, o “sistema bancário, cuja liquidez se havia elevado com a expansão da renda do setor exportador, cria os mecanismos de pagamento necessários para que a indústria e o comércio expandam suas atividades” (FURTADO, 2000, p. 210 e 241).

Furtado afirmou que esta política tratou de *antecipar* alguns dos remédios keynesianos, como por exemplo a sugestão de construir-se pirâmides visando fortalecer a demanda.

⁵⁵ Veja-se Oliveira (1975, pp. 14-18), e Oliveira & Mazzucchelli (1977, p. 79)

⁵⁶ Ver Marini (1972, pags.12 e 94). Marini (2000, p. 77) entende que a drenagem de capitais, operada através do sistema bancário, é um fato que *refuta* a tese segundo a qual os latifundiários teriam se convertido em empresários industriais [tese apresentada, por exemplo, por João M. Cardoso de Mello].

⁵⁷ Adotamos, nesta análise, a *teoria dos choques adversos*, que coloca ênfase no papel estimulante das crises do setor exportador. Esse tipo de análise está presente em quase todos os trabalhos de interpretação da história econômica brasileira e latino-americana, desde os trabalhos pioneiros da CEPAL, passando pelas várias vertentes da teoria da dependência (Marini, Dos Santos, Gunder Frank) e até nos trabalhos mais recentes. Como contraponto, apenas assinalaremos o trabalho de João Manuel Cardoso de Mello – uma “contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira” – que sustenta a tese, que não recebeu acolhida, segundo a qual “a grande indústria não atraiu capitais do complexo cafeeiro num momento de crise, porque lhes remunerasse melhor, mas, pelo contrário, num momento de auge exportador [ver também SODRÉ, 1964, p. 268 e seguintes], em que a rentabilidade do capital cafeeiro há de ter alcançado níveis verdadeiramente

A canalização de capitais da agricultura para a indústria substitutiva de importações foi um negócio que desempenhou papel decisivo no que se refere à articulação dos interesses das diversas facções sócio- políticas, no Estado brasileiro. A manutenção da estrutura produtiva do latifúndio, apesar de condicionar o estilo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro – limitando o mercado interno ou forçando para baixo o valor da mercadoria força de trabalho, por exemplo – não deixou de servir ao modelo brasileiro de desenvolvimento. É certo que haviam outras alternativas, mas a manutenção dos privilégios do setor latifundiário – a reforma agrária, proposta por setores mais progressistas da sociedade, nunca chegou a ser encarada com entusiasmo pelo bloco de poder – foi a *opção* política daqueles que tinham afinal o poder de decisão.

Na medida de suas possibilidades e interesses imediatos, tornava-se *necessário preservar a rentabilidade da empresa agroexportadora, já que ela era a única a proporcionar os meios de pagamento internacionais indispensáveis ao suprimento da oferta interna de bens de capital e insumos básicos* (OLIVEIRA & MAZZUCHELLI, 1977, p. 81). *A necessidade de mantê-la ativa era evidente por si mesma* (OLIVEIRA, 1975, p. 15), pelo menos até meados dos anos 50, quando a situação econômica internacional e interna mudaram e, com elas, os interesses da agricultura e da indústria brasileiras – que tendem a se oporem cada vez mais (MARINI, 2000, p. 17).

d) utilização da capacidade produtiva instalada durante os “surto” anteriores.

Outro fator que igualmente possibilitou o rápido crescimento da atividade industrial interna foi a existência de uma capacidade produtiva que já havia sido instalada, e que encontrava-se em grande parte ociosa. No período da depressão, esta passou a ser utilizada – liberando os empresários, portanto, de maiores sacrifícios na área de investimentos – para

extraordinários”. O autor não explica o motivo que levaria os investidores a realocarem capitais do setor agrícola para o industrial num momento em que o primeiro oferecia possibilidades de lucros extraordinários.

suprir o fornecimento de gêneros de consumo que se tornaram mais difíceis (quando não praticamente impossíveis) de importar. Aquela capacidade produtiva preexistente havia sido instalada em função da necessidade de abastecimento do mercado interno, no contexto da enorme retração do comércio internacional durante a primeira Guerra Mundial (o que reforça a tese que acolhemos acerca dos *choques adversos*).

A primeira guerra mundial, de fato, já havia estimulado a produção industrial no Brasil. Foi nesta oportunidade que houve um tímido esforço no sentido de substituir produtos importados – ainda que sobre uma base material bastante estreita –, contribuindo para a expansão da produção industrial interna. Esta ocorreu especialmente no setor têxtil e de alimentos⁵⁸. Até o final do conflito mundial, seriam criados no Brasil 5936 novos estabelecimentos industriais (a maioria, no entanto, era composta de pequenas oficinas artesanais ou semi- artesanais), e o valor da produção, neste setor que se expandia vertiginosamente, cresceu 212 por cento entre 1914 e 1919 (BAER, 1977, p. 12-4; SODRÉ, 1964, p. 268; MARTINS, 1965, p. 20).

A primeira grande guerra interimperialista desencadeou, portanto, um breve surto industrial no Brasil. Como a interrupção do comércio mundial impedia o fornecimento de manufaturas para os países dependentes e coloniais, o capitalismo brasileiro foi conduzido na direção de um primeiro esforço no sentido de substituir manufaturas importadas (PRADO JR., 1974, p. 261-2 e 290; MARINI, 1972, p. 30; BAER, 1977, p. 12), embora este tenha sido interrompido assim que as potências imperialistas retomaram a supremacia e o controle sobre o comércio mundial.

De fato, com o fim da guerra, e durante a maior parte da década de 20, o restabelecimento da “normalidade” do comércio mundial pré-1914 reafirmou, após aquela breve pausa, o poder das potências imperialistas de inundarem os países dependentes e

coloniais com manufaturas baratas, tornando de imediato mais vantajoso para estes últimos importá-las utilizando-se das divisas geradas no setor agropecuário ou minerador, do que continuar produzindo-as sobre uma base técnica inferior à utilizada nos centros hegemônicos, e portanto com custos mais elevados.

Os anos de após-guerra foram um período em que o imperialismo lutava para retornar à condição anterior, o que acabou reduzindo o poder dos países dependentes de sustentar uma política de industrialização vigorosa. Via de regra, o que se verifica, nos anos seguintes, é a reafirmação do tipo de divisão internacional do trabalho vigente nos anos que antecederam a primeira guerra; ou seja, a especialização dos países menos desenvolvidos na produção primária. Neste sentido, a importação de manufaturas, segundo a lógica do antigo modelo econômico que se revigorava, surgia como um *mecanismo corretivo da especialização na produção agrícola* (segundo os termos colocados por F. Fernandes, 1975, p. 87). No momento em que a acumulação de capitais, em escala internacional, reafirmava com toda clareza a oposição entre nações imperialistas, de um lado, e coloniais, semicoloniais ou dependentes, de outro, não é difícil entender o porquê do retorno também daquele seu “mecanismo corretivo”, que nada mais era que um tipo de inserção subordinada dos países industrialmente atrasados no mercado mundial. Nas palavras de Prado Jr. (1974, p. 266), sobre o caso brasileiro:

[o retorno dos capitais estrangeiros e o restabelecimento do comércio, após a guerra] atingirá profundamente a indústria que não poderá mais fazer frente à concorrência estrangeira favorecida pela grande folga nas finanças externas do país. A importação de artigos manufaturados que vinha em declínio ou permanecia estacionária desde antes da Grande Guerra, cresce subitamente, desbancando em muitos terrenos e atingindo em quase todos a produção nacional. O período que vai de 1924 a 1930 será uma fase sombria para as indústrias brasileiras; muitas fracassam e perecem, e todas ou quase todas se manterão muito próximas do nível mínimo de subsistência [ver também idem,

⁵⁸ Tratava-se de uma “substituição fácil” de importações, que não atingia setores que requeriam maior escala de investimentos e/ou produziam mercadorias de maior valor agregado, como a indústria pesada e de bens de capital com tecnologia avançada.

pp. 290-1; BAER, 1977, p. 14 e seguintes; IGLÉSIAS, 1993, pp. 82-3; DOS SANTOS, 1991, p. 36].

Entretanto, depois deste retorno à “normalidade” do sistema exportador, houve uma nova crise, a de 1929/30, que reativou no Brasil o processo de substituição de importações. Este, contudo, seria quantitativa e qualitativamente superior àquele primeiro esforço, pois aproveitou-se inclusive daquele embrião de indústrias surgidas na segunda década do séc. XX, reduzindo a necessidade de investimentos em bens de capital (dada a possibilidade de aproveitar a capacidade produtiva instalada e ociosa)⁵⁹. Somente suas causas eram idênticas: refluxo da ação imperialista e interrupção do comércio e dos investimentos internacionais.

O esforço substitutivo decorrente da primeira Guerra Mundial⁶⁰ não teve fôlego suficiente para se afirmar frente ao restabelecimento das trocas (desiguais) internacionais, posto que o imperialismo, terminada a guerra, retornava com força máxima. Na década de 20, a busca de vantagens comparativas no setor primário, tendo como pressuposto o esquema de exportações/importações, levou ao desestímulo das atividades industriais e à subutilização dos fatores produtivos instalados durante a primeira guerra: “o desinteresse, e até mesmo a hostilidade ao esforço de industrialização aumentavam na proporção do incremento às exportações cafeeiras” (COHN, 1982, p. 293).

⁵⁹ Em retrospectiva, podemos assinalar outros acontecimentos históricos que estimularam a expansão das relações de produção capitalistas no Brasil, seguindo a orientação de Caio Prado Jr.: o autor assinala que os primeiros movimentos na transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado foram um fator que contribuiu para expandir o consumo interno e a mercantilização crescente da vida econômica; de fato, um dos mais importantes acontecimentos que contribuíram para a efetiva incorporação da massa trabalhadora no conjunto da sociedade brasileira foi a supressão do tráfico africano, em 1850, e seus dois “corolários naturais”: o afluxo de trabalhadores europeus e a abolição da escravidão. A elevação do estatuto social do trabalhador implicou a correspondente ascensão dos padrões materiais da população, ativando a economia e o desenvolvimento do mercado interno. Assim, “com a substituição definitiva e integral do trabalho escravo pelo livre, achou-se presente no Brasil o conjunto de elementos estruturais componentes do capitalismo. Esse sistema não representa, em última instância, mais que o termo final do processo de mercantilização dos bens e das relações econômicas, o que se completa precisamente quando esse processo atinge e engloba a força de trabalho transformada em simples mercadoria que se compra e vende” (PRADO JR., 1987, p. 96. No mesmo sentido: idem, p. 83 e segs.; PRADO JR., 1974, p. 288-9; SUNKEL, 1975, p. 93 e segs.). [Sobre a independência, que promoveu o rompimento do estatuto colonial e criou condições para o avanço da burguesia, ver FERNANDES, 1975, p. 18 e segs.]

⁶⁰ Para uma crítica, ver Mello (1987, pp. 90-1).

Os efeitos positivos da primeira grande guerra interimperialista sobre o processo de industrialização brasileira foram sentidos até o ano de 1924, aproximadamente. Este é o momento em que se consolidou o processo de recuperação das economias capitalistas centrais, que buscaram recuperar o terreno perdido nos anos de crise. Como apontou Francisco Iglésias, o fortalecimento das economias européias tornou-as menos vulneráveis à penetração dos capitais estadunidenses; e isto forçou os Estados Unidos procurarem aumentar suas exportações para os países da América Latina. “O artigo estrangeiro, freqüentemente melhor e mais barato, por ser obtido em condições vantajosas, vai fazer frente ao produto nativo, que às vezes não suporta a concorrência, mesmo com o sistema protetor vigente” (IGLÉSIAS, 1993, p. 82-3).

Esta, de qualquer maneira, “preparou o terreno” para uma expansão *mais vigorosa* da atividade industrial, no período da Grande Depressão. E preparou precisamente porque também a crise mundial foi mais profunda. Em razão disso, se por um lado estava-se repetindo⁶¹, a partir de 1930, o que já havia ocorrido em 1914-18 – ou seja, um surto industrial que vinha preenchendo a lacuna deixada pela quase- paralisia das transações internacionais, por outro partia-se de uma base material e um mercado interno mais amplos⁶², permitindo não apenas a utilização daquela capacidade produtiva ociosa, mas também a sua *ampliação e modernização*:

Este aumento [da produção industrial] se consigue, *al principio*, mediante la mayor utilización de la capacidad instalada, en gran parte ociosa durante la ‘prosperidad’ que trayo la creciente presencia extranjera a fin de los años 20 y durante la crisis de los primeros del 30 (...) En los últimos años de la década del 30, Brasil, contando com las ganancias de esta producción y com los altos ingresos de industriales y agricultores, comenzó a instalar *nueva* capacidad industrial productiva, sacando partido también de las facilidades

⁶¹ Trata-se, portanto, de um desenvolvimento industrial *descontínuo e irregular* (FAUSTO, 1982, p. 231) que se assemelha a uma *roda quadrada* (SODRÉ, 1964).

⁶² Deve-se notar que, se a análise é válida sobretudo para os casos argentino e brasileiro, no México a transformação da estrutura econômica e social que possibilitou a ampliação do mercado interno deveu-se antes à Revolução de 1910 do que do primeiro conflito mundial (Gunder FRANK, 1971, p. 109-110)

dadas para la adquisición a bajo precio de la maquinaria de uso que la depresión mantenía ociosa en los países metropolitanos (FRANK, 1970, p. 176-7; *itálicos nossos*)⁶³.

Desta maneira, o Brasil passou a intensificar a produção dos bens de consumo que antes importava, fortalecendo sobremaneira sua indústria básica (idem, p. 177). Para a burguesia brasileira, foi um momento de afirmação de sua capacidade empresarial e também de sua maior autonomia em relação aos capitais estrangeiros. Isto porque a produção de consumo interno, durante a década de 1930, ocorreu, como observou Caio Prado Jr., durante um momento de “subversão econômica mundial” que acabaria por acentuar o processo de *nacionalização da economia do país* (PRADO JR., 1974, p. 292). Esta tendência pôde ser constatada inclusive do Departamento I (ver OLIVEIRA & MAZZUCHELLI, 1977, p. 79), tendo em vista a pouca relevância da participação estrangeira nos projetos industriais que se gestavam.

Também exerceu um papel importante nesse sentido o fato de a política protecionista *ter impedido o controle direto dos mercados desses países* [dependentes], *através da exportação a partir dos países dominantes* (DOS SANTOS, 1977, p. 63). Quanto à correlação de forças, a nacionalização da economia, por sua vez, foi tanto a causa quanto o efeito da ascensão política da burguesia industrial ao jogo de poder, buscando estabelecer sua hegemonia no conjunto da sociedade e, possivelmente – dependendo do grau de autonomia (financeira, técnica e política) que conquistasse –, buscando estabelecer um projeto burguês nacional de desenvolvimento.

⁶³ Ver também Celso Furtado (2000, pp. 210 e 213).

CAPÍTULO 3

PERÍODO VARGAS E O SIGNIFICADO *POLÍTICO* DA CRISE ECONÔMICA**1. O golpe de 1930 como expressão das necessidades das novas classes médias e burguesas urbanas.**

As instituições jurídico- políticas (executivo federal, governos estaduais, ministérios, poder judiciário, órgãos governamentais de fomento à produção e comércio, forças armadas etc.) não permaneceram alheias às transformações econômicas e sociais que ocorreram no período. As diferenças existentes, por exemplo, entre a visão de mundo dos representantes da República Velha e os que integravam a Aliança Liberal, confrontadas na campanha eleitoral de 1930⁶⁴, ilustram muito bem o cenário de conflito entre o velho que resistia em desaparecer e o novo que buscava ocupar seu espaço.

O novo contexto econômico precipitou a derrubada do velho, pois o que até então era uma exigência de grupos cada vez mais descontentes com a situação predominante tornou-se uma necessidade inadiável: adequar o aparelho e os mecanismos de funcionamento do Estado a uma sociedade em vias de se industrializar, onde a cidade vinha deslocando a fazenda como centro das atividades sócio- econômicas. Afinal, o processo de acumulação entrava numa nova etapa – a do assim chamado desenvolvimento “para dentro” – que exigia um deslocamento e reforço dos centros de decisão sobre os rumos econômicos e sociais da nação.

Em consequência, redefinia-se a própria orientação classista do Estado, em razão do crescimento da influência dos empresários industriais junto aos organismos governamentais.

⁶⁴ “A plataforma eleitoral dos dois candidatos em 1930 exprimiu com nitidez os valores dos dois pólos dessa equação. Enquanto Getúlio Vargas, em sua campanha, realizava a defesa veemente da industrialização como novo e vital rumo a ser imprimido à nação, seu competidor, Júlio Prestes, afirmava que ‘o fazendeiro é o tipo representativo da nacionalidade e a fazenda é ainda o lar brasileiro por excelência, onde o trabalho se casa com a doçura na vida e a honestidade dos costumes completa a felicidade’ e insistia enfaticamente que ‘o Brasil repousa sobre o núcleo social expressado pelas fazendas’” (MARTINS, 1965, p. 22).

Trata-se, como observou Maria Antonieta Leopoldi (2000, p. 60), de uma *relação circular*, pois a organização do empresariado industrial pressiona novos surtos de crescimento industrial, e estes por sua vez reforçavam o poder sócio- político desta facção da burguesia⁶⁵.

É inquestionável o fato de as oligarquias tradicionais terem perdido prestígio político e participação na renda nacional, com o colapso da República Velha. Mas, na formação social brasileira, a inadequação de sua superestrutura (jurídica, política e ideológica) ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas já havia sido revelada, sem disfarces, com a crise pré-revolucionária da década de 20. A instabilidade que marcou o período era a expressão política da crise de dominação dos latifundiários, que lutavam para preservar instituições (cada vez mais) incapazes de acompanhar as transformações, reais ou potenciais, da economia mundial e brasileira.

Ao lado dos problemas macroeconômicos, alguns aspectos pontuais, relativos à política governamental, deixaram os agricultores apreensivos. O último governo da República Velha agravou seus pontos de atrito com relação aos poderosos grupos oligárquicos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba: a indicação de um paulista para lhe suceder no cargo de Presidente da República resultou num desgaste político muito grande, que culminou na formação de uma aliança anti- paulista para fazer frente à sua proposta. “O programa da Aliança Liberal refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média” (FAUSTO, 2002, p. 178). E, para agravar ainda mais a situação de descontentamento do latifúndio, a sua mais importante

⁶⁵ A ocupação da importante pasta do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio é exemplo incontestável do fortalecimento político dos empresários industriais. O paulista Alexandre Marcondes Filho, pessoa próxima de Roberto Simonsen, foi designado para a pasta em 1941. Com a mudança do regime e a ascensão de Dutra, foi nomeado Ministro o sr. Morvan Dias Figueiredo, então líder da FIESP. A presença do primeiro significou “facilidade de acesso às políticas de regulamentação das relações de trabalho, à elaboração da Consolidação das Leis do Trabalho (1943) e à consolidação da estrutura sindical dos industriais” (LEOPOLDI, 2000, p. 86). Quanto ao segundo, a autora considera que a presença de um líder industrial na pasta de um importante ministério representou uma influência decisiva dos empresários na política de governo de Eurico Gaspar Dutra (idem, p. 183), sem atentar para a concepção geral que orientou o período em que o general esteve no poder.

facção – a dos plantadores de café – também protestava contra as medidas implementadas por Washington Luís, comprometendo sua base de sustentação política.

O clima de tensão entre os cafeicultores e o governo de Washington Luís não cessou mesmo após a vitória eleitoral do candidato Júlio Prestes, contra a Aliança Liberal de Vargas (que não contava com a simpatia do grupo econômico mais poderoso até então, o dos cafeicultores paulistas). As reivindicações dos plantadores – emissões de moeda para cobrir os gastos com a política de retenção dos estoques e moratória das dívidas – vinham sendo recusadas pelo então presidente, gerando descontentamento justamente entre os maiores beneficiários do poder de Estado. Não obstante os cafeicultores acharem preferível a vitória do candidato apoiado por Washington Luís, ante a possibilidade de vitória da Aliança Liberal – o que implicaria em “entregar o Catete aos gaúchos” –, o governo *deixou de contar com sua verdadeira base de apoio, na hipótese de um choque aberto com a oposição*; ou seja, a crise contribuiu para ao menos neutralizar grande parte do setor cafeeiro (FAUSTO, 1982, p. 243-4), enfraquecendo os alicerces da própria República Velha.

Com a ascensão de facções que até então ocupavam posições secundárias na vida pública brasileira, tornou-se possível traduzir em ação política concreta uma necessidade histórica: ajustar a superestrutura jurídica, política e ideológica às transformações de longo prazo da sociedade brasileira. E isto efetivamente ocorreu, não obstante: a) o fato de haver uma grande heterogeneidade de forças dentro do novo bloco de poder; b) ter ocorrido o quase-imediato alijamento dos setores progressistas mais radicais da aliança de poder; c) a não-formulação de propostas coerentes a serem encampadas pelo Estado (dado o discurso ambíguo e por vezes confuso dos personagens que entravam em cena).

De qualquer maneira, a nova correlação de forças indicava não apenas a incompatibilidade entre uma estrutura política obsoleta e refratária à mudanças, de um lado, e o avanço das forças produtivas (com a ampliação das relações de produção que lhe

correspondiam), de outro, como também era a resultante da necessidade que os grupos econômicos do setor voltado “para dentro” vinham sentindo, na busca pela afirmação de seus interesses particulares, para ampliar seu quinhão de poder.

A manutenção da correlação de forças, não fosse a oportunidade histórica que surgiu em 1929-30, implicaria a estagnação completa da economia brasileira. O contraste entre o conservadorismo da República Velha e o caráter progressista do embrionário capitalismo industrial brasileiro era flagrante. Como a primeira inviabilizava inclusive a possibilidade de ampliação do mercado interno – uma vez que as necessidades da imensa maioria da população brasileira eram praticamente desconsideradas, levando à eternização da situação de miséria e abandono dos trabalhadores em geral –, formava-se um rígido círculo vicioso que fechava as portas para quaisquer possibilidades de modernização econômica relevantes.

Quanto ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas, a distância existente entre as sociedades avançadas da época e a brasileira tendia a aumentar. A dependência financeira e tecnológica aumentava na medida em que se tornava cada vez mais difícil acompanhar as transformações que ocorriam nos países da Europa Ocidental e América do Norte (situação determinada em função da especialização na produção de um número reduzido de produtos agrícolas exportáveis).

Como a dependência tinha uma dimensão política e social – personificada nos aliados internos do imperialismo –, tornava-se flagrante o fato de a virtual expansão das forças produtivas exigir o enfraquecimento da antiga aliança de poder, interna e externamente. Esta, afinal, deixava o processo de desenvolvimento brasileiro na dependência de estímulos exógenos, que serviam apenas aos seus aliados internos mais poderosos, deixando o restante da população brasileira sem qualquer perspectiva (como, por exemplo, participação no aumento da riqueza).

Mas, à medida em que os aliados internos do imperialismo perdiam o controle da situação (alguns dos quais sendo excluídos da aliança de poder ou então nela enfraquecidos), as facções burguesas urbanas, a industrial e a comercial, buscavam tirar proveito da situação e contornar os obstáculos à industrialização; com isso, desentramaram o processo de revolução burguesa através do rompimento da inércia que tinha sido estabelecida pelas políticas conservadoras da República Velha, que reiterava o caráter “essencialmente agrícola” da economia.

2. O processo de centralização política: esforço concentrado (e autoritário) de modernização

Antes de 1930, os Estados da Federação possuíam ampla autonomia em assuntos econômicos⁶⁶ e administrativos. Por outro lado, o governo de Getúlio Vargas caracterizou-se pelo empenho em dotar o poder executivo federal de atribuições e competências que seriam tidas como excessivas pelas elites políticas regionais, se considerarmos os termos do pacto liberal (e ortodoxo) vigente no período anterior, que concedia poderes discricionários aos clãs tradicionais.

As medidas centralizadoras do Governo Provisório surgiram desde cedo. Em novembro de 1930, ao dissolver o Congresso Nacional, Vargas assumiu não só o poder executivo como o legislativo, os estaduais e os municipais. Todos os antigos governadores, com exceção do novo governador eleito de Minas Gerais, foram demitidos e em seu lugar nomearam-se interventores federais. Em agosto de 1931, o chamado Código dos Interventores estabeleceu as normas de subordinação destes ao poder central. Limitava também a área de ação dos Estados, que ficaram proibidos de contrair empréstimos externos sem a autorização do governo federal, gastar mais de 10% da despesa ordinária com os serviços da polícia militar, dotar as polícias estaduais de artilharia e aviação ou armá-las em proporção superior ao Exército (FAUSTO, 2000, p. 186).

Este processo de concentração de poderes viabilizava a concretização de um projeto de desenvolvimento nacional suficientemente capaz de articular os interesses da burguesia de diversos Estados da nação. Esta articulação vinha encontrando poderosos obstáculos, uma vez que os partidos políticos do primeiro período republicano (1889-1930) limitavam-se ao âmbito estadual; eles eram nacionais apenas nominalmente, pois na prática atuavam em função dos interesses das oligarquias e grupos sociais regionais (IANNI, 1978, p. 64). Por outro lado, o contínuo processo de fortalecimento do executivo federal, levado a cabo por Vargas já no início de seu governo provisório – e praticamente consolidado no final de seu Estado Novo⁶⁷ – teve como contrapartida o enfraquecimento dos governos e partidos políticos estaduais que, durante todo o período da Primeira República, vinham garantindo aos “coronéis” uma representatividade política de sentido conservador ou reacionário.

A centralização política foi um fator de estímulo à diferenciação da estrutura produtiva. Com o fortalecimento do poder executivo federal, criou-se canais de interlocução entre agentes econômicos que vinham encontrando dificuldades de atuar conjuntamente. Durante a Primeira República, os empresários industriais dos diferentes Estados tinham poucas possibilidades de organizarem-se em associações de âmbito nacional; na verdade, eles *se vinculavam mais estreitamente com as oligarquias estaduais do que com os industriais de outras regiões* (GORENDER, 1990, p. 46), o que não deixava de apresentar enormes dificuldades no que se refere à afirmação de seus interesses e possibilidades de luta pela hegemonia política.

⁶⁶ Com a República (1889), os Estados, tornados autônomos, tinham poder inclusive de contrair empréstimos externos para administrar as crises econômicas (PRADO JR., 1974, p. 211)

⁶⁷ Na visão que predominava no grupo dirigente, “o Brasil seria uma nação inacabada, carente de unidade, constituindo-se muito mais um somatório de regiões do que um todo coeso. A tarefa colocada na Revolução de 1930 e reafirmada no Estado Novo seria a de superar essa situação, cabendo ao Estado terminar de reconstruir a nação. Mas isso só seria possível por meio de uma Estado forte, centralizado e dotado dos recursos necessários para impulsionar o desenvolvimento. Dessa forma, Vargas justificava a ditadura e a centralização do poder, a qual, com a anulação das oligarquias regionais e a adoção de uma política objetivando integrar e desenvolver o mercado interno, seria o caminho para consolidar o país. Vargas procurava dar às questões políticas, econômicas e sociais um tratamento e uma solução nacional” (CORSI, 2000, p. 285).

Quando operou-se a fratura na coalizão oligárquica dominante e sobreveio a revolução, tornou-se mais fácil o atendimento de algumas das mais urgentes necessidades econômicas e sociais do país, que dificilmente poderiam ser resolvidas mediante políticas regionais desarticuladas. Tornava-se necessário um esforço nacional *conjunto*, e a constatação de que este problema exigia medidas urgentes, por parte dos novos dirigentes políticos, deu início à criação de todo um complexo aparelho burocrático, capaz de executar um projeto de desenvolvimento nacional através da integração do mercado, da produção e dos recursos naturais (uma vez que estes poderiam ser colocados à disposição das classes e frações de classes interessadas na modernização da estrutura produtiva e na ampliação do mercado interno).

A transferência de poderes (competência para legislar sobre assuntos de natureza econômica, execução de projetos sociais e econômicos etc.), dos governos estaduais para o federal, pressupunha a construção de um campo de alianças políticas muito mais amplo do que o existente até então. O antigo regionalismo envolvia relações sociais e técnicas de dominação incompatíveis com uma sociedade industrial avançada: alianças espúrias, coronelismo, manipulação e fraudes eleitorais, voto de cabresto, política de campanário, mutirão, relações de compadrio etc. Os conluios políticos, as trocas de favores, o horizonte político estreito, tudo contribuía para manter a débil integração do tecido social, contendo a possibilidade de um aproveitamento mais racional dos fatores que sustentariam a modernização e diferenciação do sistema produtivo. E isto prejudicava as possibilidades de intervenção política não apenas da burguesia industrial, como também do sujeito histórico que surge como sua determinação antagônica porém necessária: o proletariado urbano. “Enquanto o universo social está predominantemente impregnado dos valores e padrões comunitários e patrimoniais, os trabalhadores não podem formular as suas reivindicações em termos

propriamente políticos (...). Nessa situação, o trabalhador não dispõe de recursos culturais e intelectuais para definir o proprietário ou o capataz como o *outro*” (IANNI, 1978, p. 78).

Durante a Segunda República, o antigo coronelismo foi gradativamente perdendo influência sobre a vida política nacional; estava sendo substituído por um projeto e uma política concreta de afirmação dos centros de decisão em nível nacional. A nova aliança de poder vinha sendo costurada com habilidade por Vargas, que conseguiu forjar o apoio de *todas* as lideranças estaduais. A intervenção de Vargas nos Estados, destituindo os governadores que não se alinhavam às diretrizes do chefe do poder executivo central, foi parte fundamental deste projeto: através dos interventores – muitos dos quais militares –, Vargas conseguiu enfraquecer os clãs políticos tradicionais impondo, em seu lugar, uma *rede de alianças locais de orientação nacional* (SKIDMORE, 1976, p. 60). Era uma manobra política que tinha como objetivo assegurar o “consenso” em nível nacional.

O crescimento das novas instituições em nível federal, serviu a dois propósitos: foi parte do processo de unificação administrativa de um país que se ampliava; e ajudou a capacitar o presidente a articular uma rede nacional de alianças políticas (...)

De 1930 até 1945, Vargas se esforçou para substituir essa quase-confederação por um executivo federal forte (redundando, naturalmente, em um maior poder pessoal de Vargas), a expensas das máquinas políticas estaduais. A meio caminho do período, 1937, Vargas conseguira, em escala notável, neutralizar os oligarcas políticos locais que, anteriormente, dispunham da chave da política nacional (SKIDMORE, 1976, p. 57-8)

O país sentia os efeitos de uma verdadeira transformação na sua estrutura de classes: “em todos os países em que se realiza ou está se realizando, a integração nacional constitui um processo de *revolução social*. O Brasil não representa uma exceção à regra. Quando muito, pode-se dizer que ele a encarna de forma particular e (...) de forma discrepante” (FERNANDES, 1972, p. 112-3). De fato, em todos os processos de revolução burguesa, o fortalecimento do Estado-nação surge como sua condição necessária, pois impulsiona os

processos de concentração e centralização de capitais (permitindo a passagem da etapa de acumulação mercantil/originária para a etapa de predomínio das forças produtivas especificamente capitalistas), além de permitir um aproveitamento mais racional dos fatores da produção (capital, mão-de-obra e instrumentos de trabalho).

No caso específico do Brasil, a estrutura sócio- econômica colonial (e depois, semi-colonial no período monárquico) não permitiu que se avançasse muito além de um arremedo de mercado interno; este era incapaz de possibilitar uma integração *de facto* da economia colonial, não obstante a Constituição de 1824 e as seguintes prescreverem a unidade territorial e política. Os “ciclos” de integração nacional⁶⁸ anteriores a 1930, portanto, não foram poderosos o bastante para introduzirem no sistema econômico as forças produtivas especificamente capitalistas, pois a conciliação do moderno com o atrasado operou-se em condições tais que aquele somente de maneira tímida poderia deslocar o centro dinâmico do modelo “voltado para fora”.

Foi somente com a substituição da República Velha por uma nova forma de organização administrativa, que a burguesia industrial brasileira teve possibilidade efetiva de conquistar uma expressão *nacional*. Pela primeira vez, ela teria *possibilidades* para se afirmar, enquanto classe *para si*. A trajetória política dos empresários industriais, dali para diante, continuava em aberto, mas suas condições de atuação e intervenção política já começavam a apresentar contornos mais nítidos. O aparelho burocrático do Estado contribuiu para a criação de instrumentos que facilitaram a organização das associações industriais e a interlocução entre estas e o governo federal; apesar da sua estrutura corporativa, que de início encontrou resistência entre os próprios empresários, estes acabaram buscando nestes instrumentos

⁶⁸ “O Brasil já experimentou não um, mas dois ‘ciclos’ de integração nacional. Um, que vai da Proclamação da Independência e da implantação do Estado nacional até a desagregação final da ordem social escravocrata e senhorial (do início aos fins do século XIX, aproximadamente). Outro, que começa com a Proclamação da República e se acha em pleno desenvolvimento (do fim do século XIX em diante)” (FERNANDES, 1972, p. 113).

(subordinados, em última análise, ao governo federal) uma maneira de participar do sistema de decisões políticas (LEOPOLDI, 2000).

Mas, ao mesmo tempo em que as associações industriais ganhavam peso no sistema de decisões políticas, mantinha-se o poder dos agricultores na determinação das políticas públicas (crédito, tarifas, câmbio etc.). As possibilidades de êxito dos primeiros dependiam das formas específicas de absorção daquelas condições e possibilidades de encaminhamento de seus projetos. Os sujeitos históricos que personificavam o capital industrial, para conquistar um maior grau de autonomia em relação ao capital agrícola, não poderiam permanecer tão subordinados a um Estado que era o *Estado de toda a burguesia* (Marini).

É neste ponto que surge um problema crucial: o da questão das causas que levaram os setores progressistas preservarem um quinhão de poder relativamente excessivo nas mãos dos principais grupos latifundiários e das demais facções que expressavam os interesses do imperialismo. Esta questão, conforme pretendemos demonstrar, passa necessariamente pelo seguinte problema: *as facções que conseguiram deslocar a representação política dos interesses cafeeiros não puderam negar o fato de que o café continuava sendo a base decisiva da economia brasileira; ou seja, os senhores do poder político não representavam diretamente os grupos que controlavam o principal setor econômico do país* (WEFFORT, 2003, p. 53).

3. O poder dos proprietários rurais como um limite à ascensão da burguesia industrial

Apesar das reformas políticas terem contribuído para superar em parte os obstáculos ao desenvolvimento industrial, a estrutura econômica da sociedade – cujo ritmo de transformação apenas em parte pode ser explicado como reflexo da ação política – ainda mantinha instituições que permaneciam alheias ao processo de modernização. A persistência de formas tradicionais de organização produtiva, tais como os latifúndios de baixa

produtividade e o setor de subsistência não integrado ao mercado (enraizados de maneira extremamente rígida em certas regiões do país, onde a penetração de técnicas mais avançadas apresentava uma viabilidade econômica que pode ser considerada no mínimo duvidosa), impunha um limite à penetração dos fatores que servem à acumulação industrial: economia de mercado diversificada, aprofundamento da divisão social e técnica do trabalho, mercantilização do maior número possível dos produtos do trabalho etc.

A acumulação de capitais no setor agrícola continuava muito superior à verificada na atividade industrial. Isso fez com que o movimento de progressão da classe empresária industrial, em última instância, fosse contido justamente por aqueles grupos que, após um breve momento de indefinição, passaram a compartilhar o poder numa aliança heterogênea (afinal, a participação relativa das diferentes facções burguesas na renda nacional está intimamente relacionada à composição social do novo bloco de poder, assim como à maneira específica segundo a qual os diversos grupos que compõem a aliança buscam se articular).

Política e economia determinavam-se reciprocamente: a correlação de forças resultante do golpe – sobretudo no que se refere à *identidade* de interesses entre os industriais e latifundiários – demonstrou que os industriais não podiam, ou simplesmente não lhes interessava, excluir a participação dos senhores rurais da aliança de poder. Estes representavam um setor da economia que, apesar da crise, mostrar-se-ia de fundamental importância no sentido de fornecer à indústria os recursos exigidos para ampliá-la e modernizá-la.

Deslocada do poder, a burguesia cafeeira continuou a ter um papel fundamental na economia do país e o que se verifica nos anos anteriores [sic] a 1930 não é, mais uma vez, um choque inconciliável entre a facção agrária e a industrial, porém uma composição do equilíbrio entre as várias tendências burguesas, passando pela prova de fogo da revolução de 1932 (FAUSTO, 1982, p. 247).

Os industriais teriam de levar em consideração, por um lado, os riscos e desvantagens políticas de uma eventual confrontação direta com os latifundiários. De outro, as vantagens que poderiam obter se optassem por deixar de lado a defesa de algumas medidas políticas que a longo prazo poderiam contribuir para ampliar o mercado interno (como, por exemplo, a implementação da reforma agrária, cuja proposta de fato não foi acolhida com entusiasmo pela indústria). A alternativa que finalmente prevaleceu não deixa dúvidas quanto às reduzidas possibilidades de manobra do setor industrial brasileiro:

La primera consecuencia de esta dependencia es la necesidad de conservar el sector exportador tradicional que económicamente limita el desarrollo del mercado interno por la conservación de relaciones de producción atrasadas y, políticamente, significa la mantención [sic] del poder de las oligarquías tradicionales y decadentes (DOS SANTOS, 1970, p. 58; ver también idem, p. 72).

Dada a impossibilidade de manter a cafeicultura na condição de setor-chave da economia, tornava-se cada vez mais evidente a necessidade de reduzir a dependência do sistema em relação a uma única mercadoria exportável. A sobrevivência dos empreendimentos capitalistas nacionais passava a depender das possibilidades de diversificação na pauta de exportações, bem como da diferenciação da produção no setor voltado para o consumo interno. Manter o controle da economia “significava, antes de tudo, procurar radicar os fundamentos para uma nova ordem política e econômico-social. Essa procura evidentemente não se antepunha antagonisticamente à defesa do antigo sistema produtivo dinâmico; ao contrário, a pressupunha” (VIANNA, 1978, p. 123).

A solução encontrada pelos grupos que compunham a nova aliança de poder, visando o controle da situação econômica, é sintomática do equilíbrio de forças sociais produzido pelas condições adversas da crise. A posição estratégica ocupada pelo setor agrário-exportador no conjunto da economia brasileira, reiterada mesmo após o violento golpe sofrido

em 1929-30, não apenas assinala a importância das oligarquias latifundiárias no âmbito da dominação sócio- política e cultural, como também se impõe como fator que condicionaria as etapas subsequentes da revolução burguesa no país. A interdependência entre agricultura de exportação e o setor industrial cujos lucros vinham se realizando em função do subsistema econômico nacional, solidarizava os interesses imediatos dos representantes destes setores. Assim, caem por terra os argumentos baseados nas teses dualistas⁶⁹ que por muito tempo insistiram na aparente oposição entre estas duas facções burguesas. A aparência de uma tal oposição, na verdade, esconde um tipo particular de vinculação dialética que jamais deixou de conter simultaneamente os momentos da negação e conservação.

Significativo neste sentido foi o fato de o setor industrial aproveitar-se de estímulos originados a partir do processo de acumulação na agricultura, em virtude dos *efeitos multiplicadores de um setor sobre o outro* (IANNI, 1978, p. 38). Assim, tal como acontece no contexto da divisão internacional do trabalho, onde é possível encontrar efeitos dinamizadores – ainda que sejam absorvidos apenas parcialmente – nos países dependentes que sofrem a pressão das potências hegemônicas, também no interior de um subsistema econômico existe um tipo de ação residual possível de verificar em um determinado setor, motivada por progressos em outro: “a interdependência entre as atividades econômicas desempenhadas por um país agrícola e outro país industrial não é menos estreita nem profunda que a interdependência das atividades econômicas agrícolas e industriais dentro de um mesmo país” (Pei-Kang CHANG, apud IANNI, 1978, p. 38).

⁶⁹ Segundo Marini, quando se admite um dualismo estrutural – que oporia o setor pré capitalista ao setor capitalista – na sociedade brasileira, as conseqüências práticas podem igualmente levar a erros. “Sua implicação mais importante é a idéia de uma frente única formada pelas classes interessadas no desenvolvimento, basicamente a burguesia e o proletariado, contra o imperialismo e o latifúndio. Seu aspecto mais curioso é o de unir uma noção antidialética, como a do dualismo estrutural, a uma noção paradialética, como seria a de uma revolução burguesa permanente, das quais os acontecimentos políticos brasileiros nos últimos 40 anos não teriam sido senão episódios” (ver MARINI, 2000, p. 73-4 e 79). Boris Fausto identifica igualmente o *dualismo de conteúdo paradialético* – cujo mais conhecido defensor seria Nelson W. Sodré – com uma estratégia política equivocada (FAUSTO, 1995, pp. 13-19).

Portanto, por detrás da aparente dualidade entre os setores agrícola e industrial, estabeleceu-se uma situação de *integração dialética* entre eles, e isto possibilitou a configuração de um modelo no qual a agricultura *cumpria um papel vital para as virtualidades da expansão do sistema* (OLIVEIRA, 1975, p. 19). As causas do fortalecimento do setor industrial, conseqüentemente, não podem ser encontradas na constatação isolada e parcial de que havia um recuo irrecuperável da agricultura naquele momento (de colapso do sistema oligárquico que a acolhia e protegia de maneira tão indisfarçada), mas na complexa teia de relações onde se relacionavam de uma maneira muito específica não apenas o latifúndio e a indústria nacional privada, mas também dois importantes setores cuja participação no sistema vinha se redefinindo também: o Estado, cada vez mais presente como instrumento da acumulação, e o imperialismo em crise mas ainda com possibilidades concretas de intervenção.

Sob a ótica dos empresários agrários e urbanos, nenhum deles percebia o outro como a questão principal a ser enfrentada. Mas, como em toda relação dialética, a identidade de interesses que selava a união destas facções burguesas não deixava de apresentar momentos de conflito. O que ocorria era que este não chegava a ameaçar a estabilidade do acordo celebrado: “o conflito entre as facções dominantes se revestia do caráter de uma contradição, embora não antagonística” (VIANNA, 1978, p. 116). No caso brasileiro, a não- resolução da contradição (que implicaria a negação da negação, ou seja, a destruição do setor dito atrasado pela ação revolucionária do “moderno”) não obstou o desenvolvimento das forças produtivas e a diferenciação do sistema econômico, embora por outro lado tenha assumido um caráter concentrador, excludente e dependente em relação ao exterior. Estas questões, que somente poderiam ser resolvidas a longo prazo mediante reformas amplas e estruturais, não esteve presente na pauta do diálogo entre as facções proprietárias urbanas e rurais, restando limitada

aos setores intelectuais de esquerda e à vanguarda operária (política e sindical), que tiveram poucas possibilidades de intervenção (exceto em momentos excepcionais, como em 1935).

A composição de forças na Segunda República era, portanto, tanto o efeito quanto a causa da conciliação existente entre crescimento industrial e crescimento agrícola, naquilo que trazia de vantajoso para os representantes destes setores. Na ausência de uma vontade política capaz de concretizar um projeto de reforma agrária ampla, ou de medidas tendentes a estender os direitos sociais ao proletariado rural, o mercado interno não pôde ampliar-se na medida de seu potencial (deixando o país fora do grupo de “sociedades de consumo de massa”), pois manteve-se a extrema desigualdade na divisão da propriedade e da renda, restando o latifúndio intacto e os trabalhadores rurais na condição de trabalho vivo superexplorado: os cafeicultores e demais proprietários rurais, como notou Skidmore (1976, p. 81), “apreciavam o completo silêncio de Vargas a respeito da questão agrária”. E os industriais, apesar dos benefícios que a inclusão das classes subalternas ao sistema econômico poderia lhes trazer a longo prazo, optaram por não adotar uma postura de confrontação com o setor agrário, pesando nesta decisão os riscos que o fortalecimento do proletariado poderia acarretar neste ainda débil empresariado industrial (que inclinou-se para o lado do latifúndio temendo o questionamento da “ordem” pela ação das classes não- proprietárias).

Qual a razão mais importante para a reaproximação entre latifúndio e indústria, após um breve momento de indefinição? A resposta para esta questão pode ser encontrada na questão do financiamento da expansão industrial no país, no contexto de uma crise internacional (que anulava a possibilidade de se recorrer a empréstimos externos) que agravou ainda mais a crise fiscal do Estado. Os recursos necessários para a inversão industrial poderiam ser fornecidos pelo setor exportador, cujas divisas acumuladas no período anterior à crise dificilmente retornariam para a agricultura, como dissemos anteriormente.

Mas é evidente que este esquema de financiamento exigiria algum tipo de compromisso sócio- político entre os grupos envolvidos: o fato de um dos requisitos estruturais do novo estágio acumulativo ser a manutenção das condições de reprodução das atividades agrícolas, implicou a não- exclusão das classes proprietárias rurais *nem da estrutura do poder nem dos ganhos da expansão do sistema*; disto derivou uma *primeira “especificidade particular” do modelo brasileiro, pois, ao contrário do “clássico”, sua progressão não requer a destruição completa do antigo modo de acumulação* (OLIVEIRA, 1975, p. 32).

Esta peculiar e contraditória posição dos setores agrários em relação à indústria resultou, como não poderia deixar de ser, num equilíbrio de forças bastante instável e igualmente contraditório, pois se por um lado buscava-se impor os interesses da indústria capitalista moderna sobre os dos produtores agrícolas, por outro seria precisamente a rentabilidade destes a fonte mesma dos recursos indispensáveis ao investimento industrial. A agricultura de exportação, portanto, era a *própria base sobre a qual se desenvolveu o capitalismo industrial brasileiro* (MARINI, 2000, p. 79), cumprindo um papel de acumulação originária indispensável à introdução das forças produtivas especificamente capitalistas.

Esta tarefa modernizadora [do governo revolucionário, sob a liderança de Getúlio Vargas] na direção de um regime econômico capitalista (...) sofria duas importantes limitações: Em primeiro lugar, a Revolução de 30 *não levou até o fim a luta contra as oligarquias rurais*, ao preservar o latifúndio e evitar uma intervenção social no campo. *A força dessas oligarquias*, apesar de enfraquecidas pelo desenvolvimento do capitalismo na agricultura, pelo êxodo rural e pelo *confisco estatal das divisas obtidas com as exportações*, continuou a ser contudo um fator de atraso e um foco constante de conspiração político- militar e irradiação ideológica conservadora contra as medidas de conteúdo nacionalista e democrático. Em segundo lugar, devido a esta mesma razão, o Estado revolucionário teve que apelar para a centralização da administração e o autoritarismo como forma de impor as transformações modernizadoras sobre as oligarquias rurais e os fortes contingentes de classes médias sob sua influência (DOS SANTOS, 1985, p. 17) etc.

As manobras político- militares visando a transformação econômica e social vinham sendo preparadas nos últimos anos da República Velha, a partir dos setores descontentes em relação ao núcleo dominante no poder. Os grupos oligárquicos dissidentes, associados aos setores emergentes das classes médias urbanas e industriais, que pela primeira vez tiveram possibilidades concretas de fazer frente ao predomínio dos cafeicultores, somaram suas forças e conseguiram uma vitória que modificaria a trajetória do capitalismo brasileiro, assinalando o ponto de inflexão entre dois períodos bastante distintos.

4. Descompasso entre poder político e poder econômico

Com o avanço das tropas militares dos Estados dissidentes rumo ao Distrito Federal, a queda do governo passou a ser uma questão de tempo, assim como o predomínio da oligarquia cafeeira. Depois que destronaram o governo de Washington Luís, evitando a posse do candidato situacionista eleito Júlio Prestes, o poder foi então entregue a um político civil, Getúlio Vargas. Isto já demonstra que as forças que articularam o golpe não eram exatamente as mesmas que compunham a Aliança (FAUSTO, 1982, p. 227). O desdobramento dos acontecimentos políticos, à medida em que se acomodavam as classes proprietárias após o breve momento de incertezas que caracterizou o início do governo provisório, gradualmente facilitava a identificação dos motivos (nem sempre declarados) que impeliam as novas políticas governamentais.

Isto porque o movimento de 1930, apesar de surgir no cenário político propugnando a necessidade de reformas profundas, apresentando-se como uma força renovadora, não deixou de trazer no seu bojo posturas contraditórias, elementos conservadores e projetos políticos hesitantes (vinculados a visões de mundo geralmente imediatistas, que se moviam no terreno de contingências externas e internas instáveis). Como observou Luciano Martins, *mais forte ainda do que os discursos e plataformas* dos vitoriosos na revolução de 30, *estava a*

correlação objetiva de forças que predominava (MARTINS, 1965, p. 22). Portanto, o novo bloco de poder não pôde disfarçar a relativa debilidade dos grupos sociais e políticos que vinham lutando em prol dos processos de modernização e diferenciação da estrutura produtiva.

Se estes processos beneficiavam, direta ou indiretamente, os empresários industriais, as classes médias e mesmo o proletariado urbano (o mais débil entre estes três), dependiam também da tentativa de intervenção política destes setores, numa relação de causa e efeito. O desenvolvimento econômico brasileiro, no entanto, ocorria *apesar* da relativa debilidade destes setores: “nenhuma dessas classes havia, por volta de 1950, alcançado um estágio de autoconsciência capaz de produzir uma política aguda de ‘orientação de classes’. Ao contrário, a atmosfera política ‘conciliatória’ do Brasil patriarcal ainda era notavelmente dominante” (SKIDMORE, 1976, p. 111).

Mesmo o Estado, que em tese se fortaleceu para suprir a debilidade do empresariado industrial na luta pelo desenvolvimento, não assumiu imediatamente um projeto sistemático de apoio à industrialização. Contra a retórica dos dirigentes políticos, deve-se opor a realidade dos fatos. Vargas afirmava, no seu discurso de posse, que seu governo iria escapar ao exclusivismo de determinadas classes, pois o trabalho de reconstrução, que ele propunha levar a cabo, não admitiria medidas temporizadoras⁷⁰. Quando se analisa a perspectiva dos setores conservadores que integravam a aliança de poder, no entanto, é possível entender a razão pela qual o pronunciamento Vargas – especialmente quanto à não- admissão de “medidas temporizadoras” – não poderia resistir à confrontação com a marcha dos acontecimentos subsequentes, determinados pela correlação de forças e lutas internas que se seguiram. A retórica do novo chefe do poder executivo federal, de fato, superestimou (trata-se quase de uma regra geral nos momentos de ascensão de novos líderes políticos, especialmente em países de extração colonial) a autonomia e a capacidade de transformação social dos

grupos em ascensão que buscava representar, em especial a burguesia industrial e as assim chamadas classes médias.

Na luta pela afirmação de interesses e propagação de valores que até então ocupavam uma posição secundária no sistema político, ocultava-se a própria raiz social dos grupos e classes sociais em franca ascensão. Afinal, não é possível ignorar que “a burguesia industrial nascente era em grande parte filha⁷¹ da própria oligarquia rural, financeira e mercantil ou de emigrantes sem maiores riquezas acumuladas e *sem lastro social para controlar o poder político*” (DOS SANTOS, 1985, p. 17). Era também uma classe de origem histórica recente naquele momento, com pouca experiência no jogo político e cuja consciência dos problemas ainda não tinha amadurecido completamente. Por essas razões, os anos imediatamente posteriores à revolução de 1930 irão se caracterizar pela instabilidade do equilíbrio entre as forças sociais progressistas e conservadoras, enquanto se buscavam novas composições (MARINI, 1972, p. 93; 2000, p. 76).

As lutas do período que se inicia com o governo provisório de Vargas e termina com a implantação do Estado Novo, em 1937, anunciam uma etapa de “agitada improvisação” (SKIDMORE, 1976, p. 26) entre classes sociais que buscavam, cada uma à sua maneira, assegurar uma posição mais vantajosa no esquema de poder.

A investida fracassada da oligarquia, em 1932, reforça a posição da pequena burguesia, cuja ala radical, unida ao proletariado, deseja aprofundar a mudança revolucionária, reivindicando sobretudo uma reforma agrária. A insurreição esquerdista de 1935 se conclui no entanto com uma derrota desta tendência, o que permite à burguesia consolidar sua posição. Aliando-se à oligarquia e ao setor direitista da pequena burguesia (que será derrotado no ano seguinte), a burguesia

⁷⁰ “Posse de Getúlio Vargas no Governo Provisório (3/11/1930)”, in: CARONE, Edgard, 1973 p. 13-7

⁷¹ A burguesia brasileira “surge do ventre do latifúndio, em grande parte” (SODRÉ, 1964, p. 359); a burguesia agrícola foi a “matriz social” da burguesia industrial (Mello, 1987). A questão sobre a origem social dos empresários industriais é objeto de polêmica. Não existe consenso sobre o fato de a maior parte deles ter origem na propriedade da terra (ver Lourdes SOLA, 1982, p. 278; MARINI, 1972, p. 94; Gabriel COHN, 1982, p. 289, 296), nem tampouco quanto ao peso que pode ser atribuído a esta suposta origem (CARDOSO, 1971, p. 123 e seguintes).

apóia, em 1937, a implantação de um regime ditatorial, sob a liderança de Getúlio (MARINI, 2000, p. 76).

Existia, portanto, uma contradição flagrante entre o fortalecimento econômico da burguesia industrial e sua debilidade política, bastante patente na sua tendência de ceder a formas autocráticas de encaminhamento da revolução brasileira. Esse fenômeno pôde ser verificado na generalidade dos países latinoamericanos que estavam tentando substituir importações, tendo em vista o poder residual das oligarquias: a porcentagem sempre decrescente da participação do comércio exterior na renda nacional não foi acompanhada de um debilitamento político do latifúndio na mesma proporção (DOS SANTOS, 1970, p. 32).

Os industriais não podem ser considerados aprioristicamente progressistas. No seio deste grupo, haviam elementos que encarnavam um comportamento político autoritário e conservador, produto da experiência vivida no período anterior e das tradições e modos de pensar existentes no contexto sócio- cultural em que sempre viveram. Os setores progressistas da burguesia, que propunham a democratização e ampliação do sistema sócio- econômico, eram ainda muito débeis quando confrontados com os demais setores em conjunto. Seu caráter progressista residia principalmente na sua concepção democrática de Estado, sem a qual dificilmente poderia assegurar uma posição mais confortável no esquema de poder.

A guinada à direita do governo federal, consolidada com o golpe de 1937, representou a vitória incontestável dos setores mais conservadores do empresariado, não restando outra opção, aos seus elementos democráticos, senão a de tentar negociar, dentro do esquema de poder estabelecido, as condições mais vantajosas de participação. Visando assegurar sua expansão econômica, o empresariado industrial teve que aceitar a participação dos políticos tradicionais – em última instância, das oligarquias conservadoras e dos setores autoritários do empresariado industrial – no esquema de poder, reduzindo suas possibilidades de agir sobre os problemas que lhes eram específicos.

As classes produtoras, industrial e comercial, ampliam-se do ponto de vista material, mas sua ação política ainda é restrita. Na hora em que os grupos agrários começam a perder a hegemonia, a burguesia ainda continua vivendo seu momento de indefinição, entre um passado de subordinação às classes agrárias e tênues passos de autonomia. A indefinição se traduz por um predomínio de continuidade do passado, em que apoliticismo e luta pelos interesses imediatos representam a tônica fundamental da maior parte da burguesia (CARONE, 1973, p. 163).

Nota-se, portanto, que o crescimento da renda no setor industrial não se traduziu em influência de seus representantes sobre a condução da *política* econômica (COHN, 1982, p. 304). Esta peculiaridade, que envolve o processo de modernização da estrutura produtiva e a trajetória política dos dirigentes industriais brasileiros, está na raiz da *inconclusividade da revolução burguesa no Brasil*, em virtude não apenas da conciliação do novo com o arcaico e da manutenção dos laços de dependência – que influenciarão decisivamente o curso que tomará a economia industrial –, mas devido ao fato de que esta união determinou um ritmo de desenvolvimento capitalista bastante débil. A consequência mais relevante deste processo reside no seu caráter parcial e incompleto:

A revolução brasileira (...) se constitui do complexo de transformações em curso ou potenciais, que dizem respeito à estrutura econômica, social e política do país, e que, contidas e reprimidas pela inércia natural a toda situação estabelecida, se desenrolam de maneira excessivamente lenta e *não logram chegar a termo* (PRADO JR., 1987, p. 133; itálicos nossos)

Processos econômicos débeis e estruturas sociais rígidas são os dois pólos desse círculo vicioso, os quais caracterizam a revolução brasileira como um processo extremamente lento, descontínuo e convulsivo (FERNANDES, 1972, p. 105)

Vista de uma perspectiva histórica, compreende-se que a reconfiguração do equilíbrio de forças, operada através do golpe de outubro de 1930, viabilizou a preservação – embora em condições menos vantajosas – da participação dos latifundiários e das classes associadas ao imperialismo em todas as esferas do poder: político, econômico e social. Trata-se de uma

participação que mostrou-se suficientemente capaz de condicionar (especialmente nas áreas menos afetadas pelos surtos anteriores de desenvolvimento industrial, onde os proprietários de terras mantinham-se como o mais poderoso grupo político) o processo de desenvolvimento industrial brasileiro, favorecendo-o ao mesmo tempo em que o detinha.

Isto ficou ainda mais evidente quando a economia capitalista internacional começou a dar os primeiros sinais de recuperação (sobretudo a partir de 1937), uma vez que seus aliados nas nações dependentes encontraram uma série de circunstâncias que facilitaram a reação contra a ascensão dos setores ligados à atividade industrial nacionalizada. A economia de exportação, afinal, *iniciava* a retomada de suas atividades regulares, com o gradativo restabelecimento das transações comerciais internacionais (esta tendência foi coroada no período da Segunda Guerra Mundial, ocasião em que *manteve-se* a procura externa pelas nossas mercadorias exportáveis; mas não deixou de também favorecer a produção interna de manufaturas, pois os países que se mobilizavam para a guerra reduziram o fornecimento de produtos industriais aos países dependentes).

No Brasil, a implantação do Estado Novo (em 1937) representou, neste contexto, uma inequívoca iniciativa visando a reaproximação entre os setores industriais e latifundiários. A instauração da ditadura estadonovista representa o momento em que Vargas conseguiu consolidar a sua posição, apoiando-se nas oligarquias conservadoras contra os reformadores progressistas, sobretudo os tenentes mais radicais (SKIDMORE, 1976, p. 406, nota 22).

A reaproximação com o latifúndio, em que pese o ônus decorrente desta “política da menor resistência”, não obstou o desenvolvimento industrial. De fato, ocorreu justamente o contrário, em virtude da possibilidade de conciliar o crescimento da indústria com o da agricultura. O golpe de Vargas foi portanto uma manobra estratégica visando estabelecer o equilíbrio social e político por meio de um compromisso entre as frações burguesas ligadas à atividade comercial e industrial com as oligarquias latifundiárias, uma vez que mostrava-se

cada vez mais evidente – tendo em vista suas reivindicações macroeconômicas – aquilo que Marini (1972, p. 94-5) chamou de *complementaridade objetiva entre seus interesses*.

5. O Estado Novo: reacionarismo político

A análise de Ruy Mauro Marini, a propósito, é extremamente fecunda para a compreensão do significado deste momento histórico, que encerraria algumas possibilidades para o curso posterior dos acontecimentos da revolução burguesa no Brasil. A complementaridade objetiva⁷² de que fala o autor – que, acrescentamos, caracterizou um período histórico que se estende desde as primeiras iniciativas industriais, nas primeiras décadas do séc. XX, até o momento de colapso do populismo brasileiro, em 1964 – expressou-se com bastante clareza nas políticas governamentais do Estado Novo. Neste período, talvez mais que em qualquer outro momento da história brasileira, o crescimento da produção agro- exportadora esteve associado, no pensamento dos setores políticos responsáveis por executarem ações no plano econômico, ao crescimento do setor industrial.

A política econômica estabelecida pelo governo Vargas, no período ditatorial, buscava o crescimento da produção industrial *sem* prejudicar a acumulação no setor agropecuário; as medidas de estímulo ao crescimento econômico invariavelmente favoreciam tanto os industriais quanto os latifundiários. Os próprios industriais, ao reivindicarem do Estado proteção ao setor manufatureiro, deixaram claro que não seria conveniente deixar o setor primário- exportador desamparado⁷³.

⁷² Ver também Francisco de Oliveira, 1975, p. 19; Florestan Fernandes, 1975b, p. 78; Theotonio dos Santos, 1977, p.76. Para uma interpretação equivocada desta complementaridade, ver Mello, 1987, p. 103 e segs.

⁷³ Num ofício encaminhado a Vargas em 1936, no qual a FIESP sugere a aplicação de medidas políticas em seu benefício, os industriais reiteraram que o “apoio estatal às suas atividades não importava no desestímulo à proteção da lavoura”. Na circular de 24 de dezembro daquele ano, negava-se a existência de um conflito entre agrários e industriais: “no Brasil criou-se um infeliz mentalidade de um suposto antagonismo entre os interesses da lavoura e os da indústria” (ver Werneck VIANNA, 1978, p. 208). A posição dos industriais foi reiterada dois anos depois: “Em 3 de agosto de 1938, José Ermírio de Moraes, saudando Vargas na Bolsa de Valores de São Paulo, situará o íntimo relacionamento entre a lavoura e a indústria, preconizando a modernização daquela como medida fundamental à industrialização pelo barateamento dos custos e pela ampliação do mercado interno: ‘Não hesitamos um momento em afirmar a V. Exa. que nenhum problema econômico do Brasil se sobreleva ao exame

Estado, latifúndio e indústria tinham interesses muito próximos. No que diz respeito à orientação econômica do governo, as políticas cambial e alfandegária foram seus exemplos mais flagrantes. A política cambial, na medida em que preservava o nível de renda dos setores agrários (estimulando as exportações, possibilitando a realização da produção), funcionava simultaneamente como uma tarifa protecionista para a indústria⁷⁴, pois encarecia no mercado interno as manufaturas produzidas nos demais países; e, mantendo desta forma a acumulação no setor agrário exportador, sustentou a demanda pelos bens manufaturados produzidos internamente – já que o mercado consumidor de manufaturas limitava-se basicamente aos indivíduos cuja renda provinha das exportações – que, como vimos, dificilmente poderia ser satisfeita mediante importações, no contexto de refluxo do comércio internacional. A determinação das políticas alfandegárias, aplicadas seletivamente pelo governo federal, também buscava estimular tanto os empresários rurais quanto os industriais⁷⁵. Desta maneira, como o Estado expressava nitidamente um compromisso entre as burguesias agrária, mercantil e industrial, ele podia ser caracterizado como um *Estado de toda a burguesia* (MARINI, 2000, p. 194).

Se a política econômica teve aquele propósito conciliador, seu significado mais importante, no que diz respeito ao objetivo deste capítulo, recai sobre a *estratégia política*, o

e à solução do caso da lavoura. A lavoura nacional carece de amplos recursos para trabalhar, de um auxílio permanente do governo para aumentar a sua produção, para alargá-la através de um aperfeiçoamento nacional [sic] das áreas cultivadas, pela adubação constante, pela redução progressiva de seu custo real, tudo isto amparado em uma política econômica, interna e externa, capaz de assegurar maior consumo e de alargar as possibilidades de nossa exportação. Ninguém pode conceber que o nosso trabalho rural continue em boa parte deficitário, sem conferir aos que porfiam nos campos, nas fazendas, no nosso imenso *hinterland*, uma justa remuneração, uma razoável compensação aos seus sacrifícios e às suas heróicas batalhas pela independência econômica do Brasil (...) A solução do caso da lavoura, que é a grande preocupação do País, concorrerá para que fiquem resolvidos, em grande parte, quase todos os problemas econômicos, tão benéfica será a repercussão que ela terá (...) A nossa produção agrícola, em relação à população do País, é pequena e pouco lucrativa. Urge remediar o mal. As nossas indústrias, colocadas em frente de um poder aquisitivo sensivelmente baixo, sentem a crise reflexiva e esperam ansiosamente, mas confiantes, que as atuais dificuldades possam desaparecer, depois de removidas com segurança as causas desse mal-estar” etc. (citado por Werneck VIANNA, idem, pag. 209-210). Na visão dos industriais, portanto, a expansão da produção industrial requer, como pressuposto, a acumulação na área agrícola.

⁷⁴ Ver também Osvaldo Sunkel, 1975, p. 63; Celso Furtado, 1968, p. 96; Marini, 1972, p. 95

⁷⁵ Uma pesquisa realizada por Fernando H. Cardoso na década de 1960 revela a continuidade da não divergência entre industriais e latifundiários nos temas mencionados. Nas grandes indústrias, apenas 10% dos entrevistados

significado da hegemonia da burguesia industrial e as perspectivas da revolução burguesa em curso no Brasil. A aliança política selada com a instauração do Estado Novo implica, na teoria de Ruy Mauro Marini, um diagnóstico de fundamental importância. Segundo o autor, o Estado Novo representou a *renúncia da burguesia a qualquer iniciativa revolucionária*, já que concretizou uma aliança com grupos que se colocavam precisamente contra as mudanças necessárias para consolidar uma revolução burguesa. Isto o leva a *recusar* a tese, bastante difundida, de uma revolução permanente da burguesia, “puesto que se tiene que enmarcar su revolución en el período 1930-1937” (MARINI, 1972, p. 96-7)⁷⁶. Esta afirmação deve, contudo, ser entendida no seu aspecto propriamente político, uma vez que o Estado Novo teve um sentido econômico com inegável sentido modernizador, conforme analisaremos adiante.

O *restabelecimento da aliança da burguesia com o latifúndio*, de fato, já estava sendo preparado com a tentativa de deslocamento dos elementos tenentistas que integravam o bloco no poder, envolvendo uma disputa interna que culminou na liquidação do tenentismo enquanto movimento organizado (SODRÉ, 1964 p. 319). O enfraquecimento deste, após um período de trégua, começou em 1932, em decorrência da *reação* de setores que sentiam-se ameaçados com sua rápida ascensão. Depois da tentativa frustrada de revolução em São Paulo, ocorrida naquele ano, as oligarquias buscaram se reorganizar, e já no ano seguinte elas obtiveram uma vitória expressiva nas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte. A facção cafeeira paulista, após a derrota política e militar, mereceu atenção especial de Vargas, preocupado em conquistar uma base segura de apoio ao governo federal – que lhe concedeu,

revelaram divergências com os latifundiários em relação à taxa de câmbio, índice que cai para 4% quando o assunto é a determinação das tarifas alfandegárias (CARDOSO, 1971, p. 132).

⁷⁶ Ainda segundo Marini, foi somente com o advento de uma nova crise do setor agro- exportador (década de 1950, sobretudo a partir de 1953) que a burguesia industrial buscou *rever* o compromisso de 1937, em decorrência de um afrouxamento daquela complementaridade objetiva (percebia-se que o setor agrícola limitava progressivamente a expansão industrial). Daí em diante, outros acontecimentos – que resultaram na derrota dos setores ditos progressistas nacionais – marcariam um período de instabilidade política, em virtude do distanciamento dos grupos integrantes da aliança de poder: o segundo período Vargas (1951-54), a curta trajetória de Jânio Quadros (1961) e a campanha para boicotar as reformas de João Goulart (especialmente em 1963-64), que apontaram o crescente afastamento da burguesia em relação aos interesses agrários (MARINI, 1972, p. 99-100; 2000, p. 55, 80-3)

em contrapartida, alguns benefícios (como a garantia da continuidade da política de sustentação dos preços e a indicação de um interventor paulista) –, enquanto os tenentes viam seu prestígio diminuir face a supremacia das forças conservadoras no Congresso Nacional.

A Constituição aprovada em 1934 apresentava avanços consideráveis, como o reformismo econômico, a garantia de eleições livres, a fixação do salário mínimo e a criação da Justiça do Trabalho. Entretanto, grande parte destes dispositivos permaneceu por muito tempo letra morta (como o salário mínimo, que entrou em vigor somente em 1940), ou foi utilizada por Vargas com o propósito de manipular o jogo político (como a previsão de eleições presidenciais em 1938, visando ganhar tempo e preparar o golpe de 1937). O que Vargas buscava, efetivamente, era acrescentar à violência de Estado instrumentos que lhe assegurassem o maior consentimento⁷⁷ possível, e isso somente seria possível com o afastamento dos grupos que lutavam pela ampliação das franquias democráticas.

O próprio Congresso que aprovou a Constituição de 34 tinha uma composição que expressava inequivocamente o poder das elites tradicionais. Era um momento em que as facções aliadas mais radicais, como os setores à esquerda do tenentismo, perdiam terreno⁷⁸, anunciando a derrota que ocorreria nos momentos seguintes. “O Congresso, cada vez mais conservador, começou a debater a ameaça dos ‘subversivos’”, aprovando logo uma Lei de Segurança Nacional [em 4 de abril de 1935, cinco dias após o primeiro comício da ANL] que outorgava ao governo federal poderes para reprimir ações da oposição (SKIDMORE, 1976, p. 42). Como observou Edgard Carone, apesar dos conflitos entre algumas tendências oligárquicas estaduais, *o poderio desta classe supera o tenentismo, que a partir de 1934 não representa maior ameaça* (CARONE, 1973, p. 58).

⁷⁷ “Os direitos elementares do trabalho, encorpados com a legislação do salário mínimo e com os benefícios da previdência social, beneficiando em massa os assalariados, correspondiam à contraprestação ‘outorgada’ pelo Estado à ‘contenção sindical’. Em razão disso, o ente responsável pela coerção política do proletariado se transfigurava na figura de um *benefactor*, e não é atoa que o inspirador dessa política chegou a ser conhecido como o ‘pai dos pobres’” (VIANNA, 1978, p. 241).

E foi justamente no final de 1934 que teve início o processo de radicalização à direita do bloco no poder, onde este, liderado pelo habilidoso Getúlio Vargas, começou a preparar o terreno para o golpe de 1937. Já a partir de 1935, com a repressão aos movimentos populares tornando-se sistemática, e a derrota da Aliança Nacional Libertadora⁷⁹ – que constituía uma séria ameaça à situação dos grupos hegemônicos –, o governo iniciou um controle severo sobre a vida social, visando conter as perspectivas de ampliação das garantias democráticas.

Um estudioso do assunto afirma, corretamente, que os acontecimentos ocorridos entre 1935 e 37 apenas comprovam “a inviabilidade de uma ordem para as classes dominantes que permitisse livre movimento para as classes subalternas” (VIANNA, 1978, p. 206). Como consequência desta necessidade de reprimir os movimentos organizados de oposição, encontra-se uma saída autocrática, através da ditadura do Estado Novo. Este regime bonapartista (MARINI, 1972, p. 93), instalado com o apoio da burguesia brasileira, em associação com o latifúndio e o imperialismo, reforçou ainda mais os poderes conquistados pelo governo em 1936 (quando se equiparou o Estado de Sítio ao Estado de Guerra, buscando *aumentar* a repressão aos movimentos de oposição, especialmente os comunistas), o que resultou em prisões⁸⁰, perseguições e intimidações contra jornalistas, congressistas de oposição, tenentistas liberais, professores, sindicalistas e comunistas (através da Comissão de Repressão ao Comunismo, ligada ao Ministério da Justiça). A ampliação dos poderes de Vargas⁸¹ praticamente liquidou a oposição que vinha dos grupos excluídos da nova composição de poder político.

⁷⁸ “A formalização do novo sistema político, em 1934, ocorreu em um momento em que se enfraqueciam as linhas políticas produzidas pela revolução de 1930” (SKIDMORE, 1976, p. 40). Ver também Vianna (1978, p. 154).

⁷⁹ Cf. Lourdes Sola (1982, p. 260 e segs.) e Skidmore (1976, p. 41 e segs.).

⁸⁰ Alguns dos presos políticos, inclusive Luís Carlos Prestes, foram soltos apenas em 1945, quando o fim da guerra forçou Vargas promover uma abertura política. Prestes, no entanto, ao perceber que a oposição a Getúlio tinha um caráter reacionário, propôs a criação de uma frente popular que incluía o apoio à continuidade de Vargas no poder (SKIDMORE, 1976, p. 87-8).

⁸¹ Entre estas medidas, podemos mencionar: repressão policial; cassação de direitos políticos; censura da imprensa (tentando transformar a opinião pública numa espécie de opinião *publicada*); Departamento de Propaganda oficial (“Hora do Brasil”, programa transmitido via rádio); polícia secreta; prisões “preventivas”;

Foi, assim, como uma espécie de revolução burguesa contra o proletariado, ou assemelhou-se, dentro das proporções admissíveis, aos movimentos de refluxo que têm sucedido às revoluções burguesas, quando a burguesia se separa das classes e camadas que a ajudaram a desalojar a velha classe feudal, voltando a recompor-se com esta e tratando aquelas de acordo com a lei da violência. Com o Estado Novo, a burguesia brasileira traía as classes e camadas que a vinham ajudando em sua ascensão [sic], como é clássico, e, como é clássico, traía porque a correlação de forças, a externa e a interna, lhe permitia essa decisão circunstancial. *Mas já não teria as mesmas condições para levar aos extremos limites a sua própria revolução, que resultaria amputada e frustrada* (SODRÉ, 1964, p. 320; ver também SODRÉ, 1996, p. 89).

6. A questão do proletariado sob a perspectiva da hegemonia burguesa

Se da composição de poder resultante do golpe de 1930 sucederam-se conflitos internos entre os grupos proprietários, que somente seriam “resolvidos” com a ditadura do Estado Novo, e se tais acontecimentos estão intimamente relacionados à questão da inconclusividade da revolução burguesa brasileira, aquela guinada conservadora que levou a burguesia adotar uma postura política autoritária (com a frustração da expectativa de constituição de um Estado burguês politicamente liberal e democrático) deve também ser analisada *em face da questão dos trabalhadores da cidade e do campo*.

Não era apenas sob a ótica dos demais grupos proprietários que a burguesia industrial deveria analisar as possibilidades de afirmação de seus interesses de classe. Afinal, as pressões das classes subalternas estavam crescendo, e apesar de ainda não terem constituído organizações suficientemente fortes – que foram abortadas logo no início de sua existência –, havia o temor de que o avanço das relações capitalistas e uma eventual abertura democrática fortalecessem o proletariado para além das possibilidades de controle de uma burguesia ainda débil, que necessitava do apoio dos latifundiários e do aparelho repressivo do Estado para

exílio de opositores ao regime; invasão de domicílio; dissolução de todos os partidos; instituição da pena de morte (que não chegou a ser aplicada); proibição de greves e lockout; fim da autonomia sindical; liquidação do sindicalismo autônomo e reconhecimento apenas dos sindicatos oficiais, sob controle do governo; instituição do imposto sindical, por meio do qual os trabalhadores financiavam os órgãos que tolham sua própria liberdade de associação etc. (ver SKIDMORE, 1976, p. 58; SOLA, 1982, p. 266-7 e 272; CARONE, 1976, p. 38-9; VIANNA, 1978, p. 232-5).

contrarrestar o crescimento da insatisfação das classes dominadas⁸². A própria necessidade sentida pela burguesia de reformular o aparelho do Estado (dentro de certos limites) indica claramente que foi preciso um período de transição – concluído em 1937, na metade do primeiro período de Getúlio – para que se acomodassem as reivindicações e os interesses das classes sociais proprietárias envolvidas.

Portanto, o período que tem início em outubro de 1930 e termina em 1937 (compreendendo o governo provisório de Vargas e o período constitucional), visto de uma perspectiva histórica, foi o de gestação e experimentação de algumas formas políticas e institucionais de dominação de classe. Durante este período – especialmente a partir de 1935 – a estabilidade do regime burguês passou a depender cada vez mais da repressão violenta do que do consentimento, pois este tornou-se cada vez mais difícil de ser alcançado. Por esta razão, as facções hegemônicas *dentro do bloco de poder* sentiram a necessidade de afastar, além dos setores descontentes e mais radicais da instável e precária aliança de poder (como os jovens tenentes)⁸³, os setores proletarizados da sociedade que ameaçavam escapar ao controle do aparelho de Estado⁸⁴. Como havia, segundo Werneck Vianna (1978), uma luta entre duas propostas conflitantes de liberalismo – o *excludente* e o *democratizante* –, num momento em que a abertura do sistema político poderia colocar em xeque a estabilidade mesma do regime

⁸² Não era possível à burguesia ignorar a presença cada vez maior do proletariado, especialmente quando sobreveio a crise e, com ela, a manifestação de descontentamento desta classe através de uma série de greves nos centros urbanos. Entretanto, a grande massa de trabalhadores parecia simpatizar com os revolucionários de 1930, ou então permanecia alheia aos acontecimentos. A crítica mais consistente vinha da *vanguarda* operária, que *criticou o movimento de 30 em bloco e formulou a única análise, na época, onde havia uma crítica coerente à estrutura econômica e social do país* (ver FAUSTO, 1982, p. 245 e segs.). Mas o temor de que o proletariado se fortalecesse para além de certos limites suportáveis pela burguesia levou-a a optar por um regime político que abortaria qualquer possibilidade daquele de se contrapor aos seus interesses: “Abrir o sistema político sem se dispor de um novo marco de integração efetivo, que agora, aliás, só poderia ser expresso pelo capital industrial, implicava em expor as classes dominantes como um conjunto às fortes pressões que viriam ‘de baixo’ e àquelas, também fortes, decorrentes de seu próprio litígio” (VIANNA, 1978, p. 117; grifos nossos). Quanto ao crescimento numérico do proletariado industrial ocupado, ele saltou de um total de 275.514, em 1920, aumentou para 971.000 em 1934 e, em 1939, já atingia o número de 1.112.162 (idem, p. 132)

⁸³ Ver Fausto (1982, p. 249).

⁸⁴ A ideologia do trabalhismo e o apoio oficial aos sindicalistas pelegos foi uma estratégia importante visando neutralizar a oposição dos movimentos organizados de trabalhadores. Quanto aos setores independentes do movimento, o tratamento dispensado pelo governo foi a crítica das armas.

burguês, não fica difícil entender a razão pela qual a vertente autoritária pôde se afirmar sobre as outras propostas que vinham sendo consideradas.

A proletarização crescente da sociedade brasileira, afinal, tinha como corolário o início da organização da classe operária em sindicatos autônomos e movimentos populares de massa, que por um lado trouxeram no seu bojo o fortalecimento da oposição aos setores autoritários tradicionais. De outro lado, no entanto, ameaçavam (real ou potencialmente) a concretização do domínio da classe industrial no Brasil, fato que levou seus representantes à adoção de uma postura aparentemente contraditória⁸⁵ em relação aos seus interesses de classe a longo prazo.⁸⁶

O *corporativismo* surge, neste contexto, como uma resposta do governo brasileiro (seguindo de perto a onda de regimes autoritários que surgiam no entreguerras, como os fascistas da Itália e Alemanha) à questão do controle das classes subalternas. O desenvolvimento capitalista do país trazia no seu bojo, afinal, um crescimento quantitativo e qualitativo da classe operária; ou seja, as transformações na materialidade desta classe foram seguidas de perto por uma transformação na sua subjetividade, na sua consciência de pertencerem a uma classe com interesses específicos e antagônicos ao da burguesia. Entre 1930 e 1935, os sindicatos autônomos, que se colocavam à margem do controle do Estado, cresceram significativamente. Os sindicatos livres resistiam ao enquadramento e reconhecimento exigidos pelo Ministério do Trabalho, sendo relativamente pequeno o número de reconhecimentos efetuados até outubro de 1934 (VIANNA, 1978, p. 142). Entretanto, a

⁸⁵ Ver Furtado (1968, p. 89, nota).

⁸⁶ “O avanço das relações capitalistas no Brasil não pode ser visto com clareza senão quando se apresenta, ao lado da burguesia, o seu inseparável acólito, o proletariado (...) A grande preocupação de vitoriosos e *vencidos* da Revolução de 30 foi essa componente nova [a organização dos trabalhadores], que se inseria agora no processo político e que exigia toda atenção (...). A presença do proletariado no palco representava um fator novo, que exigia consideração e que pesaria no balanço daí por diante. E a burguesia se sentiu profundamente ameaçada, *justamente em sua fase ascensional*, quando vinha de obter a importantíssima vitória que lhe possibilitara a as reformas que ia empreendendo no aparelho de Estado e na legislação” (SODRÉ, 1964, p. 316-7; *itálicos* nossos). Também não é possível ignorar o processo de proletarização dos trabalhadores do *campo*, em virtude da expansão do capitalismo na agricultura que leva à politização dos trabalhadores rurais (IANNI, 1978, p. 82).

ofensiva do governo sobre a liberdade sindical fez com que, já em 1935, o *processo de desmobilização* do movimento operário avançasse significativamente:

Para assumir a “representação” das classes subalternas, primeiro o Estado teria de liquidar suas organizações independentes, tendo reprimido seus líderes, cooptado outros e corrompido a uns tantos. A partir daí implementa-se a nova política, combinação de coerção e de manipulação do consenso através da via corporativa, facilitada em parte pela mudança na composição da classe operária, com o recrutamento maciço de um contingente dócil à mobilização ideologizada praticada pelo Estado.

A eficácia da hábil política do Ministério do Trabalho [baseava-se] no princípio do isolamento do sindicalismo autônomo e politicamente orientado para objetivos próprios. A estrutura corporativa articula-se em torno de um operariado de origem recente e, predominantemente, por fora dos centros urbano- industriais mais desenvolvidos. Essa “sensibilidade”, entretanto, era função do grau de coerção implementado e variará quando este variar.

Desmobilização, despolitização e desprivatização, eis o tripé que informava a nova sistemática sindical (VIANNA, 1978, p. 142, 144 e 147).

Com a eliminação do sindicalismo autônomo e independente, o controle sobre a classe operária estava praticamente assegurado. O Estado, como Vargas costumava dizer, havia transformado os sindicatos de trabalhadores em órgãos de “colaboração” com os empresários, dotando o setor industrial de condições mais favoráveis para expandir suas atividades. Reduzindo a possibilidade de confrontação entre patrões e empregados, por meio da ação “mediadora” do Estado, estava-se fornecendo aos empresários industriais a margem de segurança necessária para extrair taxas de mais- valia condizentes com o novo estágio de acumulação de capitais. Os empresários abriam mão do controle político direto e ganhavam em contrapartida prestígio econômico e social.

7. Modernização conservadora: conciliação com o atraso

A revolução de 1930, conforme assinalamos, foi o momento em que o processo de ascensão da burguesia industrial brasileira pôde ser verificado de maneira mais pronunciada. Como observou Octavio Ianni, ela pode mesmo ser considerada o “ponto de inflexão” entre dois períodos distintos da história brasileira: o período em que vigorou o sistema agrário-comercial (que produzia *reduzidos efeitos diversificadores na sociedade nacional*), e o período de ascensão do sistema urbano-industrial, caracterizado pela *multiplicação dos efeitos dinâmicos* sobre áreas cada vez maiores da sociedade (IANNI, 1963, p. 18).

Trata-se da tradicional oposição entre o *desarrollo hacia afuera* (cujo setor dinâmico é o agrário-exportador, controlado pelas facções comerciais e grandes proprietários rurais) e o *desarrollo hacia adentro*, que tende a completar todo o ciclo de reprodução ampliada de capital (D-M-D’) no interior da própria sociedade nacional. Neste, não é apenas a produção que permanece sob controle de grupos locais, pois a realização da mais-valia passa a depender cada vez mais da procura interna.

Como conseqüência, verifica-se que o deslocamento dos setores tradicionais de sua posição estratégica teve uma conseqüência da maior importância: a política governamental já não podia mais levar em consideração os interesses do negócio agrário-exportador com a quase-exclusividade com que dedicava seus esforços anteriores. É certo que em período anterior os industriais já possuíam um poderio econômico que não poderia ser completamente negligenciado, e vinham lutando politicamente para que o Estado adotasse medidas concretas de apoio à industrialização⁸⁷. Mas seus interesses restavam subordinados ao controle político

⁸⁷ As associações de industriais, em fins do século XIX, já reivindicavam do Estado um tratamento especial: “A indústria, hoje despertada do letargo em que por tanto tempo permaneceu, procurou conhecer os seus direitos. Encontrou-os na consagração do trabalho e não reconhece outros com mais e melhores títulos à primazia na opinião pública. Em um país livre nada valem governos que divorciam-se dessa força propulsora da atividade social. A Diretoria da Associação Industrial conta que, mais tarde ou mais cedo, uma política comercial francamente protecionista do trabalho nacional, prevalecerá em nossa legislação. [...] Se leis de proteção não garantirem o trabalho nacional contra a concorrência dos mercados estrangeiros rivais, se deixarem civilizações desiguais em luta com as mesmas armas do livre comércio, o resultado será a ruína completa do país. [...] Considere-se bem e ver-se-á que o livre comércio, preconizado pela *economia transcendental*, só é praticado onde

dos cafeicultores. A partir do momento em que esta hegemonia entra em colapso, dá-se o início de um novo período na história republicana, que facilitaria a realização de uma necessidade histórica: a “adaptação do aparelho de Estado, flagrantemente obsoleto, às necessidades da expansão burguesa” (SODRÉ, 1964, p. 281).

Entretanto, neste processo, combinaram-se dois elementos que, *a priori*, tendiam a se excluírem mutuamente. Um, progressista, representado pela modernização do aparelho de Estado através do movimento das classes que ascendiam no bojo de tais transformações. Outro, conservador – e por vezes reacionário – assinalado pela persistência de forças sócio-políticas que, na luta pela preservação de seus privilégios, representavam um limite em última instância ao avanço daquele mesmo processo de modernização.

Isto implica a constatação de que, se o “Estado de compromisso” existente entre 1889 e 1930 – onde era evidente a subordinação da burguesia industrial ao processo de acumulação na agricultura de exportação – permitia que o latifúndio exercesse a hegemonia incontrastável no bloco de poder (mantendo então a facção industrial numa posição subalterna), o fato de as posições terem se invertido⁸⁸ não colocaram, no entanto, a burguesia industrial numa posição tão favorável como à daquela outra classe, no período anterior. Decorre disto uma hegemonia bastante precária, que redundou numa trajetória marcada por avanços e recuos da política e ideologia dos industriais brasileiros, tendo em vista a aceitação estratégica de concessões com latifúndio⁸⁹ e o imperialismo, visando conter as aspirações de um proletariado em vigorosa

e quando a concorrência do estrangeiro é impossível; oferece-se a esta uma reciprocidade ilusória” (“Representação dirigida ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, pela Associação Industrial, relativamente ao Projeto da Tarifa das Alfândegas, e de conformidade com os relatórios dos representantes de diversas indústrias (1881)”, citado por Octavio Ianni, 1963, p. 55). Naquele momento, entretanto, a força política dos industriais era bastante débil, e suas reivindicações esbarravam nas objeções levantadas pela poderosa facção importadora: “Os esforços da Associação Industrial não conseguiram, entretanto, superar os do comércio importador, e em 1881 uma nova tarifa de inspiração livre- cambista reduziu os direitos sobre manufaturados importados, em prejuízo das indústrias existentes no país. Perdida a batalha tarifária, a Associação Industrial parece ter desaparecido, não havendo mais notícia dela” (LEOPOLDI, 2000, p. 99).

⁸⁸ Cf. Francisco de Oliveira (1975, p. 29-32 e 71).

⁸⁹ A aliança com o latifúndio não excluiu os conflitos de interesses no seio da coalizão dominante. Daí Ruy Mauro Marini falar em “cooperação antagônica” entre *burguesia* agrário- mercantil e *burguesia* industrial, criando uma instabilidade política superficial que não chegou a colocar em xeque os cimentos mesmos do poder (1972, p. 13). O mesmo ocorreu em relação ao imperialismo: apesar do avanço inicial do pólo econômico

ascensão. A necessidade de reformar o aparelho do Estado, portanto, esteve condicionada por dois movimentos que entravam em contradição dialética: por um lado, era decorrente das possibilidades de modernização econômica e social; por outro, esteve presa a uma herança colonial cujas instituições resistiam em desaparecer.

Conclui-se, portanto, que:

- a) A profundidade da crise da economia agro- exportadora tornou praticamente impossível ao latifúndio manter plenamente o domínio econômico e submeter o processo político-partidário unicamente de acordo com seus próprios interesses. Por outro lado, como observou André Gunder Frank (1970, p. 178-9), a política governamental adotada nos anos após 1930 continuou bastante favorável aos interesses dos cafeicultores. Tal política – que selou a “união entre interesses potencialmente conflitivos” –, baseada na manutenção do mecanismo de sustentação dos preços do café, garantiu aos cafeicultores uma importante participação no conjunto da renda nacional. Apesar da diminuição desta participação em termos relativos, o debilitamento político de seus representantes não ocorreu na mesma proporção, assim como a expansão da vida urbano- industrial também não destruiu a velha estrutura agrária (DOS SANTOS, 1970, p. 32);
- b) O latifúndio, não tendo sido efetivamente liquidado (ver OLIVEIRA, 1975, p. 30 e segs.) naquela oportunidade, logrou preservar uma considerável influência sobre o conjunto ou partes da sociedade brasileira, uma vez que mostrou-se não apenas possível, mas sobretudo oportuno e conveniente, *conciliar* seus interesses com os da burguesia industrial (especialmente porque a solidariedade existente entre os dois setores permitiu que se mantivesse praticamente estancado o custo da reprodução da força de trabalho, seja no

vinculado ao mercado interno, e da sua tentativa de progredir para se livrar da dependência do pólo externo e impor a este o seu predomínio (idem, p. 13-4), deve-se compreender que o fracasso da burguesia brasileira neste sentido – levando-a igualmente a pactuar com este setor – deveu-se à impossibilidade da indústria para sobrepor-se ao condicionamento imposto pelo mercado externo (idem, p. 17)

campo, seja nos núcleos urbanos que recebiam o excedente populacional fornecido pelo setor “atrasado”⁹⁰.

- c) Como corolário inevitável desta composição de poder heterogênea, verifica-se, nos anos posteriores, um período de instabilidade social e política. Esta determinou um ritmo de transformação econômica, bem como da estrutura de dominação política, que dependia basicamente da maneira como se articulariam os diversos interesses em jogo. Ou seja, condicionaria o caráter mesmo do projeto político dos industriais brasileiros (uma burguesia hipertardia que, nas circunstâncias de efetivação do capitalismo no país, mostrou-se incapaz de superar os limites estruturais à plena manifestação da reprodução capitalista e ao projeto de desenvolvimento nacional- burguês), e a própria estrutura econômica e social brasileira (as questões da dependência tecnológica e financeira, do subdesenvolvimento e da ausência de dinâmica econômica interna)⁹¹.

*

Observamos, a partir da análise do esquema de sustentação do primeiro período Vargas (1930-1945), que, *do ponto de vista dos interesses dos industriais brasileiros, o latifúndio não*⁹² *era tido como um obstáculo ao avanço das relações capitalistas nos centros urbanos, nem tampouco uma classe cujos interesses pudessem se apresentar como diametralmente opostos aos seus. Apesar dos choques de interesses no seio da coalizão dominante, os constantes atritos entre a burguesia agrária e a industrial eram muito localizados, limitando-se a aspectos pontuais que não prejudicaram o essencial da aliança*

⁹⁰ Ver Francisco de Oliveira (1975, p. 18).

⁹¹ Conforme apontou, com propriedade, Theotônio dos Santos (2000, p. 83): “A articulação estrutural entre a sobrevivência do setor exportador e a industrialização vai configurar uma aliança política muito própria dos países latinoamericanos, nos quais encontramos uma política de sobrevivência do latifúndio apoiada pela burguesia industrial. *Esta ficou limitada em sua dimensão revolucionária*, tendo de abandonar a perspectiva de uma confrontação com as oligarquias tradicionais e de uma distribuição de renda no campo que gerasse um mercado interno mais significativo” etc. (itálicos nossos).

⁹² Consultar Francisco de Oliveira (1975, p. 18-9 e 32). Sobre a ruptura da complementaridade, ver Marini (2000, p. 54-5).

política, reforçada com a supressão da democracia em 1937 e o retorno de algumas das concepções oligárquicas.

E, se esta foi a tônica nos anos imediatamente posteriores a 1930, no final desta década houve uma aproximação ainda mais pronunciada entre aquelas duas classes sociais: é que aquela composição de poder, cada vez mais conservadora e inclinada a resolver a questão social através de medidas de força, *foi reforçada* a partir do momento em que a situação internacional – que, entre 1929 e 1937 tinha precisamente favorecido a modernização econômica brasileira – começou a se reverter. Foi assim com o movimento ascendente dos preços dos produtos agrícolas no mercado internacional, em decorrência da recuperação da economia capitalista no final da década. Tal fato permitiu o revigoramento do poder dos latifundiários⁹³ (e também dos capitalistas estrangeiros, pois abriu novas oportunidades à retomada da política de expansão do sistema imperialista, após um período de “pausa” nas suas atividades, quando este tratou de restabelecer a integração da economia mundial, por intermédio da hegemonia estadunidense).

Esta política de acomodação dos interesses do latifúndio e do imperialismo, quando o Estado já estava colocado sob controle dos setores burgueses industriais, foi, em suas linhas gerais, a característica que predominou nos principais países da América Latina. Sua atitude conciliadora diante das pressões do capital imperialista e das oligarquias latifundiárias demonstra, como afirmou Theotônio dos Santos, a *natureza capitulacionista da burguesia na região* (DOS SANTOS, 2000, p. 84). Esta linha política de atuação dos industriais, variante conforme as oscilações do equilíbrio de forças entre os setores interno e externo da economia, recolocava, para esta classe, permanentemente a questão de como assegurar a direção do bloco de poder hegemônico.

⁹³ Em 1939, a agricultura era responsável por 56,9 % da produção física brasileira, cabendo à indústria os restantes 43,1% (Cf. LEOPOLDI, 2000, p. 69).

Nos momentos em que aumentavam as tensões entre os industriais brasileiros, de um lado, e o imperialismo aliado ao latifúndio, de outro, ficava também evidente o quão complexa era a questão do exercício da hegemonia política da burguesia industrial. A especificidade da formação social brasileira, como apontou Vianna, indicava a existência de uma *ambiência conjuntural* originada das *tensões que a cortavam em várias dimensões*: questão nacional e questão democrática, capital e trabalho, imperialismo, burguesia industrial e latifúndio etc. (VIANNA, 1978, p. 252). Estes *diferentes níveis de contradição* (idem, p. 253), que redefiniam-se cada vez que operavam-se alterações no processo de acumulação de capitais no sistema capitalista internacional e no subsistema brasileiro, não poderiam também deixar de influenciar os empresários industriais na definição dos grupos e classes sociais com os quais seria oportuno ou não se aliar.

Internamente, a industrialização se expressa, em um país atrasado, na agudização de contradições sociais de vários tipos: entre os industriais e a agricultura e os latifundiários exportadores; entre a indústria e a agricultura de mercado interno; entre os grandes proprietários rurais e o campesinato; e entre os grupos empresariais e a classe operária, assim como a pequena burguesia. A diversificação econômica é acompanhada, então, de uma complexidade cada vez maior nas relações sociais, que opõem, em primeiro lugar, os setores de mercado interno aos de mercado externo e, em seguida, no coração dos dois setores, aos grupos sociais que os constituem. Nem sequer o capital estrangeiro investido na economia pode subtrair-se a essas contradições e apresentar-se como um bloco homogêneo: o que se investe nas atividades de exportação (...) não tem exatamente os mesmos interesses que o que se aplica na produção industrial ou agrícola para o mercado interno (...) e reagirão de modo distinto, por exemplo, frente a um projeto de reforma agrária que signifique ampliação do mercado interno e crie, no campo, melhores condições de trabalho e de remuneração (MARINI, 2000, p. 52-3).

Na sua luta pela hegemonia, os avanços e recuos, as vitórias e derrotas da burguesia industrial, decorriam da combinação de uma série de fatores (estruturais e conjunturais, sociais, políticos e econômicos, interesses imediatos e de longo prazo etc.), que lhe impunham a necessidade de estabelecer novos tipos de alianças, outras tantas rupturas, e também não

poucas concessões, com os grupos econômicos proprietários e mesmo com as classes subalternas.

8. Atritos de Vargas com o imperialismo

Em certos momentos, Vargas esboçou tentativas de estabelecer uma política externa mais independente em relação ao capital estrangeiro. No início do Estado Novo, Vargas anunciou a moratória da dívida externa e o monopólio do câmbio. Isto representou uma redefinição de sua política econômica, buscando maior grau de autonomia frente aos interesses externos, que até então eram tratados com mais docilidade. A moratória e o monopólio do câmbio representaram, como observou Francisco Luiz Corsi, *uma guinada nacionalista da política de Vargas, que passou a ter como prioridade o crescimento econômico centrado na indústria e no reequipamento das Forças Armadas* (CORSI, 2000, p. 283). O curto período que se estende do início do Estado Novo até o começo da segunda guerra foi, de acordo com Corsi, o momento em que o programa de desenvolvimento de Vargas *mais se aproximou de um projeto de desenvolvimento nacional autônomo*, como ficou demonstrado com as questões da siderurgia e do petróleo, com as restrições constitucionais ao capital estrangeiro e a busca por uma política interna mais independente do capital estadunidense, dada a margem de manobra existente no momento (*idem*, p. 284).

Entretanto, o contexto nacional e internacional, com a segunda guerra, forçou o governo a reconsiderar as possibilidades de continuar a trajetória esboçada pouco antes. Em 1939, a missão do Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, tornou a realinhar a política externa brasileira aos interesses do imperialismo estadunidense. Reconsiderando a questão do câmbio e da dívida, *abriu caminho para o financiamento norte-americano de projetos considerados vitais pelo Estado Novo* (CORSI, 2000, p. 287). A perspectiva de um processo de desenvolvimento autônomo, desta maneira, foi substituída por uma redefinição da

questão da dependência externa, consistente em atrair investimentos visando superar os pontos de estrangulamento da economia (sobretudo no setor de bens de capital). Não encontrando condições de fazer a burguesia industrial e o latifúndio suportarem o ônus do desenvolvimento, optou por seguir a linha de menor resistência e recorrer ao capital estrangeiro como forma de financiar o desenvolvimento, atraindo poupanças externas.

Embora pouco antes de ser deposto Vargas tenha retomado a questão do nacionalismo, foi preciso reconquistar o poder pela via democrática (em 1951) para novamente buscar um maior grau de autonomia econômica. Isto foi permitido em grande parte pelas circunstâncias internacionais, que estão intimamente relacionadas à política de zigue-zagues da burguesia brasileira. Os primeiros anos da década de 1950 foram um período de recuperação do setor agro-exportador da economia brasileira: apesar de sua brevidade, a elevação dos preços dos produtos agrícolas no mercado internacional deu um novo alento aos produtores de matérias-primas e alimentos exportáveis e, com isto, trouxe novas divisas em moeda estrangeira que poderiam financiar o desenvolvimento. A renda gerada e apropriada pelo setor voltava a crescer num ritmo significativo; para os industriais, tinha porém um aspecto contraditório: o crescimento da influência política e social dos agricultores, aliados históricos do imperialismo.

Por outro lado, um retorno à situação preexistente seria impossível: nos anos anteriores, o processo de industrialização avançara significativamente, a substituição de importações entrara numa etapa superior (indústria pesada, bens intermediários e mesmo algumas indústrias de bens de capital) e a produção agrícola estava em vias de ser suplantada pela manufatureira (o que efetivamente ocorreu, em 1956), que crescia a taxas ainda maiores.

A expansão da produção voltada para o mercado interno (tanto de bens de consumo duráveis quanto de alimentos), tanto efeito quanto causa do crescimento da demanda, se por um lado reforçava igualmente o poder da burguesia industrial brasileira, teve como

contrapartida o crescimento da ofensiva imperialista, uma vez que os trustes internacionais, preocupados em estabelecer uma política de controle dos mercados das sociedades dependentes e coloniais, retomaram a prática usual – que não dispensava o concurso de seus “comitês executivos” governamentais – de lutarem pela conquista de novos (ao mesmo tempo em que buscavam assegurar ou retomar os velhos) mercados, visando assegurar seu quinhão de riquezas no desenvolvimento das sociedades industriais emergentes.

Neste momento, o capital financeiro, concentrado então nos EUA, expandiu-se para o resto do mundo, em busca de oportunidades de investimento que se orientavam para o setor industrial (DOS SANTOS, 2000, p. 25). Era uma etapa de crescimento das tensões entre o setor industrial nacionalizado, que crescera a passos largos nos anos anteriores, e os monopólios estrangeiros. Neste contexto de *auge* do processo de industrialização via substituição de importações, conjugado com um nítido revigoramento da economia de exportação e também imperialista, os atritos entre os setores nacionalistas da burguesia brasileira com o capital estrangeiro e seus agentes internos tendiam a se agravar. A conseqüência, na órbita política, foi o desencadeamento de uma crise institucional – que sempre esteve latente, mas que agora tendia a ser resolvida de maneira violenta – envolvendo as classes proprietárias cujos interesses tornavam-se cada vez mais difíceis de serem resolvidos sem graves perturbações.

Vargas retornou ao poder, em 1951, com uma margem muito reduzida de manobra, pois a possibilidade de conciliar o processo de desenvolvimento em bases nacionais com a política imperialista do pós- guerra, que exigia a participação das empresas estrangeiras nos frutos da acumulação, tornava-se cada vez mais difícil. As pressões do imperialismo chocavam-se cada vez mais com os interesses da burguesia nacional e com os dos trabalhadores da cidade e do campo; o equilíbrio instável dos anos anteriores estava se rompendo, impondo-se uma polarização, à esquerda e à direita, do espectro político.

O governo já não conseguia mais sustentar uma política de aparente neutralidade, ou seja, que pairasse acima dos interesses das classes em pugna. A própria marcha dos acontecimentos tornava Vargas prisioneiro dos protagonistas sócio- políticos (sendo que, entre estes, vinha gradativamente apelando para a burguesia nacional e para a classe trabalhadora), iniciando uma etapa – a derradeira – em que buscava colocar o processo de desenvolvimento a serviço principalmente dos setores não- internacionalizados.

A campanha do petróleo, que culminou na opção pelo regime de monopólio estatal (instituído em outubro de 1953), atingia diretamente interesses estrangeiros estabelecidos no país. Este fato, ao qual se podem acrescentar os pronunciamentos do líder da nação – cada vez mais nacionalistas e estatizantes – e as prestações de contas apresentadas pelo governo à sociedade – nas quais Vargas denunciava as operações fraudulentas de companhias estrangeiras – caracterizam, como observou Sodré (1964, p. 338) o *início da fase crítica* de que resultaria seu suicídio.

Vargas vinha acusando as empresas estrangeiras de praticarem fraudes em operações de remessa de lucros (manobras que estariam esgotando as divisas do Tesouro), abusarem do poder econômico, obterem concessões governamentais (no período de seu antecessor Dutra, que era igualmente atacado por ter facilitado a desnacionalização da economia brasileira) indevidas, que jogavam todo o ônus nos ombros da sociedade brasileira. Vargas chegou a exigir que se procedesse a um levantamento oficial sobre a entrada e saída de capitais estrangeiros, que revelou grandes prejuízos para a economia nacional. O rompimento com o imperialismo parecia irremediável:

É evidente que um libelo assim constituído, formulado pelo detentor do Executivo, com toda a alta responsabilidade de seu cargo, não seria encarado gratuitamente pelo imperialismo. A sorte de Vargas estava lançada. Tivesse ele, ao pronunciar o seu tremendo libelo, articulado as forças políticas necessárias à defesa de uma posição como aquela que assumira, e os acontecimentos teriam, certamente, seguido outro rumo.

Para isso entretanto, havia necessidade preliminar de procurar e encontrar apoio em forças populares, e de organizar tais forças para um embate sério, como aquele em que o adversário é o imperialismo. As sucessivas concessões que Vargas fizera tinham, entretanto, alienado de sua figura o apoio das forças de que ele necessitava. Cedera sempre, no fundamental, permitira que o imperialismo e seus agentes se instalassem no aparelho de Estado, concedera privilégios a forças antinacionais inequívocas, perseguira os patriotas que haviam participado de todos os movimentos populares em defesa dos interesses brasileiros e ficara isolado. As possibilidades de a burguesia realizar sozinha a luta contra o imperialismo se haviam esgotado com a tentativa frustrada do Estado Novo; para travar tal luta e levá-la a limites conseqüentes, era imprescindível a participação de forças populares, que não abririam mão de suas reivindicações. *O imperialismo liquidou o poder burguês, ensinando que a burguesia não tem condições para lutar sozinha contra ele* (SODRÉ, 1964, p. 341; os itálicos são nossos).

O isolamento de Vargas, portanto, era um sintoma do enfraquecimento dos setores ditos progressistas da burguesia brasileira. Estes, que tinham assumido o compromisso de lutarem contra as manobras daqueles grupos econômicos que vinham se esforçando para reforçar dos laços de dependência externa – justamente porque eram os seus maiores beneficiários, internamente – agora sentiam-se acuados, dada a nova correlação de forças. A tentativa de obstar o avanço do imperialismo, que contava com poderosos aliados na sociedade brasileira, estava se tornando mais difícil. Sem o apoio popular, que Vargas havia reprimido e afastado do jogo do poder, o latifúndio e o imperialismo *uniram-se* numa campanha de desmoralização do presidente, precipitando o final de seu governo.

Os presidentes que lhe sucederam – Café Filho e Juscelino Kubitschek – assinalariam o compromisso maior com o capital estrangeiro. O primeiro, por reforçar o poder de seus aliados internos; o segundo, por apoiar diretamente seus agentes, facilitando a penetração no mercado brasileiro.

9. O período 1930-45 visto de uma *perspectiva histórica*

Para concluir este capítulo, cumpre destacar que já nas etapas iniciais da revolução brasileira – mais precisamente, durante o governo “provisório” de Getúlio Vargas – haviam sinais inequívocos (encontrados obviamente na *verdade efetiva das coisas* e não na retórica das lideranças populistas ou dos industrialistas brasileiros) de que a burguesia brasileira teria um longo e penoso caminho a percorrer, para se afirmar como classe hegemônica. E que a presença dos elementos conservadores que contribuíram para cimentar o novo bloco de poder poderia trazer uma grande frustração para aqueles que esperavam mudanças mais profundas sobre as estruturas sociais.

De fato, o colapso do complexo agrário- exportador, a partir de 1929-30, e a ascensão de um novo grupo dirigente, que vinha defendendo os interesses da burguesia brasileira (mas que não se confundia necessariamente com a mesma), eram acontecimentos que tornavam razoável a qualquer observador da época *supor* que se estabeleceria o rompimento definitivo da burguesia com o latifúndio. Entretanto, o próprio grupo revolucionário era bastante heterogêneo⁹⁴, incluindo civis e militares com concepções políticas as mais diversas. E haviam também diferenças notáveis no interior de cada um destes grupos: nos primeiros, apesar da forte presença dos representantes das assim chamadas classes médias urbanas, é importante assinalar que estas já são, *por definição*, heterogêneas, possuem limites fluidos e sua própria definição sociológica é ambígua (Cf. FAUSTO, 1982, p. 237-8 e 1995, p. 56-7); *suas ações nunca puderam superar radicalmente e com eficácia os limites institucionais definidos pelos grupos dominantes* (WEFFORT, 2003, p, 52). Quanto aos segundos, é necessário destacar que, além da presença de militares de Estados bastante diferentes (Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba), havia uma nítida oposição entre os tenentistas radicais, de um lado, e setores tradicionais, de outro.

⁹⁴ Cf. Sodré (1996, p. 89); Skidmore (1976, pp. 27 e segs.); Fausto (1982, p. 237-8 e 246); Sola (1982, p. 258-9).

Em virtude das dificuldades em administrar as tensões decorrentes, a burguesia brasileira, contando com o apoio das facções conservadoras não vinculadas ao núcleo cafeeiro, procurou alijar as tendências progressistas mais radicais do jogo de poder, buscando dar ao Estado uma feição mais conveniente a seus interesses particulares. Como observou Sodré,

Depois de um rompimento rápido e jamais irremediável com o latifúndio, a burguesia tenderá, pouco a pouco, a compor-se com ele, para eliminar a componente agitacionista que aproveitara para a derrubada da situação dominante. À aliança dos tempestuosos dias de luta, suceder-se-ia a aliança antiga, mas já sob novas condições (SODRÉ, 1964, p. 290; veja-se também idem, pp. 319-20; SODRÉ, 1996, p. 86; e FAUSTO, 1982, pp. 254-5).

Estas circunstâncias asseguraram aos industriais uma certa superioridade *dentro do bloco de poder*. Mas esta posição na coalizão de forças, por ter sido conquistada sobre uma base tão precária e instável, ainda estava longe de se consolidar (ao menos enquanto buscavam-se novas estratégias visando cimentar o bloco de poder, conciliando seus interesses com os das demais facções burguesas). A revolução de 30 se desdobrou em *sucessivas divisões e reaglutinamentos das forças políticas e sociais, nela unificadas* (SOLA, 1982, p. 259). Em certos momentos, como no período 1932-37, a precariedade e instabilidade do esquema de sustentação do poder tornaram patente a necessidade de buscarem a reaproximação com facções que tinham sido derrotadas em 1930 (especialmente os empresários paulistas, compreendendo cafeicultores e industriais que uniram-se no esforço de financiamento da “guerra paulista” de 32 contra o governo federal)⁹⁵.

Mas não era apenas a união que buscava ser restabelecida após a luta: esta foi deslocada na direção de algumas facções que haviam formado a aliança revolucionária de 30,

⁹⁵ O mais destacado representante do setor industrial paulista, Roberto Simonsen, esteve preso por alguns dias, após o golpe de 30, acusado de participar de operações irregulares no comércio de café. Em 1932, presidiu o

exatamente os grupos colocados mais à esquerda do espectro político; foi assim que ocorreu o rompimento do compromisso que haviam assumido com os setores mais radicais do movimento tenentista. Neste processo de acomodação de interesses divergentes, Getúlio Vargas procurava *manter uma posição de aparente equilíbrio, acima dos grupos em luta* (FAUSTO, 1982, p. 247-8), mas não seria possível colocá-los todos no mesmo saco.

Não há dúvidas que a estreiteza dos laços entre o latifúndio e o imperialismo impunha-se como uma força poderosa que contrarrestava a expansão das forças produtivas e das classes e grupos que poderiam levar a cabo a revolução brasileira. Mas, contraditoriamente, a articulação de seus interesses acabou sendo instrumentalizada pela mesma burguesia industrial para servir ao processo de acumulação. Buscando consolidar sua posição no aparelho de Estado, os industriais brasileiros, ainda débeis com relação à sua organização de classe e sem um projeto de longo prazo, *optaram* pela composição com o latifúndio e o imperialismo, pois se sentiram compelidos pelas circunstâncias que não foram por eles escolhidas.

A questão da hegemonia política na formação social brasileira, na medida em que o Estado buscava resolvê-la colocando-se acima dos interesses das classes sociais, manteve alguns pontos de contato com relação ao bonapartismo clássico (MARTINS, 1965, p. 18). No capitalismo brasileiro, a burguesia mostrou-se afinal incapaz de manter seu predomínio sem apelar para a figura de um indivíduo que, estando à frente de uma *autocracia burguesa*, pudesse falar em nome dos interesses da nação (ou seja, como representação mistificadora dos interesses de todas as classes sociais). A burguesia brasileira, afinal, não havia adquirido a capacidade de governar a nação diretamente por meio de seus integrantes⁹⁶.

Serviço de Cadastro e Mobilização Social, órgão que contribuiu para o esforço de guerra e de organização da produção, durante o conflito com as tropas federais (Cf. FAUSTO, 1995, p. 32).

⁹⁶ “Para o estudo da formação social brasileira, a propriedade do uso do conceito de hegemonia reside precisamente na circunstância da burguesia não poder realizar sua vocação de classe num mercado de trabalho livre, e de não dispor do controle político-ideológico das demais classes e camadas sociais” (VIANNA, 1978, p. 253).

Tal como sucedeu nos modelos analisados pelos fundadores do materialismo histórico, na ditadura burguesa brasileira a correlação de forças impôs uma solução de compromisso entre as classes decadentes e as novas classes que emergiam em função do desenvolvimento das forças produtivas. Como observou Engels (apud MILIBAND, 1988, p. 35): “Embora o Estado represente a classe dominante, excepcionalmente, porém, ocorrem períodos nos quais as classes em luta se equilibram de tal modo que o poder estatal, como mediador ostensivo, adquire, por um momento, uma certa margem de independência com relação a ambas”.

Se a *verdadeira tarefa do Estado bonapartista*, como afirmou Miliband (idem, p. 35), foi *garantir a segurança e a estabilidade da sociedade burguesa, tornando possível o rápido desenvolvimento do capitalismo*, podemos verificar muitos pontos de contato com a situação da formação social brasileira, no período 1930-45. A figura central de Getúlio Vargas foi decisiva para operar a mediação entre classes sociais tão heterogêneas, por meio de avanços e recuos estratégicos que só podem ser entendidos como a resultante da maneira específica como cada setor buscou encaminhar a solução para os problemas imediatos, social e historicamente determinados.

Com efeito, encontramos uma situação em que nenhum dos grupos (classes médias, setor cafeeiro, setores agrários menos vinculados à exportação) detém com exclusividade o poder político. Esta circunstância de compromisso abre a possibilidade de um Estado entendido como um órgão (político) que tende a se afastar dos interesses imediatos e a sobrepor-se ao conjunto da sociedade como soberano (WEFFORT, 2003, p. 53).

Numa situação assim constituída, não pode causar estranheza que tivessem ocorrido lutas entre facções que se uniram em determinados momentos, tampouco a reaproximação entre aqueles que até então vinham travando lutas violentas. Após a união, podem ocorrer lutas; e após a luta, a união pode ser restabelecida. Esta característica da formação social

brasileira exclui qualquer possibilidade de se explicar a formação e o desenvolvimento político de uma classe social como um processo linear e irreversível.

Tendo em vista esta correlação de forças, devemos assinalar que a própria retórica varguista, ao acentuar a necessidade de promover um processo de industrialização acelerada (que exigiria o rompimento de certos obstáculos à expansão do modo burguês de produção) deve ser confrontada com suas posteriores políticas concretas de conciliação com o latifúndio. Vargas, estando à frente da Aliança Liberal nas eleições presidenciais de 1930, apresentava-se como o líder de um movimento reformista preocupado com o “progresso da nação”. Este tema esteve presente desde o momento de sua candidatura à presidência em 1930, contra o candidato oficial e representante da oligarquia latifundiária Júlio Prestes. Os projetos das diferentes facções que cada candidato representava eram diametralmente opostos, devido à polarização mesma decorrente das discussões que surgiram no bojo da crise econômica⁹⁷.

Mas, uma vez tendo conquistado o poder, Vargas manteve uma dimensão fortemente conservadora na condução das políticas governamentais, especialmente quanto à questão social. E, no âmbito econômico, seu programa não se concretizou (senão depois de muito tempo) numa perspectiva industrializante, que exigiria maiores incentivos fiscais, investimentos nas indústrias de base ou um controle do câmbio capaz de favorecer as importações de equipamentos industriais (FAUSTO, 1995, p. 44).

Quanto à questão do latifúndio, havia também muito mais pontos de sintonia do que divergências em relação ao grupo de Washington Luís e Júlio Prestes. O novo líder da nação buscou inclusive demonstrar disposição e boa vontade em retomar o diálogo com seus mais poderosos adversários: os cafeicultores e industriais paulistas (os primeiros, após a derrota no levante de 1932, foram generosamente beneficiados com perdões de dívidas e políticas

⁹⁷ Aquela campanha presidencial refletiu, na esfera política, os acontecimentos econômicos provocados pela crise do ano anterior. Esta, trazendo à tona a crise da economia agrícola de exportação, mostrou a incapacidade da República Velha para solucionar os problemas internos, desencadeando a luta política em torno da presidência (veja-se SODRÉ, 1999, p. 106-7; SODRÉ, 1964, p. 292 e segs.; SKIDMORE, 1976, p. 21 e segs.).

governamentais de sustentação de renda). Outra característica desta aparente contradição entre a retórica do “governo revolucionário” e as medidas efetivamente levadas a cabo, está no fato de que a industrialização brasileira durante a primeira etapa do processo de substituição de importações, ocorreu simultaneamente ao processo de concentração da renda e da propriedade fundiárias⁹⁸.

⁹⁸ A respeito, ver os estudos de André Gunder Frank (1970, p. 196-7, 225-7 e 251) e Caio Prado Jr. (1974, p. 341). Durante as fases de concentração da propriedade fundiária (exceto durante a crise mundial da década de 1930, quando verificou-se a tendência de desconcentração, logo revertida com a recuperação subsequente), os

CAPÍTULO 4

**O SETOR INDUSTRIAL SOB CONTROLE NACIONAL, APÓS A 2^A GUERRA:
REAÇÃO CONSERVADORA E RETOMADA DA OFENSIVA IMPERIALISTA****1. Situação econômica: novas possibilidades e obstáculos ao desenvolvimento.**

Afirmamos nos capítulos anteriores que as crises cíclicas do sistema capitalista internacional repercutiram de maneira positiva sobre o processo de emergência dos empresários industriais brasileiros. Estes foram duplamente beneficiados pelos choques adversos, uma vez que:

- a) Nestas ocasiões, sua participação sobre a riqueza produzida e apropriada aumentou consideravelmente. Como procuramos demonstrar, com base na historiografia econômica brasileira, a produção interna de artigos manufaturados ficava momentaneamente livre da concorrência estrangeira, além de receber o impulso dos capitais acumulados na agricultura que já não mais podiam reproduzir-se satisfatoriamente (mas, por outro lado, a industrialização brasileira operava-se mediante “saltos”, sem solução de continuidade);
- b) o processo político- burocrático, que passou a exigir uma nova articulação entre as diversas facções burguesas (em virtude da diferenciação cada vez maior da estrutura produtiva), exigia que os industriais, *na medida de suas possibilidades*, pressionassem por reformas econômicas. *No limite*, os empresários assumiriam o papel do *sujeito histórico* responsável por operar as transformações necessárias para efetivar o trânsito para um modelo de desenvolvimento “para dentro”. É certo que os industriais não dependiam exclusivamente das condições histórico-

arrendatários tendiam a serem convertidos em jornaleiros agrícolas, e seu nível de vida sofria uma pronunciada deterioração (FRANK, op. cit.).

genéticas da formação social brasileira, mas é inegável que sua capacidade de exercer o controle sobre as políticas públicas era *condicionada* por uma situação da qual ela não podia se esquivar.

Em contrapartida, é da maior importância levar em consideração o fato de que, ao mesmo tempo em que beneficiava-se do debilitamento – de modo algum irreversível – das demais frações burguesas, em especial os cafeicultores e capitalistas estrangeiros, os industriais brasileiros *não* conseguiam obter, junto ao Estado, a imposição de uma política deliberada e sistemática de apoio ao setor industrial *privado*, apesar de algumas conquistas em áreas importantes da política econômica (tarifa e câmbio, por exemplo).

Em virtude da própria heterogeneidade da estrutura das classes proprietárias brasileiras, que levou o governo a considerar simultaneamente os interesses das demais frações burguesas, as conquistas parciais dos empresários industriais eram contrarrestadas por medidas favoráveis aos setores não vinculados à produção industrial (agrários, comerciais, financeiros etc.). A burguesia industrial brasileira não chegou a controlar os setores mais dinâmicos da economia, mesmo no período em que os fatores endógenos mais contribuíram para o desenvolvimento (deve-se destacar que, especialmente durante a vigência do Estado Novo, o crescimento industrial operou-se em proveito do setor *público* da economia).

Assim, apesar do notável avanço do processo de industrialização no Brasil (em meados da década de cinquenta, a renda acumulada no setor industrial superou definitivamente a da agricultura), a questão da ausência do predomínio político dos empresários industriais resultaria num enorme tributo que estes continuariam pagando aos grupos tradicionais: “a burguesia industrial arcará com esse ônus, por não ter sido capaz de se apropriar diretamente do aparato de Estado, e [por] resolver sua realização como classe sob a liderança política de uma outra que tinha um de seus pés fincados no passado” (VIANNA, 1978, p. 135).

O aumento da participação do setor industrial no conjunto da economia brasileira deve ser creditado *antes* (embora não com exclusividade) à impossibilidade de se manter o setor agro- exportador como eixo do processo de acumulação, do que das políticas de apoio à produção interna de bens de consumo duráveis (que por si mesmas não foram suficientes para dotar o país de centros de decisão econômica capazes de resolver a questão da dependência financeira e tecnológica). O crescimento industrial do setor privado, mais significativo em termos quantitativos do que propriamente qualitativos (fenômeno que se evidencia na baixa produtividade e qualidade das mercadorias produzidas), foi induzido, no período que tem início em 1914, por algumas ordens de fatores que agiam sobretudo *indiretamente* no volume (assim como sobre os preços) da produção manufatureira interna, estimulando-a. Pois inexistia, ou então vinha sendo conduzida com pouco empenho pelo Estado, uma política industrial que fosse capaz de imprimir uma transformação mais radical sobre a estrutura produtiva, articulando as diversas políticas setoriais que foram adotadas (invariavelmente, de maneira anárquica e desordenada).

O processo de industrialização que se realizou antes da II Guerra Mundial *não pode ser creditado a políticas governamentais conscientemente adotadas para estimular as atividades industriais*; foi, antes, um efeito de circunstâncias externas (como a interrupção dos suprimentos durante a I Guerra Mundial) ou de medidas tomadas pelas autoridades brasileiras no domínio do balanço de pagamentos (como os controles de importação instituídos na década de 30) (BAER, 1977, p. 24-5; grifos nossos).

Portanto, a despeito do Governo *não revelar qualquer orientação clara a favor da industrialização do país*, a análise da evolução da estrutura produtiva durante o período 1930/1945 evidencia a aceleração do processo de passagem do pólo dinâmico da economia do setor exportador para o setor que produz para o mercado interno, aí incluída a atividade industrial (DINIZ, 1978, p. 68; grifos nossos)

De fato, e estreitamente relacionado à não- adoção de políticas públicas suficientes, no sentido de sustentar um processo de acumulação no setor industrial de maneira planejada (fenômeno que contribuiria para corrigir as graves distorções do processo de

desenvolvimento), estava o comportamento político do empresariado brasileiro do setor. Este, de fato, apesar das reivindicações de algumas de suas principais lideranças (ver VIANNA, 1978, p. 206-11), não havia formado um amplo consenso sobre o papel a ser desempenhado pelo Estado no processo de desenvolvimento. Os empresários aceitavam com mais facilidade a regulamentação estatal das relações industriais (corporativismo sindical, legislação social etc.) do que a intervenção direta do Estado nas funções produtivas.

É certo que, a partir de trinta, a visão antiliberal das elites no poder foi perdendo cada vez mais força⁹⁹, no sentido de legitimar a dominação burguesa. Entretanto, muitos empresários ainda hesitavam em apoiar a intervenção pública na economia, criticando a “estatização” das suas funções, e admitindo o controle apenas sobre o câmbio, a tarifa e o crédito. A ingerência do Estado nos negócios particulares poderia interferir na liberdade do indivíduo burguês e no princípio da iniciativa privada, considerados invioláveis.

O liberalismo econômico, enquanto ideologia predominante no conjunto da burguesia brasileira desde a sua gênese, ainda possuía bastante força. Especialmente nos primeiros anos após a transição de hegemonia política, este princípio podia contar com o apoio de grande parte dos homens de negócios brasileiros. Os empresários industriais, muitos dos quais saídos do velho patriarcado rural, continuaram em grande parte pensando daquela maneira, mesmo após a grande crise de legitimação do liberalismo irrestrito nos países capitalistas desenvolvidos. Esta crise foi reconhecida pelo mais influente economista burguês da época, J. M. Keynes, que escreveu alguns trabalhos que anteciparam as idéias que orientaram os governos dos países capitalistas no pós-guerra.

A defesa do Estado-empendedor não fazia parte do horizonte ideológico de uma grande parte dos capitalistas brasileiros, apesar destes não terem força, seja política ou

⁹⁹ “Há uma preocupação *crescente* com a ausência de uma política industrial claramente definida, a qual se traduziria na proposta de demandas cada vez mais específicas que, curiosamente, *tendiam* a coincidir com uma visão *gradualmente* intervencionista acerca de questões de regulamentação estatal junto com o apoio de uma prática antiliberal” (BOSCHI, 1979, pp. 68-9; grifos nossos).

econômica, para oferecer uma alternativa viável ao crescimento das funções estatais: quando se considera o comportamento dos empresários, “a ausência de propostas técnicas para resolver as questões em jogo, juntamente com o caráter urgente e limitado das demandas dos empresários forçava o governo a assumir uma posição mais autônoma quanto ao tratamento de questões ligadas ao planejamento” (BOSCHI, 1979, p. 72).

A limitada capacidade financeira e tecnológica dos empresários brasileiros restringia suas possibilidades de escolha, tornando-a praticamente refém dos demais agentes econômicos: Estado, burguesia agrária e capitalistas estrangeiros. Suas reivindicações, via de regra, concentraram-se em aspectos pontuais da economia (taxa de juros, câmbio, tarifas, crédito etc.), que invariavelmente eram considerados de maneira isolada e sem continuidade. Não havia, no discurso das lideranças empresariais do período, uma exigência de superação da estrutura condicionante, como a questão do latifúndio, da distribuição de rendas, da estreiteza da base fiscal do Estado, da dependência ou do subdesenvolvimento. Estas questões não tinham relação com a formação das associações industriais, que encontravam dificuldades inclusive para influenciar o Estado em adotar medidas protecionistas setoriais.

Alguns trabalhos de historiadores tendem a superestimar o papel das associações da classe empresarial no processo de formação da indústria brasileira. Entre estes, merece destaque o de Maria Antonieta Parahyba Leopoldi, que busca estabelecer nexos de causalidade entre a política econômica do Estado e a atuação das associações industriais brasileiras, no longo período que se estende da segunda metade do século XIX até o ano de 1964: “um século de luta dos industriais em busca de identidade própria e em prol da indústria brasileira” (p. 20). Mas os limites da atuação dos empresários industriais podem ser verificados na própria delimitação de seu objeto de estudo: seu livro analisa basicamente “o processo de formação e desenvolvimento das entidades representativas da indústria no Rio de Janeiro e em São Paulo e seu envolvimento na formulação de uma política de protecionismo

industrial *através de mecanismos tarifários e cambiais*” (p. 22, grifos nossos). A autora enfatiza que as políticas de tarifa e câmbio, no período assinalado, representaram o *principal motor*, ou *centro nervoso*, do sistema de proteção à indústria (p. 23-4), e que este foi o maior responsável pelo ritmo de crescimento da indústria brasileira (p. 294).

A autora afirma que aqueles que enfatizam o papel do Estado na organização do setor empresarial obscurecem a *relação existente entre o associativismo empresarial e o processo de industrialização* (p. 26). O processo de industrialização não poderia ser entendido como independente do processo de organização corporativa dos industriais, como se estes fossem “espectadores de uma trama em que os protagonistas são a conjuntura econômica internacional e a ação do Estado” (p. 26-7). O processo de industrialização no Brasil é entendido pela autora como *intimamente ligado ao processo de formação da identidade de classe do industrial* (p. 27).

Podemos encontrar algumas limitações no trabalho da autora, com base em nossas reflexões sobre as condições da industrialização brasileira:

- a) Sua obra trata de aspectos importantes do processo de desenvolvimento: a formulação de propostas do setor empresarial junto aos órgãos públicos e a colocação em prática de algumas destas propostas. Entretanto, apesar da importância do estudo empírico do comportamento das associações industriais, não é possível ignorar que suas reivindicações permaneceram dentro de uma política mais ampla de acomodação e adaptação a formas autocráticas de encaminhamento das contradições de classe. Buscando se afirmar politicamente, *sem questionar os fundamentos que são a própria razão de ser das outras classes sociais*, os industriais não puderam oferecer alternativas capazes de romper com a lógica do sistema capitalista dependente, que apresenta limitadas possibilidades de diversificação, em relação às formações sociais hegemônicas.

- b) Esta debilidade da burguesia industrial pode ser verificada em duas lacunas que encontramos no trabalho da autora: em primeiro lugar, a ausência de qualquer referência sobre a questão da reforma agrária. De fato, tanto a burguesia industrial quanto os governos populistas mantiveram o mais absoluto silêncio com relação a esta questão, no período assinalado: quando há alguma referência sobre a questão da ampliação do mercado interno, a questão da reforma agrária simplesmente é ignorada (um estudo realizado por Fernando H. Cardoso na década de 1960 revela que, entre os maiores industriais brasileiros, 86% consideravam a reforma agrária uma solução inadequada para ampliar o mercado interno: “a escolha da reforma agrária como meio para solucionar os problemas de mercado é pouco freqüente entre os industriais considerados”)¹⁰⁰. Em segundo lugar, a questão das tarifas protecionistas, como forma de assegurar condições mínimas de competir com as manufaturas estrangeiras: embora alguns industrialistas brasileiros tenham recorrido aos argumentos da “indústria infante”, nos termos propostos por List, na Alemanha, e Carey, nos EUA (LEOPOLDI, pp. 63, 102, 295, 297), a situação da economia brasileira durante a primeira metade do século XX era muito diversa à daqueles países. Assim, a simples manipulação de tarifas para os produtos importados, no caso da economia brasileira, não seria suficiente para dinamizar o processo de acumulação de capitais; ou seja, a política tarifária não mostrou-se suficientemente capaz de dotar a economia brasileira de capacidade para reproduzir autonomamente as condições do progresso tecnológico.
- c) A análise da política elaborada pelas associações industriais, apesar de fartamente documentada com registros históricos, foi elaborada abstraindo-se dos conflitos de interesses de seus representados em relação às demais facções burguesas. Ou seja, não há uma análise da posição dos industriais *em termos de correlação de forças*.

¹⁰⁰ Cardoso, 1971, pp. 131-2

Como decorrência desta lacuna, acaba-se ignorando que a margem de manobra (ou seja, as *possibilidades de escolha*) do empresariado industrial restou seriamente prejudicada em razão dos fenômenos decorrentes da estrutura de classes: a questão da dependência, do desenvolvimento e das raízes coloniais são totalmente postas à margem de seu estudo, sendo que o desenvolvimento das associações e da própria consciência da classe industrial aparecem com um grau de autonomia que, conforme buscamos demonstrar, aquele grupo jamais possuiu.

- d) Apesar de estudar o comportamento político dos industriais desde meados do século XIX, não se questiona a *origem social* dos seus integrantes. A questão acerca da gênese da burguesia industrial, indispensável para compreender seus hábitos, costumes, visão de mundo e formas de conduta, não está presente no trabalho da autora. Ocorre que o “fazer-se” da burguesia industrial deve ser entendido como uma *processualidade* histórica, cujo ritmo também permanece condicionado pela matriz social daquele grupo. Sua origem agrária ou comercial está intimamente relacionada à tradição patrimonialista que persistiu ao longo do século XX, assim como os elementos surgidos da grande massa de imigrantes em parte explicam a introdução de pré-requisitos *sociais* que contribuíram para romper com o *statu quo* e a tradição de subserviência das classes subalternas.
- e) Não há uma utilização rigorosa de conceitos ou uma formulação teórica mais consistente para interpretar a relação existente entre os interesses políticos da burguesia e o processo de industrialização. Embora a delimitação de seu objeto de estudo implique um tipo de recorte que privilegia o empirismo, a não- utilização de categorias como modo de produção, formação social, particularidade, universalidade, formas ou vias de entificação do capitalismo etc., resulta numa somatória de propostas políticas junto a organismos governamentais bastante

desconexas, sem relação entre elas ou entre estas e as “condições que não foram escolhidas” pelos empresários industriais.

- f) O trabalho da autora, assim como em relação à questão dos *conflitos* envolvendo as diversas facções burguesas, obscurece as *alianças* ou *identidades* envolvendo os referidos grupos proprietários: apresenta-se a burguesia industrial como porta-voz de um projeto político autônomo e independente, abstraído de interesses comuns às classes envolvidas (e de importância crucial), que historicamente contribuíram para solidarizar seus interesses. Assim, diferentemente das conclusões a que chega a autora, a relação entre a “política e os interesses” das associações industriais com a política econômica e o Estado somente pode ser entendida como um *aspecto* de uma totalidade que pressupõe outras formas de mediação que passam necessariamente por outros grupos sociais, inclusive o proletariado.

Um trabalho empírico que merece destaque é o de Renato Raul Boschi, *Elites industriais e democracia* (1979). O autor inclina-se no sentido de afirmar que a participação da burguesia industrial sobre o processo político contribuiu para afirmar o desenvolvimento do capitalismo moderno no Brasil. Entretanto, não ignora que a política da classe empresária industrial restou condicionada pela situação histórica e pelos problemas decorrentes dos conflitos de interesses com outros grupos econômicos. Boschi menciona três áreas de problemas, *que referem-se às condições para a acumulação de capital* nos anos após 1930: a) a posição dos empresários frente à classe trabalhadora; b) suas posições frente à intervenção estatal na economia, do ponto de vista do controle burocrático do Estado sobre a economia e da expansão do Estado como agente produtivo; c) as posições dos empresários quanto ao capital estrangeiro (p. 54).

O trabalho do autor permite uma visão que integra simultaneamente as condições estruturais com o pensamento e o comportamento político dos empresários industriais. As três ordens de fatores mencionadas, afirma o autor, mantém uma estreita relação com as políticas das associações industriais, mediante as quais buscou-se “estabelecer um estilo de interação entre os setores privado/público abrindo um espaço à participação direta em questões-chave relacionadas aos seus interesses enquanto classe” (pp. 53-4). De acordo com Boschi, os três aspectos considerados (assim como a questão da agricultura)¹⁰¹ “aparecem simultaneamente em diferentes momentos ao longo do período” (1930-64). “Contudo, não só cada uma delas adquire um significado variável *dependendo do contexto estrutural específico em que emerge*, como também tende a ocorrer uma seqüência em que cada uma destas questões aparece como predominante” (idem, p. 54; grifos nossos).

O autor reconhece que a expansão do Estado em áreas infra-estruturais limitou a atuação dos empresários industriais, mas também observa que isto não impediu que o *processo de desenvolvimento capitalista no Brasil estivesse relacionado à auto-identificação, expansão e consolidação dos empresários industriais nacionais enquanto classe* (pp. 54-5). Seu estudo tem o mérito de combinar questões teóricas – com destaque para a consideração sobre a teoria da dependência e dos problemas acerca da hegemonia política – com a preocupação em analisar o comportamento político da burguesia (envolvendo os compromissos e as divergências com relação à política corporativa do período populista).

Apesar dos esforços de autores que buscaram estabelecer uma correspondência entre empresários e hegemonia política, entendemos que a relação entre o comportamento político dos industriais e o processo de desenvolvimento não ficou suficientemente comprovada. Na verdade, inexistia um projeto *de classe* claramente identificado aos interesses do

¹⁰¹ O autor também busca responder às seguintes questões: “a) os grupos industriais deslocaram as forças agrícolas dos arranjos de poder? (...) b) quão diferenciados eram os interesses industriais com relação aos

empresariado industrial a longo prazo. Esta constatação não deve ser entendida como ausência de uma consciência de classe burguesa, até mesmo porque existiam representantes desta facção que vinham se empenhando em formular um projeto político coerente. Em alguns momentos, como no início do Estado Novo e primeiros anos da década de 50, o estreitamento das relações entre governo e associações empresariais chegou a permitir o esboço da superação do mero pragmatismo e das tradicionais respostas adaptativas¹⁰² aos ciclos econômicos. Mas confundir o pensamento ou a ideologia dos empresários brasileiros (e até mesmo as propostas formuladas por suas associações de classe junto aos órgãos governamentais), com a questão da *formulação de política públicas concretas*, inevitavelmente será atribuir a esta classe uma função que, na melhor das hipóteses, não foi desempenhada por ela com exclusividade.

Entendemos que a questão deve ser colocada em outros termos. Deve-se indagar *até que ponto* o conjunto do empresariado industrial brasileiro concorreu para o estabelecimento das políticas governamentais que levaram à diversificação da produção interna, buscando autonomizar seus interesses em relação ao latifúndio e ao imperialismo.

Neste sentido, deve-se relativizar as pretensões de certos empresários que se destacaram como lideranças intelectuais e políticas da classe, como Roberto Simonsen (Presidente da FIESP e do CIESP, eleito senador pelo PSD em 1947), Horácio Lafer (eleito deputado federal naquele mesmo ano) ou Euvaldo Lodi (presidente da CNI e da FIRJ de 1938 a 1954, e eleito deputado federal pelo PSD de Minas Gerais em 1950), para pensarmos em termos de *classe para si*¹⁰³. Neste sentido, as medidas governamentais que, consideradas

agrícolas?" (idem, p. 59).

¹⁰² A "percepção imediatista dos empresários em termos das implicações de algumas de suas demandas" não é ignorada por Boschi (1979, pp. 95-6).

¹⁰³ Thomas Skidmore afirma que os industriais, até por volta de 1950, "não haviam alcançado um estágio de autoconsciência capaz de produzir uma política aguda de 'orientação de classe'". "Os industriais ainda constituíam um grupo pequeno, dentro da sociedade brasileira. Concentrados no triângulo centro-sul, localizado *grosso modo* entre São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, eles eram tímidos em política. Alguns poucos seguiam a liderança de Roberto Simonsen, de São Paulo, industrial progressista e escritor, que batalhara, até a sua morte, em 1948, em favor de uma vigorosa política de industrialização. A maioria, contudo, limitava a sua

isoladamente, mais favoreceram o desenvolvimento industrial – as políticas cambial e tarifária – não foram impostas por exigência direta dos industriais. A primeira, consistente em sucessivas desvalorizações da moeda nacional, nos momentos de crise do setor exportador, eram uma *exigência dos representantes do setor agrário-exportador*, preocupados em sustentar sua renda interna (não importando a questão da socialização dos prejuízos associada a esta medida).

Quanto à política tarifária, o objetivo principal sempre foi o de *arrecadar receitas para o governo*. Isto fica evidente nos “consideranda” aos decretos que estabeleceram aumentos de tarifa, em 1931 e 1934, onde negava-se-lhe o propósito protecionista (FAUSTO, 1995, p. 48). O fato de sempre haver, por trás de cada nova tarifa ou de cada revisão tarifária parcial, um “grupo de industriais tentando sobreviver com o apoio da barreira alfandegária”, como apontou Leopoldi (2000, p. 94), não significa necessariamente o controle desta política por meio daquela facção burguesa.

Boris Fausto, que prefaciou o trabalho de Leopoldi, já havia dito em outra oportunidade que as medidas esparsas, reivindicadas pelas associações industriais, *não podem ser confundidas com um plano desenvolvimentista de modificações estruturais da economia* (FAUSTO, 1995, p. 50). Podemos acrescentar que as medidas que favoreceram os industriais, mais do que confrontá-los com o setor agropecuário, apenas reforçavam a solidariedade existente entre estas facções. Em muitos casos, como a defesa do café, que indiretamente favoreceu os industriais, estes permaneciam como meros coadjuvantes da situação: as aspirações dos representantes da indústria “se iam parcialmente realizando na esteira dos

atividade política aos esforços para garantir medidas favoráveis de crédito e uma certa medida de apoio governamental para a indústria. Seu veículo político principal em São Paulo era, principalmente, o PSD. Mas não constituíam um setor empresarial dinâmico, em 1950, se medidos pela sua influência na política nacional. Contentavam-se com o depender, principalmente das organizações corporativistas criadas sob a égide governamental durante o Estado Novo” (SKIDMORE, 1976, p. 111-2). Consultar também Furtado (1968, p. 100).

interesses das camadas tradicionais e nas sobras do sistema por estas estabelecido” (MARTINS, 1965, p. 23).

Acresce ainda, como vimos, que fatores exógenos abriram, periodicamente, para o setor industrial nascente, vias de acesso e expansão por assim dizer “fortuitas”, isto é, *sem que para obtê-las tivesse ele que se empenhar em grandes diferenciações de interesse e lutas políticas com os senhores do café e os interesses estrangeiros*. Foi assim com a I Guerra, foi assim com a crise de 29, como seria também assim, mais tarde, com a II Guerra. As camadas sociais voltadas para a industrialização, portanto, *limitaram-se muito mais a se aproveitar de tais situações do que propriamente se empenharam em provocar a criação delas*. Tal só se poderia fazer com o concurso do poder (MARTINS, 1965, p. 23; grifos nossos).

As políticas cambial e tarifária, em última instância, levaram à restrição da capacidade de importação, atingindo o poder de concorrência das manufaturas produzidas no exterior (que se tornaram mais caras) relativamente às brasileiras. Mas, se estas medidas prejudicaram os setores da burguesia ligados à importação de produtos manufaturados (fortalecendo o poder econômico do Estado e dos grupos exportadores, além dos empresários dos setores onde se realizavam as substituições de importações), não se pode ignorar que a sua *razão de ser* não consistia no apoio à indústria nacional.

A política cambial pouco tinha a ver, por exemplo, com aquelas barreiras alfandegárias do tipo “educativo”, visando oferecer proteção à “indústria infante”¹⁰⁴ (tal como propugnava o economista F. List, incondicional defensor da industrialização de uma Alemanha ainda atrasada), embora seja forçoso reconhecer que, na prática, os resultados se equiparassem, em termos de proteção à atividade industrial sob controle de grupos locais. No Brasil, entretanto, os benefícios dos industriais eram *residuais*, pois o estabelecimento de medidas que lhes favoreciam eram o resultado da pressão de setores diversos da sociedade.

¹⁰⁴ Sobre a polêmica envolvendo as tarifas protecionistas, consultar Leopoldi (2000, pp. 63, 102, 295, 297) e Gasparian (1973, pp. 03, 15, 17, 56-7 e 65). Não há evidências de que estas tarifas tenham sido estabelecidas *por exigência das associações industriais*.

Deve-se ressaltar – sobretudo pela sua importância no sentido de revelar o caráter e a natureza das transformações que analisamos – que a relação entre os meios e os fins da política cambial é da maior importância, e a distinção que fazemos entre uns e outros está realmente longe de ser uma questão acadêmica ou puramente teórica. É que o *motivo* que levou à adoção de uma tal medida, ainda que tenha beneficiado grupos e classes sociais bastante diversas, revela não apenas a correlação de forças políticas – e, portanto, os que possuem maior capacidade de imprimir ao processo político a feição mais adequada aos seus interesses específicos – mas sobretudo o fato de que, uma vez cessadas as circunstâncias que forçaram sua aplicação, os interesses de uns tenderão a serem mais afetados do que o de outros.

Em termos mais específicos, queremos dizer que a classe que se beneficiou apenas indiretamente (no caso, os empresários industriais), por não ter traduzido em termos de vontade política sua expansão de riqueza, tenderá a experimentar uma “frustração”, por assim dizer, quanto às expectativas que chegou a alimentar no período de “euforia” inicial. Concluída esta etapa – cuja característica principal é a substituição de bens de consumo de pequeno valor agregado – chega-se ao momento em que às dificuldades financeiras e tecnológicas dos empresários acrescenta-se o problema da hegemonia política, que restou inconclusa, e a necessidade de impor uma série de medidas que pudessem assegurar a continuidade do processo de diversificação e diferenciação da estrutura produtiva.

Há, portanto, no processo de industrialização via substituição de importações, dois períodos distintos, cujo ponto de inflexão coincide com o término da segunda guerra mundial. A historiografia econômica brasileira é unânime em reconhecer que a primeira destas etapas (do processo de industrialização via substituição de importações) ocorreu com relativa “facilidade”: foi um período, como apontou Caio Prado Jr., que *realizou-se espontaneamente*

como derivação natural do simples jogo das forças do mercado (PRADO JR., 1972, p. 76; ver também M. H. SIMONSEN, 1969, p. 58).

Com o fim da segunda guerra e a tendência de restabelecerem-se as relações comerciais desvantajosas para os países dependentes e periféricos, a ilusão de um desenvolvimento capitaneado pelos empresários brasileiros começou a ser desfeita. O diagnóstico de esgotamento daquela etapa começou a ser formulado a partir do momento em que desaparecia a perspectiva de que a simples manipulação da taxa de câmbio ou das tarifas de importação (associadas às divisas em moeda estrangeira que eram provenientes da agricultura) poderia cumprir o papel de dinamizador da economia (enquanto formador de poupança interna e fonte de investimentos industriais). A situação tendia a se agravar com o fim da “pausa” na pressão imperialista e a consolidação de uma política agressiva dos países centrais visando reconquistar novos mercados para seus negócios.

As dificuldades para operar o salto qualitativo para as etapas logicamente subseqüentes (mediante a instalação de indústrias de bens de consumo intermediário e de capital) evidenciariam o quanto os empresários brasileiros estavam distanciados da possibilidade de assumir a liderança do processo de desenvolvimento. As indústrias que haviam sido instaladas para substituir importações assentavam, como observou Caio Prado Jr., em fundamentos precários: sua implantação ocorreu de maneira desordenada, pois os empresários buscavam aproveitar-se de facilidades artificiais [e temporárias] que lhes eram oferecidas, estimulados ainda pelo estímulo imediatista de lucros fáceis e rápidos; não tendo passado pelo crivo da concorrência, resultou num caótico aglomerado de empreendimentos com poucas perspectivas de longo prazo (PRADO JR., 1972, p. 76-7).

Setores da própria burguesia criticavam o protecionismo brasileiro, como o economista Mário Henrique Simonsen, que alegou que a proteção teria “alcançado os níveis mais heterodoxamente exagerados”. O protecionismo foi identificado por este economista

como a causa principal da distorção na alocação de recursos na medida em que desestimulava a busca por maior competitividade (SIMONSEN, 1969, pp. 60-2). Argumento semelhante foi utilizado por Eugênio Gudín na famosa polêmica que travou com Roberto Simonsen, na qual denunciou o protecionismo como um estímulo ao empresário utilizar maquinaria obsoleta, resultando desta atitude a produção de mercadorias de má qualidade, caras e “à custa do consumidor deprimido” (GUDÍN, 1977, p. 129).

Pode-se concluir que um tal padrão de crescimento industrial ocorreu *sobretudo* em virtude do preenchimento de espaços tornados vazios em outros setores. As lutas de classes *entre os grupos proprietários* dos meios de produção praticamente não tiveram uma influência decisiva sobre o fenômeno acima descrito. Antes, ocorreu o contrário: foi a *articulação* entre os interesses agrários e urbanos que permitiu a expansão do processo de acumulação nas empresas que produziam mercadorias a serem substituídas. É certo que a burguesia industrial seguiu a linha de menor resistência, buscando no setor agropecuário um aliado confortável e seguro, afastando-se das classes subalternas ao aceitar os termos de uma aliança política que tinha como pressuposto a concentração dos frutos do progresso nas mãos de poucos. Mas a aliança populista, ao tratar as classes subalternas de maneira autoritária e somente a elas se dirigindo para manipular sua consciência (“outorgando” benefícios que invariavelmente seriam anulados por instrumentos de compensação para as classes dominantes, como o processo inflacionário), apenas dinamizaria o desenvolvimento do setor “moderno” da economia se os termos do compromisso permanecessem os mesmos.

Quase duas décadas após a revolução de 1930, as transformações ocorridas no sistema capitalista internacional e brasileiro começavam a apontar que a perda de dinâmica do “modelo brasileiro” de desenvolvimento exigiria rupturas mais radicais como solução, sob pena de estagnação. Entretanto, tratava-se de um momento em que também a complementaridade entre os interesses da agricultura e os da indústria tendia a ser colocada

em questão; portanto, à segunda não restaria outra opção senão a de redefinir seus aliados estratégicos, o que então já seria bastante difícil, em virtude da correlação de forças.

Sendo manifesta a dificuldade imposta à burguesia industrial, no sentido da elaboração de um projeto político – e, conseqüentemente, de transformação do mesmo em prática governamental – capaz de romper com a dependência em relação aos demais setores burgueses, *quando estes estavam temporariamente enfraquecidos*, a questão de sua hegemonia tornar-se-ia ainda mais delicada, à medida em que se operava o restabelecimento da normalidade nas atividades voltadas para o mercado externo. A recuperação da economia internacional, então, recolocava as condições necessárias para que aqueles grupos e classes sociais buscassem reconquistar seu quinhão de poder que lhes havia escapado das mãos. Esta tentativa de reação teve início já nos últimos anos da década de 30, conforme assinalamos no capítulo anterior; mas foi com o término da Segunda Guerra Mundial que tal *tendência* se consolidou, seja em relação ao latifúndio, seja quanto ao imperialismo. Isto porque:

Internamente,

- a) as oligarquias tradicionais e os demais setores vinculados ao mercado internacional aumentaram a pressão exercida contra o caráter populista de algumas medidas governamentais (mais precisamente, aquelas que tinham uma dimensão progressista ou nacionalista). A ambigüidade do discurso e da prática populista, que buscava conciliar políticas de tendências distributivistas, democráticas e inclusivas, de um lado, com outras de conteúdo concentrador, autoritário e excludente, de outro, começava a ser resolvida em detrimento das primeiras. Nesta luta, tiveram um êxito relativamente grande na tentativa de obstruir as reformas estruturais que vinham sendo reclamadas pelos setores populares, tal como a reforma agrária e a nacionalização das empresas e riquezas naturais. Além destas medidas, que atingiriam os interesses de longo prazo dos grupos tradicionais,

foram excluídas outras de caráter econômico que poderiam fortalecer as classes subalternas (como, por exemplo, a extensão das normas de proteção dos trabalhadores urbanos para os do campo; e os limites impostos e estes, no sentido de organizarem-se e lutarem por melhores condições de vida e participação política, fatores que viabilizaram a persistência do poder dos “coronéis” nas suas áreas de influência).

- b) neste momento inicial da reação conservadora e imperialista, *ainda* havia margem para conciliar os interesses dos produtores agrícolas com os dos industriais, já que a reação dos primeiros – facilitada pela oscilação positiva dos preços dos produtos exportáveis no mercado internacional – ocorreu quando o mercado interno de produtos industriais também se expandia (*apesar* da manutenção da estrutura sócio- econômica do campo), horizontal e verticalmente. Enquanto não se esgotassem as possibilidades de desenvolvimento industrial nos termos do pacto estabelecido entre os grupos proprietários, a aliança desenvolvimentista poderia contar com uma sobrevivência, apesar do acirramento das tensões entre eles. E foi precisamente o que ocorreu: a oscilação positiva dos preços dos produtos exportáveis no mercado internacional, que se estendeu até meados da década de cinquenta, ocorreu paralelamente à expansão do mercado interno de bens de consumo duráveis, que começou a mostrar sinais de esgotamento logo depois. Enquanto o populismo não chegava a termo, mais do que conciliação, na verdade, o que havia era uma *complementaridade* entre tais interesses, sendo inclusive conveniente à burguesia industrial permitir a acumulação capitalista no campo¹⁰⁵, opondo-se a qualquer tentativa – que não se verificou efetivamente – de intervenção governamental neste setor.

¹⁰⁵ Em linhas gerais, é possível afirmar que a Segunda Guerra foi favorável tanto à agricultura de exportação quanto à indústria brasileira. E isto tornou-se possível graças à complementaridade – e não oposição, como assinalam as teses dualistas – entre seus interesses. Nossa “contribuição ao esforço bélico das potências aliadas” (SUNKEL, 1975, pp. 113-4) teve conseqüências políticas e econômicas. Na esfera econômica, a grande contração do volume das importações de manufaturas, associada à expansão das exportações tradicionais, resultou nos enormes “saldos de guerra” brasileiros. Se por um lado isto impulsionou a atividade industrial nacional, não deixou de permitir o crescimento da renda do latifúndio e grupos a ele associados; e, conseqüentemente, de seu poder político

- c) quanto aos representantes do latifúndio, sua capacidade de reação pode ser atribuída, em grande parte, à função exercida pela Segunda Guerra no processo de restabelecimento da plenitude do esquema “exportação- importação” que historicamente caracterizou as relações entre centro e periferia do sistema capitalista. Afinal, a Guerra Mundial recolocou, para as potências beligerantes, a necessidade de buscar nas sociedades dependentes as matérias primas e alimentos necessários para sustentar o gigantesco esforço de preparação e sustentação do conflito (onde os recursos produtivos concentravam-se cada vez mais no setor industrial, particularmente o complexo militar, e menos nas atividades primárias). Desta forma, durante e nos anos imediatamente posteriores, é possível observar um movimento no sentido de recompor os nexos de dependência que, até então, vinham se enfraquecendo. Novamente, o tradicional sistema primário exportador retomava a plenitude de suas atividades, impulsionado pelo novo contexto internacional (OLIVEIRA, 1975, p. 30; PRADO JR., 1974, p. 301-2), redefinindo a divisão internacional do trabalho em detrimento do Brasil e das demais economias dependentes em relação ao imperialismo.
- d) O resultado desta correlação de forças é o caráter aparentemente contraditório do processo de desenvolvimento, que algumas teses consagradas não permitem compreender: o fato de ter ocorrido a reação dos latifundiários exatamente numa etapa *superior* do processo de industrialização via substituição de importações, quando a produção interna de bens de capital e intermediários crescia rapidamente. Mesmo com os notáveis avanços do processo substitutivo, os interesses dos grupos ligados às exportações de produtos primários *continuavam* prevalecendo na formulação da política econômica (FURTADO, 1968, p. 95).

Externamente,

- a) a reconstrução do mercado mundial (sob hegemonia dos EUA), a partir do momento em que se estabeleceu a “pacificação” das relações entre os Estados, foi a principal consequência do término do conflito interimperialista (iniciado em 1914), dando início à “era de ouro” do capitalismo (ARRIGHI, 1997, p. 320). A reconstrução das economias imperialistas não tardou em repercutir nas economias dependentes. Nestas, a consequência mais importante foi a penetração dos capitais estrangeiros¹⁰⁶ num montante sem precedentes, facilitada pela pressão¹⁰⁷ dos países hegemônicos pela abertura destes mercados aos seus investimentos.
- b) no Brasil, isto resultou, em termos econômicos, no fortalecimento do capital estrangeiro no tripé de sustentação do modelo dependente e (cada vez mais) associado, centrado em substituição de importações de produtos manufaturados. Em decorrência, a produção “interna”, em alguns casos, passou a ser totalmente controlada por trustes e cartéis estrangeiros. E, na esfera política, surgiram dificuldades crescentes para conciliar os interesses entre as diversas classes sociais, desencadeando sucessivas crises institucionais (entre as quais a interferência decisiva do imperialismo no movimento que levou à deposição de Vargas, em 1945, é o mais flagrante exemplo). Estas decorriam não apenas da oposição entre as classes subalternas e as proprietárias, mas também entre as próprias frações dominantes (onde ocupou lugar de destaque o empenho de setores nacionalistas visando reduzir o grau de participação do capitalismo estrangeiro nos frutos da acumulação), criando uma situação de instabilidade social e política que acabaria

¹⁰⁶ Ver Marini, 2000, p. 83-4 (sobre mudanças qualitativas e quantitativas na orientação dos novos investimentos).

¹⁰⁷ Ver Skidmore, 1976, p. 125 e segs. e 152

minando, devido à capacidade política dos grupos que expressam os interesses externos, as possibilidades de concretização do projeto burguês nacional- democrático¹⁰⁸.

Estas novas formas de articulação entre os interesses dos grupos proprietários foram decisivas para a orientação do processo de desenvolvimento subsequente. Como observou Francisco de Oliveira: “nessas circunstâncias, a expansão do capitalismo no Brasil repousará, essencialmente, na dialética interna das forças sociais em pugna; serão as possibilidades de mudança no modo de acumulação, na estrutura do poder e no estilo de dominação, as determinantes do processo (OLIVEIRA, 1975, p. 30).

É neste sentido que devemos entender que o suicídio de Vargas, para além do epifenômeno que assinala o desaparecimento físico do presidente (desta vez) eleito, representou um momento de redefinição política, dando um novo sentido à revolução burguesa em processo no país. As lutas que culminaram no desfecho trágico de sua morte tornaram mais visível uma tendência que vinha se manifestando nos anos anteriores: os problemas decorrentes da dependência externa e da falta de dinâmica interna, associadas respectivamente ao imperialismo e ao latifúndio, estavam se agravando, tendo em vista a reconfiguração do equilíbrio de forças, em detrimento dos setores progressistas nacionais, populares e burgueses: “a deposição e suicídio de Vargas revela a vitória daqueles que queriam reformular e aprofundar as relações com o capitalismo internacional” (IANNI, 1978, p. 68).

Nesta nova etapa da revolução burguesa, o latifúndio e o imperialismo encontraram condições propícias, interna e externamente, para, *através de políticas classistas conscientemente estabelecidas*, manterem, ou mesmo reforçarem, seu quinhão de poder no

¹⁰⁸ Os momentos onde este conflito se tornou mais evidente foram a deposição de Vargas, em 1945, e a tentativa de impedimento do mesmo (no seu segundo período, 1951-54), que criou um impasse que somente foi “resolvido” com seu suicídio (DOS SANTOS, 2000, p. 95). Mas certamente o momento crucial foi o golpe de 1^o

conjunto da sociedade. Neste sentido, é da maior importância destacar que os governos de Eurico Gaspar Dutra, que precedeu o segundo período de Vargas, e Juscelino Kubitschek de Oliveira, que o sucedeu (após o breve período de Café Filho no poder), não deixaram de mostrar os sinais de expressivos esforços de conciliação¹⁰⁹ do processo de industrialização com os interesses do latifúndio e do imperialismo¹¹⁰. Ou seja, o desenvolvimento industrial esteve, em maior ou menor grau, subordinado aos interesses, oportunidades ou conveniências, cada vez mais instáveis, dos setores dominantes da política e sociedade brasileiras.

2. A política conservadora de Eurico Gaspar Dutra.

a) O desenvolvimento industrial e a questão nacional.

Como observou Edgard Carone, as forças que combateram a ditadura do Estado Novo conseguiram, com a vitória que destituiu Vargas, impor um esquema político que significou um *retorno às concepções oligárquicas tradicionais*. A questão fundamental, acrescenta o historiador, é que o episódio permitiu a recomposição entre as diversas facções agrárias que permaneceram divididas durante o Estado Novo: “o que se dá é o predomínio das forças tradicionais e a manutenção do *statu quo*” (CARONE, 1976, p. 165). O resultado desta composição de poder foi a imposição de políticas retrógradas, economicamente antinacionalistas¹¹¹ e politicamente antidemocráticas (idem, p. 132).

de abril de 1964, quando deu-se o golpe de misericórdia ao projeto nacional- democrático, desfazendo-se qualquer possibilidade da burguesia exercer uma forma de hegemonia consensual.

¹⁰⁹ Ver Marini, 2000, p. 55, e Oliveira, 1977, p. 82-3

¹¹⁰ É importante notar que, além dos grupos *proprietários*, as alianças de poder não poderiam ignorar as classes subalternas, sobretudo o proletariado e as assim chamadas classes médias. A industrialização, como já assinalamos, teve como contrapartida um intenso movimento de proletarização e de criação de ocupações no setor de serviços, tornando os trabalhadores desses setores protagonistas importantes do processo sócio- político.

¹¹¹ O projeto do Estatuto do Petróleo, enviado por Dutra ao Congresso Nacional em fevereiro de 1948, foi uma manobra do governo visando superar a resistência encontrada no Conselho Nacional de Petróleo, na tentativa de entregar o petróleo brasileiro aos trustes estrangeiros. Entretanto, a vigorosa oposição que surgiu nos mais diversos setores da sociedade brasileira, através de uma ampla campanha de opinião e mobilização pública – a *campanha do petróleo*, que ganhou as ruas e mobilizou o país, apesar da violência policial –, levou à derrota da proposta governista, culminando no regime de monopólio estatal, em 1953, com o apoio da burguesia *nacional* (ver PRADO JR., 1974, p. 321; SODRÉ, 1964, pp. 329-30). Sem dúvida, foi um episódio que assinalou atritos entre a burguesia nacional e o capital estrangeiro.

A política de Dutra, que havia sido Ministro da Guerra de Vargas, representou um retrocesso quanto às perspectivas dos setores progressistas da burguesia brasileira. Afinal, sua vitória eleitoral havia sido amplamente favorecida pelas facções que apoiaram o golpe de destituiu Vargas: as manobras que abriram o caminho para a ascensão de Dutra, desde a posse de José Linhares como presidente interino, objetivaram desde logo *limitar as condições de intervenção das forças populares e retirar à burguesia a base política para afirmar as suas tendências* (SODRÉ, 1964, p. 326; ver também VIANNA, 1978, p. 253). As medidas conservadoras que foram a marca de seu governo eram o resultado direto da insatisfação dos representantes das oligarquias rurais e do capital estrangeiro, em relação aos avanços operados no período imediatamente anterior. Vargas, afinal, havia oferecido a “possibilidade de soluções até certo ponto favoráveis às classes que se opunham ao imperialismo e ao latifúndio” (SODRÉ, 1996, p. 90). E esta foi a razão pela qual aqueles aliados históricos, mais uma vez, somassem suas forças para submeter o aparelho de Estado a seus interesses.

Vargas, eleito para o Senado Federal, passou a denunciar a política econômica de seu sucessor. Criticou a imagem romântica da vida rural que era apologeticamente ilustrada pelos conservadores, assim como o caráter predatório da intervenção estrangeira. Até mesmo o deputado comunista João Amazonas denunciou o caráter reacionário do golpe contra o ditador: “cumpre confessar que, nos últimos meses de 1945, o governo do Sr. Getúlio Vargas cedia em parte, permitindo pouco a pouco que os trabalhadores voltassem a seus sindicatos e realizassem eleições em muitos deles (...). Nosso partido, que vive ligado às massas, que trabalha junto ao proletariado, que atua em todas as organizações trabalhistas do país, desmascarou o caráter do golpe como antidemocrático, e com toda a razão, porque para os trabalhadores, o 29 de outubro foi muito pior que aquele breve período que o antecedeu” (citado por VIANNA, 1978, p. 251).

O resultado da nova composição de poder expressou de maneira inequívoca a vontade daqueles que lutaram contra o nacionalismo econômico do Estado Novo: a política de Dutra era “mais conveniente ao imperialismo e ao latifúndio”. E “favoreceu as velhas forças que, perfeitamente articuladas (...), se esforçavam desesperadamente por deter as profundas transformações que sofria o Brasil e que nem sequer o Estado Novo tinha podido interromper” (SODRÉ, 1996, p. 90-1). Não por acaso, os discursos inflamados de Vargas no Senado Federal buscavam deixar claro que sua queda não se deveu à “questão democrática”, e sim à “questão nacional” (VIANNA, 1978, p. 251-2).

O governo Dutra representou um retrocesso na política econômica: substituiu a idéia de atuação estatal na economia pela crença no mercado como instituição mais eficiente para promover a alocação dos recursos. Nas condições da economia brasileira da época, onde o único setor da economia nacional com condições de superar os pontos de estrangulamento era o Estatal, a possibilidade de se alcançar um maior grau de autonomia econômica ficou seriamente comprometida. Numa situação como essa, na qual os empresários nacionais não podiam contar com a proteção do Estado, e este tampouco assumia os desafios da industrialização, a tendência natural seria a de reforçamento do capital estrangeiro no tripé de sustentação do modelo de desenvolvimento.

Esta tendência, associada às circunstâncias internacionais que deram novo alento à economia agro- exportadora, não deixou de prejudicar as indústrias sob controle de grupos nacionais (deve-se recordar que, nesta fase, o investimento estrangeiro concentrou-se precisamente no setor industrial). Muito importante, neste sentido, foi o fato de o governo evitar – ao contrário do que vinha ocorrendo até então – a desvalorização da taxa de câmbio, que foi mantida ao nível anterior à guerra. Como observou Gabriel Cohn, esta postura foi um duro golpe, a curto prazo, “nas possibilidades de industrialização intensiva que se delineavam”, pois abriu caminho para as importações irrestritas de bens de consumo duráveis,

incluindo volume considerável de artigos supérfluos que não poderiam contribuir para o desenvolvimento da produção interna.

O argumento do governo para a liberação das importações – que foram facilitadas mediante a dissipação dos excedentes acumulados durante a guerra – era o de que tal medida desafogaria a demanda interna insatisfeita, contendo a alta dos preços. Mas, na prática, o que de fato ocorreu foi o abandono da alternativa de aumentar a produção interna, que seria possível se o governo adotasse uma política de incentivo à indústria (COHN, 1982, p. 305). Para tanto, seria necessário abolir a importação de artigos de consumo ostentatório e executar simultaneamente um programa de compra de máquinas, equipamentos e tecnologia do exterior (IANNI, 1978, p. 167-8). Isto, sem dúvida, tornaria o país menos dependente da importação de bens de consumo (embora a modificação da pauta das importações trouxesse a necessidade de importar bens de capital e intermediários).

O comprometimento do governo com certos grupos econômicos, que lhe apoiaram com o propósito deliberado de deter a possibilidade do país conquistar um certo grau de autonomia econômica, está relacionado ao pouco empenho que ele dedicou à questão do desenvolvimento industrial. A defesa da “mão invisível”, num contexto de desigualdade flagrante entre as possibilidades do capitalismo dependente e dos seus núcleos hegemônicos, mal disfarçava a opção em ceder às pressões dos investidores estrangeiros: tal como no século de Adam Smith, aquele princípio foi um poderoso estímulo ao desenvolvimento da economia, mas da *economia dominante*, localizada agora na América do Norte.

A abertura ao exterior, mediante importações maciças de mercadorias – bens de consumo de caráter predominantemente suntuário – levou ao rápido esgotamento dos recursos disponíveis, o que assinala a insustentabilidade desta linha de ação e os riscos que isto envolvia para a continuidade do desenvolvimento industrial (COHN, 1982, p. 306; ver também BAER, 1977, p. 40; JAGUARIBE, 1969, p. 176-7 e 183; BRUN, 2000, p. 211-2).

Foi este, aliás, o motivo que levou Getúlio Vargas, então Senador da República, a pronunciar discursos nos quais denunciava o caráter espúrio da política econômica de Dutra, que tendia a reverter os avanços efetuados anteriormente.

Foi, portanto, um passo atrás em relação à concepção do Estado como instrumento da acumulação de capitais. Se o Estado Novo promoveu uma forte intervenção sobre o domínio econômico, o retorno aos princípios do *laissez-faire*, promovido por Dutra – que desmontou o sistema de controles diretos dos tempos de guerra – significou o retorno da crença de que a organização da economia “nos moldes clássicos” seria a maneira mais eficiente de aumentar a riqueza (SKIDMORE, 1976, p. 96-7). Quando, em 1947, o governo retomou um certo controle sobre as exportações, os excedentes de guerra já haviam sido dissipados, e a possibilidade de importar equipamentos industriais dotados de tecnologia avançada restou bastante limitada.

Mas o que assinala de maneira definitiva o caráter reacionário do governo Dutra foram suas visões sobre a indústria e a agricultura. Pois, enquanto para a primeira não se buscou estabelecer medidas concretas para promover a expansão de sua capacidade produtiva, ocorreu exatamente o contrário em relação à segunda. A declaração do Ministro da Fazenda daquele governo é uma manifestação inequívoca da opção política que predominava nos círculos de poder:

É da essência da economia latino-americana, e o Brasil nesse conjunto está integrado, certa concentração de esforços na exportação de matérias-primas e de gêneros alimentícios, bem como na importação de ampla variedade de artigos manufaturados e de comestíveis industrializados (citado por SKIDMORE, 1976, p. 97, e VIANNA, 1978, p. 252)

Esta maneira de pensar a economia significa não apenas uma atitude conciliatória com a agricultura, mas sobretudo com a sua forma mais antiga, excludente e concentradora: a

agricultura de exportação baseada na grande propriedade fundiária. A exportação de alimentos e matérias-primas em grande escala exige a ocupação de grandes extensões de terra, geralmente as de melhor qualidade e possibilidades de aproveitamento econômico. Em todos os períodos em que houve, no Brasil, uma crise da economia agro-exportadora, verificou-se uma tendência à desconcentração da propriedade rural através do parcelamento das terras, utilizadas então para a agricultura de subsistência que crescia no espaço tornado vazio pela atividade exportadora; nos momentos de prosperidade, a situação é exatamente oposta, havendo reconcentração da propriedade e, conseqüentemente, o crescimento da oferta de mão-de-obra para estas unidades produtivas em virtude da alienação da terra sofrida pelos pequenos agricultores (veja-se o trabalho de Caio Prado Jr., “Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”, 1960).

Durante o governo de Dutra, não houve exceção à regra: a recuperação econômica mundial, com a reconstrução das economias centrais devastadas pela guerra, restaurou a demanda dos países imperialistas por matérias-primas e produtos agrícolas, que seriam novamente fornecidas – com o fim do embargo marítimo e o retorno da normalidade do comércio internacional – pelos países dependentes ou periféricos. As condições favoráveis para a retomada da produção de alimentos exportáveis – setor onde vinha-se restabelecendo a lucratividade –, associadas à posição favorável do governo federal com relação ao setor latifundiário, permitiram uma sensível melhora da posição social e política dos grandes proprietários de terras, agricultores e pecuaristas.

Neste período, houve um novo ciclo de concentração da propriedade agrícola, quando um grande número de pequenas propriedades foi absorvido por um pequeno número de grandes propriedades – ou seja, os pequenos agricultores, geralmente voltados para a produção de subsistência ou de mercado interno, perderam terreno para os latifundiários cuja razão de ser é o mercado consumidor estrangeiro. Um exemplo, fornecido por Caio Prado Jr.,

ilustra bem o panorama do governo Dutra e sua disposição em conceder favores ao setor latifundiário.

Por volta de 1948, o governo federal tomou a iniciativa de fomentar intensivamente e promover o incremento da produção de trigo no Rio Grande do Sul, a fim de reduzir os pesados compromissos exteriores do país decorrentes da avultada importação que fazemos do cereal. Ora desde a vinda em 1875 dos imigrantes italianos que se estabeleceram nas colônias da Serra, numa zona que compreende hoje 14 municípios centralizados hoje em Caxias do Sul, e onde domina a pequena propriedade, existe uma triticultura praticada em pequena escala para consumo doméstico do produtor, mas que apesar de cuidada por processos rotineiros e portanto de baixo rendimento, contribuía com cerca de metade da produção gaúcha. Seria pois natural que se aproveitasse essa ocupação tradicional de muitos milhares de famílias de agricultores, levando a elas o incentivo e amparo necessário para que elas pudessem melhorar seus processos de cultura. Obter-se-ia não apenas um considerável aumento da produção (...), atingindo-se assim os objetivos principais que se procuravam e que era o aumento da produção tritícola do Estado, mas ainda se beneficiaria um largo setor da população rural com rendimentos acrescidos. No entretanto, todos os esforços e estímulos oficiais foram para outras zonas do Estado, *favorecendo grandes proprietários* e pessoas completamente estranhas à agricultura (...) que animados pelos grandes lucros em perspectiva, e que de fato se verificaram, entraram neste novo e grande negócio da triticultura que lhes era proporcionado. Os modestos e tradicionais triticultores e pequenos proprietários da colônias, nada receberam, e continuaram como dantes. *A discriminação em favor da grande exploração agromercantil é nessa instância flagrante, e dá bem a mostra do caráter dominante da economia agrária brasileira, fundada essencialmente naquele tipo de exploração, e operando sempre em função e benefício dela* (PRADO JR., 1960, p. 229-230; grifos nossos).

A generosidade com o latifúndio não excluiu a possibilidade de crescimento industrial. Pelo contrário. Mas a industrialização verificada durante o governo Dutra operou-se *apesar* da falta de apoio direto do Estado ao setor. Mantendo um rígido controle sobre a taxa de câmbio na segunda metade de seu governo, conteve a expansão da atividade exportadora (consequência da ortodoxia monetária que, neste aspecto, chocava-se com alguns interesses estabelecidos), contribuindo desta forma para desviar os investimentos desta para a produção de bens de consumo internos. Assim como na década de 1930, esta pode ser considerada,

portanto, uma fase de “industrialização espontânea” (SKIDMORE, 1976, pp. 96-8; para uma interpretação em sentido contrário, consultar LEOPOLDI, 2000, pp. 181-3).

Este processo não foi, de modo algum, produto de uma política deliberada por parte do governo Dutra. Ao contrário, resultou de medidas destinadas à solução de problemas imediatos, tais como a inflação interna e o desequilíbrio no balanço de pagamentos. Os controles cambiais de 1947 agiram de modo semelhante à política de apoio ao café da década de 30. *Nenhuma das duas políticas se destinava a promover a industrialização, mas ambas tiveram este efeito.* Do ponto-de-vista dos que defendiam a industrialização do Brasil, são exemplos de “sonambulismo” no planejamento da política econômica (SKIDMORE, 1976, p. 98; itálicos nossos).

Como já havia ocorrido em outros momentos da história brasileira, os empresários industriais tiveram ganhos que podem ser creditados muito mais às circunstâncias econômicas favoráveis do que à intervenção política concreta de suas principais lideranças. A riqueza produzida pelo setor manufatureiro cresceu, contrastando com o distanciamento dos empresários industriais em relação às decisões governamentais. O projeto de governo do presidente Dutra não contou com a participação efetiva das lideranças empresariais, uma vez que os vínculos que o aproximavam do latifúndio e do imperialismo dificultavam a participação da burguesia industrial no jogo de poder.

b) As classes subalternas e a questão democrática.

Mas a política do governo Dutra não foi um retrocesso apenas em relação à burguesia nacional. O conjunto de medidas adotadas pelo seu governo representou também um duro golpe contra os movimentos organizados (partidos políticos, sindicatos etc.) das classes trabalhadoras, que lutavam pela ampliação das franquias democráticas. A tentativa, relativamente exitosa, do governo Dutra em deter a ascensão das classes subalternas e dos

partidos e organizações oposicionistas, representou uma nova etapa das lutas de classes no país.

Nesta fase, o protagonismo dos comunistas na luta contra as forças conservadoras e reacionárias não pode ser subestimado, pois o que estava em jogo era a própria questão da estabilidade da democracia (burguesa) no país. A ofensiva do governo Dutra sobre os comunistas, para além da luta contra um movimento organizado de oposição, foi um aspecto da sua política que evidenciou o *retrocesso do próprio processo democrático no Brasil*.

Isto ficou claro nas perseguições, prisões e enquadramentos feitos pelo governo contra lideranças políticas e sindicais de oposição¹¹². Os dispositivos liberais da Constituição de 1946¹¹³, a ortodoxia das políticas económicas impostas por Dutra e seus ministros, e sobretudo o apelo feito pelo Presidente aos investidores estrangeiros, provocaram a revolta dos movimentos organizados de oposição, sobretudo o PCB. O Partidão, que nas eleições para o Congresso elegeu 14 deputados (9% do total) e um senador – ganhando mais dois deputados nas eleições suplementares de 1947 –, tornou-se o quarto maior partido brasileiro (e o mais forte partido comunista da América Latina). Nos debates da Constituinte, os comunistas

propunham uma reforma agrária, baseada na redistribuição da propriedade latifundiária ao trabalhador rural e ao camponês sem terras.

¹¹² A análise que segue é uma síntese dos trabalhos de Thomas Skidmore, (1976, p. 90-4 e 148) e Luiz Werneck Vianna (1978, pp 260 e segs).

¹¹³ Luiz Werneck Vianna afirma que haviam muitos pontos de contato entre o “organicismo com os supostos do individualismo possessivo”: o autor busca demonstrar que o liberalismo pretendido pelas facções hegemônicas não se estendeu às relações de trabalho, que continuaram sendo orientadas pelo corporativismo, em contraste com o plano geral da economia. Esta forma de *liberalismo excludente*, como a denomina o autor, ficou bem caracterizada no tipo de tratamento dispensado às classes subalternas: restrição à atividade grevista, poder normativo da Justiça do Trabalho, canalização das disputas entre capital e trabalho para o Poder Judiciário, intervenção do Ministério do Trabalho etc. Werneck Vianna inclina-se em direção da defesa da liberdade de negociação nas relações de emprego, apresentando a intervenção do Estado na compra e venda da mercadoria força de trabalho como injustificada. A principal objeção feita por Vianna refere-se precisamente a uma das poucas conquistas da classe trabalhadora naquele período: o instituto da estabilidade no emprego, que os constituintes de 46 elevaram a preceito constitucional. O historiador alega que o instituto da estabilidade *confirmava o estatuto não-pluralista do mercado de trabalho*: como o empregado poderia se transformar num “proprietário do seu emprego”, a estabilidade seria incompatível com o liberalismo, pois “só pode ser concebida nos marcos de um sistema de cogestão, em que proprietários dos meios de produção e trabalhadores planifiquem custos e tarefas, volume da produção e formas de apropriação do excedente”. O autor alega também que a estabilidade só tinha valor nominal, pois haviam maneiras de obstruir o acesso do trabalhador a este direito, que representaria a *força da ideologia trabalhista* (VIANNA, 1978, pp. 271 e segs.).

Como dispositivos antiimperialistas, prescreviam a nacionalização dos bancos, das empresas de seguros, das empresas concessionárias de serviços públicos, bem como dos trustes e monopólios que ameaçassem a independência nacional ou o gozo das liberdades asseguradas pela Constituição. Em relação ao tema institucional, reivindicavam a abolição do sistema presidencial, consagrando-se uma forma de governo de tipo parlamentar, tida como a mais aberta à influência de grupos minoritários (VIANNA, 1978, p. 261).

Suas relações com o governo eleito não poderiam deixar de ser extremamente conflituosas. Para agravar ainda mais as tensões entre o governo e o setor da oposição mais bem organizado, a principal figura deste movimento – Luís Carlos Prestes, recém- saído da prisão – passou a denunciar a postura entreguista de Dutra, tendo ainda declarado que se posicionaria a favor da URSS na hipótese de uma guerra envolvendo o Brasil. As pesadas críticas dos comunistas ao governo Dutra levaram este a promover o expurgo de todos os funcionários públicos que eram membros do PCB, em agosto de 1946. No ano seguinte, ameaçado pela força crescente do PCB, Dutra tentou e conseguiu fazer incluir na Constituição um dispositivo que lhe permitia excluir os “partidos anti- democráticos” da vida política, logo aplicando-o para tornar o PCB ilegal, através de decisão da Justiça.

Luiz Werneck Vianna (1978, p. 253) expressou com grande propriedade a natureza das políticas sociais daquele período: “O 29 de outubro significava que as classes econômica e socialmente dominantes não admitiam a interferência dos ‘de baixo’, na concepção do plano geral do sistema da ordem”.

CAPÍTULO 5

**A OPÇÃO PELO COMPROMISSO COM O CAPITAL ESTRANGEIRO: DO
NACIONAL- DESENVOLVIMENTISMO AO DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE
E ASSOCIADO**

“A docilidade dos interesses privados latino-americanos em relação ao controle externo não constitui tão- somente um estratagema econômico. Trata-se de um componente dinâmico de uma tradição colonial de subserviência, baseada em fins econômicos, mas também na cegueira nacional, até certo ponto estimulada e controlada a partir de fora”
(Florestan Fernandes, 1975b, p. 12)

1. Acerca da possibilidade de um desenvolvimento capitalista em bases autônomas: o predomínio dos estímulos endógenos no início da industrialização substitutiva.

Vimos que a interferência das potências imperialistas na sociedade brasileira variou de acordo com as oscilações da situação econômica internacional: recuando nos momentos de crise (como em 1914-18 e 1929-37) e retornando com mais vigor nos períodos de recuperação do processo de acumulação mundial (iniciando-se no final da década de 1930, crescendo após a segunda guerra mundial e consolidando-se em meados da década de cinquenta, com a guerra da Coreia). Esta intervenção não ficou restrita à esfera econômica, pois os capitalistas estrangeiros buscavam, com a ajuda do governo de seus países ou em aliança com setores da própria sociedade brasileira, influenciar as decisões governamentais.

Esta investida sobre as sociedades dependentes, em contrapartida, ficou prejudicada nos momentos de crise, ou choques adversos da economia internacional. Como o comércio mundial apoiava-se sobre um esquema de divisão internacional do trabalho baseado na troca desigual (que tendia a reduzir os efeitos dinâmicos que surgiam nas sociedades dependentes), a interrupção das transações internacionais permitia maximizar as virtualidades de expansão

que vinham sendo pouco aproveitadas. Os choques adversos, portanto, tendiam a neutralizar os efeitos da política imperialista. É possível constatar inclusive que as possibilidades de êxito do capital financeiro internacional reduziam-se não apenas no terreno puramente econômico, mas também na área política (pois os grupos que são a expressão interna da política imperialista permaneciam temporariamente debilitados, com poder de barganha consideravelmente menor).

Torna-se possível, portanto, demonstrar que o concurso do capital estrangeiro para o desenvolvimento econômico de uma sociedade dependente não é absolutamente necessário. De fato, a “ajuda” estrangeira no processo de diversificação da estrutura produtiva nacional, em determinados períodos da história, mostrou-se prescindível e sua ausência, inclusive benéfica. Num país com a dimensão territorial, disponibilidade de recursos, índice populacional e existência de acumulação prévia suficientemente desenvolvidos, como o Brasil, a possibilidade de alcançar um maior grau de desenvolvimento industrial, *em tese*, seria muito grande.

Para corroborar esta tese, notemos que durante a Grande Depressão a contribuição dos capitais estrangeiros (seja na forma de empréstimos ou de investimentos produtivos diretos) no desenvolvimento industrial brasileiro foi mínima. A “pausa na pressão imperialista”, decorrência da crise geral do capitalismo, coincidiu exatamente com o momento de maior expansão econômica do Brasil. O salto quantitativo e qualitativo que se operou na economia brasileira fica evidente quando se analisam os dados sobre volume da produção manufatureira e diversificação da pauta de mercadorias que estavam sendo produzidas internamente (ocorreu inclusive um processo muito importante de *substituição de exportações*, primeiro de produtos primários e posteriormente de manufaturas).

Nestes momentos, os investimentos estrangeiros reduziram-se drasticamente, tendo praticamente desaparecido. Não podendo recorrer ao expediente que sempre caracterizou suas

relações com a economia internacional (empréstimos externos, importação de manufaturas, exportações de produtos primários), o Brasil iniciou um esforço substitutivo graças à indução por fatores endógenos. Dentre estes, cabe destacar a utilização de recursos financeiros e meios de produção (inclusive os seus *agentes*) que foram realocados em função da necessidade de manter a reprodução do capital. A contribuição destes fatores da produção, que estimularam a modernização da economia e sociedade brasileiras, pode ser encarada como sendo tanto a causa quanto o efeito do reforçamento do processo de **nacionalização** do poder econômico: o setor industrial *nacional* pôde aumentar (até 1950, aproximadamente) de maneira muito mais rápida que a desnacionalização econômica resultante dos investimentos externos (MARINI, 2000, p. 53). Este fenômeno, naturalmente, reforçou o papel da burguesia industrial local e sua liderança no processo de desenvolvimento.

Celso Furtado, na sua obra sobre a formação econômica nacional, já havia demonstrado que a Depressão havia despertado o potencial de expansão autônoma, ou seja, prescindindo-se da “ajuda” estrangeira: “A economia brasileira, conforme vimos, *se havia recuperado por suas próprias forças nos anos trinta e*, ao contrário do que ocorrera nos EUA e numerosos outros países, havia chegado a 1937 com um nível de renda *per capita* superior ao de 1929” (FURTADO, 2000, p. 224). Com a redução dos investimentos estrangeiros, o financiamento da economia operou-se através da mobilização da própria poupança interna, contando com o impulso da demanda (também interna) para realizar os lucros (Cf. FURTADO, 1968, p. 96-7).

A experiência histórica demonstrou que havia a possibilidade concreta de acelerar o processo de industrialização prescindindo-se do apoio das classes ou frações de classe que se formaram em razão do mercado externo (ou seja, o latifúndio exportador, os grupos intermediários das transações com os centros hegemônicos do poder imperialista e os capitalistas dos países centrais). Este fenômeno deixou de ser uma mera possibilidade para

tornar-se algo empiricamente demonstrável à medida que a modernização do complexo produtivo – assim como a expansão das atividades subsidiárias, como o setor de serviços comerciais e financeiros – avançava, mediante a mobilização dos próprios recursos e das forças produtivas preexistentes:

O surto industrial ligado aos efeitos da crise decorre do desenvolvimento da economia de mercado interno e da *libertação desse mercado da concorrência imperialista*. A produção industrial só poderia desenvolver-se à base do mercado interno (...) [Isto porque] o crescimento da procura de bens de capital, reflexo da expansão da produção para o mercado interno, ligada à elevação do preço das importações desses bens, contribuíram para criar as condições para a instalação aqui de uma indústria de bens de capital cujo desenvolvimento anterior vinha padecendo de lentidão (N. W. SODRÉ, 1964, p. 305-6; consultar também SODRÉ, 1996, p. 87-8; BAER, 1977, p. 18; OLIVEIRA, 1975, p. 37-8).

A grande lição do episódio residiu no fato de que o Brasil encontrou a saída para a crise *utilizando os seus próprios recursos, os recursos internos*. E assim, para surpresa de muitos, emergimos da crise antes do resto do mundo; antes dos Estados Unidos, onde tivera origem, antes da Europa, onde os efeitos da crise foram graves. Em 1933, o Brasil podia considerar que a crise estava superada e a economia em pleno desenvolvimento (SODRÉ, 1999, p. 107; grifos nossos. Consultar também CARONE, 1976, p. 175 e segs.).

Se a economia industrial brasileira pôde se desenvolver, num determinado período histórico, mediante o impulso dinâmico de seus próprios agentes e recursos econômicos, como explicar a capitulação da burguesia brasileira, que a partir da década de 1950 começou a abrir mão do poder político para preservar seus interesses econômicos? Tentaremos, na próxima seção, oferecer alguns dados que contribuam para o debate acerca desta questão, sem ter a pretensão de esgotar o assunto.

2. A capitulação da burguesia brasileira em relação ao imperialismo: o “desfazer-se” da burguesia nacional.

Se havia alguma perspectiva de afirmação do nacional- desenvolvimentismo, enquanto modelo para afirmação da soberania econômica do país nos estritos marcos da sociabilidade burguesa, como explicar a guinada operada na década de cinquenta, consubstanciada nos fenômenos de “internacionalização do mercado interno” e associação com o capital estrangeiro? De que maneira o latifúndio e os setores da burguesia que não aderiram ao nacional- desenvolvimentismo favoreceram o processo de desnacionalização da economia, quando o processo de substituição de importações começou dar sinais de esgotamento? Buscaremos considerar alguns aspectos que contribuam para o debate desta questão.

Preliminarmente, é preciso destacar que as razões do processo de desenvolvimento não podem ser corretamente compreendidas se o estudo da história econômica não estiver inserido numa perspectiva capaz de integrar simultaneamente a análise das transformações operadas na estrutura de poder. Esta preocupação torna-se ainda mais necessária quando as transformações econômicas trouxeram no seu bojo mudanças *qualitativas* cuja explicação encontra-se além do mero crescimento quantitativo da riqueza. Isto fica patente quando ocorrem, por exemplo: a) uma diferenciação sobre a estrutura produtiva suficientemente capaz de operar mudanças na materialidade e na consciência das classes sociais; b) um processo de modernização social que exige uma adequação dos instrumentos de dominação à nova situação, buscando conquistar a hegemonia política (que pode nascer “a partir da fábrica” ou através da utilização do aparelho repressivo do Estado); c) transformações na divisão social e técnica do trabalho que resultam necessariamente em novas formas de interação entre as diferentes classes e facções sociais.

Neste sentido, é importante destacar que a presença de determinadas classes ou frações de classes sociais no bloco de poder, quando elas não mais expressarem o grau de

desenvolvimento material atingido pela sociedade, dificilmente pode ser mantida sem que ocorram graves perturbações. Isto pode ser constatado nos momentos de crise revolucionária, golpes de estado tentados ou consumados, conspirações e protestos mais ou menos violentos etc., que tornam evidente o descompasso entre desenvolvimento das forças produtivas e situação jurídico-política.

Entretanto, a dominação política dos grupos tradicionais, que controlam os setores produtivos tornados obsoletos pela modernização econômica, pode ser mantida ou prolongada, caso a classe social em ascensão ainda não possua o grau de coesão e organização política capaz de lhe assegurar o pleno domínio do aparelho de estado. Neste caso, é provável que a heterogeneidade da coalizão dominante, em se demonstrando tanto a impossibilidade de retornar à situação anterior, bem como operar o avanço no sentido de se adequar totalmente o aparato burocrático às classes em franca ascensão, conduza as classes sociais envolvidas (conservadoras/rurais e progressistas/urbanas) a admitirem a coexistência no bloco de poder. Este, entretanto, só poderá ser construído no contexto de um equilíbrio de forças bastante instável. Neste caso, a conciliação entre a “ordem” e o “progresso” exigirá o sacrifício das classes subalternas para canalizar as tensões entre os grupos proprietários. E o desenvolvimento econômico, favorecendo os elementos dinâmicos ao mesmo tempo em que busca preservar aquilo que se tornou obsoleto, tenderá a ser conduzido “pelo alto”.

Nestes termos, as classes proprietárias envolvidas buscarão minimizar a hostilidade *em potencial* existente entre elas, que decorre naturalmente de suas diferentes formas de ser, e tentarão buscar, cada uma a seu modo, tirar o máximo de proveito nos termos pactuados (muitas vezes de forma tácita), e respeitando a esfera de influência umas das outras. Numa situação como esta, pode-se até mesmo admitir algum tipo de cooperação que ultrapasse o simples jogo de soma zero, como na possibilidade de as classes apoiarem-se reciprocamente para então buscarem aumentar sua participação econômica no contexto de uma renda *total*

maior. A inflação, em muitos casos, pode cumprir o papel de reforçar a taxa de poupança dos grupos proprietários, fazendo com que a classe trabalhadora suporte o ônus da acumulação¹¹⁴. Neste caso, a superexploração das classes subalternas torna-se evidente, como uma característica da incapacidade de uma formação social dependente superar os obstáculos que impedem a formação de uma taxa de acumulação elevada.

Após a segunda guerra mundial, e até meados da década de 50, algo muito próximo da situação acima descrita pôde ser constatado no Brasil. No aspecto econômico, tanto o setor agro- exportador quanto a indústria nacional experimentaram um crescimento formidável. Este *crescimento combinado* foi induzido por condições que, no contexto da economia internacional da época, vinham abrindo possibilidades para os países dependentes que já haviam atingido um certo grau de diferenciação na sua estrutura produtiva. No aspecto político, em contrapartida, ainda era possível notar a inconclusividade do processo de transição de hegemonia política no Brasil, já que o setor agrícola mantinha uma influência decisiva sobre as decisões governamentais (especialmente durante a presidência de Eurico Gaspar Dutra, como tentamos demonstrar no capítulo anterior).

Foi neste contexto que operou-se a tentativa de reversão de expectativas, a partir de manobras executadas pelos representantes do latifúndio e do imperialismo. Estes buscaram, diante na *fortuna* (no sentido maquiaveliano) colocada pelas circunstâncias da época, aumentar seu quinhão de poder no exato momento em que o processo de industrialização aumentava exponencialmente a riqueza dos empresários industriais brasileiros. Apesar desta

¹¹⁴ Celso Furtado (2000, p. 240) fala da redistribuição de renda em função do processo inflacionário, mecanismo utilizado pelas classes proprietárias para aumentar sua participação na renda: “A redistribuição deve ser compreendida, aqui, no sentido dinâmico: não se trata de transferência de renda de um grupo para outro, e sim do aumento da participação de certos grupos em uma renda maior”. No entanto, Furtado pressupõe que a inflação se constitui em mecanismo de disputa entre classes sociais proprietárias, ignorando que ele também pode ser – como na maioria dos casos tem sido – um eficiente mecanismo de transferência de riquezas *das classes que as produzem para aquelas que dela se apropriam* (ver também FURTADO, 1968, p. 88). De fato, à medida que se ia esgotando o processo substitutivo de importações, a aceleração da inflação foi a fórmula encontrada pelos grupos que compunham o tripé de sustentação do modelo dependente e associado para superexplorar a classe trabalhadora, em decorrência da débil acumulação de capitais e necessidade de manter um nível de investimentos capaz de manter o crescimento econômico. Voltaremos adiante a esta questão.

reação ocorrer de maneira vigorosa somente depois da segunda guerra (ver FURTADO, 1968, p. 83), é possível observar que, já nos últimos anos da década de 1930¹¹⁵, o início do restabelecimento das condições de investimento rentáveis na agricultura de exportação e no setor controlado pelo capital estrangeiro, já haviam despertado os representantes destes setores para as oportunidades que a história colocava à sua disposição.

Na década de 50, no entanto, a situação era visivelmente mais favorável ao imperialismo do que ao latifúndio. Mas não se pode ignorar que o setor exportador, neste período, *continuava* cumprindo um papel de fornecedor de divisas em moeda estrangeira, único meio para importar os equipamentos que eram exigidos para a manutenção do processo substitutivo¹¹⁶. Isto significa que uma parte considerável do investimento industrial seria facilitado pela poupança gerada na agricultura. A deterioração dos termos de intercâmbio, por outro lado, acabou por demonstrar a incapacidade do setor exportador em manter a dinâmica do modelo de desenvolvimento.

Ocorre que neste novo contexto, começavam a ser instaladas indústrias de bens de capital e intermediárias. A substituição de importações tornava-se mais difícil, já que as indústrias mais dinâmicas exigiam uma escala de investimentos e recursos tecnológicos cada vez maiores (consequentemente, mais difíceis de serem reproduzidos autonomamente), e que não estavam à disposição dos grupos econômicos brasileiros (BOSCHI, 1979, p. 76-7 e 98). Para agravar a situação, a crise cambial daquele período resultou numa *deterioração da capacidade de importar*, e portanto um ponto de estrangulamento na economia, já que: a) o setor- agro- exportador, que já vinha perdendo o fôlego, entrou definitivamente em crise em

¹¹⁵ Na esfera política, foi com a instauração do Estado Novo, em 1937, que as tendências anteriores de reconfiguração do equilíbrio de forças em benefício dos empresários industriais *começaram* a ser revertidas, em termos de participação relativa. Esta reversão se consolidou com o término da 2ª guerra mundial e a deposição de Getúlio Vargas, em 1945: os latifundiários e capitalistas estrangeiros, conscientes das circunstâncias que operavam a seu favor, iniciaram um movimento de reação contra o populismo de Vargas, visando recuperar parte do poder que haviam perdido. O governo de Eurico Gaspar Dutra representou esta batalha relativamente vitoriosa, abandonando algumas expectativas progressistas: ele “foi uma afirmação dos laços de dependência com o imperialismo e um período em que a economia de exportação buscava retomar a sua predominância sobre a de mercado interno, com o latifúndio novamente esforçando-se pela sobrevivência” (SODRÉ, 1964, p. 326)

meados da década de cinquenta; b) o recurso aos capitais estrangeiros somente *agravaria a situação*, em virtude da forte pressão exercida para a remessa dos lucros em direção ao exterior (MARINI, 1972, p. 110).

O resultado desta redução da margem de manobra dos empresários industriais foi a redefinição dos laços de dependência da economia brasileira: o latifúndio (durante um breve período) e o imperialismo, revigorados do período inicial em que a mudança de regime os tinha aliado (ou enfraquecido) do jogo de poder, tornaram a participar *ativa e decisivamente* das políticas governamentais, intervindo de forma inequívoca sobre o processo de desenvolvimento do país. Como assinalou N. Werneck Sodré (1964, p. 318),

O restabelecimento da normalidade nas exportações, e, em consequência, a retomada da ascendência da economia exportadora, obrigava a burguesia a considerar sob novo ângulo a sua luta, conciliando com o imperialismo, que retornava mais virulento, e com latifúndio, que voltava a levantar a cabeça.

O avanço da burguesia industrial brasileira, em consequência, se tornou mais lento: a repartição da mais-valia entre os grupos proprietários deveria ser encarada sob uma perspectiva diferente daquela que prevaleceu no período de crise simultânea do latifúndio e do imperialismo. Mas, enquanto o setor agrícola contava com estímulos que a logo iriam se esgotar (em virtude da pouca elasticidade da demanda em relação ao incremento da renda e também da tendência, logo verificada, de deterioração dos termos de troca), os capitais estrangeiros contavam com uma área de investimentos cujo potencial de crescimento era enorme: estava-se no início de uma *onda longa de tonalidade ascendente*, que resultaria num dos maiores ciclos de expansão da economia capitalista mundial – a “era de ouro” do pós-guerra.

¹¹⁶ Cf. Osvaldo Sunkel (1975, pp. 118, 132-3, 140, 144)

Quando os capitais estrangeiros retornaram aos países dependentes, concentraram-se na exploração de novas áreas de atuação (independentemente de seus vínculos com o latifúndio), buscando controlar setores que cresciam em função do mercado interno brasileiro. A nova etapa de expansão do capitalismo internacional resultou na penetração de uma quantidade sem precedentes de capitais oriundos dos países imperialistas, buscando as oportunidades de investimento que surgiam *nos setores que os empresários industriais brasileiros vinham tentando controlar*. Para a burguesia industrial brasileira, operava-se um deslocamento da contradição principal entre ela e os demais grupos dominantes, *dos internos para os externos*.

Portanto, o movimento de capitais para as sociedades dependentes deve ser considerado sob o ponto de vista da dinâmica do sistema capitalista internacional de após-guerra, especialmente o desenvolvimento da economia estadunidense. Nesta, como observou Ruy Mauro Marini, o excedente econômico vinha crescendo muito acima das possibilidades existentes para sua absorção; para evitar a ocorrência de uma crise de superprodução, nos moldes da crise de 1929, o capitalismo estadunidense passou a alocar quantidades cada vez maiores de capital nos setores improdutivos de sua própria economia (publicidade e armamentos, por exemplo) e também no complexo industrial de outros países. O capital investido nestes, que não pôde ser esterilizado no país de origem, não dispensou o concurso do governo de Washington para assegurar a estabilidade do seu processo de desenvolvimento, à custa do agravamento das contradições nos demais países (MARINI, 2000, p. 50).

Estava em curso, portanto, uma redefinição dos laços de dependência econômica do Brasil em relação aos centros hegemônicos, fenômeno estudado sob diferentes perspectivas pelos teóricos da dependência (cf. MARINI, 2000, p. 91; CARDOSO, 1995, p. 112; DOS SANTOS, 1970, p. 08). Este fato estava estreitamente relacionado à redefinição da divisão

internacional do trabalho¹¹⁷, que teve implicações internas de grande significado. Inevitavelmente, a questão do controle da burguesia industrial brasileira sobre a apropriação do excedente, e até mesmo sobre as decisões políticas, começaria a sofrer um forte revés.

Como os empresários brasileiros poderiam submeter o controle do processo de desenvolvimento aos seus interesses de classe, num momento em que eram exatamente os grupos estrangeiros que detinham o controle sobre as empresas e setores que estavam na vanguarda do progresso técnico e financeiro? Como seus setores nacionalistas poderiam articular uma estratégia de classe capaz de assumir foros de hegemonia, sabendo-se que o fortalecimento do capital estrangeiro no tripé de sustentação do desenvolvimento pouco a pouco vinha quebrando a capacidade de oferecer uma resistência relativamente eficaz?

Como dissemos, a contradição *principal* a ser enfrentada pela burguesia brasileira foi deslocada do plano interno para o externo. É que, no interior das próprias sociedades dependentes no período pós- guerra, houve um deslocamento geográfico dos investimentos estrangeiros. Esta é a chave para a explicação do novo caráter da dependência. A nova estratégia imperialista, baseada na tentativa de controlar o setor *industrial* brasileiro, despertou alguns setores da sociedade para a necessidade de uma luta antiimperialista para o encaminhamento da revolução brasileira.

Esta perspectiva de luta vinha sendo encarada pelos setores nacionalistas da burguesia (cada vez mais colocados na defensiva) e também pela vanguarda operária (política e sindical) com apreensão cada vez maior, temerosos com a iminência da desnacionalização econômica. Este problema esteve na raiz da estratégia que vinha sendo formulada pelos setores da esquerda brasileira e seus intelectuais, que vinham tentando estabelecer uma estratégia de

¹¹⁷ “Agora, a industrialização das economias dependentes entrava na divisão internacional do trabalho do mundo capitalista como uma nova forma de expansão desse sistema, elevando-se do antigo patamar de produtores de matérias- primas *versus* produtores de manufaturas para produtores de manufaturas de consumo *versus* produtores de manufaturas de bens de produção” (OLIVEIRA & MAZZUCHELLI, 1977, p. 83).

alianças com a “burguesia progressista” para uma luta “antiimperialista e anti- feudal”, capaz de fazer com que a revolução burguesa no Brasil chegasse a termo.

Uma comparação entre a nova situação com a antiga revela a diferença entre as duas formas de encaminhamento do problema da industrialização no Brasil, assim como a transformação ocorrida nas relações econômicas e políticas. Os investimentos estrangeiros, no pré- guerra, pouco contribuíram diretamente para o desenvolvimento industrial: eles se concentraram nos setores ligados à economia exportadora brasileira (e dos demais países periféricos), buscando atender ao mercado dos próprios países dominantes (DOS SANTOS, 1977, p. 24 e segs.; OLIVEIRA, 1977, p. 117). Ocorre que, com o fim do conflito e início do processo de restabelecimento do mercado internacional, os investimentos provenientes dos países capitalistas centrais concentraram-se cada vez mais no setor industrial¹¹⁸ dos países dependentes. Apesar do crescimento quantitativo deste setor da produção (que atingiu expressão máxima durante o governo de JK, na segunda metade dos anos cinquenta), tornava-se evidente que o Brasil estava diante de um processo de **desnacionalização** das suas indústrias, fenômeno que acentuou as dificuldades para os empresários locais.

Estes, por não possuírem capitais em quantidade suficiente para produzir mercadorias na escala exigida, nem tampouco uma base tecnológica capaz de oferecer restrições à penetração estrangeira, ficavam cada vez mais à mercê de interesses alheios à sociedade brasileira. Os empresários brasileiros demonstraram que não tinham forças suficientes para sustentar as tarefas exigidas naquela etapa do desenvolvimento (OLIVEIRA, 1977, p. 117; BRUN, 2000, p. 227). Nos setores mais avançados (bens de capital e indústria pesada), precisamente os que ofereciam maiores dificuldades à atuação da iniciativa privada brasileira,

¹¹⁸ “Após a guerra, ampliam-se as empresas com poder de operar no exterior e a luta por mercados transferiu-se para a produção, dentro dos países subdesenvolvidos, buscando custos mais baixos e, ao mesmo tempo, maior controle do mercado interno desses países (em geral de passado colonial). Também os monopólios buscaram transferir maquinarias de produção que haviam se tornado obsoletas em seus países de origem” (MAZZEO, 1988, p. 39; grifos nossos). Consultar também Dos Santos (1977, pp. 24, 28, 34, 63) e Marini (2000, p. 84).

as portas estavam se fechando definitivamente (na prática, os empresários locais jamais tiveram qualquer possibilidade de atuarem).

Apenas as duas outras pernas do tripé – capital estrangeiro e Estado – tinham condições de instalar tais empresas (sendo que mesmo o Estado não pôde dispensar o concurso do capital estrangeiro devido aos seus “frágeis alicerces tributários”, que impunham limites objetivos difíceis de serem superados)¹¹⁹. Quanto aos setores em que os empresários brasileiros já haviam conseguido se estabelecer, a concorrência estrangeira também não deixou de trazer novas dificuldades, em alguns casos eliminando os produtores nacionais.

É importante destacar que a própria burguesia brasileira, em virtude da diferenciação existente no seio desta classe, absorveu de diversas maneiras a força do impacto. E o que tornou-se ainda mais significativo foi o fato de que, às contradições existentes no interior da própria classe burguesa, foram acrescentadas novas diferenciações na sua facção *industrial*. O aumento da participação de empresas estrangeiras no setor secundário, de fato, foi mais desvantajoso para a pequena e média burguesia brasileira, que tiveram reduzidas possibilidades de preservarem seus negócios (DOS SANTOS, 1977, p. 81).

A grande burguesia brasileira, mesmo quando esteve em situação de inferioridade financeira e tecnológica em relação às corporações estrangeiras, ainda mantinha a perspectiva da *associação* com estes grupos, beneficiando-se do crédito e da tecnologia (MARINI, 2000, p. 90) que dificilmente poderiam ser obtidos de outra maneira. Deste modo, enquanto a desnacionalização tinha maiores possibilidades de ocorrer de maneira *total* nas pequenas e médias empresas, nas maiores ainda havia a possibilidade de não se perder completamente o controle, apesar de também nestes setores o processo de desnacionalização ter avançado bastante¹²⁰.

¹¹⁹ Cf. Mello (1987, p. 114 e 119).

¹²⁰ Como, por exemplo, nas indústrias automobilística, de cigarros, eletricidade, farmacêutica e mecânica, onde a participação do capital estrangeiro variava entre setenta e noventa por cento (COHN, 1982, p. 314)

Theotonio dos Santos, ao analisar o fenômeno do aumento do controle do setor industrial dos países dependentes pelos grupos “de fora”, constatou que nesta etapa a *industrialização e a dependência se mostraram complementares*. E acrescenta que esta desnacionalização gerou uma intensa *descapitalização* nos países dependentes, uma vez que teve como contrapartida a remessa dos lucros realizados para o exterior em quantidade que superava muitas vezes os investimentos. Politicamente, a consequência foi igualmente negativa, pois o domínio do capital estrangeiro sobre o setor mais dinâmico dos países dependentes demonstrou a impossibilidade de se obter a independência econômica no marco das relações capitalistas internacionais (DOS SANTOS, 1970, p. 71).

Aqui, deve-se assinalar também que a ofensiva dos capitalistas estrangeiros foi facilitada pela política não menos agressiva de seus “comitês executivos”, que pressionaram os governos dos países dependentes a abrirem seus mercados aos países capitalistas centrais. Foi o caso do governo republicano do presidente Eisenhower nos EUA, que substituiu o democrata Truman em 1952. Eisenhower colocou o Estado norte-americano na retaguarda que garantiu a intervenção dos investidores privados estadunidenses no setor manufatureiro brasileiro, ocorrida no contexto de mudanças decisivas nas relações que a potência hegemônica mantinha com as economias dependentes.

Duas atitudes do novo governo dos EUA, intimamente relacionadas entre si, são sintomáticas da maior agressividade do poder imperial estadunidense sobre uma economia dependente: a) a não-concessão de empréstimos *públicos* aos países periféricos, buscando reforçar o papel de seus investidores privados. Para a administração republicana, o dever de países como o Brasil era o de “criar o clima apropriado para os investimentos particulares americanos” (SKIDMORE, 1976, p. 152). O “recado” para o governo brasileiro dificilmente poderia ter sido dado de forma mais direta. b) O governo de Eisenhower cortou a ajuda financeira dos EUA em favor do Brasil (que durante o período da guerra tinha contribuído

para a criação de sua indústria de base, como a companhia siderúrgica) e negou-se em reconhecer a obrigatoriedade de um convênio de ajuda celebrado anteriormente entre os dois países, num desejo inequívoco de acabar com a Comissão Mista Brasil- Estados Unidos.

La táctica era clara: trataba de imposibilitar a la burguesía brasileña al acceso a recursos que le permitiesen superar con relativa autonomía los puntos de estrangulamiento surgidos en el proceso de industrialización, y forzarle a aceptar la participación directa de los capitales privados norteamericanos, los cuales realizaban, como señalamos, una embestida sobre Brasil (MARINI, 1972, p. 102; consultar también MARINI, 2000, p. 85; e JAGUARIBE, 1969, pp. 178-9)

À medida em que se consolidava a penetração dos capitais estrangeiros no setor industrial, os empresários brasileiros começaram a sentir maiores dificuldades de se opor à nova política imperialista (que era expressão da nova fase do capitalismo mundial). Apesar dos avanços conquistados nas duas décadas posteriores a 1930, era ainda flagrante a diferença que separava a economia brasileira dos centros avançados do capitalismo mundial. No Brasil, a acumulação prévia tinha se mostrado insuficiente para formar uma taxa de poupança – consequentemente, de investimentos – capaz de imprimir transformações relevantes na sua estrutura produtiva. Ou seja, os empresários brasileiros não dispunham de recursos que lhes permitiria superar, autonomamente, a etapa de substituições “fáceis”.

As vozes dissonantes dos empresários nacionalistas estavam cada vez mais difíceis de serem ouvidas no conjunto da burguesia brasileira, uma vez que um número cada vez maior de seus representantes (e entre estes, os mais importantes do ponto de vista financeiro) julgava que a **associação** com aquelas empresas poderia aliviar¹²¹ as dificuldades colocadas pela falta de dinamismo da produção manufatureira nacional.

¹²¹ Cf. Marini (2000, p. 19, 69, 143-4 e 146); Sunkel (1975, p. 124 e 135); Dos Santos (1977, p. 70); Mello (1987, p. 119-20); Ianni (1978, p. 162-3). Em alguns casos, o “alívio” das dificuldades significou a transferência pura e simples da propriedade da empresa para grupos estrangeiros (GASPARIAN, 1973, p. 36).

Será aliás essa associação o caminho adotado por muitos industriais brasileiros, e entre os maiores e principais, para eludirem a posição desfavorável em que os colocara a Instrução 113¹²². Através de seus novos associados, beneficiavam-se dos favores concedidos a estes últimos. Acabarão mesmo tirando vantajoso partido da situação, porque embora *perdessem com a associação sua anterior e completa independência e autonomia*, terão resolvido seus principais problemas financeiros e técnicos¹²³ com os grandes recursos de seus novos sócios, o que lhes permitirá verem suas empresas crescerem e prosperarem muito além daquilo a que poderiam, isolados, aspirar. Quanto aos empreendimentos estrangeiros, a associação com nacionais lhes facilita a tarefa e abre caminho mais cômodo e politicamente seguro para sua penetração na economia brasileira. E isso sem maior risco, pois os amplos recursos com que contam tornam sua posição inexpugnável. Os *sócios menores do negócio serão sempre e cada vez mais acentuadamente, os nacionais* (PRADO JR., 1974, p. 315; itálicos nossos)

Esta era, naturalmente, uma *opção dos setores politicamente hegemônicos* da burguesia brasileira (cf. OLIVEIRA & MAZZUCHELLI, 1977, p. 85; MOTTA, 1979, p. 59), que buscaram uma saída relativamente cômoda para enfrentar os problemas decorrentes do fracasso da formação social brasileira (especialmente quanto à possibilidade de se atingir um certo grau de autonomia econômica), num momento em que haviam outras possibilidades. Tratava-se, naturalmente, de uma solução que não eliminaria as contradições de uma sociedade dependente economicamente; sabe-se que ocorreu precisamente o contrário. Não se pode pensar tampouco que aquela tenha se processado nos marcos de uma solução parcial dos problemas, como se houvesse uma vitória da burguesia, aliada ao imperialismo, sobre as classes subalternas: foi o imperialismo que esmagou as possibilidades tanto dos trabalhadores quanto da burguesia brasileira de emanciparem-se politicamente.

¹²² Sobre a instrução 113 da SUMOC e a polêmica que ela gerou nos setores empresariais brasileiros, consultar também Marini (2000, pp. 19, 24-5, 55 e 87); Ianni (1978, p. 160); Prado Jr. (1974, pp. 174 e segs.); Gasparian (1973, pp. 25 e segs.) e Skidmore (1976, pp. 202 e 206).

¹²³ Sobre a associação que visa superar as dificuldades tecnológicas, consultar F. Oliveira (1975, pp. 37 e 39); Ianni (1978, pp. 10 e 153-4); F. H. Cardoso (1971, p. 111); Marini (2000, p. 98, 146 e segs.); F. H. Cardoso (1995, p. 112); Furtado (1968, p. 09). A “superação” de tais obstáculos ocorreu principalmente com a importação de equipamentos que se tornaram obsoletos nas economias capitalistas centrais, permitindo aos setores internos que se beneficiavam com este tipo de associação a apropriação de lucros relativamente fáceis, em virtude de terem escolhido uma saída relativamente cômoda. Mas contribuiu para reforçar a dependência estrutural do Brasil em relação aos centros hegemônicos, jogando os problemas para o futuro.

Fernando Henrique Cardoso, que implantou uma política de abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro durante seu governo (1995-2002) já admitia, na década de sessenta, que o *desenvolvimento com dependência* estava *colocando a maioria do setor industrial à margem do eixo hegemônico*. Reconhecendo os limites da ação política do setor industrial, afirmou que a associação com o capital estrangeiro operaria um novo “corte vertical” entre os representantes do setor (CARDOSO, 1971, p. 121).

Alguns segmentos da indústria – os mais dinâmicos economicamente e tecnologicamente mais modernos – parecem participar de forma plena, talvez pela primeira vez na história desses países [dependentes], do eixo de decisões. Anteriormente essa participação, como indicamos, ou se dava secundariamente, ou se dava em função da política de ‘interesses compartilhados’ das classes produtoras. Agora o processo assume outras características: vislumbram-se fissuras no interior do setor industrial. Algumas federações continuarão exprimindo os interesses da etapa substitutiva, raciocinando em termos de consumo ampliado, como é o caso notadamente das indústrias têxteis e de alimentação, enquanto novas associações, à margem muitas vezes do sistema sindical nacional, passarão a expressar o ponto de vista da ‘nova industrialização’, como, por exemplo, as associações das indústrias mecânicas pesadas, da indústria de base, ou das indústrias do aço, algumas delas organizando-se internacionalmente (CARDOSO, 1971, pp. 121-2).

Cardoso reconhecia que a “internacionalização do mercado interno” colocaria dificuldades para os empresários brasileiros competirem no seu próprio país. Internamente, os setores beneficiados seriam minoritários: os “dinâmicos e de alta tecnologia”. Pequenos e médios empresários e a classe trabalhadora permaneceriam à margem da nova aliança de poder. Nos moldes do novo arranjo de forças, o *sistema interno de decisões políticas seria reconstruído com exclusão popular*, como estava “claro”, segundo o sociólogo (idem, p. 122).

Para Cardoso, como a associação com o capital estrangeiro exigia uma articulação de interesses entre os setores oligopolistas (grandes empresários brasileiros, Estado e capital estrangeiro), com pouca margem de distribuição de benefícios para outras camadas da

sociedade, a repartição dos ganhos do sistema ficaria cada vez mais concentrada. Os empresários que se associavam ao capital estrangeiro, admite Cardoso, *eram os menos favoráveis ao estabelecimento de alianças com o proletariado* (idem, p. 181; é importante destacar que o autor extrai suas conclusões de estatísticas e dados levantados em entrevistas feitas diretamente com os empresários brasileiros, divididos por ramos de atividade), o que demonstra a insustentabilidade da tese de uma aliança entre o proletariado e a burguesia, contra o imperialismo.

Os imensos favores concedidos ao capital estrangeiro, após aquele interregno em que alguns obstáculos à sua penetração foram erigidos (protegendo, deliberadamente ou não, a indústria nacional), assinalam uma nova etapa da revolução burguesa no Brasil, bem como a mudança de atitude dos empresários industriais em relação ao avanço do imperialismo. Visando conciliar seus interesses com o capital estrangeiro, a burguesia industrial brasileira assinala que sua história tem sido um processo não linear: marcada por avanços, recuos, situações de crise institucional e impasses políticos algumas vezes resolvidos por violentas ações conspiratórias e golpistas; e evidencia as dificuldades que surgem, numa situação de dependência, para que esta burguesia hipertardia se constitua em classe com autonomia de decisão, ou que seja capaz de subordinar efetivamente o conjunto da sociedade aos seus projetos e valores de classe.

Conclusão

I

Analisar, de uma perspectiva histórica, a “anatomia” da sociedade civil brasileira (entendida como uma concreção particular do modo de produção capitalista), é uma condição indispensável para apontarmos os elementos que, em última instância, condicionam a vida política, o desenvolvimento de suas formas de propriedade e as representações ideológicas que os homens fazem da realidade. O “sentido” da evolução da sociedade brasileira, como apontou Caio Prado Jr., somente pode ser entendido quando aspectos epifenomenais são colocados à margem, devendo sobressair aquelas categorias que, em razão da centralidade que ocupam no quadro de uma determinada formação sócio- econômica, determinam a dinâmica de seu processo de desenvolvimento.

A constituição do modo de produção capitalista, no Brasil, operou-se de acordo com um sentido que lhe é particular, e portanto seu processo de desenvolvimento não pode ser compreendido a partir de elementos *a priori*, tomados de um manual qualquer de economia política burguesa. As diferenças quanto ao padrão de desenvolvimento capitalista nos diversos países são flagrantes, tendo em vista as desigualdades quanto à correlação de forças entre eles (consequência do virtual controle por alguns países dos setores produtivos, comerciais e financeiros que submetem totalmente o processo de acumulação mundial aos seus interesses corporativos). Enquanto o poderio econômico de alguns países permite que suas facções burguesas mais influentes (controladoras dos trusts e cartéis que atuam em regime de monopólio) assumam o controle das atividades mais lucrativas, mesmo nos países dependentes ou periféricos, estes perdem quase por completo a perspectiva de internalizar os “centros de decisão econômica”.

Mas o Brasil, no contexto da economia mundial e da divisão internacional do trabalho, se distingue não apenas das formas de revolução burguesa ditas “clássicas”, como também quanto às formas não- clássicas de entificação do capitalismo. Mesmo quando as demais formações sociais dependentes latino- americanas são utilizadas como referencial teórico, não se deve jamais perder de vista o que é específico no modelo brasileiro. Isto significa que a evolução do modo de produção capitalista no Brasil somente pode ser entendida nos termos de uma “teoria da dependência” se as categorias centrais que lhe servem de pressuposto (transição do modelo agro-exportador para a substituição de importações, teoria dos choques adversos, complementaridade entre agricultura e indústria etc.) forem submetidas a uma rigorosa análise histórica.

Quando situamos o desenvolvimento da formação social brasileira no quadro da divisão internacional do trabalho – portanto, tendo como pressuposto a dialética do interno e do externo –, buscamos demonstrar que não se trata de diferenças quanto ao *grau* de desenvolvimento de suas forças produtivas. Se assim fosse, o capitalismo brasileiro apresentaria tão-somente um estágio de desenvolvimento insuficiente, no sentido que a tradição positivista costuma empregar. Se esta tese *in abstracto*, de caráter evidentemente ideológico, tivesse um fundamento científico, bastaria então superar o “subdesenvolvimento” percorrendo as diferentes etapas da evolução sócio-econômica, até atingir-se a “era do consumo em massa”. A famosa tese de Rostow, por exemplo, faz abstração das diferenças gritantes que existem *na origem* das diversas formações sociais e econômicas, bem como – principalmente – da correlação de forças que opõe as sociedades “tradicionais” às sociedades plenamente “amadurecidas”. Estas sociedades, é importante recordar, não apenas coexistem simultaneamente, mas sobretudo *condicionam-se reciprocamente* por intermédio de um complexo de relações econômicas (sem contudo excluir a possibilidade de interferências políticas ou militares) que são orientadas a partir de interesses que se situam precisamente no centro do sistema capitalista. As diferenças quanto ao desenvolvimento, portanto, são antes *qualitativas* que quantitativas.

Se é verdade que a torrente do capital arrasta todos os países que participam do mercado mundial, não é menos verdade que a expansão do capitalismo opera-se a partir de centros de irradiação que surgem, *desde logo*, como núcleos que conseguem articular, segundo os seus próprios interesses (ou seja, da classe que submete o conjunto da sociedade aos seus valores particulares de classe), a acumulação em escala internacional. Assim, a própria gênese de cada sociedade capitalista concreta condiciona desde logo a posição da burguesia local – primeiramente, a comercial, logo substituída pela hegemonia de sua facção industrial – frente ao mercado mundial. Como corolário desta posição, o Estado burguês, enquanto esfera de dominação política que não possui uma autonomia absoluta com relação à organização sócio-econômica, deverá “enfrentar” os obstáculos ao desenvolvimento dentro de circunstâncias que, evidentemente, independem da maneira como os homens interpretam o mundo. Por isso, o processo de transformação de uma classe *em si* para uma classe *para si* depende menos do juízo que os indivíduos desta classe fazem de si mesmos, do que da esfera das relações materiais de vida. Pensar o contrário seria o mesmo que imaginar que o desenvolvimento de sua consciência de classe determina o seu próprio desenvolvimento de classe. Não era essa afinal a crítica que Marx e Engels fizeram ao sistema de Hegel e aos jovens hegelianos de esquerda, num momento de exaltação do Estado prussiano como a

síntese mais sofisticada dos valores burgueses, enquanto a Alemanha permanecia politicamente fragmentada e economicamente atrasada? E o que fazem os empiristas vulgares da historiografia econômica brasileira, senão tentar inutilmente compreender o caráter da revolução burguesa brasileira através da retórica da classe economicamente dominante, estudando os manifestos de suas associações de classe, as lutas por aspectos isolados da política econômica, a ambigüidade de suas alianças e sua política de avanços e recuos etc.? Ora, a política e a ideologia não “pairam no ar”, uma vez que resultam da dinâmica das relações materiais de vida tais como elas se apresentam nos diferentes períodos históricos, nas diferentes formações sócio- econômicas.

Não queremos dizer que a ideologia seja apenas um mero epifenômeno da substância material da sociedade. Assim como a política, possui uma autonomia relativa em relação à sociedade civil – ou seja, em relação ao “conjunto das relações materiais dos indivíduos dentro de um estágio determinado de desenvolvimento das forças produtivas” (MARX & ENGELS, 1998, p. 33). Entretanto, o que nos levou a afastarmo-nos do estudo do pensamento político da burguesia industrial brasileira, assim como da análise de seu comportamento político – que podem ser verificados empiricamente – é o fato de que a contradição entre a ideologia e a realidade concreta tem como ponto de partida a contradição que existe precisamente na base material da sociedade. Como disseram os fundadores do materialismo histórico, se a ideologia aparece invertida, de cabeça para baixo, é porque *a própria realidade concreta está invertida*, sendo a classe que detém os meios da produção material a mesma que detém os meios da produção intelectual. O divórcio entre ideologia e ciência surge com toda a sua evidência; é portanto necessário levar a cabo um estudo científico que denuncie o equívoco das representações ideológicas que encobrem a realidade das coisas. Nossa preocupação foi precisamente a de resgatar uma das teses mais fecundas do materialismo histórico e utilizá-lo como instrumental analítico e teórico para a interpretação da realidade política e econômica brasileira.

Mas a ideologia não é apenas um puro *reflexo* das contradições de classe, uma vez que ela possui também o condão de reproduzi-las, buscando eternizá-las. É portanto o efeito, mas atua simultaneamente como uma das causas da dominação social e do desenvolvimento econômico, sendo que este serve não exatamente aos interesses “nacionais”, mas a uma fração da sociedade. Feita esta ressalva, é importante salientar que qualquer tentativa de interpretar a gênese e o desenvolvimento do capitalismo, em qualquer período histórico ou lugar, *partindo-se da subjetividade e dos valores que a classe dominante apresenta*, não pode ser mais do que uma tentativa unicausal – e portanto limitada – de explicar a origem e os fatores de estímulo

ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. A “Ética Protestante” de Weber, apesar da veracidade dos nexos de causalidade que estabelece entre uma superestrutura ideológica e a base material, é um erudito ensaio de explicação *unicausal* do desenvolvimento do capitalismo, que faz abstração de questões fundamentais como o papel da violência no processo de acumulação primitiva (cercamento dos campos, alienação dos meios de produção, superexploração dos trabalhadores tornados “livres”), o caráter parcial da emancipação do protestantismo em relação ao cristianismo (que emancipou apenas *uma fração* da sociedade), a correlação de forças etc.

A questão da superação dos obstáculos à plena manifestação da reprodução do capital não pode ser suficientemente respondida sem uma rigorosa análise científica das relações de produção, distribuição, troca e consumo que predominam em uma determinada sociedade. As questões do financiamento da economia e da apropriação do excedente tornam-se portanto cruciais. Todos esses aspectos reaparecem tanto na organização de um subsistema econômico nacional, quanto nas relações que este estabelece com o mercado mundial. Portanto, tanto no plano interno quanto externo. A dialética do interno e do externo, deste modo, é um problema que surge desde a constituição dos primeiros núcleos capitalistas, quando o capital industrial andava a reboque do comercial (fato que, no Brasil, era ainda bastante evidente no período da República Velha). Na fase superior do capitalismo (quando a grande indústria funde-se ao capital bancário, dando origem ao sistema financeiro do período imperialista), verificamos o tributo que, numa formação social dependente como a brasileira, o “novo” ainda paga ao “velho” que resiste em desaparecer. Assim como antes, a questão da dependência (embora qualitativamente diferente em relação ao período anterior) apresenta-se como um fator que *limita* as possibilidades de uma maior diferenciação da estrutura econômica e social.

Coisa muito diferente ocorreu nos Estados onde a classe burguesa atuou no processo revolucionário em momentos históricos favoráveis (ou seja, nos séculos XVII e XVIII). Nestes, a burguesia emancipou-se do domínio político das antigas classes em decadência com uma vantagem de até centenas de anos. O resultado foi que o *externo*, longe de constituir um obstáculo à reprodução em escala ampliada, foi logo conquistado para servir de *pressuposto* mesmo desta acumulação. Na Inglaterra e França, países que assinalam as “formas clássicas” de revolução burguesa, pode-se verificar que os obstáculos externos puderam ser mais facilmente contornados, por meio de políticas hábeis que consistiram primeiramente em fortalecer a acumulação interna (solidarizando assim os interesses da grande burguesia no interior de um país e fornecendo-lhes os meios necessários para controlar também o comércio com outras nações, a partir de uma posição comparativamente vantajosa). Ainda nem havia

acabado a luta (que resultaria vitoriosa) do capital para submeter a classe trabalhadora ao seu domínio, e a concorrência comercial no exterior tornou-se uma questão fundamental para assegurar às burguesias locais uma superioridade sobre as demais.

É neste aspecto que o protecionismo reclamado pelos industriais brasileiros precisa ser considerado. Alguns historiadores pretendem estabelecer uma relação de identidade entre política alfandegária e cambial com a questão mesma da hegemonia política, abstraindo os condicionantes internos e externos que *limitam* o alcance destas políticas. Buscamos demonstrar que o “fazer-se” da burguesia industrial brasileira assume um sentido inteiramente diverso, uma vez que estes aspectos – núcleo das reivindicações da classe burguesa industrial brasileira – não teriam jamais o condão de tornar possível a repetição do processo de acumulação de capitais que ocorreu nos países capitalistas centrais. E justamente porque este processo teve início *quando a economia brasileira estava estruturada em torno do núcleo agro-exportador*, sendo que qualquer tentativa de superar uma tal situação esbarraria numa divisão internacional do trabalho rigidamente estabelecida. Rigidamente, não apenas em virtude dos conflitos interimperialistas que tendiam a eternizar uma tal situação (ainda que a solução estivesse na “ponta da baioneta”, que foi a escolha dos países imperialistas em 1914), mas também por causa de um setor econômico *interno* aliado do capital estrangeiro suficientemente poderoso para garantir seus históricos privilégios. Estas circunstâncias, evidentemente *não escolhidas* pela burguesia industrial brasileira em ascensão, confundem-se com os obstáculos mesmos ao progresso do setor industrial no país. Para tanto, basta comparar o tardio nascimento da indústria brasileira com as condições histórico-genéticas que assinalam o surgimento das fábricas inglesas e francesas:

A concentração do comércio e da manufatura em um único país, a Inglaterra, tal como se desenvolveu sem interrupção no século XVII, criou progressivamente para esse país um mercado mundial relativo e suscitou por isso mesmo uma demanda dos produtos ingleses manufaturados, que as forças produtivas industriais anteriores não podiam mais satisfazer. Essa demanda que ultrapassava as forças produtivas foi a força motriz que suscitou o terceiro período da propriedade privada desde a Idade Média, criando a grande indústria – a utilização das forças da natureza para fins industriais, o maquinário e a divisão do trabalho mais desenvolvida. As outras condições dessa nova fase, tais como a liberdade de concorrência no âmbito da nação, o aperfeiçoamento da mecânica teórica etc., já existiam na Inglaterra (...) (Quanto à livre concorrência no âmbito da nação, foi preciso uma revolução por toda parte para conquistá-la – em 1640 e em 1688 na Inglaterra, em 1789 na França.). A concorrência obrigou *logo* cada país que quisesse conservar seu papel histórico a proteger suas manufaturas

com novas medidas alfandegárias (pois as antigas não prestavam mais nenhuma ajuda contra a grande indústria) e a introduzir *pouco* depois a grande indústria acompanhada de tarifas protecionistas. Apesar desses meios de proteção, a grande indústria tornou a concorrência universal (ela representa a liberdade comercial prática, e as medidas alfandegárias protecionistas representam para elas apenas um *paliativo*, uma arma de defesa *no interior* da liberdade do comércio), *estabeleceu* os meios de comunicação e o mercado mundial moderno, colocou o comércio sob o seu domínio, transformou todo o capital em capital industrial e deu origem, assim, à circulação (aperfeiçoamento do sistema monetário) e à centralização rápida de capitais. Por meio da concorrência universal, *ela* forçou todos os indivíduos a uma tensão máxima da sua energia. Aniquilou o mais possível a ideologia, a religião, a moral etc. e, quando isso lhe era impossível, fez delas mentiras flagrantes. Foi *ela* que criou de fato a história mundial” (MARX & ENGELS, 1998, pp. 70-71; os itálicos são nossos).

Esta síntese elaborada pelos fundadores do materialismo histórico ilustra bem o “sentido” das formas clássicas de revolução burguesa, quando analisadas de uma perspectiva histórica. Entretanto, o que estas possuem de *universal* não pode ser mais do que o processo de constituição da forma de dominação do capital industrial sobre o trabalho assalariado, definitivamente assegurada após a superação dos entraves extra-econômicos (sobretudo políticos) ao exercício de sua hegemonia de classe. Este processo, que generalizou-se através da expansão colonial e imperialista, impôs a lei geral da acumulação capitalista em todas as regiões do mundo que sofreram os efeitos do comércio internacional. Mas em cada uma destas, a transplantação ocorreu sob circunstâncias sociais, políticas e culturais bastante diversas. Estas circunstâncias, além das diferenças quanto ao grau de desenvolvimento das forças produtivas que pôde ser verificado entre os diversos países, são a chave para a explicação de um fenômeno de importância crucial: a peculiaridade que cada país apresenta quanto à forma de constituição das relações de produção capitalistas. Isto porque aquelas circunstâncias determinarão, no âmbito da nação, as relações *jurídicas* de trabalho e de propriedade predominantes, as formas *econômicas* de apropriação e distribuição do excedente e a organização *política* do Estado (aparelho administrativo, judiciário etc.); e, externamente, estarão intimamente relacionadas à sua forma de inserção no comércio mundial. Estes aspectos surgem, conforme as circunstâncias, como *obstáculos ou condições para o exercício da hegemonia burguesa*.

No Brasil, pode-se constatar, com base na história comparada, que algumas destas diferenças impuseram um padrão de desenvolvimento cujas possibilidades de diversificação ficaram sempre *aquém* do que verificou-se nos países centrais:

- a) A revolução burguesa no Brasil ocorreu de forma relativamente atrasada. Mesmo em relação aos países que somente emanciparam-se das relações pré-capitalistas no último terço do século XIX, o país promoveu as transformações internas que eram exigidas muito tardiamente. Os EUA aboliram a escravidão em 1865, quando a guerra entre o Norte capitalista e o Sul escravista culminou com a vitória do primeiro; até o final da década, pode-se observar a abolição da servidão na Rússia, a unificação da Itália (1868) e da Alemanha (1870) e a Revolução Meiji no Japão (1867). No Brasil, a abolição da escravidão (1888) e a proclamação da República (1889) foram episódios que não contribuíram para deslocar a oligarquia do poder; foram antes soluções de *compromisso* entre as classes proprietárias, que anteciparam-se às agitações dos setores progressistas para garantir a manutenção de seus privilégios históricos. Como apontou Paul Singer, a periodização utilizada para explicar o desenvolvimento das economias centrais difere bastante daquela que serve de referência para a história brasileira: as revoluções burguesas da Itália, Alemanha, EUA ou Japão coincidem exatamente com o apogeu do Segundo Império no Brasil, enquanto o auge da política imperialista – a primeira guerra mundial – assinala o apogeu da República Velha; esta “arritmia entre a história do país e a do sistema mundial” explica a fragilidade da economia brasileira no contexto do capitalismo internacional (SINGER, 1997, p. 347-9). Mas esta separação cronológica deve ser compreendida também como um fenômeno que implica o estabelecimento de relações comerciais internacionais que favorecem um determinado grupo de países *ao mesmo tempo* em que outros são colocados numa posição de subalternidade. Ao contrário dos países que mais tarde se tornariam imperialistas, as mercadorias brasileiras que eram demandadas no exterior restringiram-se (desde o início) ao setor primário: agricultura e mineração, sendo a pecuária uma atividade subsidiária. O desenvolvimento da infraestrutura de transportes e comunicação era orientado para o comércio de exportação, razão pela qual a integração do sistema comercial interno permaneceu, por um longo período, praticamente estagnado. As “atividades de mercado interno” eram meramente subsidiárias do setor *hacia afuera*, restringindo portanto o avanço da divisão social e manufatureira do trabalho (enquanto a divisão internacional do mesmo aprofundava-se cada vez mais em detrimento dos países dependentes e coloniais);
- b) Enquanto os países mais desenvolvidos protegiam suas indústrias – criando a livre concorrência “no âmbito da nação” –, a liberdade de comércio do Brasil era pouco mais do que uma liberdade para escolher entre dois caminhos: aceitar os termos de intercâmbio impostos pelas nações hegemônicas (que lhes asseguravam o controle dos setores

estratégicos do comércio) ou então enfrentar os riscos de uma luta pela sua independência econômica. A correlação de forças existente levou os grupos econômicos dominantes a buscarem o caminho mais cômodo, conciliando com o setor externo e obstruindo qualquer possibilidade de participação das classes subalternas. Estas suportaram inclusive o ônus da indenização pela independência política do país, que recaiu sobre suas costas.

- c) Enquanto a grande indústria dos países hegemônicos “estabeleceu os meios de comunicação e o mercado mundial moderno, colocando o comércio sob seu domínio”, os grupos economicamente dominantes no Brasil ocupavam precisamente o pólo subordinado desta relação. Os agentes econômicos internos mais influentes encontraram o mercado mundial moderno *já estabelecido*. Sobrava-lhes portanto, no contexto da crescente especialização produtiva em âmbito internacional, um campo de atuação bastante reduzido. Efetivamente, restava-lhes quase nada além do que a simples ocupação dos espaços tornados vazios pela produção de manufaturas no centro do sistema capitalista. A participação do Brasil no comércio mundial (que, como sabemos, era controlado por aquelas mesmas economias centrais) surgiu, a princípio, como resultado de uma prévia expansão das forças produtivas no ocidente europeu. Não sendo portanto o desenvolvimento de suas forças produtivas o que levou à sua integração ao comércio mundial, o “caráter” de sua economia também deveria ser – como o foi – bastante distinto. Também é muito importante destacar que, enquanto nos países europeus mais desenvolvidos e na América do Norte o capital industrial passava a dominar o capital comercial, no Brasil a situação era bastante diferente: o *mesmo* capital comercial que já ocupava uma posição subsidiária nos países avançados, ainda detinha as maiores e melhores perspectivas de acúmulo de riquezas, sendo o sócio- maior da burguesia agrária brasileira; este fenômeno denuncia a enorme debilidade da burguesia brasileira frente aos seus parceiros comerciais estrangeiros.
- d) Nos países capitalistas centrais, o período de nascimento das indústrias foi também uma etapa adiantada de concentração do capital *comercial*, sendo este o setor responsável pela acumulação prévia que sustentaria a expansão manufatureira. Esta, no início, transformou (e tornou mais dinâmica) a relação entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores, mas incorporou as forças produtivas características do período anterior, o artesanal (MARX, 1983, caps. XI, XII e XIII). Neste momento, o capital industrial encontrava-se ainda desconcentrado, pulverizado nas mãos de um número relativamente grande de capitalistas anônimos que concorriam entre si no mercado. Se a primeira revolução industrial tinha ocorrido durante o assim chamado período do “capitalismo

concorrencial” (não ignoramos o fato concreto de que a “concorrência” não passa de um mito, pois apoiava-se no mais importante monopólio, que é o da propriedade privada), os primeiros núcleos industriais importantes do Brasil ganharam impulso somente no momento em que o sistema imperialista mundial (controlado pelos gigantescos trustes e cartéis) já apresentava sintomas de esgotamento. Ao contrário de uma formação dependente como a brasileira, a concentração do capital comercial nos países capitalistas centrais foi um *pré-requisito* para o desenvolvimento da indústria; aqui, a relação entre estas duas facções do capital era *antagônica* e não complementar, pois o desenvolvimento da indústria local poderia inclusive *prejudicar* os interesses dos grupos comerciais (sobretudo a facção importadora) que atuavam precisamente em função da separação rígida entre países exportadores de matérias-primas e produtores de bens manufaturados. Sendo uma relação de antagonismo (que tornava impossível à burguesia industrial brasileira contar com o apoio do capital comercial nas mãos de grupos estrangeiros), é forçoso reconhecer que os momentos de crise do imperialismo contribuiriam para afrouxar a pressão dos grupos estrangeiros sobre a expansão industrial brasileira. Disto resulta um fenômeno de importância decisiva para as virtualidades de expansão capitalista no país: a questão do financiamento da economia exigiu o estabelecimento de um *compromisso* da burguesia industrial brasileira justamente com o setor que, em outros países, era o próprio adversário da burguesia no seu processo revolucionário.

II

Feitas algumas considerações preliminares sobre a constituição do modo de produção capitalista no Brasil, no contexto mais amplo da expansão do capital industrial em escala mundial, torna-se necessário considerar de que maneira a dialética do interno e do externo repercutiu sobre as ulteriores possibilidades de avanço da burguesia industrial brasileira. Trata-se das condições e dos obstáculos ao desenvolvimento da indústria brasileira entre 1930 e 1954:

- a) **A conciliação com o atraso:** vimos que a transição da economia agro-exportadora para o processo de concentração e centralização do capital industrial ocorreu de uma maneira relativamente pacífica, do ponto de vista das relações *entre os grupos proprietários*. Apesar dos atritos entre as facções burguesas quanto a certos aspectos isolados da política econômica, não havia na estrutura material da sociedade brasileira uma situação que colocasse seus interesses em lados

diametralmente opostos. Ocorria precisamente o contrário: a maneira como os grupos proprietários fincaram seus pés na base material da sociedade forçava-os a estabelecer alianças que não prejudicassem seus interesses *imediatos*, garantindo-lhes uma situação relativamente cômoda *no âmbito da nação*. Trata-se da questão da *complementaridade objetiva* entre agricultura de exportação e indústria nacional, que analisamos na introdução deste trabalho. No caso da burguesia industrial, a opção por seguir a linha de menor resistência deve ser atribuída a condições objetivas, que tornaram mais difícil a busca por um desenvolvimento capitalista em bases autônomas. A questão da hegemonia política, além de permanecer inconclusa durante o período que analisamos (em virtude da correlação de forças), forjou o estabelecimento de uma ideologia entre os grupos proprietários que excluía a participação do proletariado urbano e rural (este principalmente) dos resultados do progresso. Exemplos flagrantes deste fato são, no caso dos primeiros, o controle ideológico e a repressão sistemática aos seus movimentos organizados, enquanto os segundos não puderam contar, em nenhum momento, com a perspectiva de uma mudança nas relações de superexploração no campo (a questão da reforma agrária jamais foi levada seriamente em consideração pela burguesia industrial, apesar de ser esta uma saída viável, a longo prazo, para a ampliação do mercado interno).

- b) **O equilíbrio instável da aliança de classes:** a heterogeneidade das relações entre as classes e facções de classe na sociedade brasileira – onde nenhum grupo dispunha de poder suficiente para garantir sozinho a hegemonia política – forçava a burguesia industrial considerar as distintas possibilidades de aliança. O fato de alguns setores progressistas urbanos (como o proletariado industrial e os setores intelectualizados de esquerda) ter sido excluído do esquema político (após um breve momento de indefinição, que durou até 1935), para favorecer a recomposição da burguesia industrial com o latifúndio, não foi suficiente para eliminar os atritos no interior do bloco de poder. Os industriais teriam que pagar um elevado tributo aos setores agrários tradicionais, e algumas políticas favoráveis ao latifúndio acabaram realmente obstruindo a possibilidade de se alcançar, a longo prazo, um maior desenvolvimento das forças produtivas (sobretudo em virtude dos limites à ampliação horizontal do mercado interno).
- c) **A dupla superexploração e a mais-valia absoluta:** a subordinação da burguesia brasileira aos interesses externos não foi o resultado de uma intervenção militar

dos países imperialistas. Foi a resultante de uma aliança cujos termos foram deliberadamente *aceitos* pelos setores hegemônicos da burguesia brasileira. Esta, ocupando a posição de sócio- menor no processo de apropriação de mais- valia, buscava tirar as vantagens *possíveis* que o processo de associação ao capital estrangeiro oferecia. A participação deste, como sabemos, concentrava-se nos setores mais importantes e lucrativos; ou seja, precisamente aqueles que, por exigirem um elevado nível de concentração de capitais, tornavam mais difícil à burguesia brasileira opor uma resistência por meio da concorrência. Os setores industriais que cabiam à burguesia brasileira eram, geralmente, aqueles onde não predominava o regime de monopólio (controlados, via de regra, pelo Estado ou pelas empresas estrangeiras). Nas empresas sob controle de empresários brasileiros, não fica difícil perceber que a combinação entre o reduzido grau de poupança interna (que limita sobremaneira os investimentos produtivos) com a estreiteza do mercado nacional (associada aos baixos salários e à debilidade dos sindicatos de trabalhadores) requer o máximo aproveitamento do *trabalho vivo* no processo produtivo. Apesar de não ser a forma predominante, o recurso à mais- valia absoluta (mediante o prolongamento da jornada de trabalho e o rebaixamento da mercadoria força de trabalho abaixo de seu valor) não desapareceu durante o desenvolvimento da economia brasileira, mesmo porque os limites jurídicos à extensão da jornada tornaram- se letra morta (devido à facilidade de burlar a legislação, com a conivência ou tolerância dos poderes públicos). No outro caso, quando havia associação entre empresas brasileiras e estrangeiras, tornava-se necessário *repartir* a mais- valia entre os dois setores, razão pela qual o processo de exploração teria de ser intensificado ainda mais. Nas unidades produtivas instaladas nos seus países de origem, as corporações monopolistas apresentavam uma elevada composição orgânica do capital, em virtude do progresso tecnológico. Sabemos também que muitos equipamentos importados pelas empresas estrangeiras já haviam se tornado obsoletos em seus países de origem (situação facilitada pela instrução 113 da SUMOC), o que evidentemente tornava-se, no Brasil, um obstáculo à intensificação da taxa de exploração mediante obtenção de mais- valia relativa. Como as empresas estrangeiras buscam mercados como o brasileiro atraídas pela possibilidade de ganhos fáceis e seguros (em função da virtual ausência de concorrência interna), o país deveria lhes oferecer condições atraentes de investimento. Sabemos também que o fortalecimento do capital

estrangeiro no tripé de sustentação do modelo dependente e associado requer uma aliança política que tende a excluir o proletariado dos centros de decisão. Ao aceitar a “ajuda” do capital estrangeiro ao desenvolvimento do país, os setores mais poderosos da burguesia brasileira (aqueles que mais possibilidades possuem de participar dos ganhos do sistema) acabam reconhecendo a impossibilidade de ampliar a participação dos salários na renda nacional – tornando contraproducente a utilização de forças produtivas mais avançadas, que acabariam operando com capacidade ociosa –, e afastam-se cada vez mais da possibilidade de estabelecer uma aliança com os setores progressistas da sociedade (fato que se tornou evidente após o dia da mentira, em 1964). No caso dos trabalhadores rurais, não será preciso repetir o que já foi estudado à exaustão: a não- extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo e as práticas impostas pelas oligarquias nas relações de trabalho contribuíram para sugar ao máximo as energias vitais daqueles que precisaram vender sua mercadoria força de trabalho nas imensas fazendas brasileiras.

- d) **O equívoco da idéia de uma “ausência de consciência de classe” dos empresários industriais:** os empresários industriais brasileiros sempre reivindicaram, por intermédio de suas associações de classe (criadas já no final do século XIX), a aplicação de políticas públicas favoráveis aos seus interesses. Organizaram-se em associações ou partidos políticos, concentraram esforços, manifestaram suas preocupações e expuseram seus problemas, exigiram medidas concretas dos poderes públicos, posicionaram-se contra ou a favor dos temas mais importantes da política econômica do país. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil criava possibilidades cada vez maiores de intervenção dos industriais na vida política, social e cultural do país. No bojo deste desenvolvimento, a facção industrial ganhava autonomia: reforçava a solidariedade de classe, conquistava maturidade com sua experiência política, afastava-se da tradição conservadora das oligarquias, criava seus próprios *think- tanks* (ou seja, assessores intelectuais ou institutos responsáveis por divulgar seus valores de classe, na busca de formas consensuais de hegemonia) etc. Existia, portanto, uma consciência dos problemas da economia brasileira. Deste modo, o que deve ser questionado não é o problema da consciência da classe empresária industrial, mas as condições objetivas que *limitam* os resultados de sua intervenção política; deve-se admitir inclusive a possibilidade de que o desenvolvimento da teoria econômica burguesa no Brasil

tenha ultrapassado o estágio de desenvolvimento de sua *materialidade* de classe, a exemplo da contradição que existia entre a filosofia hegeliana e o Estado burguês prussiano do século XIX. A correlação de forças existente, por exemplo, esteve sempre relacionada à inexistência de denúncias da estrutura agrária como obstáculo à modernização da economia brasileira (os manifestos das associações industriais simplesmente ignoravam a questão). Fenômenos como este certamente tornam *inócuas* certas reivindicações dos empresários industriais (como a necessidade de ampliação do mercado interno), uma vez que as armas que escolheram não eram as mais apropriadas para atingir o alvo escolhido. As soluções de longo prazo exigiam rupturas radicais com os seus tradicionais aliados políticos; mas os riscos desta *opção* não faziam parte do horizonte dos empresários industriais, receosos do fortalecimento cada vez maior das classes subalternas (o proletariado urbano principalmente). Neste cenário, não fica difícil perceber que, na prática, as possibilidades de escolha dos industriais são bem menores do que as alternativas teoricamente possíveis. Consequentemente, o desenvolvimento da consciência da classe empresária industrial *esteriliza-se* diante das possibilidades concretas de intervenção na sociedade brasileira. É devido aos fatores objetivos, como apontou Caio Prado Jr., que a burguesia brasileira – assim como a de outros países subdesenvolvidos – não conseguia se libertar do empirismo e do imediatismo que caracterizou as políticas governamentais a partir de 1930 (PRADO JR., 1966, p. 223)

- e) **O apoio da burguesia industrial ao setor agro- exportador**, visando obter as divisas necessárias para importar equipamentos e financiar o desenvolvimento da economia. Este aspecto é importante para demonstrar que as teses que tratam da “dualidade estrutural” – que oporia um setor pré- capitalista a outro capitalista – não passam de mitos, assim como a idéia da suposta existência de uma burguesia progressista, “antiimperialista e anti-feudal”. Não se trata de questão puramente acadêmica ou teórica, pois o equívoco na interpretação da estrutura material deu origem a ações políticas que estavam de antemão condenadas ao fracasso. Análises equivocadas da sociedade civil brasileira resultaram na tentativa de estabelecer alianças políticas entre setores que pouco tinham a oferecer um ao outro, como foi o caso entre o proletariado e a burguesia industrial. A necessidade de manter a rentabilidade da agricultura brasileira, para sustentar o esforço substitutivo – buscando canalizar o excedente através do sistema de crédito – foi um aspecto

fundamental para garantir a instalação de um parque industrial relativamente moderno e diversificado. Se este não atingiu um ponto que permitisse aos empresários brasileiros acompanhar as transformações ocorridas nas economias avançadas, isto deve ser atribuído aos limites estruturais do setor agrário-exportador e à estrutura de classes na sociedade brasileira. A base material, mais do que a consciência dos homens, atua como fator determinante na luta pelo desenvolvimento capitalista autônomo, embora seja forçoso reconhecer que a distorção estrutural resulta não apenas de um desenvolvimento econômico irregular, mas igualmente de uma consciência equivocada deste fenômeno, numa relação de causa e efeito. A relação entre situação e consciência de classe (ou entre materialidade e subjetividade) não pode ser ignorada, como buscamos demonstrar.

- f) **Desenvolvimento mediante “surto”, “arranco” ou “ciclo” econômicos sem continuidade:** desde o período colonial, a economia brasileira caracteriza-se por uma forte instabilidade, que obsta a possibilidade de assegurar um desenvolvimento assentado em bases sólidas e permanentemente seguras (Prado Jr., 2000, p. 292). Esta característica de sua economia mantém-se após a independência do país, avança durante o período republicano e continua sendo a regra geral, mesmo após 1930. Observamos que este último período não apenas deve o seu início à conjugação de fatores excepcionais (internos e externos), mas também que as chances de *continuar* aproveitando ao máximo as *condições* que estimularam o desenvolvimento econômico dependiam da maior ou menor duração da crise geral do sistema. A dependência econômica e a extrema vulnerabilidade do país tornavam muito difícil submeter o desenvolvimento a um projeto de longo prazo, que tornasse possível superar as contingências e o imediatismo das decisões políticas.
- g) **Divisão internacional do trabalho:** nesta, a função desempenhada pelo Brasil determina o caráter dependente de sua economia. Sendo um mero coadjuvante do desenvolvimento do capitalismo na Europa (e, mais tarde, nos EUA), a economia brasileira possuía um grau de vulnerabilidade tão excessivo que qualquer oscilação na demanda externa poderia, conforme o caso, ou colocar em xeque o equilíbrio de poder, ou preservá-lo por tempo indefinido (neste caso, os problemas estariam sendo apenas jogados para o futuro, como nos períodos de prosperidade da economia cafeeira durante a República Velha. Em situações como esta, pode-se observar que a concentração dos esforços produtivos do país recaía sobre um setor

meramente *complementar* das atividades de grupos econômicos completamente alheios às necessidades da maioria da população brasileira). A posição do Brasil na divisão internacional do trabalho, em que pesem as transformações operadas a partir de 1930, ainda não eliminou o fato de que as possibilidades de diversificação de sua estrutura produtiva permanecem bastante reduzidas.

- h) **Ausência de centros de decisão internos e insuficiência da poupança interna:** os países imperialistas buscam “investir” no Brasil com o objetivo de assegurar o equilíbrio interno de suas próprias economias, ainda que ao custo do agravamento dos desajustes da economia brasileira. A superprodução de capitais nos países centrais cria uma massa de mais- valia que *somente* pode reentrar no processo de valorização se forem abertas *novas* frentes para o investimento produtivo (excluindo a alternativa de sua aplicação em setores parasitários como publicidade ou mercado de capitais). Penetrando em países dependentes como o Brasil, os investidores estrangeiros buscam *realizar* a mais- valia produzida e conseguem ainda a vantagem dos “superlucros de monopólio”, que agravam cada vez mais a questão do desequilíbrio das transações financeiras dos países periféricos. Tais investimentos não coincidem necessariamente com as necessidades da população brasileira, mas tão- somente com os interesses de um reduzido grupo de agentes comerciais, financeiros, agrários ou industriais. O resultado destas inversões (que pressupõem a máxima racionalidade, do ponto de vista microeconômico) é a remuneração dos grupos econômicos estrangeiros numa quantidade muitas vezes *maior* do que o montante inicial da operação. A produção da mais- valia, neste caso, exige um aumento cada vez maior das exportações brasileiras, visando a obtenção de divisas em moeda estrangeira para remunerar os agentes do imperialismo que “contribuem” para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Entretanto, o aumento das exportações brasileiras esbarra em limites que não podem ser superados dentro da estrutura do comércio internacional, rigidamente hierarquizada em detrimento de países como o Brasil. Torna-se muito difícil concorrer no mercado mundial com os monopólios imperialistas, razão pela qual as exportações brasileiras concentraram-se em matérias- primas e produtos agrícolas, reforçando portanto a função da economia brasileira em *compensar* a especialização de outros países na produção de bens de consumo duráveis e de bens de capital. Sendo necessário intensificar a exploração do proletariado urbano e rural para remunerar o capital estrangeiro, repartindo a mais-valia entre este e os

setores industriais e agrícolas, a aliança política somente poderá incorporar as classes subalternas no nível do discurso, enquanto na prática os instrumentos de repressão atuam para limitar os ganhos do sistema aos grupos proprietários. Mas, se o investimento estrangeiro implica a superexploração da classe trabalhadora brasileira, não se pode ignorar que caberá à burguesia local, quando muito, o papel de sócio- menor do imperialismo no processo de “internacionalização do mercado interno”. Se os investimentos estrangeiros visam compensar os efeitos da superprodução de capitais *nos centros imperialistas*, somente uma crença ingênua na “mão invisível” do mercado permite supor que os vícios do sistema imperialista internacional produzirão *benefícios públicos* na sua periferia. Como os trustes internacionais orientam-se exclusivamente no sentido de extrair o maior sobre-trabalho possível da classe operária nos países dependentes (o aumento da composição orgânica do capital das fábricas instaladas nos países avançados conduz à diminuição da taxa de lucro), sem necessidade de ajustar-se aos padrões sociais, econômicos ou culturais destas sociedades (nestas, ocorre precisamente o contrário), torna-se possível perceber, sem disfarces, a manifestação de um fenômeno característico do modo de produção capitalista: o divórcio entre a exigência abstrata de acumulação de capital em relação às necessidades ontológicas mais elementares. Os agentes das empresas estrangeiras ignoram, mais do que nos seus países de origem, a *utilidade* dos bens e serviços que oferecem à população dos países periféricos. Como os superlucros monopolistas (rápidos, fáceis e seguros) são extraídos segundo critérios que fazem total abstração quanto ao valor de uso das mercadorias – inteiramente subsumidas ao valor de troca –, fica agravado nestes países o caráter anárquico da produção de mais- valia. Numa situação como esta, a racionalidade parcial da empresa estrangeira entra em contradição flagrante com a irracionalidade máxima da economia dependente, onde a produção de riquezas assume um caráter predatório. Sem dúvida, esta contradição seria menos acentuada se a mais- valia *produzida* internamente fosse também *realizada* no âmbito da nação, como ocorre via de regra nos países centrais.

- i) **O fracasso da tentativa de implantar um desenvolvimento capitalista autônomo:** em meados da década de 1950, o processo de industrialização via substituição de importações dava sinais inequívocos de esgotamento, em parte como consequência da reversão da tendência de melhoria das relações de troca

(segundo M. C. Tavares, o ponto de inflexão foi o ano de 1954). Na verdade, o processo substitutivo jamais foi interrompido, embora seja importante reconhecer que a etapa de substituições “fáceis” tenha sido concluída naquele momento. Sendo cada vez mais difícil contar com as divisas geradas no setor agrário-exportador, o recurso às fontes externas de financiamento tendia a aumentar, visando conter a tendência à estagnação econômica. O governo Kubitschek estava fortemente comprometido com os interesses externos, e sua política entreguista deu início à solução que seria definitivamente consagrada a partir de 1964. Passado o período de maturação dos investimentos externos, teve início logo depois um processo de repatriação dos capitais investidos no Brasil, aos quais se acrescentavam os lucros não reinvestidos no país (agravando ainda mais o problema da insuficiência da poupança interna, em virtude do aumento dos compromissos externos). O acúmulo de problemas para o futuro permitiu a JK deixar a presidência com a marca do “desenvolvimentismo”, enquanto seus sucessores receberiam a herança da abertura indiscriminada da economia. O setor externo atuava cada vez mais como um *obstáculo* ao fortalecimento dos centros de decisão internos, e pouco a pouco eliminava a oposição dos empresários brasileiros que ainda resistiam ao controle da economia brasileira pelos agentes “de fora”. Como afirmou Marini (1972), a burguesia abandonava definitivamente sua fraseologia revolucionária, ignorando a necessidade das reformas de base ou as políticas de redistribuição de renda. (MARINI, 1972, p. 17-8). Este seria, de fato, o momento do “desfazer-se” da burguesia *nacional*, que aceitaria o processo de “internacionalização do mercado interno” como algo inexorável e consumado. O quanto esta opção seria lesiva aos interesses da maioria da população brasileira, ficou demonstrado na composição do bloco de poder, cujos líderes saíram dos quartéis para eliminar com bala de canhão os obstáculos ao novo projeto hegemônico. Os vinte e um anos de ditadura deixaram patente o divórcio entre o desenvolvimento capitalista numa formação social dependente e a extensão dos direitos sociais às classes subalternas. A usurpação das franquias democráticas (combinada com a destruição dos sindicatos autônomos e a luta contra os intelectuais de oposição) não apenas conteve a tendência de fortalecimento do movimento operário, como tornava praticamente impossível reorganizar o movimento dos trabalhadores antes dos próprios empresários reassumirem a hegemonia, dentro da legalidade burguesa. O retorno à normalidade democrática

burguesa foi desta maneira deliberadamente preparado, após terem sido eliminados fisicamente os elementos da vanguarda revolucionária brasileira. O “novo sindicalismo” e os novos partidos de “esquerda” foram sendo gradativamente cooptados, até chegarem a uma solução de *compromisso* com os agentes internos e externos responsáveis pelo subdesenvolvimento; isto se tornou evidente com o abandono da perspectiva de uma ampla transformação das relações de produção no campo (internalizando a defesa da inviolabilidade da propriedade privada) e com a aceitação a ideologia da “globalização” como porta- bandeira de uma nova era de prosperidade e abundância. A “credibilidade” do presidente Lula junto aos organismos financeiros internacionais, num momento em que as taxas de desemprego atingem o ponto mais alto da história do país e a agitação dos trabalhadores sem- terra transforma o latifúndio num caldeirão potencialmente explosivo (o “abril vermelho” que aterroriza os setores conservadores da sociedade brasileira, através da exibição de imagens na televisão de um grande número de ocupações de fazendas), torna evidente que a não- resolução de nossos problemas históricos continua condicionando o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira.

“tortura-nos (...) não só o desenvolvimento da produção capitalista, mas também a carência de seu desenvolvimento. Além das misérias modernas, oprime-nos toda uma série de misérias herdadas, decorrentes do fato de continuarem vegetando modos de produção arcaicos e ultrapassados, com o seu séquito de relações sociais e políticas anacrônicas. Somos atormentados não só pelos vivos, como também pelos mortos. *Le mort saisit le vif!* (MARX, “Prefácio da primeira edição do Capital”)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel Correia de (1979). *Agricultura & Capitalismo*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas.
- ARRIGHI, Giovanni (1997). “Século marxista, século americano”, in: *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.
- BAER, Werner (1977). *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV – Instituto de Documentação Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- BOSCHI, Renato Raul (1979). *Elites industriais e democracia*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- BRUN, Argemiro J. (2000). *Desenvolvimento econômico brasileiro*. Petrópolis: Vozes; Ijuí: Editora Unijuí.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1960). “Condições sociais da industrialização de São Paulo”. São Paulo: Revista Brasiliense.
- _____ (1971). *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- _____ (1995). *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.
- _____ & SERRA, José (S/D). “As desventuras da dialética da dependência”. Estudos CEBRAP 23. Petrópolis: Vozes
- CARONE, Edgard (1973). *A segunda república (1930-1937)*. São Paulo: Difel.
- _____ (1976). *A terceira república (1937-1945)*. São Paulo- Rio de Janeiro: Difel.
- CHASIN, José (2000). “A via colonial de entificação do capitalismo”, in: *A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem.
- COHN, Gabriel (1982). “Problemas da industrialização no século XX”, in: MOTA, Carlos Guilherme (org.): *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel.
- CORSI, Francisco Luiz (2000). *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Editora UNESP/FAPESP
- DINIZ, Eli (1978). *Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra
- DOS SANTOS, Theotônio (2000). *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (1970). *Dependencia y cambio social*. Santiago de Chile: CESO/Facultad de Ciencias Economicas de la Universidad de Chile.
- _____ (1977). *Imperialismo e corporações multinacionais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- _____ (1985). *O caminho brasileiro para o socialismo*. Petrópolis: Vozes.
- _____ (1991). *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes
- FAUSTO, Boris (1982). “A revolução de 1930”, in: MOTA, Carlos Guilherme (org.): *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel.
- _____ (1995). *A revolução de 1930. Historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense.
- _____ (1997). “Expansão do café e política cafeeira”, in: FAUSTO, Boris (org). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III – O Brasil republicano; 1^o volume: Estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____ (2002). *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado.
- FERNANDES, Florestan (1972). *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores
- _____ (1975a). *A revolução burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- _____ (1975b). *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- FRANK, André Gunder (1970). *Capitalismo y subdesarrollo en America Latina*. Buenos Aires: Ediciones Signos.
- _____ (1971). *Lumpen- burguesia: lumpen- desenvolvimento*. Porto: Portucalense Editora.
- FURTADO, Celso (1968). *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (2000). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional – Publifolha.
- GASPARIAN, Fernando (1973). *Capital estrangeiro e desenvolvimento da América Latina: o mito e os fatos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GORENDER, Jacob (1990). *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- IANNI, Octavio (1963). *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- _____ (1978). *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- IGLÉSIAS, Francisco (1993). *A industrialização brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- JAGUARIBE, Hélio (1969). *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov (s/d). *El imperialismo, fase superior del capitalismo*. Moscou: Editorial Progreso.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARINI, Ruy Mauro (1972). *Subdesarrollo y revolución*. México D. F./Madrid/Buenos Aires: Siglo Veintiuno.
- _____ (2000). *Dialética da dependência (uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini)*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO.
- MARTINS, Luciano (1965). “Aspectos políticos da Revolução Brasileira”. Rio de Janeiro: Revista Civilização Brasileira/Editora Civilização Brasileira. Ano 01, número 02
- MARX, Karl (1983). *O Capital: crítica da economia política*. Vol. I, livro primeiro, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural.
- _____ (1997). *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ & ENGELS, Friedrich (1988). *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Global.
- _____ (1998). *A ideologia alemã [Feuerbach]*. São Paulo: Martins Fontes.
- MAZZEO, Antonio Carlos (1988). *Burguesia e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Ática.
- _____ (1997). *Estado e burguesia no Brasil (origens da autocracia burguesa)*. São Paulo: Cortez
- _____ (1999). *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Marília/São Paulo: Unesp Marília Publicações/Boitempo.
- MELLO, João Manuel Cardoso de (1987). *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- MILIBAND, Ralph (1988). “Bonapartismo”, in: BOTTOMORE (org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- MOTTA, Fernando C. Prestes (1979). *Empresários e hegemonia política*. São Paulo: Brasiliense
- OLIVEIRA, Francisco de (1975). “A economia brasileira: crítica à razão dualista”. Seleções CEBRAP 1. São Paulo: Brasiliense/CEBRAP.
- _____ (1977). “A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil (1889-1930), in: OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal.

- _____ & MAZZUCHELLI, Frederico (1977). “Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil (1950-1976)”, in: OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. & REICHSTUL, Henri-Phillippe (1977). “Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil”, in: OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal.
- PRADO JR., Caio (1960). “Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”. Revista Brasiliense 28, março/abril de 1960.
- _____ (1966). *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. São Paulo: Brasiliense.
- _____ (1972). *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense.
- _____ (1974). *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- _____ (1987). *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- _____ (2000). *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha.
- SIMONSEN, Mário Henrique (1961). *Brasil 2001*. Rio de Janeiro: Apec Editora.
- SIMONSEN, Roberto C., GUDIN, Eugênio (1977). *A controvérsia do planejamento na economia brasileira (coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo)*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES.
- SINGER, Paul (1997). “O Brasil no contexto do capitalismo internacional”, in: FAUSTO, Boris: *História geral da civilização brasileira*. Tomo III – O Brasil Republicano, 1º volume – Estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- SKIDMORE, Thomas (1976). *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SODRÉ, Nelson Werneck (1964). *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (1967). *Introdução à revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (1987). *Brasil: Radiografia de um modelo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____ (1996). *Evolução social e econômica do Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS.
- _____ (1999). *A farsa do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Graphia.

- SOLA, Lourdes (1982). "O golpe de 37 e o Estado Novo", in: MOTA, Carlos Guilherme (org.): *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel.
- SUNKEL, Osvaldo (1975). *Um ensaio de interpretação do desenvolvimento latino-americano* (colaboração de Pedro PAZ e Nações Unidas). São Paulo/Rio de Janeiro: Difel/Forum.
- TAVARES, Maria da Conceição (1974). *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- VIANNA, Luiz Werneck (1978). *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- VIANNA, Oliveira (1988). *História social da economia capitalista no Brasil*. Niterói: EDUFF (Editora da Universidade Federal Fluminense).
- WEFFORT, Francisco C. (2003). *O populismo na política brasileira*. São Paulo: Paz e Terra.
- ZORNETTA, Regiani (2003). *FHC e o desenvolvimento nacional: a atualidade de um discurso*. Dissertação de mestrado. Marília: Unesp.